SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA,
JUVENTUDE E DESPORTOS DA GUINÉ-BISSAU
COMISSÃO PORTUGUESA DO ICOM
(CONSELHO INTERNACIONAL DOS MUSEUS)

III Encontro de museus de países e comunidades de língua portuguesa

Bissau, 26 a 29 de Novembro de 1991

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA,
JUVENTUDE E DESPORTOS DA GUINÉ-BISSAU
COMISSÃO PORTUGUESA DO ICOM
(CONSELHO INTERNACIONAL DOS MUSEUS)

III Encontro de museus de países e comunidades de língua portuguesa

Bissau, 26 a 29 de Novembro de 1991

Muitos e profundos são os laços históricos que unem os nossos povos. O estreitar desses mesmos laços tem sido um dos objectivos da política de cooperação portuguesa no seu todo e certamente foi também um dos objectivos deste III Encontro de Museus dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa.

Ao longo de séculos a permuta de costumes e de tradições foi cimentada pela língua portuguesa que desempenhou e continua a desempenhar um importante papel de ligação entre diferentes culturas e formas de estar no mundo.

A cultura é por excelência um veículo priveligiado de comunicação. Este papel assume características especiais quando houve uma longa história comum entre nações hoje soberanas e independentes.

O Museu é um espaço privilegiado do conhecimento, não só da história de cada povo mas também do contacto havido com outras civilizações. Desta forma, é com vantagem mútua que o estreitar da cooperação entre estruturas museológicas pode ser um veículo para um melhor conhecimento de civilizações e culturas com os quais houve e continua a haver um diálogo que se quer cada vez mais intenso e num espírito de verdadeira amizade.

José Manuel Durão Barroso
Secretário de Estado da Cooperação

Edição patrocinada pela
Direcção Geral da Cooperação (Portugal)

Impressão e Acabamento:
Gráfica Europam, Lda.
Mem Martins

Depósito legal n.º 59609/92

I

PALAVRAS PROFERIDAS PELO SECRETÁRIO DE ESTADO DOS ASSUNTOS SOCIAIS DA GUINÉ-BISSAU, NA SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DO III ENCONTRO

Constitui para nós motivo de particular satisfação, presidir em nome do Governo da República da Guiné-Bissau e em nome do meu ilustre colega, o Secretário de Estado da Cultura, Juventude e Desportos, a Sessão Solene de Abertura deste III Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa.

As nossas primeiras palavras dirigem-se a todos os participantes cuja presença aqui tornou possível a realização deste Encontro.

Permitam-me pois, antes de mais, felicitar os organizadores e patrocinadores deste Encontro, que irá certamente proporcionar aos seus participantes durante alguns dias, uma reflexão profunda sobre a problemática museal nos países de Língua Oficial Portuguesa.

Com efeito, a abordagem deste tema, revela-se um marco importante e oportuno, no momento actual, se tivermos em conta que muito recentemente foi realizado em Lomé um Fórum que reuniu os responsáveis das várias instituições e museus à volta duma «placa giratória», que é o futuro dos museus em África.

Caros participantes, minhas senhoras e meus senhores

Hoje, no quadro de uma luta difícil e árdua pela reconstrução, progresso e desenvolvimento do nosso país, foi adoptado o programa de ajustamento estrutural em 1987 que visa fundamentalmente a estabilidade financeira e o crescimento económico.

Contudo, o país ainda depara com problemas da dívida externa, deficit orçamental e desiquilíbrio da balança de pagamentos o que lhe impede de canalizar os recursos financeiros necessários e indispensáveis para a valorização e preservação da nossa identidade cultural.

No entanto, um desenvolvimento participativo requer o reforço da identidade cultural numa perspectiva dinâmica como uma forma de mobilização social:

A extrema adversidade étnico-cultural do nosso povo constitui em si uma riqueza que, devidamente aproveitada apresenta um alicerce sólido na construção da nação guineense. Daí que, a estratégia para este sector deva assentar na necessidade de se preservar o património cultural nacional e na promoção do desenvolvimento cultural ao serviço de transformação da sociedade guineense e em confluência com novos valores culturais.

É neste contexto que o Governo, dos fracos recursos financeiros disponíveis, procurou tomar medidas e levar a cabo iniciativas conducentes à protecção do património cultural, das obras de arte e dos artistas criadores e recenseamento dos folclores como garante de uma verdadeira promoção cultural.

Assim, de entre várias acções que visam a materialização dessa vontade

política foi inaugurada nesta cidade de Bissau o Museu Etnográfico Nacional, que surgiu das ruínas do então «Museu da Guiné» cujos espólios foram grandemente extraviados.

A nível dos cinco, apesar dos enormes constrangimentos que condicionam o seu desenvolvimento, a cooperação avança de forma paulatina mas segura, baseada numa vontade política sólida e, sobretudo, num progressivo envolvimento e confiança dos responsáveis dos museus de cada um dos países.

É nesta óptica que nos sentimos convictos de que este encontro servirá como fórum de reflexão, diálogo e debate conjunto em que com o contributo de todos, certamente não deixarão de sair ideias que nos ajudarão a melhor equacionar a política nacional que visa não só a protecção dos bens culturais existentes no país defendendo-os da destruição, alienação e pilhagem mas também a aplicação das resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a restituição das obras de arte ao país de origem.

Caros participantes, minhas senhoras e meus senhores

Antes de terminar gostaríamos de aproveitar esta oportunidade para apresentar os nossos sinceros agradecimentos à Comissão Portuguesa do ICOM que prontamente apoiou e contribuiu significativamente para a realização deste Encontro, e desejar-vos uma óptima estadia em terras da Guiné-Bissau.

Na sessão solene de abertura estiveram presentes as seguintes entidades oficiais

- Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Sociais
- Director Geral da Cultura da Guiné-Bissau
- Director do Museu Etnográfico Nacional da Guiné-Bissau
- Director do Centro Cultural Português
- Presidente da Comissão Portuguesa do ICOM (Conselho Internacional de Museus)
- Dignou-se a estar presente Sua Excelência Reverendíssima D. Settimio Ferrazetta, Bispo de Bissau

PALAVRAS PROFERIDAS PELA PRESIDENTE DA COMISSÃO PORTUGUESA DO ICOM, NA SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DO III ENCONTRO

Em nome do grupo de Conservadores e Directores de Museus Portugueses presentes neste Encontro queria transmitir-vos as nossas saudações e explicar a razão da nossa participação.

Une-nos a língua, a cultura, tantas vezes laços de família e o grande objectivo da nossa profissão é precisamente recolher, conservar e transmitir às novas gerações os testemunhos materiais dessa cultura.

O conceito de Museu tem vindo nas últimas décadas a evoluir consideravelmente, alargando-se o seu âmbito inicial, restrito e académico, para aspectos sociais e económicos, proporcionando uma interdisciplinaridade cultural, científica e técnica.

Portugal acompanha, na medida do possível, esta evolução — o esforço autárquico para a criação ou modernização dos seus Museus é notável, o reconhecimento pelo Governo da necessidade de criação de um Instituto Português de Museus, foi este ano, um passo decisivo, não só para reformular e modernizar a gestão global dos Museus estatais, mas também para acompanhar técnica e pedagogicamente todas as iniciativas de carácter museológico, no País.

Será no entanto incompleto este empenhamento se não mantivermos um profundo e permamente diálogo com as instituições congéneres dos Países lusófonos; a expressão oral aproxima-se sobremaneira, mas outras raízes de idêntica importância — as da cultura material e imaterial — nos são comuns. O esforço de preservação e de divulgação deste património, herdado ou ainda produzido, deve ser objectivo primordial.

Para estabelecer esse diálogo entre profissionais de Museus se realiza este III Encontro, subordinado ao tema «Que Museus para os Países Africanos de Língua Portuguesa»?

Interrogamo-nos se será o Museu clássico-erudito, fechado nos seus conceitos ocidentais que convêm a África ou se, pelo contrário, o Museu aberto, o Museu que colabora, através das suas exposições temporárias e de um eficiente Serviço Pedagógico, para o desenvolvimento da comunidade no contexto globalizante que inclua não só aspectos culturais mas sanitários, políticos, económicos, etc.

É o primeiro Encontro do género a realizar-se em África, tendo as datas sido escolhidas em função da «Sessão plenária de Museus Africanos» que o

precedeu no Togo, tendo-me sido concedida a honra de participar na Sessão de encerramento. O nosso III Enconro decorre no seguimento de uma iniciativa do Comité Brasileiro do ICOM e da AMICOM (Rio de Janeiro, 1987), a que sucedeu um II Encontro organizado pela Comissão Portuguesa do ICOM (Mafra, 1989); preparado conjuntamente pela Direcção Geral da Cultura da Guiné-Bissau e pela Comissão Portuguesa do ICOM ele representará, estou certa, um passo decisivo no estretamento de relações culturais entre os Países lusófonos.

Aos diversos patrocinadores dirijo os nossos agradecimentos assim como às entidades oficiais da Guiné-Bissau, pelo caloroso acolhimento que nos dispensaram.

II

REPORTAGEM FOTOGRÁFICA DO III ENCONTRO

01. Início dos trabalhos do III Encontro, sendo a Mesa consituída pelas seguintes personalidades:
Director do Museu Etnográfico Nacional da Guiné–Bissau, Dr. Leonardo Cardoso, Presidente da Comissão Portuguesa do ICOM, Dr.ª Natália Correia Guedes, Director Nacional da Cultura de S. Tomé e Príncipe, Dr. Armindo Aguiar, Director interino do Museu Marítimo de Macau, Dr. Manuel Bairrão Oleiro, Chefe de Divisão de Museus do Instituto Nacional de Cultura de Cabo Verde, Dr.ª Nélida Rodrigues e pelo Director do Programa do Museu Nacional de Etnologia de Moçambique, Dr. Paulo Soares.
02. Aspecto da assistência ao III Encontro, vendo–se em primeiro plano o Dr. Henrique Coutinho Gouveia e a Dr.ª Margarida Chorão de Carvalho.
03. Grupo de participantes no III Encontro.
04. Divulgação do Encontro na Avenida principal de Bissau.
05. Visita ao Museu Etnográfico Nacional
06. Aspecto da exibição do «Ballet — Esta é a nossa Pátria amada», no Instituto Nacional das Artes.
07. Montagem da Exposição «Museus Portugueses», no Museu Etnográfico Nacional, oferecida à Direcção Geral da Cultura da Guiné–Bissau pela Comissão Nacional Portuguesa do ICOM.
08. Lago perto de Bambadinca.
09. «Cumpô», dança tradicional muçulmana (fula e mandinga), no Instituto Nacional das Artes.
10. Bailarina e músicos do «Ballet — Esta é a nossa Pátria amada», actuando no Instituto Nacional das Artes.
11. Visita de três membros da Direcção do ICOM/Portugal ao Centro Missionário de Cumura (Leprosaria), acompanhada pelo Director do Centro e pelo Vigário Geral do Diocese de Bissau, Rev.º P. João Vicente.
12. Aspecto parcial do Centro de Cumura.
13. Mesquita de Báfata.
14. Fabrico artesanal de tachos de alumínio, obtido com o aproveitamento de latas de sumos inutilizadas.
15. No autocarro, em viagem a Báfata e Gábu.
16 e 17. Aprendendo a utilizar o pilão.
18 e 19. Tecelão, em Báfata.
20. Banca de panos de pente, em Báfata.
21. Alfaiates, trabalhando numa varanda, em Báfata.
22 a 25. Visita a uma tabanca, perto de Gábu; em primeiro plano a Dr.ª Ana Duarte.

III ENCONTRO DE MUSEUS
DE PAÍSES E COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA

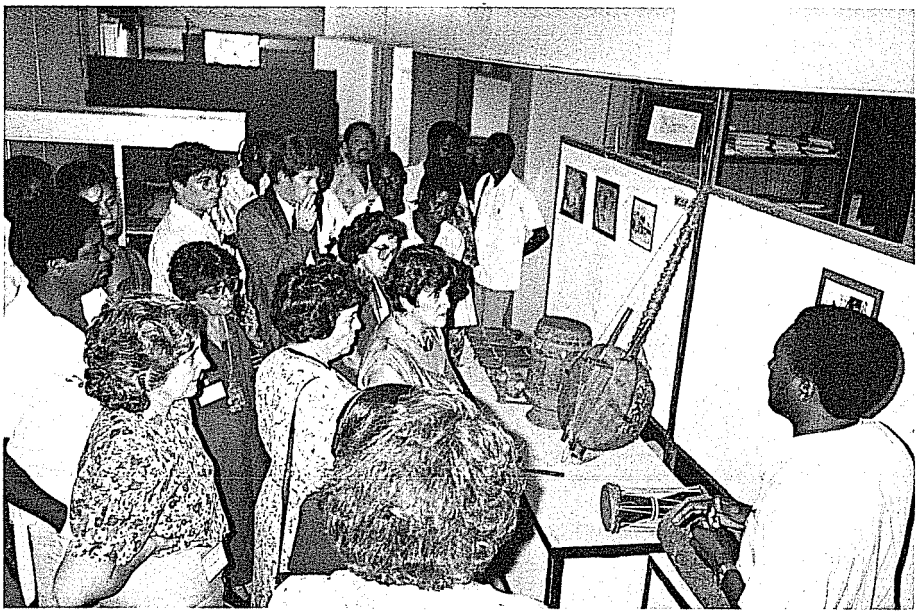
1

COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA

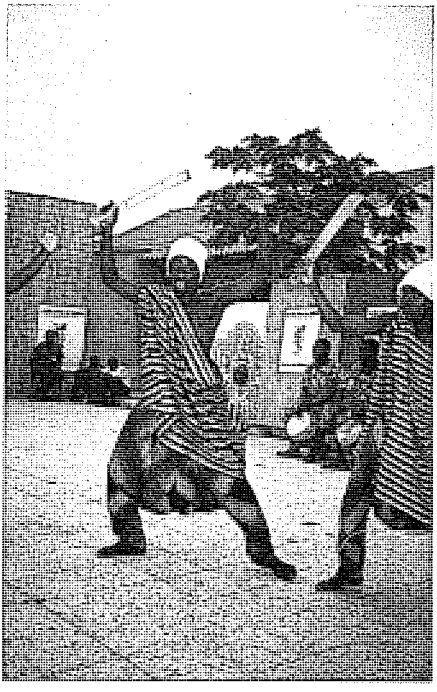
2

3

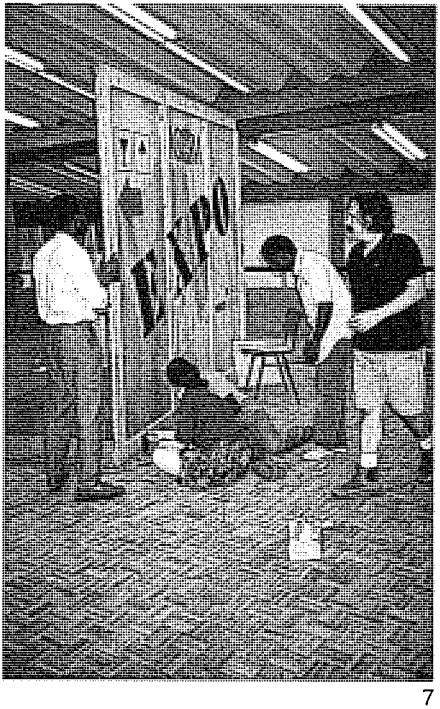
4



5



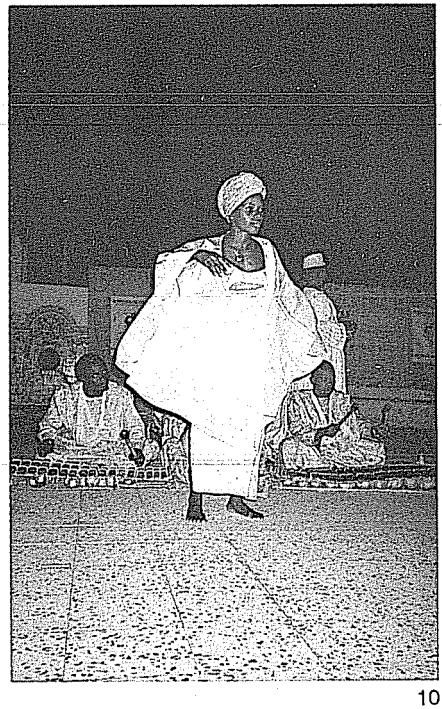
6



7

8

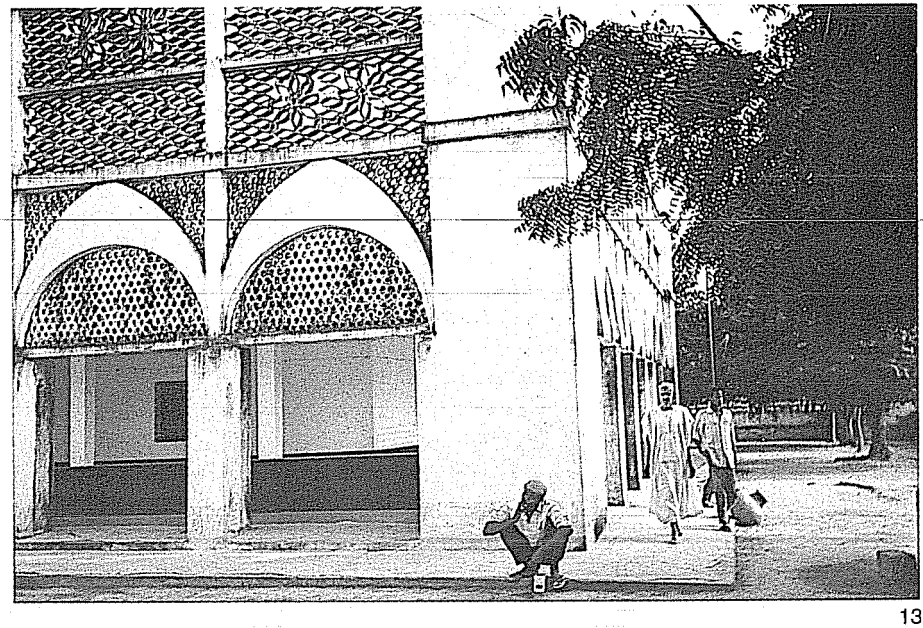
9



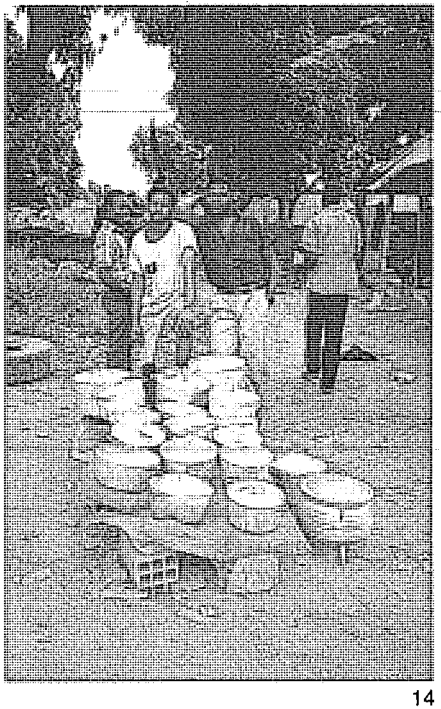
10

11

12



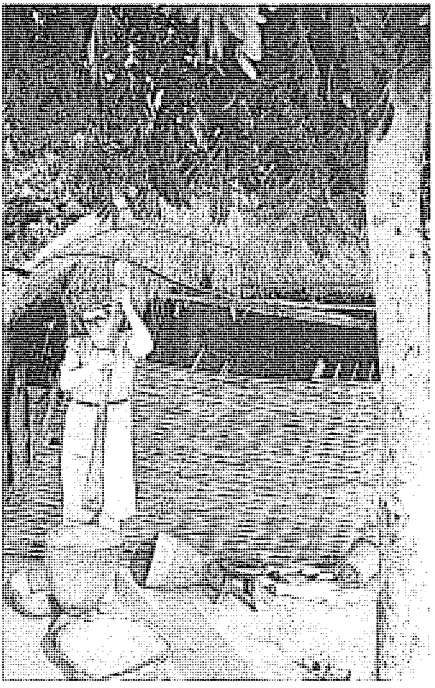
13



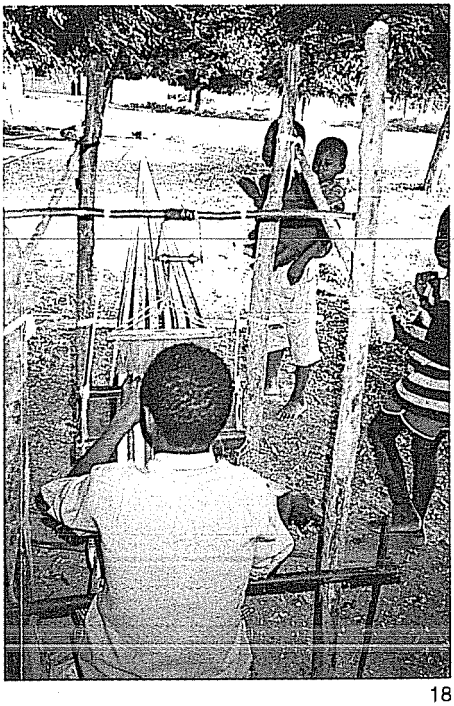
14

15

16



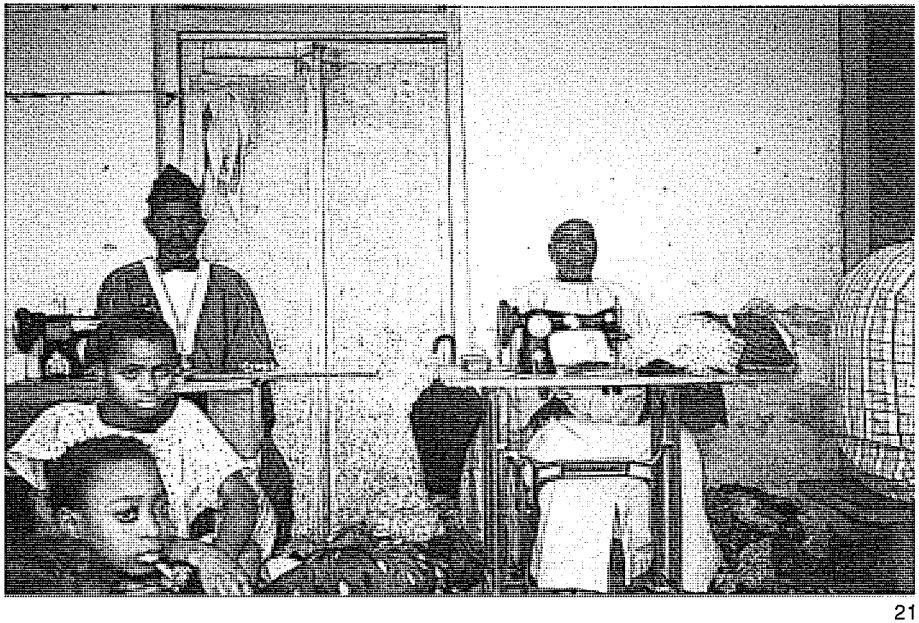
17



18

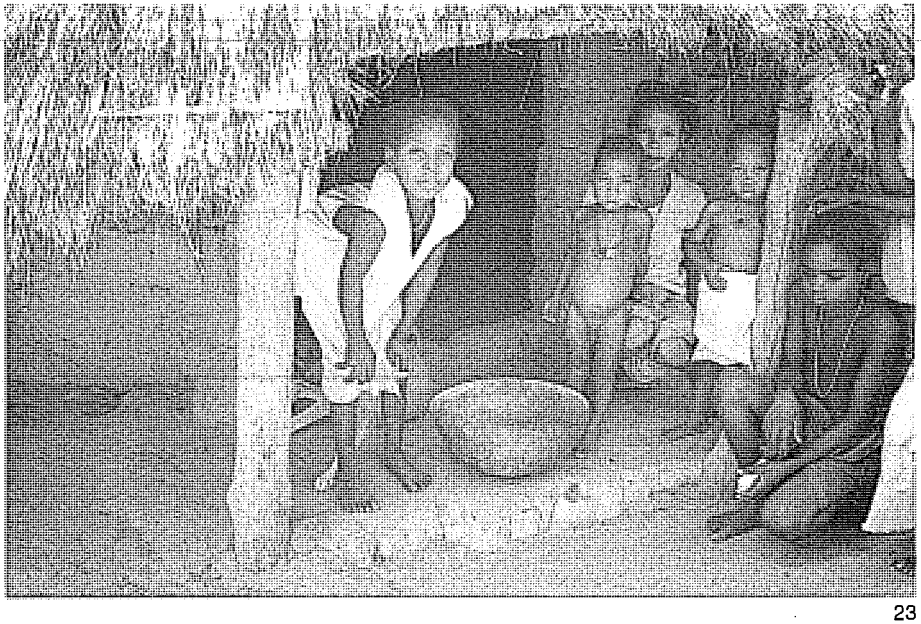
19

20



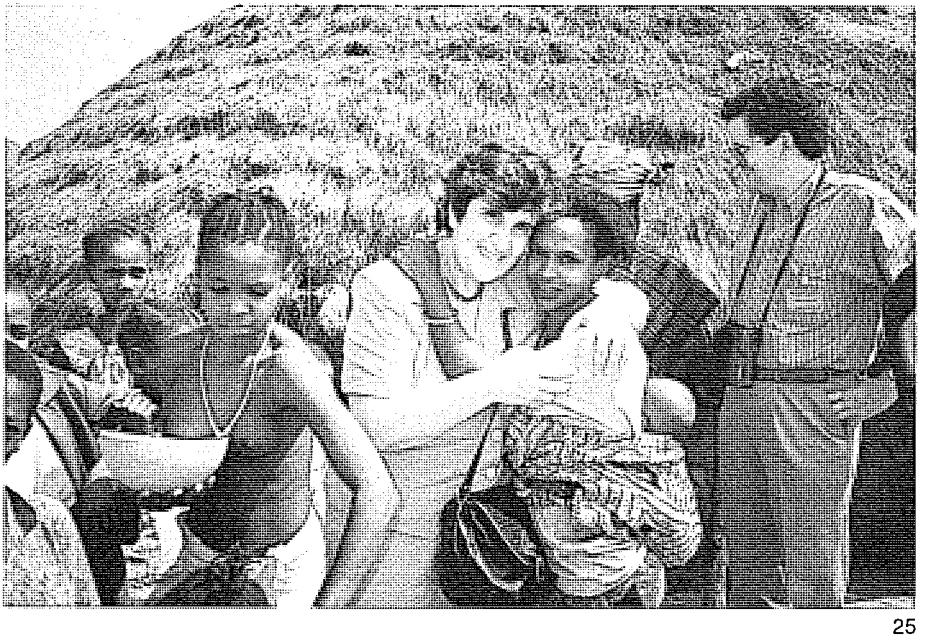
21

22



23

24



25

III

COMUNICAÇÕES

MUSEU E IDENTIDADE NACIONAL

Leonardo Cardoso
Director do Museu Etnográfico Nacional
da Guiné-Bissau

Uma reflexão sobre o tema nos conduz à passagem, ainde que breve, pois não constitui nosso objectivo, pelos conceitos de museu e de Identidade Nacional que; no quadro de realização do Encontro, «Quels musées pour l'Afrique? Patrimoine en devenir» se pretende cultural.

A abordagem do tema leva–nos necessariamente a levantar uma série de questões julgadas pertinentes e que, se para os quais foram encontradas respostas, chegaremos, certamente, à correlação entre os dois conceitos que se apresentam como tema deste nosso trabalho.

Nessa linha de pensamento, as primeiras interrogações que gostaríamos de colocar são: O que é o museu? o porquê da sua criação? quais as suas funções?

Sem querermos entrar em muitos pormenores sobre os conceitos, tipologia e evolução dos museus, devemos simplesmente dizer que, independentemente da época em que nos situamos, eles foram criados ou melhor, apareceram com objectivo de mostrar algo a alguém.

Repare–se bem que, dissemos mostrar algo, significando que, pomos de lado o quê concretamente; relíquias, objectos preciosos, objectos de grande valor estético, etc.

Quaisquer que foram os casos, são lugares onde nós podemos encontrar, apreciar e conhecer os resultados de uma produção seja ela humana ou da natureza.

Uma leitura sincrónica, e onde se faça toda a abstração sobre a sua função social e seu conteúdo, só nos conduz à ilação de que *é um sítio onde podem ser encontrados objectos e simplesmente objectos.*

Porém, isto nos faz pensar ainda uma outra coisa. Será que os objectos falam por si sós?

Que tipo de mensagens são veículados pelos objectos? Para que servem os museus? Para que público e com que objectivos os criamos? Que objectos devem entrar e consequentemente fazer parte das colecções dos museus?

Hoje, em que o movimento museológico se encontra em expansão e desenvolvimento, momento em que quotidianamente aparecem novos museus esta série de questões levantadas nos faz pensar que uma das primeiras

preocupações a ter em consideração quando da criação de qualquer museu é que tipo e com que objectivo.

Uma pequena reflexão acerca dos tipos de museus.

Em muitos dos nossos documentos lemos frequentemente museus de etnografia, de arqueologia, de história. Agora perguntamos, será que os objectos encontrados em escavações arqueológicas, por conseguinte colecções arqueológicas, deixam de ser etnográficas ainda que testemunhos da cultura de um determinado povo ou grupo étnico ou será que, não são meios através dos quais podemos eventualmente reconstituir a história desse povo? Deixemos, porém, estas breves considerações à reflexão.

A propósito dos museus de etnografia, das grandes lacunas de etnografia entendida como ciência que estuda a cultura, o modo de vida, os hábitos e costumes de uma comunidade Arnold Van Gennep escreveu *«Les trois quarts des musées ethnografiques, sinon davantage, ne répondent nullement au programme et aux besoins de l'etnographie telle qu'on commance à la comprendre maintenant. Je ne fais pas tant allusion aux divers systèmes d'arrangement des objects qu'a l'esprit qui anime les conservateurs qui les font acheter, les explorateurs qui les collectionnent et le public qui vient les regarder.*

Les musées d'ethnographie et de folklore c'est l'ethnographie des populations de l'Europe, pas autre chose — provienent des «cabinets de curiosités» constitués depuis trois siècles par des princes, par des riches amateurs, par des explorateurs, des officiers de marine et des comerçants coloniaux. De cette origine, il leur est resté: 1.^{er} la tendance à rechercher ce qu'on nomme de belles pièces, ou des pièces de musées et des objects qui ont une valeur marchande intrinsèque et manifeste. or ce doit être lá le but des musées de beaux-arts et d'arts et d'art industriel; 2º rechercher des pièces anciennes et rares, ce qui est contradictoire avec l'esprit de l'ethnographie, qui veut l'actuel, et si possible le neuf et ce doit être l'apanage des musées historiques et archéologiques.

Je sais bien que peu à peu tous les musées affranchissent de la manie des pièces exceptionnelles, et réservant une place honorable aux petits tessons de poterie, aux fragments de tissus, aux esquisses des peintures aux maquettes des scultures. Et je sais aussi que les musées ethnographiques ont avant tous les autres perdu la superstition de 1.^{er} pièce individuelle et rare pour tendre a constituer des séries».

Mais à frente, ele considerou que: *«La superstition de l'antique et de l'ancient, gouverne encore l'esprit de l'immense majorité de nos conservateurs et plus encore celui de membres de commissions de contrôle. Si on présente à ceux-ci des objects neufs, ils croient qu'on se moque d'eux et refusent l'acha que ce même object soit couvert de négre ou chinoise, il acquit aussitôt à leurs yeux, et sans doute aussi à leur odorat, une valeur marchande et scientiphique supérieurs. Or, si dans les deux cas la technique de fabrication a été la même, le savant a tout avantage à pouvoir étudier un object neuf, dont aucune particularité n'aura été modifiés par les diverses causes d'usure.»*

Não obstante esta citação dizer respeito aos museus de etnografia à crise da etnografia de uma forma geral, quer nos parecer que é um exemplo totalmente aplicável ao tema em discussão, pois demonstra que, quando se trata de apresentação dos testemunhos da cultura material e porque não, es-

piritual, ou de um povo ou comunidade, não se põe a questão desse objecto ser velho, ou estar fora de uso ou de ainda pertencer ao passado desse povo.

Se, de facto, o problema da identidade do indivíduo, duma comunidade ou de um povo fôr um problema de particularidades individuais ou de um conjunto de elementos intrínsecos ao indivíduo ou comunidade, elementos esses que, os permitiu distinguir dos demais, então, os museus devem ser um veículo de transmissão de conhecimentos e um meio através do qual preservarmos o que é nosso, portanto o que nos difere dos outros.

Os museus são chamados a cumprir essa função sobretudo quando tomamos em consideração a própria dinâmia da cultura que é um elemento de expansão, em desenvolvimento, cuja característica fundamental é a sua íntima ligação, da dependência e da reciprocidade, com a realidade económica e social do meio, com o nível das forças produtivas e modo de produção da sociedade que a cria.

A cultura, junto da história, reflecte a cada momento, a realidade material e espiritual da sociedade, do indivíduo e do homem ser social, que aos conflitos que os opõem à natureza e aos imperativos da vida em comum.

Qualquer que seja a vocação de um museu, ele não deve discutir estes aspectos o que, significa que, no cumprimento de uma das sua funções que é a preservação e valorização da cultura de um povo ou de uma comunidade todos os valores devem ser divulgados quer dizer, fazer parte das colecções; por *valores* entendemos, tudo quanto foi produzido, reflectindo o estado de evolução e desenvolvimento de uma cultura determinada.

A nosso entender, é esta a relação entre o Museu e a identidade nacional.

CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA MUSEOLOGIA NA GUINÉ-BISSAU

Armando Tchoba
Técnico do Museu Etnográfico Nacional
da Guiné-Bissau

A Juventude da Ciência museológica, pelo menos, na República da Guiné–Bissau e a necessidade de sensibilização da classe intelectual na investigação nesse domínio como ramo do saber humano, constituem no fundo a razão desta comunicação. Isso porque se é verdade que Museu é antes de mais um centro privilegiado de investigação e fonte para confirmação de conhecimentos tem como outras ciências o devido direito de zelo e respeito.

Minhas senhoras e meus senhores, a ideia de criação dos Museus destinados ao arquivo, conservação e exposição dos mais expressivos documentos museológicos dos nossos países não foi dos tempos recentes, ela foi sequência de um projecto que teve como ponto de partida a intenção de criação do Museu do Ultramar Português.

Esse projecto de criação do Museu do Ultramar Português, na Metrópole, em que se encontrava empenhado dignamente o Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa, segundo afirmam os escritos, foi em 1838 paralelizado com o de criação dos Museus no próprio Ultramar, ideia defendida na altura por Sá da Bandeira, no tempo Ministro do Ultramar.

Porém apesar dessa ideia ser pertinente, o Governo colonial estava lúcido de que para assegurar a criação de uma instituição sensível desta natureza eram necessários certas condições indispensáveis que garantissem a sua existência como tal.

Pois para o Museu não basta só o edifício, exigia assim uma ocupação efectiva de cada província que estava sob administração Portuguesa, exigia pessoas preparadas para levar avante o projecto a partir do conhecimento da realidade sócio–política e cultural que se ia ilustrar e documentar.

Para efeito, o Homem Português de então seguiu a lógica de que para dominar é melhor conhecer.

Duvido, por isso, não serem essas as razões que justificaram em parte a juventude da Museologia nos Países a que pertencemos hoje.

Depois dos anos ocorridos e associado ao período em que a própria conjuntura político–mundial se aquecia em África, particularmente, com o fim da 2.ª Guerra Mundial, período caracterizado pela emergência de organizações

que defendem a pessoa humana como digna de respeito no seu todo, a presença Portuguesa no Ultramar, suponho, ter alterado um pouco a razão da sua existência, envergando-se mais nas actividades de que nos interessa hoje falar.

O feliz período de 1945 a 1947, calhou na Guiné no governo do Senhor Comandante Sarmento Rodrigues, homem de inteligência que por destino da História representou a governação do Império Colonial Português na Guiné do passado.

O Boletim Cultural da Guiné Portuguesa criado em 21 de Junho de 1945 e o Centro de Estudos da Guiné Portuguesa em 3 de Dezembro do mesmo ano, documentam no aspecto Cultural da Guiné, uma das grandes realizações que não deixam desaparecer na nossa história, a contribuição desta figura do período da colonização e do início da Museologia na Guiné-Bissau.

Na verdade, o então Centro de Estudos da Guiné Portuguesa tem até hoje documentos interessantes que podem dar grande e valioso alicerce aos estudos sobre a Guiné.

Dos grandes investigadores que escreveram sobre a Guiné sob a Coordenação do Centro, faço menção à obra do Eng. Amílcar Cabral sobre então.

O Eng. Amílcar Cabral, numa das suas rúbricas do Boletim Cultural, sobre Agricultura e Silvicultura com preocupação social, escreveu sobre recenseamento agrícola, mecanização da agricultura (tema de grande oportunidade) e utilização da terra na África Negra.

Citando Teixeira da Mota, Amílcar Cabral foi, na Guiné, segundo creio, o primeiro agrónomo a chamar a atenção para a importância dos sistemas de agricultura indígenas, fim de citação.

São outros nomes dignos de menção os de António Carreira, Teixeira da Mota, Fernando Rogado Quintino, Artur Augusto Silva, João Tendeira, António da Cunha Taborda, e tantos que contribuíram para promoção do Centro de Estudos da Guiné, deixando trabalhos de importâncias singulares para o conhecimento do passado e a reconstrução da história da Guiné dos nossos dias.

Obviamente, tinha que ser este Centro de Estudos o motor principal para afirmação científica do futuro museu da Guiné, pois a importância desse Centro foi manifestamente sentida por seu criador, Sarmento Rodrigues, num discurso que fez no acto da tomada de posse da segunda Comissão Directiva do Centro em 1947 que cito «Em todos os empreendimentos tenho procurado criar benefícios com carácter de permanência [...] uma verdadeira obra útil terá de perdurar pelos tempos». Este pensamento consubstancia na consciência firme de firmeza dialéctica do centro face a qualquer estudo posterior a que se podia vir a interessar fazer na Guiné.

Presumo que a par dessas ideias que se deu cumprimento à legislação do Império Colonial Português de então criando o Museu da Guiné Portuguesa em 1946, assegurado juridicamente pelo artigo 1.º do Decreto n.º 36.639 de 29 de Novembo, com sede em Bissau.

Criado sob o citado preceito, (art.º 1.º do Dec. 36.639 de 29.11.1946), o Museu da Guiné Portuguesa vem a fazer parte da «diminuta» lista dos Museus Ultramarinos Portugueses na altura. Na Metrópole: Museu da Sociedade da

Geografia de Lisboa. Em Angola: Museu do Dundo (propriedade da Companhia de Diamantes de Angola) e o Museu de Angola, instalado em Luanda.

Criado assim o Museu da Guiné Portuguesa como uma das fases do cumprimento da agenda das realizações do V Centenário da descoberta da Guiné e por força legal da Portaria de 20 de Maio de 1948, procedeu-se à organização do mesmo. Eram quatro secções que compunham o Museu: a secção de História; a secção da Etnografia; a das Ciências Naturais e a da Economia.

Como anexo funcionaram uma biblioteca e um centro de Arquivo Histórico.

De «grosso» cito as definições que seguiram a organização das referidas secções:

1 — A Secção da História do Museu da Guiné Portuguesa responsabilizava-se pela recolha e documentação dos aspectos históricos da Guiné que ilustravam o desenvolvimento espiritual e progresso material de Guiné através dos cinco séculos da soberania Portuguesa.
2 — A Secção da Etnografia foi constituída por todos os objectos que o nosso povo chamado indígena usassem em qualquer dos ramos da sua actividade, na sua vida económica, familiar e nos costumes.
3 — A Secção das Ciências Naturais — foi constituída pelos representantes da fauna, da flora, da mineralogia e da geologia de toda a colónia.
4 — A Secção de economia do Museu destinava-se a coleccionar e expor o mostruário completo dos elementos económicos integrantes da economia da Guiné.

Minhas Senhoras e meus Senhores:

O povo da República da Guiné-Bissau descontente com a presença colonial assegurada numa justificação política inconsistente organiza a luta contra os postulados da colonização autoproclamando a sua Independência Nacional em 24/9/1973, e por pressão legal da comunidade internacional Portugal reconhece «Dejure» em Setembro de 1974, em Argel, o Estado da Guiné-Bissau.

Após este reconhecimento jurídico-político de Portugal o Museu da Guiné-Bissau, museu da então Guiné Portuguesa, passa a assumir uma outra responsabilidade perante a formação da nova nação, essa responsabilidade foi-lhe entregue em Outubro de 1974, altura em que se fez a entrega oficial da Instituição.

Infelizmente, as preocupações centrais de novo Estado não se centraram contudo nos sectores vistos como de pouco realce social como é o caso da chamada área improdutiva, e adicionada a problemática de escassez de estabelecimentos adequados para os diferentes departamentos de Estado, foi ordenado em 1975, por determinação superior do Governo, a entrega de edi-

fício do Museu num prazo lamentavelmente curto, onde em seguida viria a ser alterado o plano arquitectónico para que fora concebido, adaptando-o às exigências do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Sem alteração dos objectivos para que fora criado, embora adaptado ao espaço geopolítico nacional, o Museu continuou a reger-se pelo Decreto n.º 36.639 de 29/11 através da lei 1/73 de 24 de Setembro.

Não obstante as mudanças constantes e consequentes diminuições das suas admiráveis colecções, o Instituto de Investigação Científica (que suponho) no lugar do Ex-Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, continuou a proporcionar convívio intelectual de grande respeito. Lembro por exemplo o seminário organizado em 1977 cujo lema era «Regresso às Fontes» e tantos outros encontros de carácter formativo onde se discutiam temas que até mexiam com as sensibilidades políticas do então Governo.

Com a destituição do 1.º Director do Museu em 1977, acelera-se mais o vergonhoso desaparecimento sem conta dos objectos do Museu.

Do Festak realizado em Lagos (Nigéria) em 1977 para onde foram mais que duas dezenas de objectos, de que só regressaram dois (*Ninte kamatchol* e *Nkala*) e um festival realizado num dos Países da América Latina, que não faço ideia, em que foram levados duas toneladas de objectos cujo paradeiro não se veio a conhecer depois, justificam por si só o pouco mais de uma dezena de objectos que herdamos do antigo Museu da Guiné.

Foram criadas instituições no domínio da Cultura como é o caso da Comissão Nacional da Cultura para suprir, em meu entender, a crise no sector e imprimir nova dinâmica, porém com algumas realizações, mas não conseguiu no campo da Museologia erguer algo de interesse do conhecimento público contudo tendo o seu apoio legal na resolução do Conselho Superior da Luta de 27 a 31 de Agosto de 1976.

Em 1980 — a situação política adquiriu nova interpretação e o Museu no dizer do seu 1.º Director nacional mereceu frequentes interrogações do seu estado pelo novo chefe do Governo, apesar daquele estar parado do exercício das suas funções.

A partir deste ano, quer me parecer, que cessou o desaparecimento das colecções do Museu, pois em Novembro de 1984 — nasce o actual INEP desligado física e administrativamente do Museu e da Cultura onde o resto das colecções da Biblioteca e do Arquivo do então Centro de Estudos da Guiné Portuguesa encontram salvadas das más intenções pessoais.

E sob tutela da Direcção Geral da Cultura é criado nos finais de 1985 um projecto do Museu que mais tarde veio a chamar-se Comissão Instaladora do Museu. A Comissão assim criada com reduzidos elementos sem meios financeiros adequados à realização de grandes esforços, foi objecto de apoio, por vezes pontuais, de Organizações Governamentais Nacionais e Internacionais sensíveis à cultura e aos Museus.

A Equipa da Comissão Instaladora do Museu estava convicta de que existe uma necessidade de fazer a sociedade guineense passar a ver o museu não como uma instituição estática e morta; para isso arrancou com a recolha de mais peças que se julgou necessária e oportuna e organizar não só na capital

(Bissau) como no interior da Guiné–Bissau e no Estrangeiro, Exposições Itinerantes como forma de sensibilização em massa.

Esta aposta não foi fácil, mas a sua realização constitui motivo de grandes significados no contexto nacional particularmente.

Foram feitas nas duas cidades de interior (Catió e Cacheu) Exposições Itinerantes intituladas Têxtil e Tinturarias da Guiné–Bissau, exposições que conseguiram testemunhar o papel vivo e educativo do Museu na sociedade. Mas não ficamos só no País como cumprimos a articulação histórico–cultural com os nossos dois países vizinhos, Senegal e a Gâmbia, levando a efeito, em Novembro e Dezembro de 1987, uma importante Exposição Têxtil nas cidades de Dakar, Banju e Ziguinchor, financiada pela Fundação Ford.

Ex. mos Sr.as e Srs.

Inaugurado em 31 de Maio de 1988, o Museu Etnográfico Nacional nasce em sintonia com o art.º 17.º, n.º 1 da constituição da República da Guiné-Bissau, regido contudo, ordinariamente pela lei 1/73 da A. N. P. realizado em Boé no dia 24 de Setembro de 1973. Pois, a lei 1/73 de 24 de Setembro manda aplicar toda a legislação colonial não contrária à soberania nacional, aos princípios do P. A. I. G. C. e de forma directa ou indirecta aos bons costumes guineenses.

Visto isto é na ausência dum diploma legal ordinário que revoga o Art.º 1.º do Decreto 36.639 de 29 de Novembro que se pode concluir que até esta data o Museu Etnográfico Nacional continua a afirmar–se juridicamente com o citado preceito colonial, facto que fazendo uma confrontação da sua definição actual leva–nos a constatar uma contradição referente ao Estatuto jurídico de que goza o então Museu da Guiné Portuguesa.

A aplicabilidade que tem a lei 1/73 de 24 de Setembro torna-se ainda mais explícita ainda quando se assiste em 1975 à criação do Museu de Luta de Libertação Nacional pela lei 7/75 de 10 de Maio que na anterior constituição tinha apoio nos arts. 28.º e 29.º

Mas nessa deliberação governamental não se vê algo relacionado com o Museu da Guiné Portuguesa pois as bases que sustentam a sua criação são claras na definição dos seus estudos.

Como as preocupações não cessam por parte das autoridades nacionais competentes de Estado em matéria da protecção do património Cultural Nacional, o MEN, uma consubstanciação do produto da elaboração espiritual do Homem Guineense no decurso da história, aguarda dias melhores em que será revestido da pessoa e natureza jurídica.

Esta, minhas Senhoras e meus Senhores, foi a contribuição resumida que julguei útil dar ao futuro interessado no estudo das questões ligadas ao Museu na República da Guiné–Bissau.

BIBLIOGRAFIA

— Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, n.º 47, Vol. XII, Julho 1957
— Anuário da Guiné Portuguesa — 1946
— Guião do Museu Etnográfico Nacional, Bissau, 1988
— Boletim Cultural da Guiné Portuguesa; Vol. III, n.º 11, Junho, 1948
— Constituição da República da Guiné–Bissau 16/5/1984, Edição A. N. P.
— Boletim Oficial n.º 1/1975
— Entrevista concedida pelo Director do Museu Nacional, em 1991

MISSÕES DE COOPERAÇÃO COM A REPÚBLICA DA GUINÉ–BISSAU NAS ÁREAS DO PATRIMÓNIO CULTURAL E MUSEOLOGIA

Mário Moutinho,
Professor na Universidade Autónoma Luís de Camões
e António Nabais,
Técnico Superior do Instituto Português de Museus

1. Desde 1988, Portugal tem desenvolvido, nos domínios do património cultural e da museologia, um conjunto de acções de cooperação com a República da Guiné–Bissau através da participação de vários organismos, tais como Secretaria de Estado da Cultura, Instituto Português do Património Cultural, Direcção Geral da Cooperação, Centro Cultural Português (Bissau) e MINOM (Movimento Internacional para a Nova Museologia).

2. O projecto de cooperação nas áreas do património cultural e museologia, que está integrado no Plano de Desenvolvimento Cultural da Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desportos da República da Guiné–Bissau, tem sido apoiado e acompanhado técnica e cientificamente pelo MINOM. Este movimento internacional tomou como directriz principal, no desenvolvimento deste projecto, uma museologia participativa, prestadora de serviços à comunidade, intervindo em todos os sectores de actividade, no sentido de promover o desenvolvimento e bem estar dos cidadãos. Temos seguido uma prática museológica que não impõe modelos; é, antes de mais, uma metodologia que tem orientado toda a intervenção, quer formativa quer informativa.

3. O sucesso deste projecto deve–se, sobretudo, ao dinamismo da equipa local da Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desportos, Direcção Geral da Cultura, Museu Etnográfico Nacional e dedicação dos membros do MINOM que assumiram os encargos de cinquenta por cento das missões, de entre as 28 realizadas nos últimos 3 anos.

4. O trabalho realizado compreendeu projectos perfeitamente definidos, quer quanto à sua dimensão quer quanto à sua duração. Realizaram–se seminários, sob a coordenação ou monitoragem do MINOM:

— Sensibilização à Animação Cultural, em 1988
— Museologia e Património, em 1990
— Artesanato e Património Cultural, 1991.

Em 1989, o MINOM participou na criação e programação do Centro de Recursos Culturais (C. R. C.), serviço na dependência da Secretaria de Estado da Cultura da R. da G. B., com o objectivo de implementar o Plano Nacional de Desenvolvimento Cultural, em especial nos campos de formação e do apoio logístico. No âmbito deste serviço, o C. R. C. dispõe no exterior do País, de dois gabinetes de apoio criados para o efeito pelo MINOM: em Lisboa, em Portugal e em Montreal, no Canadá.

A participação e apoios foi-se diversificando, conforme as necessidades e iniciativas da Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desportos, nomeadamente na montagem da exposição permanente do Museu Nacional de Etnologia, no programa da necessidade de espaços do INA (Instituto Nacional de Artes), Centro de Etnomusicologia e orientações e metodologia do programa do Museu Nacional da República da Guiné-Bissau, na promoção de estágios para técnicos auxiliares de museografia, efectuados em museus portugueses (Museu Antropológico de Coimbra, Museu de Monte Redondo, Museu Municipal de Vila Franca de Xira, Ecomuseu Municipal do Seixal e Museu de Mértola), projecto de arquitectura e de engenharia para o centro de Etnomusicologia, projecto de arquitectura para a renovação e ampliação do INA e das instalações do Centro de Recursos Culturais e projectos para centros sócio-culturais rurais a instalar nas delegações regionais.

Após a avaliação dos recursos — humanos e materiais — dos serviços dependentes da Direcção Geral da Cultura, realizada em 1989, foi elaborado um programa de formação para ser desenvolvido em três níveis:

— Nível 1 — curso de formação básica — «Agente Cultural», com as seguintes disciplinas:
- Introdução à Cultura Guineense
- História e Geografia da R. da Guiné-Bissau
- Introdução ao Património Cultural
- Língua Portuguesa

— Nível 2 — cursos de formação especializada — «Técnico Cultural», compreendendo três momentos:
Primeiro: formação teórica-prática nas seguintes áreas:
- Museologia (Introdução)
- Animação Cultural
- Meios Audio-Visuais
- Língua Portuguesa
- Património Cultural

Segundo: Trabalho Prático — Estágio. Seminário.

Terceiro: formação teórica-prática nas seguintes áreas:
- Museologia (Introdução)
- Animação Cultural
- Administração e Gestão
- Meios Audio-Visuais
- Língua Portuguesa

— Nível 3 — curso de Formação de Formadores — «Formador Cultural»

De facto, foi a formação de quadros que mereceu maior atenção. Representou um enorme esforço financeiro para a Secretaria de Estado da Cultura da R. da G. G., pesando 20% no seu orçamento para cobrir as despesas com bolsas para os alunos, material didáctico e remuneração dos professores guineenses. Para além de funcionários da Direcção Geral da Cultura que trabalham em Bissau, frequentaram os cursos de formação os delegados regionais a quem cabe um papel importante na salvaguarda dos valores culturais guineenses e na execução de tarefas de animação cultural.

A participação do MINOM, traduz-se em colocar à disposição da Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desportos da R. da Guiné-Bissau as competências humanas e profissionais que possam servir os projectos de iniciativa e responsabilidade local integrados no Plano Nacional de Desenvolvimento Cultural.

Em termos de cooperação, entendemos que as decisões são da exclusiva responsabilidade local e que o trabalho desenvolvido pelos cooperantes apenas se destina a facilitar a boa execução dos projectos e aprofundar os laços de intercâmbio cultural. Não será durante curtas missões que poderemos pretender saber o que de melhor se deve fazer pelo desenvolvimento dos PALOPs. Não se trata de uma falsa modéstia, mas de uma percepção realista da cooperação.

Esta atitude identifica-se com a ideia que temos da função que compete ao museólogo, que entendemos como um facilitador e não uma pessoa que assume o poder de decidir sobre as consciências e necessidades de uma comunidade para a qual presta serviço.

Fomos sempre recebidos com muito carinho e amizade, criando as excelentes relações de trabalho. Foi esta situação que alicercou e viabilizou todo o trabalho que tem sido realizado, desde há três anos.

Estamos certos que para aqueles que quiserem participar no estreitamento de relações pessoais ou institucionais entre os museus dos países de Língua e Comunidade Portuguesa é este tipo de princípios que irão encontrar e que se traduzirão num enriquecimento mútuo.

Neste contexto torna-se difícil para nós dar uma resposta a questões «QUE MUSEUS PARA ÁFRICA». Aceitamos o privilégio de reflectir em conjunto com os nossos colegas africanos.

A POLÍTICA DE IMPLANTAÇÃO DE UM MUSEU DE LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL NA GUINÉ–BISSAU

Vicente Correia,
Técnico da Direcção Geral
da Cultura da Guiné–Bissau

O P. A. I. G. C. criado a 19 de Setembro de 1959 em Bissau, depois de dezoito anos da sua existência conquistou oficialmente as independências da Guiné–Bissau e Cabo–Verde. Estes anos de luta constituem um elemento capital da história do nosso país e serviram para a formação da unidade nacional e que deu origem à política do desenvolvimento do País. Portanto, o Museu da Luta de Libertação Nacional inscreve–se naturalmente nas linhas da política cultural definidas logo após a independência.

A ideia da criação do Museu de Luta de Libertação Nacional surgiu nas alvoradas da independência da Guiné–Bissau e que viria ser reafirmada pela Legislatura da Assembleia Popular em 1975.

Os objectivos fundamentais da criação desse Museu insere–se:

1.º — Assegurar a recuperação e a conservação dos objectos, documentos e vestígios que têm os traços da luta de libertação nacional e também a colecção dos materiais capazes de facilitar a reconstituição histórica dessa luta;
2.º — Este Museu, em colaboração com o Museu Etnográfico Nacional e as outras instituições de pesquisa assegurariam a autenticidade dos seus objectos;
3.º — Estudar todos os vestígios dessa luta tendo em vista vulgarizar o conhecimento da luta de libertação nacional.

O Museu como uma instituição social reconhece–se pela sua especificidade e singularidade aliás, essa particularidade dos museus consiste na unidade das suas funções a saber a representatividade das suas colecções, pesquisa científica, instrução e educação. Esta particularidade predominou o papel dos museus na sociedade contemporânea, o seu aproveitamento nos interesses da ciência e cultura, educação nacional, da instrução, da propaganda e das tradições populares. O Museu possibilita contactos imediatos com as fontes primárias de conhecimento e informação diferentemente dos demais meios de comunicação que representa a sua especificidade e eficiência

excepcional. A autenticidade dos objectos expostos nos museus, caracteriza-se pela mensagem e pela capacidade de despertar as emoções profundas e intensifica a percepção e assimilação de informações, contribuindo assim activamente para a formação do indivíduo.

Estas qualidades específicas manifestam-se sobretudo no contacto com as relíquias exclusivas e objectos pessoais pertencentes ao militante n.º 1 e fundador da nossa nacionalidade Cda. Amílcar Cabral e aos heróis e combatentes cujos nomes entraram na história da luta de libertação nacional do povo guineense.

Os objectivos a serem expostos nesse Museu são aqueles que têm um valor capaz de caracterizar as condições e as etapas marcantes da luta de libertação nacional e esses objectos vão desde as armas, uniformes dos guerrilheiros, artigos (utensílios) dos combatentes, folhas edições do P. A. I. G. C., documentos escritos, objectos que marcam a vida do Cda. Amílcar Cabral, etc.

Para a materialização dessas ideias (criação do Museu) foram organizados um volume considerável de documentos escritos, produzidos durante a luta de libertação nacional e que constituem o Arquivo Histórico do P. A. I. G. C. Também nesse quadro temos à nossa disposição alguns objectos de uso pessoal do Cda. Amílcar Cabral apesar das más condições em que se encontram na sede do P. A. I. G. C.

No cumprimento da decisão emanada do II Congresso Extraordinário do P. A. I. G. C., realizado no princípio do ano em curso, foi criada uma Comissão Instaladora desse Museu dirigida pelo Director do Museu Etnográfico Nacional e que integra os técnicos desse Museu e elementos das FARP. Apesar das enormes dificuldades verificadas ao longo do nosso trabalho, a comissão conseguiu inventariar provisoriamente 84 peças entre elas os objectos pessoais de Amílcar Cabral que se encontram ainda nos depósitos dos aquartelamentos de Bissau e do interior do País, por falta do local de estocagem dessas peças.

Para nós torna-se absurdo falar da experiência do Museu da Luta de Libertação Nacional na Guiné-Bissau dado que esse existe praticamente. Por outras palavras o nosso museu não apresentou uma exposição porquanto é uma instituição que o público desconhece até hoje.

A título de informação queremos dar a conhecer aos participantes desse encontro que o edifício escolhido para a instalação do Museu abrigava o primeiro governador da era colonial o que demonstra os valores histórico associados. Por várias ordens, sobretudo económica, a restauração do referido edifício com vista a adaptá-lo as condições de um museu, não foi concluída e demais o projecto da criação desse museu carece de pessoal técnico, capaz de assegurar os trabalhos museológicos.

Entretanto, são de sublinhar aqui as dificuldades financeiras que comprometeram os trabalhos do museu e levaram à paralização total das obras de restauração do edifício e por conseguinte da comissão instaladora.

A ARQUITECTURA DE MUSEUS
Ou que museu para a Guiné-Bissau?

Flávio Lopes
Director do Departamento de Arquitectura
do Instituto Português do Património Cultural

É esperado que os arquitectos inventem a forma dos museus, sobretudo no caso de edifícios construídos de raiz, mas a intervenção do arquitecto só é possível depois de um difícil e demorado trabalho ao qual poderei chamar a construção do conteúdo do museu.

A arquitectura é apenas uma forma, mais ou menos atraente, simbólica ou adaptada mas não é o objectivo a atingir.

O Museu Nacional da Guiné-Bissau possui instalações provisórias e objectivos ambiciosos que uma equipa jovem e dedicada tenciona concretizar.

Para cumprir os objectivos

— Recolher, conservar, preservar e divulgar a cultura do País — o Museu apresenta necessidades que as actuais instalações, no Complexo Escolar «14 de Novembro» em Bissau, não conseguem satisfazer.

Há então que equacionar as necessidades sectoriais, ponderar as disponibilidades e perspectivar as soluções.

A *recolha, investigação e conservação* pressupõem necessidades em espaços e equipamentos idênticas a outros museus de outros países, nomeadamente os portugueses, e daí a vantagem no intercâmbio de experiências.

Mas a *divulgação e a exposição* colocam problemas únicos de arquitectura pois dependem da relação que o museu pretende criar com o seu público.

Para *recolher, conservar e investigar* existem regras e processos aceites internacionalmente pois baseiam-se na experiência de milhares de museus mundiais, mas o tipo de *divulgação e de exposição* do espólio de um museu, ou seja a relação do museu com a comunidade é algo que é geralmente definido pela criatividade dos seus responsáveis.

Do ponto de vista arquitectónico que tipo de museu poderá ser criado em Bissau?

É uma pergunta para a qual não existem respostas unívocas, pelo que tentarei analisar várias hipóteses possíveis.

A primeira hipótese será a da *criação de um edifício novo,* construído de raiz para esse fim.

Existem vantagens técnicas nesta solução pois todas as necessidades de conservação, investigação e exposição podem ser equacionadas à partida.

Por outro lado será mais fácil prever uma construção faseada no tempo que vá respondendo às necessidades sempre em mutação.

Veja-se que o carácter hoje essencialmente etnógrafo do Museu da Guiné-Bissau poderá ganhar novas vocações e áreas de estudo, nomeadamente a divulgação do património natural, artístico, etc.

O problema fundamental será como financiar uma construção deste tipo e como mantê-la em funcionamento.

Mesmo faseando a construção estima-se que seria necessário um investimento inicial de cerca de 1 000 000 de dólares e seria necessário dispor de uma verba anual não inferior a 50 000 dólares para manter o museu em funcionamento.

Outra hipótese seria encarar a *adaptação de um edifício* ou estrutura antiga desafectada.

Porém, em Bissau são poucos os espaços reunindo as condições ideais, nomeadamente de áreas e de localização.

Apenas algumas antigas instalações industriais ou militares possuem as áreas necessárias mas será também necessário atender a localização pois para que o museu possa cumprir os seus objectivos deve ser acessível ao público ou através de transportes públicos.

A terceira hipótese teórica de criação do museu com características nacionais seria a de encarar *um programa integrado de reabilitação urbanística do centro histórico de Bissau — conhecido por Bissau Velho — com o aproveitamento turístico e cultural da fortaleza de Bissau — «Amura»* na perspectiva de que as instalações militares aí existentes se tornarão obsoletas a prazo.

É uma hipótese de execução difícil, a prazo curto, atendendo aos meios existentes — financeiros e logísticos — para realizar um tal objectivo.

Em qualquer dos casos é necessário perspectivar algumas questões:

O programa de um museu, independentemente da sua dimensão é hoje de uma grande complexidade técnica.

Um museu já não é só um conjunto de salas onde se expõem objectos, é também todo um conjunto de equipamentos e de espaços complementares que contribuem para o grande objectivo de salvaguardar e divulgar aspectos da cultura de um povo.

Um museu de âmbito nacional, na Guiné-Bissau, deverá dispor de meios para responder às necessidades:

de *investigação e gestão* — laboratórios e gabinetes técnicos
de *conservação e restauro* — reservas e oficinas de restauro
de *exposição* — áreas de exposição permanente e temporária e ateliers de preparação
de *animação cultural* — biblioteca, lojas de artesanato, sala polivaiente para acontecimentos culturais, etc.

Este último aspecto da animação cultural complementar é fundamental no caso de Bissau quer pela quase ausência de espaços culturais quer pela justificada necessidade, em concentrar meios e esforços de gestão.

O edifício e o local deverão utilizar todos os argumentos para estabelecer

um diálogo efectivo com a comunidade mesmo que para tal seja necessário albergar no Museu actividades não usuais, como é o caso da escola de dança.

A adaptação do edifício ou edifícios ao clima será condição essencial para a sua manutenção. Se o clima apresenta factores agressivos para os objectos em reserva e em exposição, como a poeira, a humidade, o calor, o sol, as térmitas, etc., então ter–se–ão que projectar edifícios que diminuam a agressividade desses factores, pois os sistemas tecnológicos de controlo das condições ambientais rapidamente devorariam o mais alargado dos orçamentos de manutenção.

Durante a presente comunicação abordei alguns aspectos que em meu entender deverão condicionar a criação do futuro Museu da Guiné–Bissau. Não posso, no entanto deixar de referir que a curto prazo deverão ser desenvolvidos esforços no sentido de melhorar as instalações existentes a fim de permitir prosseguir e alargar as acções de recolha e pesquisa iniciadas.

A GUINÉ–BISSAU NAS COLECÇÕES DO MUSEU NACIONAL DE ETNOLOGIA

Maria Celeste Rogado Quintino Costa Paiva
Assistente no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Investigadora do Instituto deInvestigação Científica Tropical, Lisboa

As colecções etnográficas respeitantes a etnias da Guiné–Bissau existentes no Museu Nacional de Etnologia datam, na sua maioria, da década de 60 e inscrevem–se na ideia que norteou o Professor Jorge Dias e a sua equipa na criação do então Museu de Etnologia do Ultramar: «documentar a formação do povo português... e exprimir de maneira particular... os vários contactos que ao longo do tempo foi estabelecendo com os múltiplos povos com que conviveu» (Dias 1964: 19)[1].

São, portanto, colecções que remontam a um passado recente e que revelam uma postura universalista e relativista cultural face à diferença. Constituem, por isso, um testemunho do encontro e convívio de culturas que vale a pena inventariar, documentar e dar a conhecer, numa época em que se torna tão importante a cooperação entre povos que viveram um momento histórico comum.

Estas colecções etnográficas permitiram fazer chegar a um público alargado aspectos da vida cultural de povos distantes que de outra forma permaneceriam envoltos numa penumbra suscitadora da criação de imagens estigmatizadas da diferença cultural. Puderam, assim, contribuir para a troca e progresso de conhecimentos, para a promoção da identidade cultural e para as relações interculturais (Bolton 1984: 32).

Ao antropólogo cabe lançar um novo olhar sobre o que na sua sociedade existe desse mundo «outro» e tentar entender o que esses vestígios revelam do encontro e convívio de culturas diferentes, podendo o museu ser entendido como um espaço privilegiado de multiculturalismo (Reynolds 1983).

Para o entendimento destas colecções etnográficas, procurar–se–á reflectir sobre diferentes tipos de questões, umas de ordem teórica outras de ordem mais etnográfica.

---

[1] Parte deste texto foi desenvolvido a partir da Dissertação de Mestrado (Veja–se Paiva 1990).

Na abordagem de colecções etnográficas a primeira questão que se levanta diz respeito à própria definição de colecção etnográfica.

Uma colecção etnográfica é antes de mais um conjunto de artefactos representativos de um dado grupo social. Para que uma colecção etnográfica tenha valor científico tem que estar devidamente documentada com os dados do terreno e ser representativa da sociedade como um todo ou da parte que se pretende estudar (Griaule 1957: 29–30: 47: Bock 1969: 395).

Perante este critério de cientificidade, até que ponto a maioria das colecções etnográficas não ocidentais existente nos museus europeus e americanos possui valor heurístico?

Esta é uma questão com que se debate qualquer museógrafo, já que as colecções etnográficas chamadas exóticas, na sua grande maioria, casualísticas e, por isso, erráticas e não documentadas ou a documentação que as acompanha é lacunar e confusa (Trowell 1969: 16–7).

O recurso aos dados etnográficos que entretanto se acumularam pode ajudar a superar a falta de informação que caracteriza estas colecções, já que os novos ventos que sopram nos locais de origem dificilmente permitirão documentá–las.

Se a documentação etnográfica e até mesmo os conhecimentos e experiência de gente que andou por essas paragens podem colmatar o problema da insuficiência ou ausência de informação, mais difícil parece ser solucionar a natureza errática destas colecções, pois, que, na sua maioria, não documentam a vida de um ou mais grupos no seu todo ou parte.

Embora não seja fácil reconstituir as condições em que se processaram as recolhas e as aquisições, pode–se admitir duas hipóteses. Uma que diz respeito às condições da «procura», outra que se prende com o contexto da «oferta».

Os colectores e adquirentes podem ter seleccionado uns artefactos em detrimento de outros por duas ordens de razão. Ou preferiram os artefactos que, pelo seu exotismo, lhes causaram maior emoção ou que melhor serviam os seus interesses, ou seleccionaram aqueles objectos que correspondiam à imagem pré–concebida que possuíam do grupo étnico em questão ou que iam ao encontro dos gostos e preferências do mercado ocidental.

Mas os colectores podem ter sido condicionados pela «oferta» e, então, recolherem os artefactos possíveis no momento.

Esta segunda hipótese levanta uma questão pertinente. Se se recolheram os artefactos que as sociedades de origem, no momento, proporcionaram, como se explica a existência, nos museus ocidentais, de tão elevado número de peças ligadas ao sagrado? Teriam sido recolhidos os objectos que de facto estavam a ser usados na sociedade de origem ou a «procura» teria suscitado o fabrico de formas destinadas à venda, umas ao gosto europeu, outras segundo o modelo vigente, mas feitas para o efeito?

Perante estas questões, não será mais correcto assumir–se que as colecções não ocidentais são erráticas e os espécimes que as constituem possuem características próprias porque resultam das condições, da visão e dos interesses do momento em que foram recolhidos ou adquiridos?

Se se partir dessa permissa poderá tentar entender–se por que se privilegiaram determinados grupos étnicos, se recolheram uns artefactos em

detrimento de outros e como as peças não ocidentais entraram na economia de mercado ocidental com estatuto de arte (Stocking Junior 1985: 4–6).

A inventariação do património cultural não ocidental existente nos museus europeus e americanos e na posse de particulares poderá ajudar a construir séries completas de artefactos, representativas dos diferentes momentos de recolha e aquisição e que, afinal, são também parte da memória colectiva dos membros das sociedades de origem.

Os dados etnográficos poderão, também aqui, dar o seu contributo, revelando artefactos que não foram recolhidos ou adquiridos, mas que constituem peças fundamentais para o entendimento das séries a documentar.

Outro problema que se levanta no estudo de colecções etnográficas diz respeito à sua autenticidade. Esta questão suscita outra não menos polémica que muitas vezes tem oposto antropólogos e estetas — como classificar artefactos não ocidentais existentes em museus europeus e americanos?

Se durante muito tempo se negou qualidades estéticas aos artefactos não ocidentais, vistos mais como curiosidades exóticas, no virar do século começaram a ser classificados como objectos de arte — critério estético — ou como testemunhos culturais — critério científico —, consoante se tratasse de um museu de Antropologia (Trigger 1985:242).

Enquanto o esteta avalia o objecto pela sua «qualidade» artística que resulta do talento e perícia do artista e pela sua natureza rara, excepcional ou antiga, o antropólogo preocupa–se com o objecto enquanto testemunho cultural e, por isso, anónimo e representativo de um dado aspecto da vida de um grupo social, quer no que respeita às relações que se estabelecem no seu seio quer nas relações que mantém com o exterior.

Embora um mesmo objecto possa ser considerado autêntico quer pelo esteta quer pelo antropólogo, a autenticidade para o primeiro é perpassada pela criatividade individual e para o segundo pela etnicidade (Williams 1985: 147),

Relativamente a esta problemática, apesar de alguns «puristas» considerarem autênticos apenas os artefactos que foram de facto usados na sociedade de origem, a autenticidade de um objecto etnográfico não parece limitar–se às questões de uso. Mais do que baseada numa dicotomia falso/autêntico, a problemática da autenticidade deve ser entendida num contínuo, podendo ser considerados autênticos todos os objectos que foram fabricados e/ou usados por um dado grupo social (Willet 1976: 8).

As características formais dos artefactos constituíram um outro foco de tensão entre antropólogos e estetas.

A avaliação de artefactos etnográficos segundo critérios puramente estéticos levou a que se privilegiasse a forma, sem que os aspectos formais fossem relacionados com o conteúdo sociocultural. Daí as descrições depreciativas que revelam as concepções estéticas ocidentais e as designações também reveladoras do desconhecimento do contexto sociocultural (Stephan 1988: 53 e seguintes).

Para o antropólogo a forma só ganha importância se preenchida de conteúdo e significado que derivam do contexto sociocultural do artefacto (Firth 1974: 180–1). Porque o artefacto define–se, essencialmente, por dois elementos, a sua forma e a sua função, que resultam do seu uso e significação na

realidade sociocultural de origem (Keesing 1961, 1: 307: Marconi & Presotto 1985: 179).

O conhecimento do contexto sociocultural permite perceber o significado simbólico do artefacto no seu aspecto bi e tridimensional; explicar o porquê da utilização de determinados materiais e técnicas de fabrico; entender o uso nas suas várias dimensões — como, com que fim, onde e quem usa — e a sua função enquanto efeito social do uso (cf. Griaule 1951; Gabus 1975; Vansina 1984; Stanley 1986, e outros).

Mas conhecer a dimensão antropológica de artefactos etnográficos não é apenas reduzir as ideias e os valores que lhe dão expressão a uma reflexão da interacção social. É também avaliar o seu impacto como agentes de uma ideologia sob a forma de relações sociais (Layton 1981: 43).

Os artefactos etnográficos desempenham um papel importante nos padrões de interacção que mantêm as instituições sociais, mas as ideias e os valores que ganham expressão tangível nos artefactos podem ser algo mais do que uma reflexão passiva sobre as instituições sociais a que dizem respeito. Podem também ser vistos como uma reflexão filosófica sobre a forma de pensar as instituições sociais e o seu lugar no mundo (Paudrat 1988:21).

Considerados no seu aspecto semântico, os artefactos etnográficos não ocidentais possuem a particularidade de poder tornar visível o sistema ideológico que os subsume (Leuzinger 1962:41) e conduzir ao interior do universo de representações através das quais se organiza o conhecimento ocidental sobre o «outro».

Postas estas questões, entender-se-á melhor a dimensão de mudança que estas colecções etnográficas encerram.

Arrancados do seu contexto espacial e temporal, os artefactos etnográficos são sobrevivências não só do passado de que a recolha os retirou como também dos passados que os discursos os colocam, tornando sempre presentes fenómenos de sincronia cultural quando se busca o significado das formas materiais preservadas em museus (Stocking Junior 1985: 4)

Mas estes artefactos estão também ligados a um passado que se relaciona com um contacto de culturas, fenómeno suscitador de mudanças.

Através do estudo de artefactos etnomuseográficos torna-se possível perceber os diferentes modos como os ocidentais viram as formas materiais do «outro», nos diversos momentos de recolha e de aquisição e de tratamento dos artefactos e, alargando a ideia de «nós» sobre o «outro», entender as tendências que se desenham desde o momento do encontro de culturas.

Negar valor heurístico aos artefactos etnomuseográficos é também, como diz Strathern a propósito do pouco interesse que as formas materiais dos melanésios têm despertado nos antropólogos ocidentais, desprezar uma das «possíveis fontes de compreensão dos processos através dos quais os melanésios lidam com a mudança social e se modificam a si próprios» (Strathern 1988:148).

Se os ocidentais foram capazes de mudar a sua atitude relativamente ao «outro», o «outro» também foi capaz de elaborar discursos sobre o encontro e convívio de culturas, introduzindo no seu universo novas formas materiais.

* * *

Relativamente às colecções etnográficas respeitantes às etnias da Guiné–Bissau existentes no Museu Nacional de Etnologia, muitos dos artefactos foram já referidos em estudos e em catálogos de exposições, uns datados da época em que o museu adquiriu as colecções, outros publicados após a Independência. São aqui de salientar os catálogos de exposições realizadas no e pelo Museu Nacional de Etnologia[2].

Embora possam revelar uma realidade parcial e reflectir os interesses e orientações teóricas do momento das recolhas e das aquisições, que podem ter levado a que se privilegiassem alguns grupos étnicos e determinadas facetas da vida social e elementos materiais, estas colecções integram artefactos associados aos espaços económico e doméstico, artefactos que distinguem os indivíduos, segundo o sexo, a idade, o estatuto social e o papel que desempenham na sociedade, e ainda, artefactos que garantem a segurança e que intervêm nas cerimónias que promovem a solidariedade social.

Nas colecções do Museu Nacional de Etnologia existem ainda objectos que encerram em si um processo de mudança que resultou do contacto com os ocidentais. O recurso ao passado talvez possa permitir entender melhor o porquê das miniaturas de piroga, das figuras que representam homens e mulheres em determinados momentos da vida ritual e social ou os animais esculpidos que revelam a fauna que tanto impressionou os ocidentais[3].

Se hoje estes objectos podem ser considerados «para venda ao branco», até que ponto poderão também ser vistos como uma resposta dos grupos étnicos à sua imagem ocidental ou como modelos introduzidos para satisfazer os gostos e as exigências do mercado ocidental? Não constituirão estes objectos um universo sobre o qual vale a pena reflectir, já que, embora não sejam utilizados pelos grupos, são manifestações emergentes de processos de mudança de contextos socioculturais?

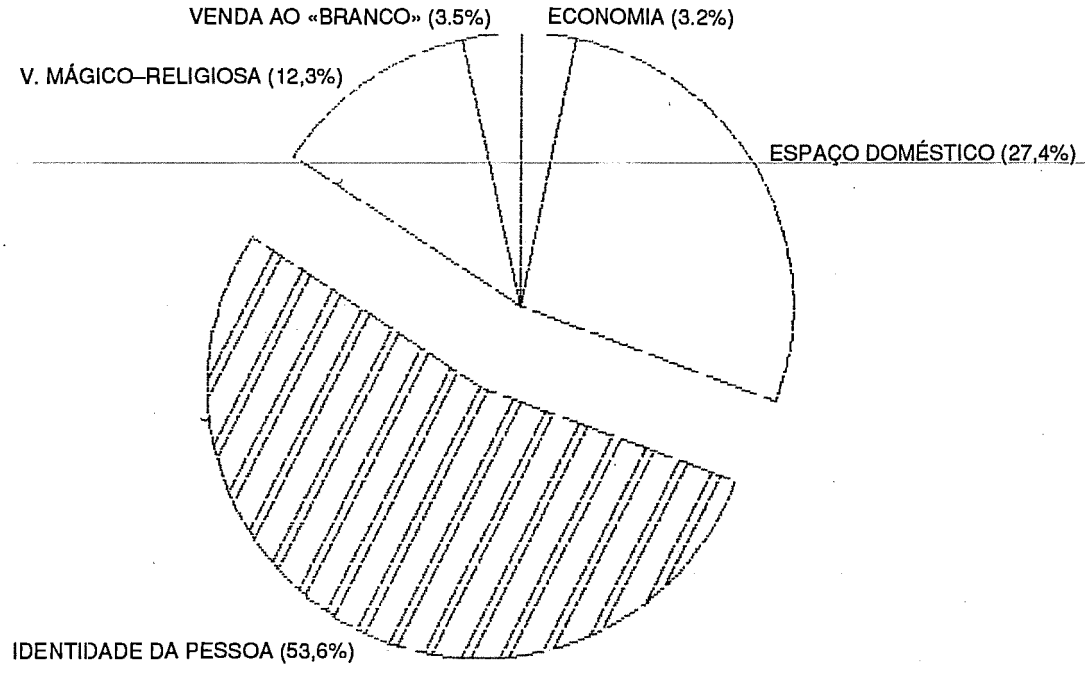
Uma breve visita pelas Reservas do Museu Nacional de Etnologia permite concluir que os artefactos bijagós constituem a grande parte das colecções etnográficas que documentam a Guiné–Bissau. Embora priviligiando determinadas facetas da sociedade bijagó, novecentas e duas (902) peças dão conta de aspectos relacionados com a economia, o espaço doméstico, a identidade da pessoa, a vida mágico–religiosa, para além dos objectos para venda ao «branco».

---

[2] Entre outros, Escultura Africana no Museu de Etnologia do Ultramar (1968), Povos e Culturas (1972), Modernismo e Arte Negro–Africana (1976), Desenho Etnográfico de Fernando Galhano. II — África (1985) e Escultura Africana em Portugal (1985).

[3] A este propósito veja–se Paiva (1990).

PERCENTAGEM DE ARTEFACTOS POR ASSUNTOS



Se se considerar a recolha de artefactos etnográficos no sentido em que é entendida por autores como Griaule (1957), Thomas (1969) e Gabus (1975), dificilmente se poderá admitir a existência de colectores de artefactos bijagós do Museu Nacional de Etnologia.

Basta isolar cada uma das colecções para facilmente se compreender a exiguidade de informações de terreno que as acompanha e até mesmo a sua natureza errática, já que não cobrem a realidade bijagó, nem numa parte nem na sua totalidade.

Neste sentido, apenas Victor Bandeira, se se tomar no seu todo as colecções que recolheu nas diferentes datas, aproxima–se da categoria de colector. As colecções recolhidas por Bandeira procuram cobrir parte significativa das ilhas habitadas do Arquipélago, possuem uma informação mínima de terreno e contemplam, sobretudo, artefactos que permitem avaliar o modo como se constrói a identidade do indivíduo, a sua posição na estrutura das classes de idade e o seu estatuto.

Na perspectiva aqui expressa, as outras colecções deverão melhor ser entendidas como conjuntos de artefactos, não se podendo neste quadro falar em colectores, mas antes em adquirentes, embora as aquisições tivessem decorrido em diferentes contextos.

QUADRO I

Número de Artefactos por Colector/Adquirente e por Assuntos

Colector/ Adquirente	Economia	Espaço Doméstico	Identidade da Pessoa	V. Mágico--Religiosa	Venda ao «Branco»
Bandeira	28	238	458	107	13
Oliveira			1		2
A. G. U.		2	5		
Quintino	1	3	8	1	11
M. G.			2	1	
Carreira			5		3
M. A. U.		2			1
Leone			2		
Martins				1	1
Medeiros				1	
Aguiar					1
?		2	2		

De facto, Victor Bandeira é o colector por excelência de artefactos bijagós do Museu Nacional de Etnologia, embora realize as suas expedições ao terreno a expensas próprias e a título particular.

A sua primeira grande expedição a África Ocidental data de 1961. Na Guiné, Bandeira incide as suas recolhas entre os Nalús, tendo. contudo, trazido peças de outros grupos étnicos.

Entretanto, contacta com a obra de Bernatzik (1933) e descobre a riqueza escultórica dos bijagós. É em 1966 que realiza a primeira expedição ao Arquipélago dos Bijagós, onde regressa em 1969, numa segunda viagem de recolha.

Mais tarde, em 1972, Bandeira volta ao Arquipélago, desta feita em viagem de lazer, não deixando de recolher alguns artefactos. Nesta última viagem, Bandeira, pela sua experiência de terreno, acompanha a jornalista Maria Antónia Palla e o fotógrafo Gageiro que se deslocaram ao Arquipélago em

expedição jornalística. Palla (1972), na reportagem que escreve sobre esta viagem, pressagia a extinção da sociedade tradicional bijagós, apontando o sincretismo que observa em algumas ilhas.

QUADRO II

Número de Artefactos Recolhidos por Bandeira, por Datas e por Assuntos

Data de Recolha	Economia	Espaço Doméstico	Identidade da Pessoa	V. Mágico-Religiosa	Venda ao «Branco»	Total
1961					1	1
1966	25	228	349	81	6	689
1969	3	8	93	24	2	130
1972		2	16	2	4	24

Quintino empreendeu três missões à Guiné a expensas do então Museu de Etnologia do Ultramar com a finalidade de recolher peças etnográficas.

Administrador aposentado do Quadro Administrativo da Guiné, é na sua primeira missão (1963) que Quintino adquire vinte cinco (25) artefactos no Arquipélago dos Bijagós.

De salientar que já em 1962, Quintino tinha publicado a primeira parte de um artigo intitulado «Sobrevivências da Cultura Etiópica no Ocidente Africano», iniciando com o capítulo «O Bijagó, Esse Enigma!», onde defende «o paralelismo entre a cultura bijagó e a primitiva cultura etiópica» (Quintino, 1962: 14).

Até que ponto o facto de Quintino, nesse mesmo artigo, defender a ideia do matriarcado e do totemismo o teria levado a optar por determinados artefactos? As saias e as figuras femininas, por um lado, e as representações zoomórficas, por outro, não serão reveladoras das ideias defendidas por Quintino que poderiam ter norteado as suas aquisições?

António de Oliveira, ligado à Administração Colonial, percorreu as ex-províncias ultramarinas portuguesas, tendo adquirido diversos artefactos etnográficos.

Com base nesses artefactos e noutros que observa, sobretudo na Sociedade de Geografia de Lisboa, publica uma obra onde analisa esses materiais. É nessa obra que Oliveira vê em alguns artefactos bijagós reminiscências da velha arte egípcia (Oliveira 1959: 130).

Os artefactos bijagós do M. E. adquiridos por Oliveira são, testemunho dessa ideia difusionista, já anteriormente avançada por alguns[4].

Leone (1970), Martins (1972) e Aguiar (s. d.) fizeram carreira na Guiné durante o período colonial, tudo levando a crer terem adquirido os artefactos bijagós apenas pelo gosto de coleccionar objectos exóticos[5].

Carreira, ligado ao Quadro Administrativo da Guiné então portuguesa e posteriormente funcionário da Casa Gouveia (Companhia União Fabril), nas suas andanças pelas várias circunscrições administrativas, manifestou sempre interesse pela riqueza etnográfica deste pequeno território da África Ocidental que alguém uma vez chamou uma «manta de retalhos étnicos».

Já aposentado, Carreira junta-se à equipa de investigação do então Museu de Etnologia do Ultramar, tendo realizado várias missões a Angola, Moçambique e Cabo-Verde. Os artefactos bijagós adquiridos por Carreira (1964) não resultam de expedições ao terreno, mas antes de compras fortuitas em Lisboa, aproveitando verbas atribuídas às missões realizadas nas ex-províncias ultramarinas atrás referidas.

Medeiros esteve na Guiné em cumprimento do serviço militar, tendo-se deslocado ao Arquipélago dos Bijagós em períodos de lazer, onde adquire um único artefacto que posteriormente oferece ao museu (1974).

Alguns outros artefactos bijagós vieram parar ao museu através da Agência Geral do Ultramar (1963), do Museu da Guiné (1964) e do Museu Agrícola do Ultramar (1966). Estes artefactos deram entrada sem qualquer informação e só posteriormente viriam a ser identificados pela equipa de investigação do museu.

Datam de 1977 e de 1984 as últimas aquisições de artefactos bijagós pelo Museu Nacional de Etnologia. Meramente ocasionais, estas aquisições, tal como, provavelmente, a aquisição da lança AO720, relativamente à qual a documentação museográfica não revela nem colector / adquirente nem data de recolha / aquisição.

Embora se possa dizer que estas colecções do Museu Nacional de Etnologia privilegiam determinados grupos étnicos e incidem sobre dados aspectos da sua vida social, o facto é que elas constituem um património mundial que deve ser preservado em condições de se garantir a sua existência como fonte de reflexões científicas e de conhecimento para as gerações vindouras.

Não deverão por isso estar sujeitas a decisões políticas apaixonadas que podem pôr em risco a sua existência, sob pena de se estar a lesar a herança cultural que é de todos nós.

Destas breves palavras a propósito das colecções do Museu Nacional de Etnologia poderão ser levantadas algumas questões que parecem poder constituir um ponto de partida para o debate que se seguirá:

---

[4] Bernatzik (1933), Simões (1935) e Homet (1942) tinham já admitido a existência de traços da civilização nilótica na sociedade bijagó, ideia retomada mais tarde por alguns e constestada por outros.

[5] Entre parênteses as datas em que os referidos adquirentes venderam/ofereceram os artefactos ao museu.

1.ª A importância de uma recolha sistemática de modo a garantir a constituição de colecções completas, bem documentadas com os dados do terreno e que revelem a vida de um grupo no seu todo ou parte.

2.ª A decisão sobre a natureza dos objectos a recolher: deverão ser recolhidos os objectos de facto em uso, esvaziando as sociedades de elementos materiais importantes à sua existência, ou deverá optar-se pelas cópias, situação que pode conduzir a um tipo de artesanato que falsea o carácter etnográfico dos acervos dos museus de Antropologia.

3.ª A decisão sobre o tipo de colecções a constituir: não poderá incidir-se a recolha na vida económica dos grupos, aspecto descurado pelos ocidentais, ou nos objectos chamados «para venda ao branco», de grande riqueza para o entendimento dos discursos sobre o colonizador.

4.ª A decisão sobre o tipo de avaliação dos objectos etnográficos: deverão ser vistos sob a perspectiva estética para dar conta, por exemplo, dos diferentes estilos ou sob a perspectiva antropológica para reflectir a riqueza etnográfica.

BIBLIOGRAFIA CITADA

1968 — *Escultura Africana no Museu de Etnologia do Ultramar,* Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 290 p.

1972 — *Povos e Culturas,* Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 676 p.

1976 — *Modernismo e Arte Negro-Africana,* Lisboa, Museu de Etnologia, 28 p.

1985 — *Desenho Etnográfico de Fernando Galhano. II — África.* Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical/Museu de Etnologia, 79 p.

1985 — *Escultura Africana em Portugal,* Lisboa, Museu de Etnologia/Instituto de Investigação Científica Tropical, 476 p.

BERNATZIK, H. Adolf

1933 — *Geheimnisvolle Inselm Tropen-Afrikas: Frauenstãat und Mutterrecht der Bidvooo,* Berlim, Deutsche Buch Gemeinschaft, 223 p.

BOCK, Philip K.

1969 — *Modern Cultural Anthropology. An Introduction,* Nova Iorque, Alfred A. Knopf, 464 p.

BOLTON, Lissant

1984 — *«L'Inventaire des Collections Oceaniennes en Australie: Problemes et Questions»,* Museum, 141: 32-35

DIAS, António Jorge

1964 — *Museu Nacional e Museus Regionais de Etnografia, Barcelos,* Museu Regional de Cerâmica, 20 p. (Cadernos de Etnografia, 1)

GABUS, Jean
1975 — *L'Objet Temoin: Les References d'une Civilisations par l'Object,* Neuchatel, Editions Ides et Calendes, 330 p.

GRIAULE, M.
1951 — *«Les Symboles des Arts Africains».* In RATTON, Charles (Edição) — L'Art Negre, Paris, Editions du Seuil, p. 12.24 (Présence Africaine, 10–11).
1957 — *Méthode de l'Ethnographie,* Paris, Presses Universitaires de France, 108 p.

HOMET, Marcel
1942 — *«Une Journée a Orango»,* Revue Scientifique et Literaire, 2: 12–34.

KEESING, Felix M.
1961 — *Antropologia Cultural. A Ciência dos Costumes,* Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 2 v.

LAYTON, Robert
1981 — *The Anthropology of Art,* Londres, Granada Publishing, 227 p.

LEUZINGER, Elsy
1962 — *Afrique: L'Art des Peuples Noirs,* Paris, Editions Albin Michel, 252 p.

MARCONI, Marina de Andrade & PRESOTTO, Zélia Maria
1985 — *Antropologia. Uma Introdução.* São Paulo, Editora Atlas, 255 p.

OLIVEIRA, A, de
1959 — *Mahamba. Tentativa de Interpretação Artística e Psicológica de Documentos de Arte dos Negros Africanos,* Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 150 p.

PAIVA, M. Celeste G. R. Q. da Costa
1990 — *Artefactos Bijagós: O «Nós» e o «Outro». Das Construções de Alteridade nos Discursos em Torno de Artefactos de uma População Insular da África Ocidental.* Dissertação de Mestrado, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 351 p.

PALLA, Maria Antónia
1972 — *«Bijagós, Um Mundo em Extinção»,* Século Ilustrado, 1790: 34–35, 54-59; 1791: 34–47; 1792: 34–51.

PAUDRAT, J. L.
1988 — *«Introduction».* In: KERCHACHE, J., PAUDRAT, J. L. & STEPHAN, L. — L'Art Africain, Paris, Editions Mazenod, p. 19–28.

QUINTINO, F. Rogado
1962 — «*Sobrevivências da Cultura Etiópica no Ocidente Africano*», Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, 17(65): 5–40.

REYNOLDS, B.
1983 — «*The Relevance of Material Culture to Anthropology*», Journal of Anthropology and Sociology, 2: 63–75.

SIMÕES, Landerset
1935 — Babel Negra, Porto, Edição do Autor, 236 p.

STANLEY, JANET L.
1986 — «*African Art and the Art and Architecture Thesaurus*» Museum Studies Journal, 1: 42–52.

STEPHAN, L.
1988 — «*La Sculpture Africaine:* Essai d'Esthétique Comparée». In: KERCHACHE, J. PAUDRAT, J. L. & STEPHAN, L. — L'Art Africain, Paris, Editions Mazenod, p. 29–486

STOCKING JUNIOR, George W.
1985 — «*Essays on Museums and Material Culture*». In: STOCKKING JUNIOR, George W. (Edição) — Objects and Others. Essay on Museums and Material Culture, Londres, The University of Wisconsin Press (History of Anthropology, 3), p. 3–14.

STRATHERN, Marilyn
1988 — «*Acontecimentos Históricos e a Interpretação de Imagens*». In: BOUQUET, Mary Rose & BRANCO, Jorge Freitas — Artefactos Melanésios. Reflexões Pós–Modernistas, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical/Museu de Etnologia, p. 147–156 (1987).

THOMAS, L. V.
1969 — «*Les Diola et les Objects d'Art*», Bulletin de l'Institut Fondamental d'Afrique Noire, Série B, 31(2): 452–530.

TRIGGER, Bruce G.
1985 — «*Writing the History of Archeology, A Survey of Trends*». In STOCKING JUNIOR, George W. (Edição) — Objects and Others. Essays on Museums and Material Culture, Londres, The University of Wiscounsin Press (History of Anthropology, 3), p. 218–235).

TROWELL, Margaret
1964 — *Classical African Sculpture,* Londres, Faber & Faber, 103+48 p.

WILLETT, Frank
1976 — «*True or False? The False Dichotomy*», African Art, 9(3): 8–14.

WILLIAMS, E. A.
1985 — *«Art and Artifact at the Trocadero,* 'Ars Americana' and the Primitivist Revolution». In: STOCKING JUNIOR, George W. (Edição) — Objects and Others. Essays on Museums and Material Culture, Londres, The University of Wiscounsin Press (History of Anthropology, 3), p. 146–166.

OS MUSEUS EM CABO VERDE

Nélida Rodrigues
Chefe de Divisão de Museus do Instituto Nacional de Cultura de Cabo Verde

Encontrar amigos é sempre um prazer enorme seja aonde fôr. E maior ainda o prazer quando o espaço é familiar e os amigos são os mais chegados.

É pois com imenso prazer que Cabo Verde está aqui mais uma vez presente neste encontro de amigos que procuram um caminho conjunto.

Nossas palavras neste momento são antes de mais de agradecimento pelo convite e por estarmos aqui pois isso só foi possível pelo empenho da Comissão Nacional Portuguesa do ICOM, em particular da Dr.ª Natália Correia Guedes.

Nossas palavras vão ainda no sentido de parabenizar aos organizadores pelo empenho na realização deste encontro, fundamental para a cooperação mútua, para o nosso enriquecimento mútuo no aspecto profissional e sobretudo humano. Sobretudo porque para nós, ao falar da museologia fica-nos muito difícil desvincular esses dois aspectos, visto que a preocupação primeira e última do trabalho museológico é o homem.

E é justamente o factor humano, com todos os seus componentes sociais e sobretudo culturais que nos une aqui no momento e nos possibilita uma comunicação sem ruídos, que vai para além da nossa língua comum e nos une através dos oceanos e dos territórios.

Pela primeira vez Cabo Verde se faz representar por um profissional de Museu que procura dar continuidade ao trabalho já desenvolvido pelo nosso antecessor Dr. Manuel Veiga que um grande impulso procurou sempre dar à área, apesar das inúmeras barreiras e dificuldades sempre existentes no trabalho com a cultura, mormente num país como o nosso onde há ainda carências sociais primordiais.

Eu, como profissional directamente ligado ao trabalho com os museus em Cabo Verde quero com vocês enriquecer a minha vivência e a nossa troca e para tanto trago-vos um pouco de Cabo Verde e dos seus museus.

Falar da Museologia e Museus em Cabo Verde é antes de mais falar de uma área praticamente desconhecida pela nossa população e que só em Setembro/90 teve o primeiro profissional da área. E ainda falar de um país onde não existe nenhum museu o que pode ser explicado por muitas razões, mas continua sendo um facto contra o qual há que lutar. E falar de uma realidade social onde não só a população menos informada, mas a grande maioria dos

cidadãos nunca ouviu falar em museu, não vê a sua importância, a sua utilização e porquê deve ser importante. Pessoas que entretanto têm a plena consciência da sua identidade do seu existir como pessoa e como caboverdiano o que é sempre motivo de orgulho. Cabe portanto aos profissionais de Museus e aos homens da Cultura como um todo, achar um caminho que crie um denominador comum entre esses factores, de forma a que o museu não seja um mostruário morto ou quatro paredes que nos sintamos obrigados a fazer, mas um meio de preservação viva dos valores onde cada caboverdiano possa se reconhecer, projectar–se, relacionar–se com o outro e descobrir ou redescobrir como caboverdiano.

Ao falarmos da nossa realidade em termos de museus relembramos o testemunho trazido por Cabo Verde no último encontro, onde foi dito que «Cabo Verde não herdou nenhuma estrutura física de preservação do património cultural, nem Museus, nem Arquivo Histórico e nem redes de Bibliotecas».

E que «com a Independência, a premência dos problemas económicos fez relegar para o II plano todo o investimento em matéria de cultura, em geral, de preservação do património cultural, em particular».

Mas esse testemunho, já no Encontro anterior, mostra felizmente que o panorama começa a mudar e a definir–se por uma maior preocupação com a preservação do nosso património histórico e cultural, sanados grande parte dos problemas sociais básicos, como as necessidades com a saúde, a alimentação e a educação entre outros.

Esse início da criação de condições para a preservação do nosso património histórico e cultural fez dinamizar já algumas ideias de projectos e outros, projectos museológicos já em concretização em Cabo–Verde, a saber:

1 — O Centro Nacional de Artesanato que vem dinamizando o interesse à volta ao artesanato tradicional e a preocupação com a preservação de peças etnográficas.
2 — O Arquivo Histórico Nacional começou já o projecto de criação de Museu de documentos especiais com peças de numismática também.
3 — O Museu do Mar e o Museu de Arte sacra, ainda ideias de projecto.
4 — O Museu Histórico consequência de um projecto maior o da preservação da Cidade Velha.
5 — A recuperação de edifícios históricos já é um facto.
6 — A recolha e preservação de Tradições Orais, num primeiro momento, visando um projecto maior e integrado a outros valores etnográficos no futuro.
7 — Entretanto destacamos os nossos dois grandes projectos de momento

a) O Núcleo de Museu Etnográfico e
b) O Projecto Cidade Velha.

O Projecto Museu Etnográfico começou com a ideia de se chegar a um Museu Nacional que pudesse espalhar a Identidade Nacional do caboverdiano.

Para tanto, um grande projecto foi encetado, a criação e implantação do Centro Histórico Cultural, onde o Museu Nacional faria parte integrante de outros complexos culturais como a Biblioteca Nacional, o memorial Amilcar Cabral, entre outros. Esse projecto, integrado no âmbito da cooperação com o Brasil, não se tornou entretanto realidade. Ainda não. E não podemos dizer quando o será.

Dessa forma temos procurado alternativas para o projecto, a nível nacional. Com isso, o espaço físico do Museu Etnográfico, ainda que mais modesto, já existe. E o projecto foi iniciado com um levantamento a nível nacional do acervo desse Museu. E uma coisa é certa: hoje conhecemos de forma mais objectiva a realidade de que fazemos parte e já podemos começar a avaliar e delinear as linhas futuras do projecto.

Já podemos por exemplo colocar–nos algumas questões importantes. A primeira, de fundamental importância, a de perguntar–nos e perguntar aos cidadãos caboverdianos: Justifica a nossa realidade de ilhas e culturas com elementos comuns, mas diversos nas suas formas de manifestação, fazermos, como uma primeira realidade museológica mais concreta, um Museu Nacional, ou antes Museus Regionais que melhor testemunham a nossa realidade cultural?

Uma segunda pergunta: temos uma realidade etnográfica rica e o suficiente que justifique que essa primeira iniciativa seja de natureza etnográfica ou antes a visão antropológica nos trará melhor e de forma mais profunda o testemunho da nossa maior riqueza que é o homem caboverdiano e a sua forma de viver e de ver o mundo? Até agora pelo menos os nossos estudos, pesquisas e recolhas nos têm levado a tomar consciência desse facto que a cada dia mais nos faz conscientizarmos da necessidade de um estudo, uma análise e uma discussão mais profunda.

Nós em Cabo Verde estamos a optar por essa posição como forma da museologia melhor responder às nossas necessidades de preservação. E não fazer museus por fazer, ou porque é moda.

Um outro grande projecto nos tem suscitado uma reflexão profunda, o projecto da Cidade Velha.

Cidade Velha, antiga Ribeira Grande na ilha de Santiago é o berço da caboverdianidade onde a primeira Sociedade surgiu no século XV e aí o Caboverdiano, com tudo o que pode ter de heterogéneo quanto à sua origem.

Foi ainda Ribeira Grande o local de passagem de um continente grande de pessoas, Portugueses, Africanos e outros a caminho das Américas, do continente Africano ou da Europa.

A riqueza histórico–cultural da Cidade Velha não é portanto só do caboverdiano mas da humanidade. Há que pois preservar esses valores deixados pela história e referidos na tradição oral e nos documentos escritos e edificados. Há que preservar, consolidar as ruínas da Sé Catedral, a Igreja do Rosário, a torre da Misericórdia, a Fortaleza de São Filipe, o Convento de São Francisco, o Pelourinho, o Forte de Santo António, o de São Veríssimo etc. E há que sobretudo levar em conta a Cidade como sítio histórico como um todo, com uma população própria que possui valores importantes e ricos e uma vida social que deve ser integrada à preservação do local como um todo.

Para tanto acções vêm sendo desenvolvidas no sentido de se chegar a dar à Cidade Velha o lugar merecido.

Não chegaremos a dizer que Cidade Velha constitui ou constituirá um ecomuseu, mas atrevemo–nos a afirmar que constitui um Museu–Vila, onde ainda a integração entre os valores rurais e urbanos devem ser contemplados num projecto de preservação.

Em 1989 solicitamos a inscrição da Cidade Velha na lista de Património Mundial, processo que está correndo os seus trâmites.

Em seguida, procuraremos informar–vos, sobretudo para os que não conhecem Cabo Verde, sobre um pouco do que é Cidade Velha e do que vem sendo aí feito.[1]

[1] Segue-se uma projecção comentada de diapositivos sobre a Cidade Velha.

A PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL EM MOÇAMBIQUE E O PROGRAMA DO MUSEU NACIONAL DE ETNOLOGIA

Paulo Soares
Director do Programa
do Museu Nacional de Etnologia
Nampula, Moçambique

O objectivo desta comunicação é apresentar alguns dados para reflexão sobre problemáticas relativas ao papel que compete aos museus, na protecção do património cultural de Moçambique, no desenvolvimento da cultura e personalidade nacionais e, consequentemente, no desenvolvimento global do país.

Sustentamos a necessidade de realização de estudos e aplicação de métodos apropriados, para captar investimentos em programas de reabilitação, construção, ou reconversão de edifícios de museus para novas funções, e a tomada em consideração de questões relativas à arquitectura, equipamento e administração dos museus.

Considerando a situação de países jovens como Moçambique, com inexperiência de administração de museus, insuficientes rotinas de funcionamento, e ausência de legislações apropriadas, defendemos que estudos paralelos devem ser realizados, para a tomada de medidas jurídicas e definição de estratégias globais relativas à protecção do património cultural e natural.

Tendo em conta a situação actual dos museus em Moçambique, e a situação que o país atravessa, com inúmeras dificuldades económicas e restrições orçamentais, destacamos a necessidade de se delimitar o que compete aos órgãos centrais do Estado, e o que deve ser atribuição de órgãos locais, da comunidade e de doadores diversos, para o desenvolvimento de uma rede coerente de museus no país.

Particularizando aspectos sobre o Programa de Reabilitação e Extensão do Museu de Nampula, como Museu Nacional de Etnologia, acrescentaremos alguns dados sobre a forma como se perspectiva o seu desenvolvimento a longo prazo, através de um programa de investimento faseado, mais viável para a débil situação económica que o país atravessa, mas tendo em conta necessidades urgentes , não só relativas à protecção do património etnográfico, como do próprio desenvolvimento económico e social do país.

1. A Protecção do Património Cultural em Moçambique

Devido ao lugar que o território de Moçambique desempenhou, ao longo de séculos, na comunicação entre povos de diversos pontos da África central e austral e de outros continentes, o país possui hoje um património cultural diversificado, com colecções em museus, das mais variadas e ricas da região, monumentos e conjuntos urbanos de distintos períodos históricos e influências civilizacionais.

Por factores diversos, sob o ponto de vista geofísico, faunístico ou estético, o património natural de Moçambique atrai, em tempo de paz, turistas de países próximos e distantes, e encontravam-se declaradas, já antes da independência, vários Parques e Reservas Naturais, como zonas protegidas.

A instabilidade militar que o país atravessa, particularmente desde 1982, tem tido consequências não mensuráveis, no desenvolvimento cultural e protecção do património: a quebra do ciclo de sobrevivência de mais de metade da população desalojada dos seus haveres e refugiada longe dos locais de residência, o abate indiscriminado de espécimes protegidas, para tráficos ilícitos de despojos de caça, e a incapacidade económica de realizar investimentos na protecção de monumentos ou em museus, são alguns exemplos que ilustram as dificuldades em administrar a protecção do património cultural em Moçambique.

Contudo, considerando os esforços políticos para se alcançar a paz no nosso país e região, como forma de se iniciar um novo período de desenvolvimento, salientamos o papel que os museus devem desempenhar no enriquecimento da cultura popular e respeito pela sua diversidade e identidade, como forma de preservar e desenvolver a sua herança cultural, em benefício de um progresso harmonioso, do ponto de vista económico, social e ambiental.

A tomada em consideração destes aspectos, contribuiu para que, em Moçambique, desde há alguns anos esteja a ser estudada uma estratégia, relativa à protecção do património cultural, e que culminou com a aprovação, pela Assembleia da República, da Lei de protecção do Património Cultural (Lei n.º 10/88), onde se definem conceitos, indicam-se órgãos, mecanismos e o quadro jurídico e institucional necessário à efectiva salvaguarda e defesa do património cultural do povo moçambicano.

De então para cá, têm-se realizado estudos para a elaboração dos vários regulamentos que viabilizem alcançar o desiderato previsto na Lei, consolida-se o funcionamento de alguns museus e promove-se a articulação de diversos sectores que tutelam instituições que actuam no âmbito da protecção do património cultural.

Em Moçambique um órgão estatal da cultura só foi criado em 1976, como Direcção Nacional, com recursos limitados dentro do Ministério da Educação, e não herdou do passado experiência organizativa, recursos e rotinas, já que a acção governativa colonial, no domínio da cultura, foi irregular e pouco sistemática, com raras excepções como o Arquivo Histórico e a Biblioteca Nacional.

Assim, a acção governativa durante os primeiros anos, assentou nas concepções e papel que durante a Luta Armada de Libertação Nacional era

atribuído à cultura, essencialmente como instrumento de mobilização e afirmação da personalidade cultural liberta da submissão colonial.

Neste contexto, os programas que mais se destacaram foram o Festival Nacional de Dança Popular, o festival Nacional da Canção e Música Tradicional e a Campanha Nacional de Preservação e Valorização do património Cultural, que se desenvolveram entre 1978 a 1982, e marcam este período de euforia pela independência e de grandes movimentos culturais.

Embora se tenham aberto alguns museus de história durante este período (o Museu da Revolução, o Museu Nacional da Moeda e o Museu Arqueológico de Manyiqueni), não houve continuidade e desenvolvimento de rotinas e de recursos humano, no trabalho destes e de outros museus do país, com excepção para o actual Museu de História Natural, o único que manteve uma actividade institucional regular.

Com a Independência, ao deixar de existir a antiga Comissão Nacional de Monumentos e Relíquias Históricas, que desde meados dos anos quarenta desempenhara um papel de destaque na classificação e protecção do património cultural de Moçambique, houve uma ruptura institucional que conduziu a dispersar a administração do património por vários sectores, que assegurassem a sua protecção.

Para permitir a continuidade de acesso a fontes históricas e científicas, o Instituto de Investigação Científica, o Museu Dr. Álvaro de Castro, hoje Museu de História Natural, e o Arquivo Histórico de Moçambique, que passa a incorporar a colecção do Museu da Fortaleza de Maputo, são integrados na Universidade Eduardo Mondlane.

Face ao abandono a que se encontravam várias colecções e museus municipais, e edifícios históricos protegidos pela Comissão de Monumentos, em várias regiões do país, o seu património é transferido para a responsabilidade do sector estatal da cultura, mas não recebem meios para se desenvolverem, nem recursos humanos habilitados.

A reestruturação do órgão estatal da cultura, iniciada em 1983, com a criação da Secretaria de Estado da Cultura, e consolidada em 1987, com a sua passagem a Ministério, tem sido orientada no sentido de a cultura, passar a ser considerada, como uma dimensão essencial do desenvolvimento.

Reafirma-se, desde então com mais insistência, que é no desenvolvimento de instituições culturais, que se criam condições, para realizar as acções que permitam a identificação, a análise, a sistematização, preservação e valorização dos elementos do património cultural — e sua devolução à comunidade, para fruição, reflexão e reelaboração, com novas formas, novos conteúdos.

Os órgãos do Estado deixam de agir directamente na produção cultural, e as suas atribuições passam a concentrar-se mais em normar e promover o crescimento, do conjunto de instituições culturais consideradas fundamentais, e atribuir dotações para o seu funcionamento mínimo, e de forma a que o seu desenvolvimento ulterior se possa realizar com recurso a outros meios externos e doações.

Estuda-se neste momento a forma de articulação inter-sectorial necessária à protecção do património cultural e de coordenação global das várias instituições públicas da área, atendendo a que se encontram dependentes de

vários organismos e à necessidade de lhes garantir estabilidade, recursos e meios apropriados para se desenvolverem.

Existindo vários museus de perfil histórico, particularmente em Maputo e Ilha de Moçambique, abordando períodos, épocas e aspectos distintos, e perante a necessidade de as bases teóricas e metodológicas da ciência da história terem um reflexo directo na prática quotidiana dos museus, com todas as consequências que isso possa ter em termos de política de colecções, de investigação ou de exposições, tem-se defendido a necessidade de uma orientação comum para as várias instituições e uma maior intervenção dos historiadores no tratamento dos materiais dos museus e sua divulgação.

A proposta em estudo, enfatisa a criação de um Museu de História de Moçambique, que integre museus filiais vocacionais para áreas específicas, referenciando o conjunto de outros museus associados e locais de interesse histórico, e envolvendo a comunidade na preservação da sua herança patrimonial.

O Museu de História Natural, o mais antigo do país (criado em 1913), e depositário de colecções científicas e recursos humanos, institucionais e laboratoriais importantes, que, desenvolvidos e associados a outros museus especializados (como os museus de Geologia ou de Biologia Marítima de Inhaca) e à administração de Parques e Reservas Naturais, podem desempenhar um contributo activo na preservação e valorização do património natural do país.

O Museu Nacional de Arte, que começou a ser organizado há alguns anos, com exposição permanente e actividades regulares com o público desde 1989, e o Museu Nacional de Etnologia, que se programa desenvolver em Nampula, completam o conjunto de museus, de âmbito nacional, em domínios específicos do património móvel, que se apontam como fundamentais para o desenvolvimento da rede de museus em Moçambique,

Outros museus de iniciativa local, pública ou privada, desde que satisfizessem certos requisitos de administração, poder-se-iam associar a estes museus, conforme a natureza das suas colecções, recebendo apoio metodológico, de formação profissional e colaboração na realização de programas comuns.

A criação de novas formas de administração de museus, em que estes não sejam concebidos como meras salas com exposições imutáveis, sob o olhar de atentos vigilantes, mas como centros de conservação, animação cultural, comunicação e investigação, é um aspecto que destacamos, pois, derivando da forma como a sociedade se interessa pela preservação e usufruto do seu património, será o determinante, no futuro papel que os museus possam desempenhar no desenvolvimento do país.

2. O Programa do Museu de Nampula: Objectivos e Métodos

Ao ser criado em 1986 o Departamento de Museus e definida entre as prioridades a reorganização do Museu de Nampula, como Museu Nacional de Etnologia, constituiu-se um grupo de trabalho com o objectivo de definir, de acordo com uma filosofia conceptual, as funções e os propósitos do museu.

O Museu de Nampula tinha sido inaugurado trinta anos antes, como museu regional, mostruário do património cultural do norte de Moçambique e a colecção inicial, com mais de quatro mil items, encontrava-se praticamente toda exposta, sem significativas aquisições até 1975.

Nessa altura o museu atravessou um período de virtual abandono, com vitrines saqueadas, materiais desaparecidos, e outros bastante danificados por factores ambientais, em particular a galeria de história natural, que ficou virtualmente destruída, tornando-se urgente medidas de protecção defensivas.

Foram então afectos alguns recursos para que o Museu de Nampula fosse reabilitado, as salas de exposição foram encerradas ao público, uma delas foi dividida para se fazer uma reserva e laboratório, mas todo o trabalho foi feito com pouco método e continuidade, e, a partir de 1981, o museu deixou de estar aberto ao público, por dificuldade de afectação de recursos habilitados.

Quando em 1986 se retoma o museu, com o programa de o reabilitar como museu de etnologia, os estudos iniciais revelaram que a assistência técnica prática da autoridade de tutela, o Ministério da Cultura, deveria continuar , a partir da definição inicial dos objectivos, até que o museu pudesse trabalhar com recursos mínimos e à responsabilidade de um director apropriado.

A programação passou a ser considerada indispensável como um estudo técnico, e um instrumento que permitisse a coordenação e o controlo dos vários intervenientes e necessidades de administração, de arquitectura, equipamento e museologia.

Com a programação do museu pretende-se dar ao futuro director e equipe beneficiária da operação, um papel de responsabilidade completa e integral perante o conjunto do processo, permitir de forma realística definir custos à luz das funções, objectivos, requisitos, necessidades e limitantes, e fornecer meios para decisões sobre os investimentos a realizar.

Iniciou-se uma fase de estudo, incluindo acções de inventariação e conservação preventiva de colecções, em Nampula e depósitos museológicos noutros locais do país, com materiais etnográficos, e a colecção de dados de base, que traduzissem os objectivos do museu em funções, e estas em termos de requisitos.

Visitas de estudo a museus de vários países, contribuiram para acumular informação e experiência relativa não só sobre a administração, funcionamento e programação de museus, como também a pesquisa e o resgate de informação e dados sobre o património cultural moçambicano existente noutros países.

Neste contexto, a exposição «Arte Makonde — Tradição e Modernidade», realizada com o apoio de inúmeros museus e coleccionadores europeus e de Moçambique, no Museu Nacional de Artes Africanas e Oceânicas de Paris, contribuiu para reunir, conhecer e divulgar aspectos importantes do património etnográfico e artístico de Moçambique.

Como resultado desses estudos elaborou-se um pré-programa sobre o Projecto de Readaptação e Extensão do Museu Nacional de Etnologia, onde se sintetizam aspectos relativos à política de desenvolvimento do museu, dados vários sobre o museu e suas características, e se propõe uma evolução faseada e dinâmica do seu crescimento, a partir de um plano director, flexível e a longo termo, que permita em cada fase definir prioridades, em termos de actividades, pessoal, recursos financeiros, arquitectura, equipamentos e ou-

tros que forneçam informações e recomendações para o crescimento do museu.

2.1. O Desenvolvimento do Programa e Fases Previstas

O Museu está localizado no centro de Nampula, cidade que conta hoje com cerca de quatrocentos mil habitantes e que, devido à sua importância económica, e como centro de comunicações do norte de Moçambique, atrai um público variado de todo o país. As condições ambientais em Nampula são favoráveis, em termos de humidade relativa e amplitudes térmicas diárias e anuais, e o cenário em redor é de grande beleza devido às lindas montanhas que rodeiam a cidade.

Ao ser definida a necessidade de reabilitar este museu, foi considerado que, além de outros objectivos, devia ser priorizada a função metodológica e de apoio a outros museus e colecções com materiais etnográficos, concentrando-se recursos de técnicos e científicos que permitissem realizar essas atribuições.

Preventivamente, no âmbito das medidas de protecção aconselhadas pela Lei de Protecção do património Cultural, o museu deve concentrar nas suas reservas bens etnográficos em risco de conservação e relevantes para o património nacional, existentes em vários depósitos de organismos dependentes do Ministério da Cultura.

Com a elaboração de um Estatuto Orgânico, como instrumento legal que define os objectivos específicos, funções, estrutura orgânica e quadro de pessoal essencial para o funcionamento do museu, pretende-se criar condições jurídicas indispensáveis à sua existência.

Contudo existem várias condicionantes em termos arquitectónicos e de equipamento do museu, que não permitem desenvolver muitas das funções previstas. O próprio projecto inicial do museu, previa unidades que nunca foram construídas, para laboratórios, gabinetes, reservas, etc.

Isto conduziu-nos à realização do pré-programa de readaptação e extensão do museu, agrupando por funções, publicas e operacionais, as várias actividades previstas para o museu, formando seis grupos, tendo em conta a racionalização dos laços funcionais internos: as funções de recepção e atendimento público e de exposições, e as de administração e pessoal, de preservação de colecções e documentação, de investigação e a de produção de exposições e material educativo.

Propõe-se que no desenvolvimento do programa haja uma fase inicial de estabelecimento do museu, paralela à que corresponde ao período compreendido entre a elaboração do projecto arquitectónico e a construção de um novo bloco, onde se concentrarão as funções de preservação e tratamento das colecções e documentação, de investigação, e certas funções operacionais, técnicas e de atendimento público, inexistentes.

Nesta fase, uma das prioridades, é proceder ao recrutamento, capacitação e formação do pessoal, e a um trabalho progressivo com as colecções, particularmente de classificação e conservação dos objectos e documentos,

desenvolver rotinas de trabalho e uma equipe que garanta a abertura do museu ao público e o seu funcionamento ulterior.

A readaptação do edifício actual e a expansão do espaço para exposições, serviços educativos e de animação cultural, constituem os objectivos da fase seguinte, prevendo-se no projecto possibilidades de outros espaços serem construídos, no futuro, para preservação de colecções e exposições.

Com base no estudo realizado, foi solicitado à Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional (ASDI), uma consultoria de um arquitecto e um museólogo, a realizar em início do próximo ano, para submeter propostas alternativas, e o detalhe das especificações e análises da opção que fôr preferida, em termos de calendarização das operações, requisitos específicos, custos e planificação dos vários elementos, incluindo desenhos, equipamento, formação e treino de pessoal e documentos finais, para que os trabalhos possam ser adjudicados posteriormente em concurso.

2.2. **Actividades e atribuições previstas para o museu**

Como referimos, o Museu de Nampula não foi construído com espaço para várias funções essenciais, como as de preservação das colecções e documentação. Entre o equipamento prioritário a adquirir encontra-se o de conservação e armazenamento das colecções, em módulos apropriados, para posteriormente serem transferidos para as reservas a construir na 1.ª fase.

Acordos com organizações não governamentais, como com a ASDI e a ACDI (Agência de Cooperação Dinamarquesa), têm permitido realizar algumas acções preventivas de conservação dos materiais, de inventariação retrospectiva do fundo do museu, e com vista à preparação de uma exposição que permita reabrir o museu ao público.

Com o museu pretende-se desenvolver capacidades para realizar missões de estudo, recolha e trabalhos de campo, em distintos grupos humanos, étnicos e sociais, com a colaboração de outras instituições científicas e museus, em programas que contribuam não só para o estudo, recolha e divulgação de materiais, como promovam a criação do sentimento de identidade local, dando às comunidades a oportunidade de reflectir sobre o seu desenvolvimento histórico.

Um núcleo está a ser criado, para constituir brigadas de investigação que possam elaborar trabalhos de inventariação, pesquisa e tratamento de testemunhos materiais e imateriais do património etnográfico. Em colaboração com o Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane, que iniciou há alguns anos um programa de levantamento arqueológico com um centro de pesquisa em Nampula, pretende-se desenvolver no museu meios de investigação, laboratoriais e de conservação de materiais arqueológicos.

Prevê-se que a colecção principal do museu seja de materiais etnográficos, mas considera-se importante promover a interdisciplinariedade com áreas afins, constituindo colecções secundárias, com materiais de interesse

para a história social e cultural, que testemunhem a evolução ou o desenvolvimento de ocupações, técnicas, actividades ou aspectos da vida social, incluindo obras de arte decorativa, aplicada ou de artes de relevância e significado cultural contextualizado.

O museu conta com um fundo bibliográfico de mais de duas mil publicações especializadas, e o funcionamento de um centro de documentação é uma das prioridades para suporte à actividade do museu, bem como a constituição de arquivos, para a documentação escrita e audiovisual e o desenvolvimento de um sistema de documentação em que se registe toda a informação não intrínseca aos objectos.

Algumas acções de treino e formação de pessoal já foram desenvolvidas, mas as dificuldades actuais prendem-se com limitações orçamentais para contratação de pessoal indispensável, aguardando-se para breve a publicação dos Estatutos do Museu, o que permitirá a atribuição de verbas para um quadro de pessoal mais apropriado que o actual.

O desenvolvimento de serviços educativos e de produção de materiais didáticos e de exposições, constitui um objectivo a alcançar paulatinamente: de imediato pretende-se montar uma exposição temática de âmbito geral sobre aspectos e catacterísticas das tradições e cultura material em Moçambique, desde os primeiros povoamentos à ocupação colonial, mostrando as relações e a convergência de vários valores civilizacionais e étnicos.

A criação de estúdios, laboratoriais, oficinas diversas ou centros de creatividade, exige condições de investimento previstas no desenvolvimento do Programa, mas que consideramos fundamentais para que o museu possa realizar o conjunto das suas atribuições.

Com esta contribuição não pretendemos mais do que indicar os passos iniciais que a museologia dá a Moçambique, e os enormes desafios que tem à sua frente, para resolver os problemas actuais, possibilitando uma maior salvaguarda e dinamização de um património que assegura as várias identidades culturais do país, justificando a própria existência dos museus.

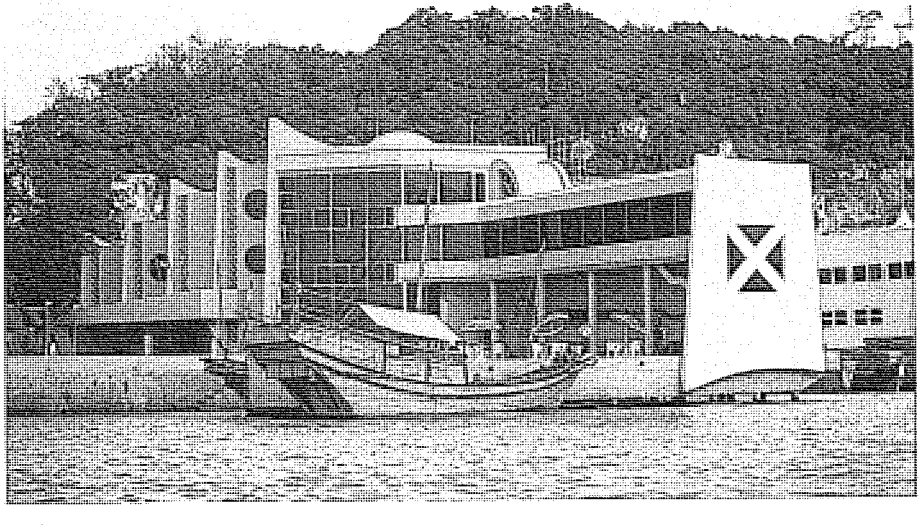
Esperamos, que esta apresentação sobre a protecção do património cultural em Moçambique, e a programação do Museu Nacional de Etnologia, possa contribuir para auxiliar o intercâmbio cultural que estamos empenhados alcançar neste Encontro, e para a reflexão sobre que museus queremos desenvolver no nosso país.

MUSEU MARÍTIMO DE MACAU
REALIDADE E PERSPECTIVAS

Manuel Bairrão Oleiro
Director Interino
do Museu Marítimo de Macau

O Museu Marítimo de Macau foi inaugurado em Novembro de 1987, e tinha como objectivos principais a recolha, preservação e divulgação do património cultural relacionado com a população piscatória do Sul da China; o estudo e a apresentação de temas relevantes da história marítima chinesa, portuguesa e da própria cidade de Macau; e a exposição de áreas específicas da tecnologia e dos transportes marítimos.

O edifício em que inicialmente o Museu foi instalado era uma antiga casa de habitação, construída nos anos quarenta, que se encontrava em degradação. Foram feitas obras de beneficiação e adaptação e conseguiu-se obter uma área de exposições com cerca de 200 m².



O facto de se tratar de um edifício que não tinha sido inicialmente projectado para alojar um Museu tornou particularmente sensíveis algumas dificuldades no funcionamento do dia a dia. Assim, por um lado a área de exposição revelou-se exígua e impedia que fossem mostradas diversas peças consideradas importantes em função dos objectivos que o Museu se propunha atingir, e os acessos entre o r/c e o 1.º andar eram limitados, criando alguns constrangimentos à circulação do público. Por outro lado, o espaço que fora destinado aos serviços técnicos e administrativos, às reservas, ao centro de documentação e ao arquivo eram muito limitados e tornavam impossível o bom funcionamento de diversos sectores.

A resposta muito positiva da população de Macau à existência do Museu Marítimo, traduzida em 76 000 visitantes em 1988 e mais de 100 000 no ano seguinte, levou à concretização da segunda fase do projecto: a construção de um edifício projectado de raiz para albergar a área de exposição.

O local escolhido para a implantação deste novo edifício situava-se também no Largo do Pagode da Barra, largo onde se localiza o Templo de A-Ma, deusa protectora dos navegantes, e cujo nome está estreitamente ligado à designação de Macau (A-Ma-Hau significa embocadura de A-Ma, e daí terá nascido o nome que os portugueses deram à cidade). Combinava-se assim uma localização fisicamente adequada (o novo edifício estava perto do antigo, onde ficariam os serviços técnicos e administrativos, e situava-se sobre o rio, possibilitando a existência de uma zona de atracação das embarcações que fazem parte do seu património), com uma ligação simbólica a um elemento forte no imaginário da população flutuante (a proximidade ao Templo dedicado à deusa sua protectora).

A construção do novo edifício propiciou também uma intervenção da Câmara da cidade (o Leal Senado de Macau) no Largo, transformando um espaço desaproveitado numa área de lazer ao dispor da população.

As áreas de exposição no novo edifício, num total de 800 m² de zonas cobertas e outro tanto de área exterior, estão divididas por três pisos, correspondentes a temas diferenciados.

No r/c apresenta-se o tema «Pesca e embarcações tradicionais do Sul da China», sendo feito um percurso que vai desde o quotidiano do pescador e da sua família, até às actividades a jusante, como sejam os lanes de peixe (lojas de comercialização do pescado), passando pela descrição das diferentes artes de pesca utilizadas nesta região, por questões relativas à construção naval tradicional, pelas festividades cíclicas celebradas pela população flutuante, e pela análise e descrição dos diversos grupos étnicos que compõem esse conjunto populacional.

Um piso intermédio, dominado por um conjunto de monitores de televisão onde constantemente são exibidos filmes de temática marítima, afirma a sua vocação de espaço privilegiado para as exposições temporárias.

O primeiro andar é reservado para o tema «História marítima» área em que o discurso expositivo se inicia com uma panorâmica sobre a evolução e crescente complexidade das embarcações pré-medievais, para posteriormente focar a atenção nas contribuições chinesas para as técnicas de navegação e construção naval. Corolário desse saber adquirido são as grandes viagens transoceânicas levadas a cabo por chineses, no século XV e que são aqui

descritas, em paralelo com as viagens portuguesas dos Descobrimentos. Particular ênfase é dado às relações com o Japão, pela importância que tiveram na fundação de Macau, e à história marítima da própria cidade. O último piso centra-se em questões da tecnologia marítima, da hidrografia, da farolagem e da balizagem, da metereologia, das dragagens e dos transportes marítimos de carga e passageiros.

O circuito que o visitante é convidado a percorrer passa em seguida por uma galeria de aquários, onde se podem observar espécies de água doce e salgada, para além de exemplares de aves aquáticas, oriundas desta região do globo.

Continuando a seguir esse percurso o visitante desemboca nas zonas exteriores do Museu, áreas de cais onde podem ser vistas embarcações em tamanho real, e de onde se sobe a bordo de um junco de pesca, restaurado, pertencente ao Museu, que regularmente efectua passeios ao Porto Interior de Macau, quer para o público em geral, quer para os alunos das escolas do Território.

Uma das prioridades do Museu Marítimo de Macau tem sido a de estabelecer uma boa cooperação com as escolas, independentemente do grau de ensino que ministram, para que possam ser integralmente aproveitadas as potencialidades didácticas que o Museu contém.

A forma como as exposições estão concebidas, com largo recurso a sistemas mecânicos e electrónicos que exigem uma participação activa do público, torna-se particularmente atraente para os mais jovens, que assim encontram no Museu um espaço de actividade lúdica que lhes é simultaneamente agradável e útil.

Num curto espaço de tempo o Museu Marítmo conseguiu afirmar–se como um ponto de referência a nível da cidade. A comparação entre o total de visitantes (mais de quinhentos mil) e a população de Macau (cerca de trezentos e cinquenta mil) indica–nos que uma grande percentagem da população da cidade já visitou o Museu. O seu potencial de atracção junto dos habitantes de Macau e dos turistas de Hong Kong que com frequência aqui se deslocam, só poderá no entanto manter–se se a médio prazo o Museu renovar as suas exposições.

A concretização deste objectivo passa pelo desenvolvimento das possibilidades de investigação, pela continuação da recolha de peças, nomeadamente entre as minorias que se dedicam a actividades ligadas ao mar, e pela formação de pessoal, acções que constituem as próximas prioridades do Museu.

ASPECTOS DAS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E ANGOLA NO DOMÍNIO MUSEOLÓGICO — AS VIAGENS DE EXPLORAÇÃO CIENTÍFICA SETECENTISTAS

Henrique Coutinho Gouveia
Professor Auxiliar Conv. do Departamento
de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais
e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
e Consultor do Instituto Rainha Dona Leonor

Sumário

Início do relacionamento museológico luso-angolano

Um projecto de exploração científica de Angola

Retrospectiva da missão do naturalista Joaquim José da Silva

Equipamentos e documentação de apoio — as Instruções

Uma «história filosófica» de Angola — colecções, iconografia e notícias

Documentação anexa

Bibliografia

Início do relacionamento museológico luso-angolano

Uma análise conjunta da evolução museológica portuguesa e da angolana conduzirá por certo, e em particular no referente a determinados períodos, a uma visão mais esclarecida das principais questões em causa, do modo como vieram a evoluir e das conclusões que permitem.

Numa perspectiva geral o desenvolvimento, no plano museológico, de Portugal e de Angola revela múltiplas inter–influências, naturalmente bastante mais acentuadas num dos sentidos mas explicando–se sempre mutuamente, sendo objectivo deste estudo o de contribuir para uma melhor caracterização do período inicial desse relacionamento, que se situa já numa fase científica da museologia[1].

Procurar–se–á, por conseguinte, evidenciar a importância e significado de uma série de factos ocorridos nas duas últimas décadas do século XVIII, integrando um projecto de documentação e tratamento museológico da história natural de Angola, salientando as suas ligações com o conjunto de transformações operadas contemporaneamente em Portugal, nos planos educativo e científico[2].

A escolha deste período para um primeiro trabalho elaborado de acordo com a orientação enunciada apresenta a vantagem de incidir numa fase da evolução museológica, quer portuguesa quer angolana, claramente individualizada e, portanto, insusceptível de dúvidas e hesitações que se colocariam certamente no caso de épocas posteriores.

A adopção implícita, na condução deste estudo, de um conceito de museologia que procura ultrapassar as limitações de ordem institucional outrora presentes na sua formulação pode constituir também um factor adicional, sublinhando o interesse de estudos com as características daquele que agora se apresenta.

Será de mencionar igualmente, no âmbito desta rubrica introdutória, o facto de se ter restringido a documentação utilizada àquela que se encontra referenciada em trabalhos já publicados ou que os acompanha como anexo, não tendo sido efectuada, por conseguinte, qualquer nova pesquisa em arquivos.

A perspectiva de análise adoptada terá permitido, no entanto, novas

---

[1] Com efeito, o tipo de relacionamento que se verifica na fase em estudo traduz claramente uma posição de supremacia europeia equivalente àquela que se poderá igualmente constatar em situações comparáveis verificadas na mesma época relativamente a outros países.

[2] Muito embora o conjunto de acontecimentos analisado venha ainda a prolongar–se pelos primeiros anos do século seguinte, as suas características situam–no claramente no contexto museológico setecentista.

interpretações dessas fontes, tendo constituído ainda preocupação fundamental deste trabalho a tentativa de enquadramento do empreendimento estudado no panorama europeu da época, estabelecendo algumas comparações possíveis com projectos contemporâneos levados a cabo por países que, tal como sucedia com a Espanha, a França ou a Inglaterra, prosseguiam objectivos comparáveis aos do nosso país.

Tal como já se mencionou, o projecto de exploração dos então territórios ultramarinos na perspectiva da história natural é gerado no contexto de uma profunda transformação operada no país, nos domínios educativo e científico, com a qual se pretendia contribuir decisivamente para um novo período de progresso e de desenvolvimento económico.

As consequências dessa estratégia no plano museológico seriam muito sensíveis, daí resultando um leque articulado de novos estabelecimento e uma conjugação com o desenvolvimento e especialização científicos, que se iria acentuar ao logo do século seguinte.

A tentativa de inserção dos novos equipamentos científicos criados — museus e jardins botânicos, gabinetes de física e laboratórios químicos — na transformação projectada para o país que então se empreendeu viria mesmo conferir ao sector museológico um papel de acentuada intervenção no domínio sócio-económico.

Os museus que então se constituiram articulavam-se estatutariamente com o governo e a administração, com a Universidade ou com a Academia das Ciências de Lisboa, na sua qualidade de organismo empenhado na concretização das aplicações práticas da ciência, o que lhes conferia um diferente posicionamento e papel na vida do país, ainda que se encontrassem inseridos em complexos científicos semelhantes e se projectassem sensivelmente nos mesmos domínios disciplinares.

Será de assinalar também que os três conjuntos de estabelecimentos científicos que então foram criados, embora variando na dimensão e grau de concretização atingidos pelas instituições componentes, se assemelhavam a outros que, contemporaneamente, se constituiram em diferentes países europeus, visando igualmente o desenvolvimento e aplicação dos domínios das ciências naturais, experimentais e matemáticas.

Relativamente ao assunto em estudo, a realidade que importará especialmente focar é a dos museus de história natural, cuja criação foi compreendida em qualquer dos três complexos mencionados.

De acentuar será também a articulação que se verificava entre estabelecimentos na dependência das diferentes entidades indicadas, perfeitamente exemplificável no caso da exploração científica dos territórios ultramarinos, pois a formação dos naturalistas responsáveis era da competência da Faculdade de Philosophia da Universidade, ficando a dos «riscadores» ou desenhadores a cargo do Real Museu da Ajuda[3].

---

[3] Convém referir, a propósito, que esta Faculdade fôra criada pela Reforma Pombalina dos Estudos de 1772 e que a ela ficariam anexos o Museu de História Natural, o Jardim Botânico, o Gabinete de Física e o Laboratório Químico. V. Estatutos, 1972, Livro III, Terceira Parte, Título VI, p. 264 e ss. Já o Museu ou Gabinete da Ajuda, conforme também era conhecido, se encontrava na esfera de dependência da administração central.

Poder-se-á dizer que um museu de história natural já se pretendia constituir então como um modelo de representação das realidades geográfico-culturais que eram objecto da sua intervenção — metrópole, territórios ultramarinos e mesmo os restantes países —, mediante a organização de sistemas de documentação integrando «colecções de productos», classificadas e frequentemente apresentadas segundo os critérios adoptados pelas diferentes taxonomias e informação escrita, iconográfica ou cartográfica, directamente relacionáveis com esse acervo ou respeitante a diferentes aspectos dos territórios explorados. O modelo de representação mencionado organizar-se-ia, assim, de modo tão completo quanto possível.

Uma das vias mais utilizadas para a obtenção desses diferentes tipos de documentação era a da realização de viagens científicas, também conhecidas por «viagens philosophicas» que, mesmo se consideradas apenas no contexto português de então, privilegiariam objectivos diferenciados, revestindo também diferentes características, o que implica que se façam, a respeito desse assunto, algumas considerações de ordem tipológica.

Assim, no contexto científico português dos finais do período setecentista, essas viagens orientar-se-iam para a exploração quer do território metropolitano, quer de cada um dos domínios ultramarinos, visando a organização de colecções complementadas por elementos informativos escritos e iconográficos. Aparentemente terá sucedido que algumas viagens realizadas na então metrópole tivessem constituído igualmente situações de treino e de aperfeiçoamento profissional, visando a posterior realização das expedições de longo curso[4].

Com objectivos diferenciados, seriam realizadas também viagens científicas a países europeus, cuja finalidade era a de contribuir para a formação do pessoal científico para elas designado e também de permitir a aquisição de colecções, de bibliografia e de material científico[5].

Relativamente às viagens com objectivos de exploração territorial, quer as realizadas no interior do país quer as transcontinentais, torna-se ainda possível estabelecer um outro tipo de distinção consoante as deslocações se processassem por via marítima ou por via terrestre e fluvial.

No primeiro caso, o transporte era feito por barco, que acostava em função das necessidades da exploração. Este tipo de viagem foi realizado quer em pequena escala, envolvendo meios humanos e logísticos diminutos, constituindo empreendimentos de curta duração, quer com objectivos de exploração pluricontinental, utilizando então uma ou mais grandes embarcações, com equipas compreendendo diversos grandes especialistas e técnicos de apoio e prolongando-se por vários anos.

---

[4] Ir-se-á constatar, com efeito, que a generalidade dos naturalistas que viriam a participar no programa de exploração científica dos territórios ultramarinos, iniciada em 1783, havia realizado expedições comparáveis, a nível do país, já depois da nomeação para essas missões de maior envergadura.

[5] A título exemplificativo, pode citar-se como viagem científica deste tipo aquela que José Bonifácio de Andrada e Silva, também formado pela Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, empreenderia entre 1790 e 1800 a alguns dos principais estabelecimentos de estudo e de investigação europeus.

A fim de ilustrar o primeiro caso, poderá evocar-se a exploração costeira de Goa, realizada pelo naturalista Manuel Galvão da Silva em Dezembro de 1783 e Janeiro de 1784[6].

O tipo de viagens marítimas de maior envergadura nunca ocorreu no contexto científico português da época, podendo exemplificar-se, no entanto, mediante referência a expedições espanholas, francesas e inglesas, que tiveram também lugar no final do período setecentista.

Assim, no caso espanhol teria lugar, entre 1789 e 1794, aquela que é considerada como a grande expedição científica promovida pelo país vizinho na época mencionada. Trata-se de um empreendimento para o qual seriam mobilizados vastos meios logísticos e científicos, pois compreendiam a utilização de duas corvetas e de uma numerosa equipa de especialistas, incluindo cartógrafos, astrónomos, naturalistas e botânicos, cirurgiões, pintores, desenhadores e embalsamadores. O propósito anunciado era o de visitar todos os territórios espanhois da América e da Ásia, visando-se prioritariamente objectivos de natureza política em que avultavam o aperfeiçoamento da cartografia e a afirmação da soberania da Espanha sobre mares e ilhas que, por direitos históricos, lhe pertenceriam[7].

Desta missão viriam a resultar numerosos estudos etnográficos, arqueológicos, linguísticos, botânicos, zoológicos e mineralógicos, sendo de salientar a documentação iconográfica sobre temas urbanos, paisagísticos e etnográficos também produzida.

Será de acrescentar que a expedição Malaspina, nome por que ficaria a ser conhecida e que era o do comandante do navio principal, se insere num panorama que, ao longo do período setecentista, compreenderia dezanove explorações científicas, realizadas na sua quase totalidade no decurso da segunda metade do século, o que atesta o empenho espanhol neste tipo de empreendimentos[8].

No caso francês, poderão evocar-se duas expedições marítimas pluricontinentais, sendo a primeira a que seria empreendida por Bougainville e que decorreria entre 1766 e 1769[9]. Cerca de vinte anos depois, em 1785, iniciar-se-ia a viagem comandada por Lapérouse, que viria a ser interrompida aproximadamente três anos depois, com a sua trágica morte ocorrida após um naufrágio junto à ilha de Vanikoro, no oceano Pacífico[10].

O programa de explorações marítimas setecencistas mais conhecido, tendo empolgado a opinião pública contemporânea, viria a ser contudo aquele que o britânico Cook levaria a cabo entre 1768 e 1779, período no decurso do qual realizaria três grandes expedições. O Capitão Cook viria aliás a perecer a 4 de Outubro de 1779, na parte final da sua última viagem[11].

---

[6] Será porventura de sublinhar que esta modalidade de exploração se terá justificado sobretudo pelo seu carácter expedito e em situações de escassez de tempo, que era precisamente o que se verificava no caso exemplificativo mencionado. Em diferentes circunstâncias, a opção pelo percurso terrestre tornar-se-ia provavelmente vantajosa, tal como haverá oportunidade de documentar no decurso deste trabalho.

[7] V. La Expedicion Malaspina, 1984, p. XXXIV-XXXV.

[8] Relativamente às expedições científicas espanholas do século XVIII, v. tb. Divito, 1968.

[9] V. Bougainville, 1989.

[10] V. Lapérouse, 1987.

[11] V. Hedges, 1983.

Procurando ainda complementar, mediante uma diferente perspectiva, esta análise de carácter tipológico, poder–se–á considerar que, nas missões científicas setecentistas transcontinentais, se operou sempre a partir de bases que, em certos casos, eram fixas e terrestres, sendo então a área a percorrer mais limitada e o critério de exploração predominantemente intensivo e, noutros casos, seriam móveis e marítimas, o que permitia alongar consideravelmente os itinerários a percorrer, adoptando–se então um critério de exploração mais extensivo[12].

No caso português, parece evidente que as dificuldades de mobilização de meios humanos, logísticos e financeiros adequados, facilmente constatáveis pela análise de todo o processo, tivessem afastado a hipótese de realização de grandes viagens científicas marítimas, compreendendo–se também facilmente que a exploração naturalística, tão aprofundada quanto possível, dos vários territórios ultramarinos, tivesse constituído opção de quem, na época, era responsável pelo governo do país.

No contexto do movimento de explorações científicas empreendido por Portugal nesta época avulta, seguramente, o programa relativo à história natural, delineado nos finais do século, e que viria a envolver a quase totalidade das possessões portuguesas de então. O relacionamento entre Portugal e Angola, a que assim se daria início, inserir–se–ia portanto numa fase da evolução museológica que se deverá considerar já como científica e moderna.

Constituindo as viagens de exploração setecentistas, no domínio da história natural, uma das modalidades do trabalho dos museus mais importantes e significativas de uma época em que, tal como se acaba de assinalar, se verifica a adopção, por parte desse tipo de estabelecimentos, dos objectivos e da metodologia científicos, poder–se–á avaliar a importância que revestem os estudos sobre o tema no âmbito do que se entende hoje comummente por museologia histórica.

Um projecto de exploração científica de Angola

O objectivo fundamental da missão enviada a Angola no âmbito do programa de explorações científicas anteriormente referido era, tal como sucedia com as restantes viagens, o de documentar a história natural desse território mediante a organização de colecções, pormenorizadamente inventariadas,

[12] Adoptando igualmente uma perspectiva tipológica, Rómulo de Carvalho refere–se, no seu breve estudo sobre a história natural setecentista portuguesa, a viagens que qualifica como puramente «filosóficas», ou seja, aquelas que teriam sido realizadas sem intuitos económicos imediatos, mas apenas científicos, e a viagens feitas com a intenção de tirar proveito dos produtos naturais. V. Carvalho, 1987, p. 82. Na bibliografia espanhola consultada encontra–se também uma classificação deste tipo de viagens em que se procura combinar um critério de incidência científica com um outro de natureza geográfica. As viagens científicas espanholas surgem assim agrupadas em «expedições com objectivos de investigação astronómica», de «investigação botânica», «mineralógica» e ainda em «viagens à volta do mundo». V. Expedicion Malaspina, 1984, p. XXXIII–XXXIX.

dos respectivos produtos, o registo iconográfico de exemplares desse acervo, bem como de outros aspectos do país, a obtenção de elementos cartográficos e ainda a elaboração de notícias, de modo a constituir-se, assim, um modelo de representação coerente e aprofundado da realidade angolana e das suas possibilidades de desenvolvimento.

Esse objectivo global é anunciado desde o início ao Governador Geral de Angola, a quem ficaria cometido um papel de orientação, controlo e apoio no decurso do desenvolvimento da missão[13].

É esta também a compreensão do naturalista responsável pela expedição, Joaquim José da Silva, tal como o demonstram as preocupações que patentearia desde o início e as referências que faria aos diversos aspectos da actividade que teria de desempenhar[14].

Assim, muito embora se venha a constatar que o grau de concretização destes objectivos foi deveras insuficiente, importa sublinhar agora o entendimento que então se fazia acerca deste tipo de empreendimento e a complexidade que revestia o seu cabal desempenho[15].

Como suplemento daquilo que já ficou dito na rubrica anterior, convem agora assinalar que a exploração naturalística de Angola não se encontrava prevista no programa que havia sido inicialmente projectado e que concentrava numa única expedição ao Brasil todos os efectivos humanos inicialmente mobilizados[16].

No entanto, um tal projecto viria a ser posteriormente reformulado, dando lugar a um conjunto articulado de viagens que possibilitaria o conhecimento da história natural da quase totalidade das possessões ultramarinas portuguesas na época. Realizar-se-ia, assim, uma viagem de exploração a Cabo Verde, sob a chefia de João da Silva Feijó, uma outra ao Brasil, tendo como responsável Alexandre Rodrigues Ferreira, acrescendo ainda a que se efectuaria a Angola, dirigida por Joaquim José da Silva e aquela que, incluindo Goa e

---

[13] V. Aviso ao Governador de Angola José Gonçalo da Câmara, Lisboa, 16 de Abril de 1783, ass. Martinho de Melo e Castro, publ. in Simon, 1983, p. 157, doc. 1.

[14] V. Carta e Relatório de Joaquim José da Silva a Martinho de Melo e Castro, Luanda, 7 de Outubro de 1783 e 17 de Março de 1784, publ. in Simon, 1983, p. 157–159, docs. 2 e 3. São visíveis nestes documentos o empenho em organizar colecções de história natural, sendo de sublinhar no segundo a indicação de que já se encontrava em preparação um volumoso escrito de ordem geral — «a história que estava escrevendo deste Continente» —, o que constituía, a seu ver, obrigação inerente ao desempenho da missão.

[15] Com efeito, e tal como será comentado em rubricas posteriores, a «história natural» projectava-se, na época, em áreas do conhecimento diversificadas, incluindo a actual etnografia, e que se viriam depois a autonomizar ao longo do processo de desenvolvimento e especialização científicos oitocentistas. Estas missões conduziam assim à elaboração daquilo que se dominava uma «história filosófica» das regiões abrangidas, sendo o significado dessa expressão aprofundado posteriormente neste trabalho.

[16] Essa orientação consta de documentação publicada e é confirmada pelo próprio Joaquim José da Silva, quando recorda, anos depois, que fora «hum dos nomeados para Deligência relativa aos objectivos da História natural da América Portugueza, segundo a Ordem que para o fazer foi por Sua Alteza Real dirigida à Universidade de Coimbra, e demorado com os meus Companheiros no Real Serviço em Lisboa cinco annos, fui finalmente despachado com o mesmo fim para este Reyno em 1783». V. Carta do naturalista ao Visconde da Anadia, Luanda, 29 de Agosto de 1804, publ. in Felner, 1940, vol. II, p. 30–31, doc. 5., cit. tb. in Teixeira, 1961, p. 103.

Moçambique, seria confiada a Manuel Galvão da Silva. Deverá sublinhar-se que todos estes naturalistas tinham sido formados segundo os novos planos de estudos ministrados na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra após a reforma pombalina de 1772 e que o Brasil era o país de que todos eram naturais.

A transformação de uma só expedição científica centrada no Brasil, mais bem equipada dos pontos de vista científico e técnico e integrando certamente um maior potencial humano, em quatro viagens menos dotadas sob qualquer um desses aspectos e, portanto, com menores possibilidades de êxito, constitui uma questão de interesse mas, por enquanto, ainda pouco esclarecida.

As razões de ordem económica e administrativa que William Joel Simon invoca no seu trabalho sobre o tema poderão não constituir uma explicação cabal para o assunto, muito embora devam ser consideradas[17]. Na verdade, a acumulação de funções administrativas e científicas cometida aos responsáveis pelas missões a Angola e a Moçambique viria a afectar de forma muito negativa o desenrolar dos seus trabalhos de naturalistas, sendo plausível a justificação de que havia que atender à necessidade de funcionários qualificados que ambos os territórios apresentavam, podendo ser vista também como uma medida destinada a aliviar os encargos económicos dessas expedições. Porém estas considerações não se conjugam bem com a posterior evolução da situação de Joaquim José da Silva em Angola como funcionário administrativo pois, tal como se irá verificar adiante, a sua manutenção no território, nessa qualidade, dever-se-á, a partir de certa altura, exclusivamente ao empenho do governo local.

Assim, uma explicação igualmente de ponderar para o desdobramento da expedição inicialmente prevista será a do desejo de passar a incluir no projecto a generalidade dos territórios ultramarinos de então, abandonando-se, por conseguinte, a posição de privilégio inicialmente conferida ao Brasil. No entanto, uma tal preocupação parece não ter sido considerada pelo Autor mencionado pois, embora referenciando de passagem a missão de João da Silva Feijó a Cabo Verde, não viria a consagrar-lhe qualquer capítulo na sua obra, tal como faria com as outras expedições contemporâneas o que poderá surpreender pois, todas estas iniciativas se integravam num mesmo projecto[18].

A opção feita parece revelar, no entanto, uma deficiente avaliação das exigências deste tipo de missões e uma má previsão acerca do seu calendário, acompanhamento e conclusão, que em muito irão contribuir para as insuficiências dos resultados finais que se verificariam em qualquer um dos casos.

---

[17] V. Simon, 1983, p. 60.

[18] Com efeito Simon refere-se, a certa altura da sua obra, a João da Silva Feijó como tendo sido também «nomeado de novo para a relativa obscuridade das ilhas de Cabo Verde». V. op. cit. p, 18. A missão de João da Silva Feijó, que poderia incluir também a Guiné dado tratar-se de uma mesma unidade administrativa, é evocada não muitos anos depois em «Un coup d'oeil sur l'état actuel des sciences, des lettres et des beaux-arts parmis les portugais des deux hémisphères». Aí se mencionam também as viagens científicas que efectuaria depois ao Ceará e ao interior de outras capitanias do Brasil, informando-se igualmente que o naturalista era então Professor de mineralogia, zoologia e botânica na Academia Militar do Rio de Janeiro. V. Balbi, 1822, Tome II, p. LIII. Ainda segundo um outro Autor, a viagem de Feijó a Cabo Verde teria decorrido de 1784 a 1789. V. Sacarrão, 1953, p. 45.

No âmbito das considerações de ordem geral que constituem o objecto desta rubrica, será conveniente salientar o papel de Domingos Vandelli, professor da Universidade de Coimbra, responsável pelo Real Museu da Ajuda e membro da Academia das Ciências de Lisboa, na concepção deste programa de explorações, de que foi, seguramente, o principal responsável nos planos organizativo e científico.

Esse trabalho vasto, minucioso e coerente em que procura mostrar a necessidade do conhecimento e da utilização das produções naturais dos territórios ultramarinos, evidenciar o papel das «viagens philosophicas» no desenvolvimento desse processo e apresentar a importância e articulação de estabelecimentos científicos afins, como os museus e jardins botânicos, para o tratamento e exploração dos resultados desse tipo de empreendimentos, revela-se, nas suas várias dimensões, através do conjunto dos seus artigos sobre estes assuntos, que ajudam a situar no contexto adequado o programa que se procura analisar[19].

No que diz respeito especificamente às viagens de exploração científica, para além de tratar as questões relativas à organização da informação e aos tópicos em que esta deverá incidir, elabora também uma relação completa dos instrumentos, drogas e outros utensílios, que considera indispensáveis ao trabalho de campo do naturalista, e providencia no sentido de ser adquirida a bibliografia necessária para a sua preparação[20].

A articulação entre os vários estabelecimentos científicos então existentes no país e entre as respectivas entidades tutelares, a que já se fez menção, patenteia-se claramente ao longo do processo de organização de todo este empreendimento, dado que a selecção dos responsáveis pelas várias missões é feita após e em função dos seus estudos universitários. Esses elementos transitariam depois para o Museu da Ajuda, que seria o estabelecimento encarregado de planear e organizar as expedições, onde se manteriam ainda por um período apreciável, o que terá contribuído certamente para complementar a sua formação, sobretudo no plano aplicado. Com efeito, há notícia de viagens empreendidas por estes naturalistas no interior do país que, dado já se encontrarem então indicados para o projecto de exploração ultramarina, confirmam o carácter preparatório conferido por vezes a missões de menor

---

[19] V. a este respeito os seguintes textos da sua autoria: «Sobre algumas produções naturaes das conquistas, as quais ou são pouco conhecidas ou não se aproveitão», in *Memórias Económicas da Academia das Ciências,* Lisboa, 1789, 2.ª ed., Vol. I, Lisboa, 1885, p. 192–213; *Viagens filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações, deve principalmente observar,* mans. 405 da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, ref. in Carvalho, 1987 p. 83. *Memória sobre a utilidade dos Museus de História Natural,* mans. 143, Série verm. Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, ref. in Carvalho, 1987, p. 115; «Memória sobre a Utilidade dos Jardins Botânicos a respeito da Agricultura e principalmente da Cultivação das Charnecas», Coimbra, 1788, publ. in Jobim, 1986, p. 55–59.

[20] V. Vandelli, «Rol dos Instrumentos, Drogas e mais utensílios pertencentes à História Natural, Physica, e Chimica, que são indispensáveis a hum Naturalista, que viaja», 1983, p. 134–137, tb. ref. in Carvalho, 1987, p. 118 e o doc. *Relação dos livros que se compraram para as expedições filosóficas de Moçambique, Angola e Pará,* Arquivo Histórico Ultramarino, Reino, maço 2147, ref. in Carvalho, 1987, p. 118.

envergadura[21]. A este propósito importa referir ainda que seria a Academia das Ciências de Lisboa a entidade que viria a publicar um dos elementos de maior importância no âmbito da documentação de apoio utilizada nestas viagens, ou sejam as Breves Instruções de 1781 que, adiante, serão amplamente comentadas.

O estudo das viagens científicas setecentistas portuguesas deverá vir a ser ainda aprofundado de modo a proporcionar um panorama global desse tipo de empreendimentos, da sua diversidade e relacionamento contextual. Uma análise comparativa com os panoramas congéneres estrangeiros parece igualmente susceptíveis de contributos do maior interesse.

A bibliografia disponível confirma de algum modo estas asserções, não parecendo que o assunto tenha sido por enquanto objecto de uma abordagem em que fossem tidas em conta as suas múltiplas implicações. Convém assinalar, no entanto, que para isso terá contribuído sensivelmente o facto de os estudos feitos terem sido orientados por perspectivas que, relativamente à museologia histórica, os colocavam desde logo na condição de contributos laterais ou parcelares. Neste contexto, não surpreende que o responsável pela viagem de exploração a Angola tenha chegado a ser ignorado, sendo a formulação de panoramas parciais que não contemplavam, por conseguinte, a totalidade das componentes do projecto global, uma das insuficiências frequentes dos trabalhos conhecidos[22].

Um outro aspecto que durante bastante tempo foi objecto de equívocos foi o da composição da equipa que integrou a missão angolana e da hierarquia e funções dos seus componentes[23].

Crê-se que a perspectiva museológica de análise, obedecendo a concepções actualizadas que procurem focar os diferentes tipos de actividade prosseguidos e a sua coerência e interligações, aprofundando o relacionamento do plano museológico com o social, o económico e o científico, e perspectivando a realidade passada em função dos contributos teóricos devidos a este novo ramo do saber, será susceptível de vir a fornecer ao estudo do tema o enquadramento e a metodologia desejáveis.

---

[21] Essas notícias mencionam uma deslocação de Joaquim José da Silva ao Ribatejo, uma outra de Alexandre Rodrigues Ferreira e João da Silva Feijó, a fim de examinarem as minas de carvão de pedra de Buarcos, e ainda uma outra do primeiro destes dois, juntamente com Júlio Matiazzi à região de Setúbal V. Carvalho, 1987, p. 92, e Simon, 1983, p. 79.

[22] Tal sucede, por exemplo, em Botelho, 1927, que também só tardiamente teve conhecimento de que Manuel Galvão da Silva estivera de início em Goa, v. op. cit., p. 12, e em Carreira, 1986, que só menciona as explorações feitas em Cabo Verde e no Brasil, v. op. cit., p. XXVIII e XXIX. Perspectivas parcelares, que são consequência da orientação a que obedecem os respectivos estudos, encontram-se igualmente em Hartmann, 1975, Santos, 1978 ou Teixeira, 1961. Refira-se ainda o caso de Quirino da Fonseca que, ao historiar a tentativa da travessia de África entre Moçambique e Angola, empreendida em 1798 por Francisco de Lacerda e Almeida, assinala a sua anterior presença no Brasil numa missão que se prolongaria de 1780 a 1790. E, muito embora mencione também a sua obra a viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira a esse mesmo território, omite a circunstância de terem sido em grande parte contemporâneas as estadias de ambos os cientistas. V. Fonseca, 1936, p. 16-22.

[23] Um dos exemplos deste equívoco com maior interesse é o artigo de Luís de Pina, «Deontologia Científica», *Comércio do Porto,* 16 de Dezembro de 1937. No entanto, mais recentemente, a figura de Joaquim José da Silva volta a ser omitida em trabalhos onde é feita referência a esta viagem. V. Sacarrão, 1953, p. 45 e Carvalho, 1987, p. 87.

Retrospectiva da missão do naturalista Joaquim José da Silva

O envio a Angola de uma missão científica no domínio da história natural integrou-se portanto no vasto programa de exploração das possessões ultramarinas portuguesas que, a partir de 1783, entraria na sua fase de pesquisa no terreno.

O naturalista Joaquim José da Silva, acompanhado por Ângelo Donati, também naturalista e desenhador, e ainda por José António, igualmente desenhador, chega a Luanda em 1783, após curta estadia em Benguela, aproveitada para a realização dos primeiros trabalhos de pesquisa e início da organização das colecções a remeter para o Museu da Ajuda[24].

Ter-se-ão seguido algumas explorações feitas nos arredores de Luanda, em que recolhe algum material[25].

A primeira expedição em Angola realiza-a Joaquim José da Silva ao Dande e a Cabinda, já acompanhado apenas pelo desenhador José António, pois Ângelo Donati, o seu auxiliar mair próximo, havia falecido pouco tempo depois da chegada a Luanda. O principal objectivo da deslocação foi o de confirmar possíveis jazigos de ferro existentes em Cabinda, que se revelariam sem interesse, tendo sido aproveitada a escala junto à foz do rio Dande para uma visita a uma «mina de petróleo», de localização próxima, e para observar o fabrico de cal aí praticado[26].

Em meados de 1784, Joaquim José da Silva efectua uma expedição a Massangano, cujos trabalhos seriam extremamente prejudicados dado o seu precário estado de saúde, e no decurso da qual viria a falecer o desenhador José António, ficando, a partir de então, como único elemento da missão[27].

Aquela que foi certamente a viagem de maior interesse empreendida pelo naturalista, durante a sua estadia em Angola, seria iniciada em 25 de Maio de 1785, quando parte para Benguela na qualidade de adido da Expedição Militar e Científica à foz do Cunene. Nessa qualidade acompanharia a coluna que fez a exploração por via terrestre, tendo percorrido, durante cerca de dois anos, o chamado «sertão de Benguela». O itinerário utilizado foi objecto de registo cartográfico, tendo sido atravessadas «as províncias de Quilengues e Bembes». Daí seguiria para o Cabo Negro e depois para os Gambos e Caconda, após o que regressaria a Benguela[28]. Tendo-se demorado ainda nesta cidade cerca de sete meses, retornaria finalmente a Luanda no termo de 1787.

---

[24] V. Aviso ao Governador de Angola, de 16 de Abril de 1783, publ. in Simon, 1983, p. 157, doc. 1, e Carta de Joaquim José da Silva a Martinho de Melo e Castro, de 7 de Outubro de 1783, publ. in op. cit., p. 157-158, doc. 2 e tb. in Felner, 1940, vol. I, p. 212, doc. 13.

[25] V. Teixeira, 1961, p. 104.

[26] V. Relatório de Joaquim José da Silva a Martinho de Melo e Castro, de 17 de Março de 1783, publ. in Simon, 1983, p. 158, doc. 3. Relativamente às viagens realizadas por este naturalista, v. tb. Teixeira, 1961.

[27] V. Simon, 1983, p. 161, docs. 6 e 7, e Felner, 1940, vol. II p. 32-33, doc. 6.

[28] V. Teixeira, 1961, p. 104-105, que procura fazer uma análise crítica do itinerário percorrido pela expedição, ilustrando-a cartograficamente. Uma cópia, datada de 1809, do «Mapa da derrota do natualista Joaquim José da Silva da Cid.e de Benguela às praias de Cabo Negro»,

No decurso desta expedição colocar-se-ia uma questão, já focada anteriormente, havendo interesse em comentar a posição que Joaquim José da Silva viria a assumir a esse propósito. Assim, de acordo com o relato que o naturalista faria já em Benguela, esta missão compreendia duas expedições, sendo uma efectuada por mar, até Angra do Negro, e a outra por terra, cujo objectivo era, como foi dito, a descoberta da foz do rio Cunene, tendo-lhe sido determinado superiormente que acompanhasse a primeira, aproveitando os diversos desembarques que se tivessem de fazer ao longo da costa para proceder às observações e colheitas relativas à história natural, de que se encontrava encarregado. Ora, havendo diligenciado previamente no sentido de obter algumas informações acerca das possibilidades que a via costeira lhe oferecia e que consideraria pouco satisfatórias, Joaquim José da Silva acabaria por resolver acompanhar o trajecto terrestre, por considerar que dessa forma, desfrutaria de melhores condições para poder realizar os seus trabalhos de naturalista. A sua recusa do itinerário marítimo teria sido pois motivada pelo facto de entender que alguns desembarques precipitados não lhe iriam permitir certamente a realização das tarefas de que fora incumbido[29].

Pouco tempo depois do regresso desta prolongada viagem, Joaquim José da Silva percorreria ainda a região interior próxima de Luanda, do que resultaria a obtenção e remessa para Lisboa de um cavalo marinho e de um crocodilo[30].

Poderá considerar-se que estas últimas explorações correspondem ao termo de um período da missão em Angola em que os trabalhos de naturalista de Joaquim José da Silva, embora sofrendo perturbações de vária ordem, que seguidamente se procurarão apreciar melhor, decorreriam ainda com certa

---

encontra-se na Mapoteca do Instituto Geográfico e Cadastral V. Mendes, 1969, p. 222, n.º 575. Na respectiva legenda diz-se ainda que o naturalista teria deixado Benguela a 9 de Agosto de 1785, só regressando a essa cidade em 18 de Maio de 1787.

[29] V. Relatório de Joaquim José da Silva a Martinho de Melo e Castro, Benguela, 20 de Maio de 1787, publ. in Simon, 1983, p. 162, doc. 8, e tb. in Felner, 1940, vol. I, p. 226-228, doc. 18. Posteriormente Martinho de Melo viria a referir-se a esta expedição, descrevendo-a como constando de duas partes em que a primeira consistiria em explorar «por Mar, e Terra a costa que medêa entre Benguela e Cabo Negro», e a segunda em «explorar, e descubrir pelo Continente, o Sertão de Benguela e o Rio Cunene, e castigar, e reduzir à devida obediência, alguns Sovas daquele Sertão que se tinham rebelado». Assim. o cumprimento da missão implicaria que o primeiro trajecto fosse percorrido tanto por via marítima como por via terrestre, o que viria a acontecer, no primeiro caso, sob o comando conjunto do Capitão Tenente António José Valente e do Tenente Coronel Engenheiro Luís Cândido e, no segundo, do Sargento-Mor da Ordenança Gregório José Mendes. V. «Expedição de Angola pela fragata Golfinho, commandada pelo capitam de mar, e guerra Manoel da Cunha Souto-Maior que sahio de Lisboa em 12 de Agosto de 1791, publ. in Oliveira, 1968, p. 46-51. O comando da segunda parte da expedição, que Joaquim José da Silva acompanharia, seria conferido ao Capitão de Granadeiros António José da Costa, tendo a sua conduta vindo a merecer críticas acerbas de que este documento se faz eco. Sublinhe-se que a composição e objectivos da missão são aqui apresentados com algumas diferenças relativamente à descrição feita por Joaquim José da Silva, sendo revelados ainda aspectos que poderão ter condicionado fortemente os seus propósitos científicos. Diz tb. respeito a este assunto o «Relatório de António José Valente, de 3 de Fevereiro de 1791, em que descreve a organização da expedição em que foi a Angra do Negro», tendo sido portanto escrito por um dos responsáveis pela exploração marítima assinalada à primeira parte da missão. V. Felner, 1940, vol. I, p. 229-230, doc. 19.

[30] V. Atestado passado ao naturalista Joaquim José da Silva pelo Governador Geral de Angola, D. Fernando António de Noronha, São Paulo da Assumpção, 10 de Setembro de 1804, publ. in Felner, 1940, vol. II, p. 32-33, doc. 6.

regularidade e em condições que lhe permitiriam deslocar–se a diversas regiões do território todos os anos, preparando e procedendo ao envio das remessas obtidas.

Comentando agora sumariamente os factores de perturbação que se acabam de referir, serão de mencionar em primeiro lugar as dificuldades que Joaquim José da Silva terá experimentado, de início, no seu relacionamento com os então responsáveis pelo governo de Angola.

Ora, dado o papel de orientação, controlo e apoio da missão atribuído ao governo local, torna–se compreensível que os desentendimentos verificados lhe possam ter ocasionado dificuldades, prejudicando assim os seus trabalhos iniciais. Essas dificuldades viriam a ser ultrapassadas com a mudança de governo ocorrida em 1784, podendo, no entanto, inferir–se que teriam atingido certa gravidade pelo teor das instruções fornecidas ao novo Governador de Angola, quando da sua entrada em funções, a respeito das actividades dos naturalistas[31].

No entanto, o factor que viria a interferir de modo decisivo no trabalho projectado seria a rápida aniquilação da equipa que integrava a missão pois, em meados de 1784, já haviam sucumbido dois dos seus elementos, restando apenas o seu responsável[32]. Poder–se–á afirmar que estas perdas constituiriam desde logo motivo impeditivo do êxito da expedição, dada a impossibilidade de uma só pessoa levar a cabo as diferentes tarefas que a exploração naturalística do território implicava. Vindo esta situação a consolidar–se, pois os pedidos de substituição do pessoal desaparecido nunca chegariam a ser atendidos, e não tendo também Joaquim José da Silva conseguido encontrar localmente colaboradores que pudesse iniciar na preparação das espécies zoológicas, o projecto de documentação história natural de Angola ficaria assim em grande parte comprome-tido[33].

A impossibilidade, que viria a ser confirmada no caso de qualquer uma das expedições científicas iniciadas em 1783, de se substituirem os elementos falecidos ou impossibilitados constituiu seguramente um dos pontos fracos do seu planeamento, tendo as dificuldades daí resultantes afectado de

---

[31] V. Aviso de Martinho de Melo e Castro ao Barão de Moçâmedes, Lisboa, 9 de Março de 1784, ordenando a este último que se informe acerda do andamento dos trabalhos da missão, devendo qualquer dos seus membros ser punido, inclusivamente com o regresso a Lisboa sob prisão, caso se justificasse. Publ. in Simon, 1983, p. 86, n. 22. Dificuldades comparáveis surgiriam no decurso da exploração das ilhas de Cabo Verde, cometida a João da Silva Feijó, cujo trabalho e conduta seriam também alvo de admoestações por parte do Ministro do Ultramar, muito provavelmente injustificadas. V. Carreira, 1986, p. XXX–XXXIII.

[32] V. Relatório de Joaquim José da Silva a Martinho de Melo e Castro, Luanda, 18 de Março de 1784 e Carta do mesmo a David José, Luanda, 27 de Maio de 1785, sendo esta dirigida precisamente ao pai do desenhador falecido. Publ. in Simon, 1983, p. 158, doc. 3, e p. 161, doc. 7.

[33] A documentação consultada refere–se por mais do que uma vez a estes problemas e aos prejuízos daí resultantes, acentuando sobretudo a impossibilidade de preparar os levantamentos iconográficos, pois este trabalho era da competência de Ângelo Donati e de José António. V. Relatório de Joaquim José da Silva de Melo e Castro, Benguela, 20 de Maio de 1787, publ. in Simon, 1983, p. 162, doc. 8, tb. publ. in Felner, 1940, vol. I, p. 226–228, doc. 18, Carta de Joaquim José da Silva a Martinho de Melo e Castro, Luanda, 9 de Julho de 1787, publ. in Simon, 1983, p. 163, doc. 9 e Relatório do Governador Manuel de Almeida Vasconcelos a Martinho de Melo e Castro, Luanda, 5 de Novembro de 1791, in Arquivos de Angola, vol. I, n.º 1, 1933, p. 33.

modo igualmente grave a viagem que teve Moçambique como principal objectivo[34].

As dificuldades enfrentadas por Joaquim José da Silva no desempenho da sua missão incidiriam ainda no plano logístico, tendo experimentado contrariedades a tal respeito logo na primeira das deslocações que efectuou devido a razões de ordem burocrática[35].

Mais significativas seriam as críticas feitas ao relatar, em 1787, a expedição ao interior de Benguela em que recentemente havia participado pois, de acordo com o que então deixaria escrito, ter-se-ia visto na impossibilidade de recolher amostras de «pedras» por não dispor de carregadores para o seu transporte, atribuindo esta dificuldade ao facto de as prioridades terem sido então concedidas aos transportes de natureza militar. Lastima, por conseguinte, que os trabalhos a seu cargo fossem considerados como de natureza secundária no contexto de uma expedição em que se empenharia por cerca de dois anos, cerceando-se-lhe desse modo as possibilidades com que tinha deparado de organizar valiosas colecções[36].

Este último tipo de problemas resultava principalmente do facto de as actividades de Joaquim José da Silva se inserirem em contextos que as subordinavam a objectivos de natureza política e administrativa.

Deste ponto de vista, a situação do naturalista agravava-se ainda pelo facto de lhe terem sido cometidas simultaneamente funções científicas e administrativas, sendo estas úlimas decorrentes do cargo de Secretário do Governo de Angola em que fora provido.

O desempenho conveniente de ambos os tipos de funções, que se revelaria certamente muito difícil ou até incompatível nas condições inicialmente previstas, passaria a ser manifestamente impossível depois da perda dos auxiliares entretanto verificada[37].

As questões abordadas nesta segunda parte da presente rubrica permitem compreender que o estudo do desenrolar da missão a Angola de Joaquim José da Silva conduza à conclusão de que ela se pode dividir em duas fases visivelmente distintas, correspondendo a primeira aproximadamente aos seis primeiros anos da sua estadia no território.

---

[34] Com efeito, também Manuel Galvão da Silva, que foi o naturalista responsável por essa missão, viria a ficar privado do concurso do desenhador e do jardineiro botânico que integravam a sua equipa, passando a enfrentar, no decurso de grande parte da sua permanência em Moçambique, problemas equiparáveis aos defrontados pelo naturalista a trabalhar em Angola.

[35] Com efeito, o naturalista queixar-se-ia de que, no decurso da sua estadia em Cabinda no início de 1784 não lhe tinha sido providenciado, nem a si nem ao riscador que o acompanhava, o fornecimento «das comedorias conforme as determinações de S. Magestade», tendo tido então os dois que recorrer à «generosidade alheia» visto não se encontrarem preparados para suportar esse tipo de encargos não previstos. V. Relatório de Joaquim José da Silva a Martinho de Melo e Castro de 17 de Março de 1784, publ. in Simon, 1983, p. 158–159, doc. 3.

[36] V. Relatório de Joaquim José da Silva a Martinho de Melo e Castro, Benguela, 20 de Maio de 1787, publ. in Simon, 1983, e tb. in Felner, 1940, I. vol., p. 226–228, doc. 18.

[37] A denúncia da incompatibilidade dos dois tipos e funções chega a ser feita oficialmente no caso da expedição a Moçambique, em que o naturalista responsável se encontrava precisamente nas mesmas condições de Joaquim José da Silva, pretendendo-se aí também justificar a escassez dos resultados obtidos em relação à história natural. V. Ofício do Governador Geral António de Melo e Castro a Martinho de Melo e Castro, de 4 de Outubro de 1787, publ. in Botelho, 1927, p. 20.

No decurso deste período, a sua actividade como naturalista, embora fortemente condicionada pelos factores adversos já focados, revestirá um carácter activo, tendo-lhe sido possível efectuar, com certa regularidade, expedições de campo que, no total, correspondem a um período considerável de afastamento de Luanda e, consequentemente, das suas funções de natureza administrativa.

Já na segunda fase da sua actividade em Angola, que se terá prolongado eventualmente até ao seu falecimento, já no século XIX, o seu trabalho como naturalista poderia qualificar-se como passivo pois, tendo interrompido a realização de expedições no interior do território, a organização de colecções e a elaboração de notícias passariam então a ser feitas de acordo com as disponibilidades e com as oportunidades proporcionadas pelas suas incumbências de ordem administrativa ou mediante a colaboração de intermediários mobilizados para o efeito. Esse carácter passivo poderá ainda ser sublinhado pelo facto de uma parte considerável do trabalho de naturalista realizado nesta segunda fase ter sido desencadeado por solicitações emanadas da administração lisboeta.

Dado ter-se verificado uma alteração tão sensível na situação e atribuições de Joaquim José da Silva em Angola, será necessário que se procurem analisar as suas principais causas explicativas.

Uma vez concluída a expedição ao interior de Benguela, e regressado a Luanda, é compreensível que Joaquim José da Silva tenha considerado que chegara a altura de ser posto termo à sua missão em território angolano. Efectivamente, a sua nomeação fora por um período de três anos, a permanência e condições de trabalho tinham apresentado enormes dificuldades e, sendo nascido e criado no Brasil, que era também o país de residência da sua família, seria seu desejo aí regressar logo que possível após mais de vinte anos de ausência[38].

Seguir-se-ão no entanto ainda cerca de dois anos em que a sua situação, sem chegar a definir-se completamente, evolui num sentido que irá conduzir à mudança já referida.

Assim, o termo da missão por si requerido só viria a ser oficializado em 1789, sob a forma do regresso a Lisboa e não da pretendida transferência para o Rio de Janeiro, pois, encontrando-se o naturalista no desempenho de uma missão iniciada naquela cidade, ao serviço de um organismo aí sediado, é compreensível que lhe tivesse sido determinado que aí retornasse, inclusive afim de completar o trabalho relativo aos materiais que entretanto tinha enviado[39]. A pretensão de passar a fazer parte da administração brasileira, apresentada por Joaquim José da Silva, permite aliás considerar que essa fase terminal da sua missão deixara de o preocupar, quer por ter perdido o interesse pela conclusão do seu trabalho de naturalista, quer por entender que o volume

---

[38] Com efeito, um pedido de transferência para o Rio de Janeiro seria feito por si nessa época, invocando precisamente a idade avançada dos pais e a necessidade de dar apoio a uma irmã solteira que com eles aí residia. V. Carta de Joaquim José da Silva a Martinho de Melo e Castro, Luanda , 14 de Outubro de 1787, publ. in Simon, 1983, p. 164, doc. 10.

[39] V. Aviso de Martinho de Melo e Castro a Manuel de Almeida e Vasconcelos, Governador de Angola, Lisboa 23 de Outubro de 1787, cit. in Simon, 1983, p. 91, n. 37.

e a importância dos materiais e informações obtidos não justificavam que se continuasse a ocupar do seu tratamento e estudo.

Será de assinalar que o mesmo tipo de interrupção se verificaria relativamente às restantes viagens científicas que integravam o projecto global, podendo dizer-se que a fase de incorporação das colecções resultantes no Museu da Ajuda e de estudo de toda a documentação obtida não chegaria nunca a ter lugar. Esse aspecto seria particularmente desastroso no caso da expedição brasileira de Alexandre Rodrigues Ferreira, em que o volume de materiais obtido tinha sido efectivamente notável.

Entretanto, sabe-se também que Joaquim José da Silva casara, constituindo assim família em Angola, o que o terá provavelmente predisposto para aceitar melhor uma continuação da permanência no território.

Estas razões ajudam certamente a compreender que tivesse vindo a prolongar a sua estadia em Angola, muito embora em condições que irão alterar o modo como desempenhava as suas actividades, adquirindo a componente administrativa do seu trabalho, a partir de então, um nítido predomínio. Com efeito, a nova posição que passaria a assumir depois de 1790 colocava-o na dependência exclusiva do Governo local que, muito embora pretendesse continuar a contemplar o interesse lisboeta pela história natural, necessitava de Joaquim José da Silva em Angola, sobretudo para o desempenho de funções administrativas[40]. Terá de atender-se que se tratava de uma pessoa com uma formação superior, um bom conhecimento e experiência dos problemas locais e inclusive de grande préstimo no relacionamento com estrangeiros, dados os seus conheçimentos de inglês e francês. Acresce que, dado o baixo nível de vencimento que usufruía, seria muito difícil vir a substituí-lo por alguém com uma competência e preparação equivalentes.

As consequências destas alterações no tocante às suas funções de naturalista são facilmente detectáveis a partir de então, sendo de salientar, tal como já foi sublinhado, a interrupção das viagens de exploração internas. De facto, a deslocação e estadia em Ambaca, que se verificaria entre 1796 e 1798, embora tendo sido aproveitada para efectuar trabalhos no domínio da história natural, foi claramente determinada por razões de ordem administrativa[41].

As circunstâncias e características da actividade desenvolvida por Joaquim José da Silva no domínio da história natural, no decurso da parte final da sua vivência angolana, permitem assim que se considere a sua situação nesse

---

[40] O naturalista viria assim a ser promovido inicialmente no posto de Capitão-Mor de Massangano, embora apenas formalmente pois continuaria a prestar serviço em Luanda, tendo sido depois nomeado para o mesmo cargo em Ambaca, em 1796. No regresso desta localidade a Luanda, seria nomeado, em 1799, Tesoureiro Geral dos Bens e Fazendas dos Defuntos e Ausentes, Capelas e Resíduos da Repartição da Cidade e suas Conquistas, acabando por assumir de novo o cargo de Secretário do Reino de Angola em 1801. V. Simon, 1983, p. 96-98. Saliente-se, no entanto, que esta decisão de integrar Joaquim José da Silva na administração local suscitaria a animosidade do Ministro do Ultramar, Martinho de Melo e Castro que, por este facto, criticaria vivamente o Governador de Angola. V. Ordem de Martinho de Melo e Castro ao Governador de Angola, Palácio de Queluz, 8 de Agosto de 1791, V. Simon, 1983, p. 92, n. 39.

[41] V. Teixeira, 1961, p. 107-108, confirmando-se o trabalho de naturalista efectuado pela análise da «Cópia da Relação das Sementes que acompanharam a carta de 3 de Fevereiro de 1802 poe efeito do Real Aviso de 12 de Novembro de 1801», publ. in Pombo, 1935, p. 106 e ss., tal como o primeiro destes Autores o faz notar.

âmbito como, até certo ponto, mais próxima da do correspondente do que da do naturalista em missão.

Lastimável seria, no entanto, que Joaquim José da Silva tivesse permanecido continuadamente numa situação de carência económica, que apenas no final terá sido atenuada por uma recompensa que lhe foi conferida, sendo-lhe reconhecido desse modo o mérito da sua actuação e o valor dos trabalhos de naturalista que efectuara[42].

Por último, importará considerar que na análise das viagens empreendidas pelo naturalista em Angola e dos respectivos itinerários serão de ter em atenção a ocupação portuguesa do território que então se verificava, as possibilidades de penetração no interior existentes e os objectivos político-administrativos que na época se pretendiam concretizar.

Equipamentos e documentação de apoio — as Instruções

Tal como sucederia com outras viagens de exploração científica suas contemporâneas, aquela que Joaquim José da Silva efectuaria a Angola foi orientada não só por Instruções de ordem particular, especialmente respeitantes à sua missão, como por outras de carácter geral que a Academia das Ciências de Lisboa publicara em 1781[43]. O objectivo declarado dessa publicação era o de mobilizar os correspondentes da Academia para o projecto de organização de um museu nacional, instruindo-os acerca do modo de preparar as remessas de produtos da história natural, e de elaborar as notícias correlativas.

A utilização deste tipo de documentos visava portanto colocar ao serviço de museus ou mesmo de coleccionadores particulares os préstimos de pessoas interessadas pela história natural e a quem o local de residência, tipo de actividade e disponibilidades de tempo permitiam dar o tipo de colaboração pretendida. Desta forma, tornava-se também possível ultrapassar dificuldades financeiras, logísticas e humanas inerentes à organização de missões de exploração científica. O recurso a intermediários em princípio pouco familiarizados com o tipo de trabalho a realizar implicava, por conseguinte, que as instruções difundidas fossem suficientemente explicativas e práticas pois, só assim, se conseguiriam obter os resultados desejados.

A obtenção de correspondentes podendo actuar em territórios distantes era particularmente pretendida dada a maior dificuldade em conseguir colecções e notícias dessas proveniências, não surpreendendo, portanto, que, no caso português, os territórios ultramarinos tenham constituído um dos objectivos preferenciais da elaboração e difusão das referidas instruções. Isso mesmo

---

[42] Trata-se do hábito da Ordem de Cristo, atribuído ao naturalista pelo príncipe regente D. João, a 12 de Fevereiro de 1806, após parecer favorável do Conselho Ultramarino de 26 de Novembro de 1805. V. Simon, 1983, p. 102.

[43] V. *Breves Instrucções aos Correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa sobre as remessas dos productos e nôticias pertencentes à História da Natureza para formar hum Museo Nacional*, Lisboa, Reggia Officina Typografica, 1781, 45.

se poderá constatar através da consulta dos diversos exemplos deste tipo de documentos divulgados no contexto português, não só a partir dos finais do período setecentista como ao longo do século seguinte[44].

No caso das instruções preparadas pela Academia das Ciências, embora se saiba que foram distribuídas a diversos responsáveis da administração ultramarina, são mal conhecidos os possíveis resultados daí advenientes[45].

A questão dos meios auxiliares de apoio utilizados pelos naturalistas no decurso das suas viagens de exploração, podendo tratar-se aqui de equipamento científico, de bibliografia ou de materiais de inventariação e preparação das espécies, de desenho ou de embalagem, afigura-se como devendo constituir um dos parâmetros de sistematização da análise do assunto em estudo, sendo portanto conveniente individualizá-la no contexto desta apresentação.

Relativamente ao equipamento de que os naturalistas deveriam poder dispor para a realização dos seus trabalhos sabe-se, tal como já foi referenciado anteriormente, que esse foi um dos problemas de que Domingos Vandelli se ocupou especialmente, como principal orientador e responsável científico do programa geral de explorações em que a missão a Angola se inseria[46].

A análise da relação do equipamento auxiliar do naturalista, elaborada por Vandelli, permite constatar o grau de complexidade e de especialização que revestiam os trabalhos a efectuar, parecendo importante focar que os instrumentos aí mencionados poderão ser agrupados em função das diferentes fases de organização das colecções em que iriam ser utilizados. De acordo com este ponto de vista, verifica-se que constam da relação instrumentos de observação e de captura ou de colheita, como por exemplo as lentes e óculo, no primeiro caso, e as tenazes para cobras ou insectos, as armações para borboletas, as redes para «arrastar conchas» ou ainda os escopros e martelos para «pedras» no segundo. O mesmo critério levaria a referenciar papel para escrever e «riscar», livros brancos «*in* 8.º», balanças, compassos e um microscópio para identificação e registo dos exemplares obtidos. Acresceriam ainda os materiais destinados à preparação e embalagem imediata dos produtos das colecções, cujas técnicas seriam idênticas às indicadas nas Instruções de 1781. E, neste âmbito, poder-se-iam mencionar as lancetas, escalpelos e serrotes de anatomia necessários para a preparação das espécies zoológicas e o papel pardo e caixas

---

44 Dado ter sido também publicada ainda no século XVIII, será de referenciar a propósito a *Instrucção Completa sobre o Methodo de apanhar, manejar, conservar e empacotar os insectos, para serem enviados dos Paízes Estrangeiros à Europa: Para uso das Pessoas, que quizerem empregar-se na caça delles em benefício do Author*, Lisboa, Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1798, 67 p. O próprio título da obra revela como factores de interesse adicionais o seu carácter especializado e o facto de se tratar, aparentemente, de uma iniciativa particular, sendo ainda de salientar que os seus principais destinatários eram os habitantes de países extra-europeus. Já no século XIX são referenciáveis instruções publicadas em 1819, 1836, 1849, 1862 e 1877, tendo também, na sua quase totalidade, o objectivo de incrementar a exploração científica dos territórios ultramarinos.

45 Relativamente a Moçambique, encontra-se referenciado o envio de pelo menos vinte e cinco exemplares desta publicação. V. Botelho, 1927, p. 15-16.

46 V. «Rol dos Instrumentos, Drogas, e mais utensílios pertencentes à História Natural, Physica e Chimica, que são indispensáveis a hum naturalista que viaja», Coimbra, 1778, publ. in Simon, 1983, p. 134-137. O Autor individualiza neste documento rubricas para «Instrumentos», «Drogas», «Tintas», «Botica», «Instrumentos físicos» e «Livros e cartas geográficas».

metálicas para os herbários, a estopa para saquinhos com amostras de «terras», folhas de Flandres para insectos e frascos de lata para pequenos animais.

O transporte a longas distâncias, a que as colecções obtidas iriam estar sujeitas, colocava também problemas de difícil solução, pelo que revestem por certo interesse algumas considerações a propósito da questão da sua embalagem. Com efeito, parecem de distinguir em primeiro lugar aquelas que poderão qualificar-se como embalagens exteriores, sendo de registar então designações como toneis, barris, ancoretas, «cilindros de lata», latões, caixões e caixotes, sendo esta terminologia susceptível de fornecer algumas indicações, ainda que sumárias, acerca das respectivas características e da sua relação com a conservação dos produtos nelas acondicionados.

Assim, para uma primeira escolha da embalagem era determinante o facto de se ter que utilizar a «aguardente» como conservante usando-se, nestes casos, produtos de tanoaria ou recipientes em folha de Flandres cuja forma e tamanho se procurariam adequar aos dos exemplares embalados. Com efeito, há notícias de remessas de peixes grandes de Angola em tonel e de peixe pequeno numa ancoreta. Igualmente de Angola seriam enviados peixes em «cilindros de lata», tendo sido utilizado um latão para o transporte de peixes capturados em Goa[47]. Ainda relativamente aos peixes, é de assinalar que se procedia por vezes ao seu enfaixamento como medida complementar de conservação[48]. Mau grado estas práticas, a conservação destes animais durante o transporte suscitava dúvidas aos naturalistas, pelo que procuravam obter informações acerca do estado em que chegavam ao destino e confirmar desse modo a eficiência das embalagens utilizadas[49].

Para as remessas que continham produtos expedidos em meio seco, eram utilizados caixões ou caixotes devidamente calafetados e protegidos por conservantes, assim sucedendo com os quadrúpedes e aves de maiores dimensões, com as colecções botânicas, mineralógicas e geológicas e com os objectos etnográficos. No caso dos quadrúpedes e aves de menor tamanho, dos répteis e dos crustáceos, a embalagem fazia-se também habitualmente em «meio espirituoso».

---

[47] V. «Relação dos productos Naturaes, que pela Secretaria de Estado da Repartição do Ultramar vão remetidos ao Real Gabinete — 5 de Novembro de 1791», in Arquivos de Angola, Vol. I, n.º 1, 1933, p. 35-36, «Relação das Peças que vão na caixa pertencente à História Natural Remetida pelo Naturalista de Angolla», publ. in Simon, 1983, p. 159, doc. 4, e *Observações sobre a História Natural de Goa, feitas no anno de 1784 por Manoel Galvão da Silva,* 1862, p. 6 e 38.

[48] Esse procedimento é referido na *Relação das Producçoens Naturaes que remette para o real Gabinete de Historia natural o naturalista Manuel Galvão da Silva,* cit. in Botelho, 1927, p. 20.

[49] V. Relatório de Manuel Galvão da Silva a Martinho de Melo e Castro, Agosto de 1785, publ. in Simon, 1983, p. 152, doc. 4, em que o naturalista se queixa por não receber notícias de Lisboa acerca das condições em que teria chegado uma remessa de peixes que fizera de Goa. Sucederia também que a João da Silva Feijó, o naturalista encarregado da missão às ilhas de Cabo Verde, seria recomendado por Lisboa «que fizesse remessa dos peixes em aguardente e não em sal, como mandou, que chegaram podres», cit, in Carreira, 1986, p. XXXI. Poder-se-ão encontrar pedidos de informações idênticos, poucas décadas depois, na correspondência trocada entre Henslow e Darwin, no decurso da viagem deste último, em que embora sendo elogiado o estado em que as colecções por ele remetidas chegariam a Cambridge, se fariam, no entanto, algumas sugestões para melhoria da embalagem de insectos, crustáceos e pequenos mamíferos. V. Moorehead, 1969, p. 56.

Como complemento deste comentário àquelas que se designaram como embalagens exteriores, convém ainda fazer referência ao facto de se tornar necessário que certos produtos fossem previamente acondicionados em embalagens de pequenas dimensões, susceptíveis de lhes fornecer uma primeira protecção ou tornadas necessárias devido às suas características. No primeiro caso são de apontar as bocetas utilizadas para conchas, as caixas e folhas de Flandres usadas nos herbários e para os insectos e os frascos em que se introduziam pássaros e pequenos mamíferos. O segundo poderá exemplificar-se com os sacos de estopa ou com os frascos, contendo amostras de «terras» ou de petróleo.

Passando agora a abordar a questão da bibliografia de apoio, recorda-se a menção feita anteriormente à aquisição de um conjunto de obras consideradas necessárias para a preparação deste programa de viagens científicas, sendo a missão a Angola expressamente mencionada no documento comprovativo do facto[50].

A bibliografia auxiliar devendo acompanhar as viagens é também objecto de uma rubrica no «Rol de Instrumentos, Drogas e utensílios», elaborado por Vandelli e também já referenciado, sendo aí indicada uma lista das obras a fornecer a cada um dos naturalistas, preparada ao tempo em que a exploração do Brasil constituía ainda o seu objectivo comum. É igualmente conhecida a relação das obras que Alexandre Rodrigues Ferreira levaria para o Brasil, em 1783, tornando-se possível constatar que se encontram incluídas nestas relações obras relativas a diferentes ramos da história natural e também de carácter aplicado, sendo ainda contempladas as que se referem particularmente às regiões a explorar e a viagens científicas anteriormente aí realizadas.

Poderá ter acontecido, no entanto, que a bibliografia efectivamente disponível no caso das viagens africanas tivesse sido mais limitada pois, relativamente à expedição conduzida por Joaquim José da Silva, apenas se faz menção ao livro Systema Naturae, de Lineu, e às Instruções publicadas pela Academia das Ciências de Lisboa, sendo o primeiro desses livros mencionado expressamente pelo naturalista em documentos inventariando remessas que fez[51].

A este propósito será de mencionar igualmente que Manuel Galvão da Silva, o naturalista encarregado da exploração científica de Goa e de Moçambique, deixaria escrito, quando da sua passagem pelo primeiro desses territórios, que ao organizar o respectivo herbário se limitara a recolher as plantas já suas conhecidas ou que tinha considerado como mais fáceis de conhecer. E apontaria como justificação o facto de não dispor das obras dos principais autores que haviam escrito sobre a botânica da Índia e da costa do Malabar e as dificuldades que havia sentido ao procurar classificar as plantas pelo sistema lineano pois, sendo a sua passagem pelo território de muito curta duração, não teria oportunidade de fazer as colheitas nas épocas mais apropriadas[52].

---

50 V. *Relação dos livros que se compraram para as expedições filosóficas de Moçambique, Angola e Pará,* Arquivo Histórico Ultramarino, Reino, Maço 2147, ref. in Carvalho, 1987, p. 118.

51 V. «Relação das Sementes» que acompanharam a carta de 3 de Fevereiro de 1802, publ. in Pombo, 1935, p. 106 e ss. A obra de Lineu citada seria publicada pela primeira vez em Leyden, em 1735, tendo tido dez edições até 1778, ano da sua morte. V. Blunt, 1986, p. 321–324.

52 V. Rivara, 1862, p. 37.

No âmbito da missão de Joaquim José da Silva as Instruções editadas pela Academia das Ciências em 1781 parecem surgir, portanto, como uma referência bibliográfica fundamental, não tanto como apoio do naturalista em termos de conhecimentos, pois este encontrar-se-ia seguramente, de há muito, familiarizado com o seu conteúdo, mas por definirem globalmente os objectivos a atingir e constituirem o modelo orientador da documentação que se pretendia organizar.

O que as Instruções propõem é efectivamente a organização de um sistema coerente de documentação, que compreenderia, tal como já foi mencionado anteriormente, colecções devidamente inventariadas de objectos, não só do âmbito da zoologia, da botânica e da mineralogia e geologia, mas também da actual etnografia, que se articulariam com representações iconográficas relativas a esse acervo e às realidades paisagísticas ou monumentais consideradas como insusceptíveis de o integrarem. As representações cartográficas e memórias sobre temas das ciências naturais, da física, da química, da geografia ou da etnografia encontravam-se também compreendidas no modelo de documentação previsto.

Ora, não só o documento de nomeação de Joaquim José da Silva como responsável pela missão científica a Angola[53] determina claramente que as Instruções iriam constituir um elemento fundamental para a sua orientação, como os escritos da autoria do naturalista permitem concluir que a sua compreensão dos objectivos do empreendimento e da dimensão e características da documentação a produzir condiziam com as propostas contidas na publicação em análise.

Ao comentar-se o papel e importância das Instruções da Academia das Ciências relativamente à expedição de Joaquim José da Silva, importará fazer igualmente referência a outras instruções que se poderão qualificar como secundárias ou auxiliares, e que foram elaboradas já em Angola, pelo naturalista ou sob a sua supervisão, com o objectivo de orientar quer desenvolvimentos quer aspectos particulares da missão. Nesse âmbito são conhecidas as «Instruçoens aos Capitaens Mores sobre a colheita e remessa das Produçoens naturais que hão-de ser dirigidas ao Real Gabinete de História Natural», datadas de 17 de Outubro de 1790[54], havendo ainda referência a umas outras preparadas pelo naturalista e dirigidas aos capitães de navios, acerca do modo de remeter animais vivos e dos cuidados de que estes deveriam ser objecto durante a viagem[55].

Será interessante acentuar que quaisquer umas destas instruções poderão ser consideradas como de carácter complementar relativamente às principais, ou seja, àquelas que tinham sido editadas em 1781, pois o objectivo

---

[53] V. Aviso ao Governador José Gonçalo da Câmara de 16 de Abril de 1783, publ. in Simon, 1983, p. 157, doc. 1, que se revela como praticamente idêntico ao relativo à nomeação de Manuel Galvão da Silva para a exploração científica de Moçambique. V. Aviso ao Governador Pedro Saldanha de Albuquerque de 26 de Março de 1783, publ. op. cit. p. 149, doc. 1. A mesma orientação encontra-se ainda na carta do Secretário de Estado Martinho de Melo e Castro ao Governador da Índia Dom Frederico Guilherme de Sousa, de 1.º de Abril de 1783, pub. in Rivara, 1862, p. 1-2.

[54] Publ. in Arquivos de Angola, Vol. I, n.º 4, Novembro de 1935.

[55] V. Simon, 1983, p. 95.

das primeiras seria o de promover a colaboração dos capitães–mores de modo a actuarem como intermediários no processo de obtenção e organização das colecções de história natural. Obedeciam portanto a uma orientação que se revela comparável à da publicação da Academia das Ciências, embora apresentando–se muito mais simplificadas, o que visaria precisamente facilitar a sua utilização por pessoas menos preparadas e, por conseguinte, menos propensas a lidar com um documento relativamente volumoso. Na verdade, enquanto que as Instruções editadas pela Academia constituem um volume de quarenta e cinco páginas, aquelas que são dirigidas aos capitães–mores ocupam apenas três páginas impressas.

Será de sublinhar naturalmente que Joaquim José da Silva não viria a efectuar quaisquer novas expedições naturalísticas no território em data posterior à da divulgação deste último documento e que, já em 1787, havia solicitado ao Ministro do Ultramar autorização para poder exigir aos responsáveis pela administração no interior do território que apoiassem o seu trabalho, enviando para Luanda os produtos naturais que lhes viesse a solicitar[56].

No caso das segundas instruções mencionadas, essa complementaridade torna–se também evidente se se considerar que aquelas que foram publicadas em 1781 não contemplavam o envio nem de plantas nem de animais vivos, visto que se destinavam a contribuir para a organização de um Museu Nacional, tendo sido entendido, compreensivelmente, por quem as elaborou, que esses tipos de acervos não teriam cabimento num estabelecimento como esse[57].

A fim de que se possa compreender melhor a correspondência que se deverá estabelecer entre os objectivos e modos de actuação definidos pelas Instruções de 1781 e as características da missão confiada a Joaquim José da Silva, será conveniente fornecer uma breve explicação acerca dessa publicação, procurando compará–la depois com o documento congénere, que viria a ser posteriormente elaborado e distribuído em Angola.

O volume editado pela Academia das Ciências abre com uma «Advertência» em que é salientada a importância e utilidade das colecções de história natural para o desenvolvimento das «artes, comércio e manufacturas e restantes ramos da economia», justificando–se assim o projecto de organização de um museu no seio da instituição. O recurso a correspondentes e a necessidade de os instruir acerca do modo de organizar essas colecções e de as remeter ao futuro museu, em condições que garantissem a sua boa conservação, decorre directamente do objectivo anterior.

---

[56] V. Carta de Joaquim José da Silva a Martinho de Melo e Castro, Luanda, 9 de Julho de 1787, publ. in Simon, 1983, p. 163, doc. 9, sendo conveniente assinalar que o naturalista sempre considerara insuficiente o apoio que lhe vinha sendo dispensado a nível da administração local.

[57] V. Instruções, 1781, p. 28, onde se diz, a respeito «Das remessas dos Vegetaes», que «Como estas instruções não têm por objecto formar hum Jardim Botânico; mas unicamente enriquecer hum Museo Nacional, seria supérfluo apontarmos o methodo de transportar as árvores e plantas de Paízes Estrangeiros para as transplantar nos nossos terrenos; matéria que tem sido admiravelmente tratada por muitos naturalistas deste século; e que a Academia, se o julgar necessário, reduzirá a instruções compendiadas em outro papel à parte».

A parte prática da obra, ou sejam as Instruções, integra quatro rubricas principais, sendo as primeiras dedicadas às remessas de «Animaes», «Vegetaes» e «Mineraes» e ocupando-se a quarta da elaboração «Das notícias pertencentes à História Natural».

Dada a maior dificuldade que revestia a organização das remessas de animais, visto os exemplares que as constituiam estarem sujeitos a uma degradação mais acentuada e ainda dada a necessidade de que a sua captura e preparação se processassem de modo a manterem as características morfológicas que iriam permitir o seu estudo e classificação, esta rubrica adquire um maior desenvolvimento. Desdobra-se assim em sub-títulos que se ocupam do modo de preparar os quadrúpedes, as aves, os répteis, os peixes, os crustáceos e ainda outras produções referentes ao reino animal.

As notícias pertencentes à história natural, de cuja elaboração se ocupa a parte final da obra, diriam respeito tanto aos produtos que integravam as remessas como ao meio ambiente das regiões em que tinham sido obtidos e aos usos e costumes dos povos que as habitavam. Compreender-se-ia assim neste âmbito não só a inventariação das colecções organizadas como a redacção de informações desenvolvidas acerca dos territórios explorados, que abrangeriam os domínios geográfico, zoológico, botânico, mineralógico e geológico, e ainda conhecimentos que viriam a corresponder posteriormente aos domínios da antropologia física e cultural.

Será de salientar a preocupação que esta rubrica final revela quanto às aplicações dos produtos da história natural, nomeadamente as que eram feitas pelas próprias populações nativas, o que condiz com a orientação desenvolvimentista anunciada logo no início do volume.

As «Instruções Gerais aos Capitães-Mores» de 1790 parecem constituir, tal como foi dito, uma versão muito simplificada daquelas que se acabam de comentar e, embora tendo sido redigidas em nome do Governador de Angola, que é de resto quem as assina, será difícil de admitir que não tenham sido devidas à intervenção de Joaquim José da Silva. Uma tal interpretação parece confirmar-se pelo facto de o naturalista já ter evidenciado anteriormente a necessidade de tornar mais efectiva a colaboração da administração local nos seus trabalhos, o que pressupunha naturalmente a preparação de um documento deste tipo. Ora, dadas as suas qualificações académicas, o seu conhecimento das Instruções da Academia e experiência quanto ao modo de as utilizar, será de supor que a sua elaboração lhe tenha sido confiada. Acresce o facto de que não dispunha então sequer de auxiliares a quem pudesse ter sido solicitado o desempenho desta tarefa.

No seu parágrafo introdutório, este documento começa por sublinhar a importância que reveste «a colheita e remessa das produções naturais» no contexto das atribuições do governo local, seguindo-se-lhe três números com explicações sumárias acerca da forma de obter e preparar os diferentes tipos de animais, vegetais e minerais. Acentua-se depois a necessidade de identificar e relacionar os diversos itens que compõem as remessas e de acautelar devidamente o seu transporte. Num quarto e último número diz-se que devem integrar também as colecções os objectos utilizados pelos povos nativos, descrevendo-se igualmente as suas técnicas, religião, organização política e meio ambiente, não só com base na observação directa como também a partir de informações obtidas junto de naturais e de antigos colonos.

Verifica-se assim que, embora diferindo quanto ao grau de desenvolvimento com que são apresentadas as diversas questões, as Instruções de 1781 e aquelas que seriam elaboradas em Angola nove anos depois revelam grandes semelhanças quanto à ordenação dos assuntos e aos objectivos visados.

Uma «história filosófica» de Angola — colecções, iconografia e notícias

Tal como se salientou anteriormente, a finalidade da missão científica a Angola de Joaquim José da Silva era a de produzir, acerca desse território, um vasto espólio documental, combinando a organização de colecções dos domínios da história natural e da etnografia com a execução de levantamentos iconográficos e cartográficos, elementos a que se deveria vir a adicionar a preparação de notícias relativas ao meio ambiente e às diferentes culturas das populações dessa possessão ultramarina. Procurar-se-ia, desse modo, elaborar o que se designava na época como uma «história filosófica» de Angola, constituindo-se assim uma base para o conhecimento científico e desenvolvimento económico desse território[58].

A apresentação feita ao longo das rubricas anteriores mostrou já que a concretização desses objectivos se efectivaria apenas de forma muito parcial, verificando-se assim um enorme desfasamento relativamente aos propósitos iniciais,

A fim de se completar a abordagem do assunto que aqui se procura fazer, importará proceder agora a uma curta análise da documentação de facto resultante dessa expedição, referindo-se sucessivamente a obtenção das espécies constituindo as remessas e a sua preparação, os levantamentos iconográfico

---

[58] Na sequência da missão que viria também a efectuar, no contexto do mesmo programa global, João da Silva Feijó publicaria um «Ensaio Político sobre as Ilhas de Cabo Verde para servir de plano à História Filosófica das mesmas», trabalho esse que, numa edição seguinte, seria apenas intitulado «Ensaio Económico sobre as Ilhas de Cabo Verde, em 1797». V. *O Patriota: Jornal Literário,* Rio de Janeiro, n.º 5, Novembro de 1813 e *Memórias Económicas da Academia das Ciências de Lisboa.* Tomo 5, 1815, publ. in Carreira, 1986, p. 1–25. Nesta última edição do «Ensaio» o Autor acrescentaria, no entanto, logo a seguir ao título, que fora «como o extracto de parte de uma obra que compreende a História Geral e Filosófica daquela Colónia, que me obriguei a escrever quando para ali fui mandado por S. Majestade como seu naturalista. A população, a agricultura, as manufacturas, o comércio daqueles insulares, são os objectos de que tratarei separadamente nesta Memória, reservando para outra a descrição física e mineralógica daquele paiz». Estes textos conjugar-se-iam, portanto, com um outro, denominado «Memórias tiradas do Ensaio filosófico e Político sobre as Ilhas de Cabo Verde», e que apresentaria como rubricas: «Do Número e Configuração [das Ilhas]», «Da Grandeza e Altura das suas Montanhas», «Do Clima, Ventos, etc.; Da Qualidade do Terreno»; e «Das Produções», subdividindo-se esta em «Dos Minerais»; «Dos Vegetais»; e «Dos Animais», Publ. tb. em Carreira, 1986, p. 27–33. O exame conjunto dos conteúdos destes textos permite assim conhecer as componentes temáticas e disciplinares que uma «história filosófica» deveria abranger.

e cartográfico, a inventariação das colecções reunidas e a elaboração das notícias.

Poder-se-á dizer que, numa primeira fase da missão, a organização das remessas e o seu envio ao museu sede se processariam em função do trabalho de campo e das expedições internas realizadas, sendo de reconhecer o empenho manifestado por essas funções, que levariam mesmo a procurar obter exemplares dos produtos naturais ainda na parte final da viagem para Angola e logo a partir dos primeiros dias de permanência nesse país.

Desse modo, em 1783 é anunciada uma primeira pequena remessa, seguindo-se um novo envio em 1784 de que constam já os produtos resultantes das explorações inicialmente efectuadas no território. A viagem mais prolongada do naturalista, que decorreria de 1785 a 1787, daria origem a uma outra remessa, que seguiria ainda neste último ano, encerrando-se, com aquelas que seriam subsequentes à exploração da zona interior contígua a Luanda, levada a cabo presumivelmente em 1788, a expedição do material proveniente dos trabalhos efectuados no terreno[59].

Os elementos informativos disponíveis permitem depois assinalar, entre 1791 e 1793, um conjunto de remessas que, dada a interrupção verificada nas viagens do naturalista ao interior angolano, terão sido certamente consequência da distribuição pelas autoridades administrativas das Instruções sumárias de 1790[60].

Posteriormente a estas remessas há notícia do envio de uma única colecção com importância, cuja relação se encontra datada de 1802 mas que, aparentemente, viria a ocorrer apenas em 1803[61]. A expedição destes produtos ocorreria em consequência de solicitações provenientes de Lisboa, o que reforça a explicação acerca da mudança verificada na situação profissional de Joaquim José da Silva anteriormente apresentada, e que se traduzia pelo predomínio das incumbências de ordem administrativa e pela secundarização das suas funções de naturalista.

Será de assinalar aqui ainda que os envios de produtos de história natural angolanos para Lisboa, durante o período de permanência de Joaquim José da Silva no território, não terão sido devidos exclusivamente a uma intervenção directa ou indirecta da sua parte. Assim, há notícia de uma remessa feita em 1786 a partir de Benguela, por iniciativa do Governador local, que teria sido estranha à sua actuação[62].

---

[59] V. Carta de Joaquim José da Silva a Martinho de Melo e Castro, Luanda, 7 de Outubro de 1783, publ. in Simon, 1983, p. 157, doc. 2, «Rellação das Peças que vão na caixa pertencente à História Natural remetida pello Naturalista de Angulla», Luanda, 20 de Março de 1784, op. cit., p. 159, doc. 4 publ. tb. in Pina, 1939, p. 14-15, Carta de Joaquim José da Silva a Martinho de Melo e Castro, Luanda, 9 de Julho de 1787, Simon, 1983, p. 163, doc. 9 e Atestado passado ao naturalista José da Silva pelo Governador Geral de Angola, D. Fernando António de Noronha, de 10 de Setembro de 1804, publ. in Felner, 1940, p. 32-33, doc. 6.

[60] As relações dos produtos enviados nas datas mencionadas encontram-se publicadas in Arquivos de Angola, Vol. I, N.º !1, 1933, p. 35-36 e N.º 4, 1935, p. 205-206 e in Simon, 1983, p. 165, doc. 11.

[61] V. Pombo, 1935, p. 105 e ss.

[62] V. Felner, 1940, p. 225, anexo doc. 13.

Se se analisarem agora as remessas feitas por Joaquim José da Silva, tendo em atenção os exemplares que as constituíam, verificar-se-á que a presença de espécies zoológicas é relativamente diminuta, sendo por exemplo notória a ausência dos mamíferos de maiores dimensões que povoavam o território. A explicação para o facto reside certamente nas dificuldades que apresentava a preparação desses animais, de que o naturalista se teria de encarregar directamente dada a falta de auxiliares já referida. Estas circunstâncias poderão justificar também, pelo menos em parte, a presença de animais vivos nas remessas, o que excedia o âmbito das Instruções orientadoras de 1781 e, embora complicando porventura o problema do seu transporte, simplificaria certamente o da sua preparação.

A inexistência de meios de transporte adequados para apoio das viagens de exploração locais teria contribuído, tal como foi também assinalado, para uma menor representação dos produtos mineralógicos e geológicos.

Procuraram evidenciar-se, deste modo, alguns dos condicionamentos e limitações de natureza técnica e logística que teriam afectado a obtenção, preparação e composição das remessas feitas pelo naturalista no decurso da sua missão.

A avaliação do valor e interesse científicos das colecções organizadas por Joaquim José da Silva poderá beneficiar de um contributo indirecto ao indagar-se se teriam integrado, pelo menos em parte, o acervo que Geoffroy Saint-Hilaire viria a transferir do Real Museu da Ajuda para o Museum National d'Histoire Naturelle, em Paris, no ano de 1808[63]. Efectivamente, sabendo-se que se tratava de um dos grandes naturalistas da época e que a sua missão a Portugal tinha como principal finalidade a obtenção de colecções provenientes de meio tropical, muito especialmente do Brasil, a inclusão, no acervo seleccionado, de espécies angolanas recolhidas por Joaquim José da Silva comprovaria o interesse destas a nível europeu. A documentação referente ao assunto permite constatar que no espólio incorporado no Museu de Paris figuraria um herbário com mais de duzentas plantas provenientes da viagem científica em estudo[64]. Este facto contribui também para comprovar o interesse particular que Joaquim José da Silva dedicaria à botânica e às possibilidades de aplicação medicinais das plantas, informando-se com especial empenho acerca daquelas que já eram praticadas localmente[65].

---

[63] Este naturalista francês chefiaria uma missão científica, que se deslocaria a Portugal de 1807 a 1808, e da qual resultaria a transferência para Paris de um valioso acervo relativo sobretudo à história natural. Muito embora o país se encontrasse então sob a ocupação militar francesa e Geoffroy Saint-Hilaire tivesse chegado a participar em acções militares contra as tropas anglo-lusas, este naturalista persistiria sempre em apresentar a sua missão como sendo de cooperação científica.

[64] V. Daget e Saldanha, 1989, p. 156 e 160, onde se transcreve o relatório de Desfontaines, o cientista do Museum que se pronunciaria de forma muito elogiosa sobre esta colecção botânica trazida de Lisboa, referindo-se concretamente à incorporação do «herbário de Angola de Dasilva», constando de cinco maços com um total de duzentas e dezasseis plantas. O assunto é referido tb. por Botelho, 1927, p. 12.

[65] V. Pombo, 1935, p. 106 e ss., referindo-se o naturalista a «tantas espécies de febres, e que este Gentio sabe mui tratar: as suas curas (no Sertão) são prodigiosas, e com muito menos incómodos do enfermo, sempre infalíveis, nas devidas circunstâncias, posto que nenhuma teoria entendam, nem saibam dar da sua prática razão alguma convincente».

A impossibilidade de prosseguir com a execução dos documentos desenhados, em consequência da morte prematura dos dois elementos que tinham preparação para o efeito, constituiria seguramente um dos maiores obstáculos surgidos no desempenho desta missão, truncando irremediavelmente o levantamento que se pretendia realizar. Disso mesmo são testemunho as referências continuadas às dificuldades que esse desaparecimento ocasionaria e as insistências quanto ao preenchimento da lacuna que passara a existir na equipa. As estampas produzidas pelo desenhador José António durante a primeira fase da missão são, aliás, suficientemente demonstrativas da diferença de situação que o seu falecimento iria provocar.

Os levantamentos topográficos e cartográficos seriam executados apenas de início, quando da estadia junto à barra do Dande, encontrando-se Joaquim José da Silva então ainda acompanhado pelo seu desenhador, e depois, no decurso da expedição ao interior de Benguela e à Foz do Cunene, tendo esse trabalho ficado aí já a cargo do próprio naturalista, facto que teria provavelmente ocasionado que um novo tratamento desses elementos viesse a ser realizado por outrém[66].

Um dos aspectos mais significativos em termos de uma análise dos resultados de um empreendimento como este é o respeitante à informação escrita produzida, incluindo-se aí, conforme já foi mencionado, tanto os elementos de inventário referentes ao acervo reunido como as notícias acerca das regiões visitadas.

As relações das remessas efectuadas por Joaquim José da Silva actualmente conhecidas oferecem, em relação ao primeiro desses aspectos, elementos que importará apreciar, tornando-se evidente desde logo que esses documentos diferem sensivelmente quanto ao grau de exigência e aos critérios com que foram elaborados. Assim, é muito acentuada a diferença de qualidade existente entre a Relação das sementes, datada de 1802, e a Relação dos Productos Naturaes, enviados em 18 de Fevereiro de 1793, sendo este porventura o menos apurado deste tipo de documentos[67].

Procurando situar esta questão numa perspectiva comparativa, poder-se-á acrescentar que os elementos de inventário produzidos por Joaquim José da Silva se afastam na generalidade, de forma sensível, daquilo que as Ins-truções de 1781 prescrevem acerca desse trabalho[68].

---

66 V. Atestado dos serviços prestados em Angola por Joaquim José da Silva, Luanda, 30 de Agosto de 1803, publ. in Simon, 1983, p. 166, doc. 12, em que se diz que o pequeno mapa por si então executado servira para melhorar aquele que o Engenheiro Luiz Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado apresentaria depois ao Ministério. Este «Mappa Geográfico da Costa Occidental de África», datado de 1790, faz parte da colecção de cartas antigas da Mapoteca do Instituto Geográfico e Cadastral, dizendo-se, na sua legenda, que nele se «corrigem todas as poziçoens e Ortógráfoz dos Antecedentes e arbitrários Mapas: pelas notícias dos mais inteligentes e práticos Certanejos: e pelas observaçoens do Ten.e Cor.el Engenheiro Luís Cândido Cordeiro Pinhr.º Furtado que percorreo a Costa de Molembo até Cabo Negro», não sendo feita, como se verifica, qualquer referência à colaboração atribuída a Joaquim José da Silva. V. Mendes, 1969, p. 220, n.º 569. Tal como foi dito, integra também essa colecção o Mapa do naturalista resultante da outra componente da mesma expedição.

67 V. Pombo, 1935, p. 105 e ss., e Arquivos de Angola, Vol. I, N.º 4, 1935, p. 205-206.

68 V. op. cit., p. 38-40.

Assim, não parece ter havido da sua parte a preocupação de organizar o inventário das remessas feitas, numerando e identificando de modo individualizado as espécies que as constituíam, descrevendo-as e registando as suas propriedades e formas de utilização. Estes elementos deveriam constar de «relações particulares», a enviar junto com cada embalagem, e de «relações gerais» em que as espécies constantes de cada remessa se inscreveriam, de acordo com a sua classificação, e que seriam elaboradas em duplicado de modo a permitir que uma cópia fosse remetida ao estabelecimento sede da missão e outra ficasse em poder do naturalista, a fim de possibilitar o controlo da evolução dos trabalhos.

Mas o que de facto se verifica, analisando as relações de envio conhecidas, é que apenas num caso se procurou fazer a classificação geral dos exemplares expedidos e que a sua numeração e identificação individualizada segundo um critério científico não se verifica senão parcialmente. Chega mesmo a suceder que as remessas não sejam quantificadas e que a identificação dos produtos se faça de modo genérico.

Passando agora a um comentário sobre a informação escrita relativa à geografia do país, suas produções e seus habitantes, afigura-se que este deverá incidir, no caso desta como de outras viagens, na elaboração de «memórias» e de «diários».

Ora, é fácil de constatar que o primeiro tipo de documento não tem sido referenciado a propósito da missão de Joaquim José da Silva. pelo que poderia supôr-se que o naturalista não chegara a preparar qualquer informação nesses moldes. Crê-se, no entanto, que em mais um aspecto a excessiva subordinação das suas funções ao sector administrativo, e consequente diminuição da sua autonomia como cientista, lhe teria sido prejudicial. Assim, a consulta atenta de uma notícia acerca de alguns produtos angolanos dos domínios mineralógico, geológico e botânico, das suas propriedades e possibilidades de exploração económica, datada de 1791, parece susceptível de fornecer elementos capazes de vir a fundamentar uma nova posição sobre o assunto[69].

Com efeito, na parte final desta notícia indica-se claramente que o seu conteúdo se devia aos conhecimentos de história natural de Joaquim José da Silva[70] e, como este se encontrava, por essa época, em Ambaca, no desempenho de funções administrativas, poder-se-á mesmo pensar que um documento da sua autoria tenha servido de base àquele que se encontra publicado.

Tendo em atenção o que foi adiantado anteriormente quanto à autoria das Instruções preparadas em Angola, em 1790, será de admitir que uma parte da documentação relativa à missão de Joaquim José da Silva e aos resultados alcançados não tenha sido por si subscrita, pelo que a sua intervenção poderá não ser nesses casos imediatamente identificável.

---

[69] V. «De Dom Miguel António de Mello acerca do Breu, da Rezina, do Enxofre e dos Uzos Médicos que, por constantes e bem provadas experiências, têm determinados Símplices — 5 de Junho de 1798», publ. in Arquivos de Angola, Vol. I, N.º 1, 1933.

[70] V. doc. cit. onde se diz que «A elle [Joaquim José da Silva] por tanto toca o louvor da maior parte destas informações e o merecimento dos proveitos que dellas resultarem ao serviço de Sua Magestade...».

No âmbito desta missão são escassas as informações relativas à elaboração de «diários», podendo relacionar–se com esse trabalho a referência feita pelo naturalista, a propósito da sua viagem a Cabinda, à «História» que estava escrevendo «deste Continente»[71]. Existem no entanto informações bastante mais pormenorizadas acerca do Diário feito por Joaquim José da Silva durante a expedição, que decorreria de 1785 a 1787, à foz do Cunene, tendo sido mesmo publicado um pequeno extracto no Rio de Janeiro, em princípios do século passado[72]. Nessa parte do Diário, que se refere a um curto período da viagem inicial da expedição entre Luanda e Benguela, o naturalista ocupa–se sobretudo em descrever Novo Redondo e a sua região, dando notícias muito sumárias acerca de aspectos geográficos, económicos, das características da povoação e dos usos e costumes das populações locais.

A preocupação de redigir um Diário, que inicia logo no começo da viagem, mostra a importância que Joaquim José da Silva atribuía a esta expedição, também confirmada pela opção que fez pelo itinerário terrestre mais difícil, já anteriormente comentada.

A fim de concluir esta apreciação acerca da importância dos «diários» no contexto desta missão científica, será conveniente recorrer de novo à análise comparativa. Dir–se–á assim que para Domingos Vandelli, que se recorda ter sido o responsável pela orientação científica da missão e pela preparação do seu responsável, os «diários» constituíam o elemento fundamental para o registo de toda a informação imediatamente resultante da exploração no terreno, devendo os livros utilizados para o efeito ter, por conseguinte, características que evitassem a sua fácil deterioração. A sua redacção far–se–ia segundo um critério cronológico, por anos, meses, dias e horas, e a sua organização por colunas permitiria inscrever uma informação de base completa e minuciosa que acompanharia todo o desenvolvimento dos trabalhos de exploração[73].

Esta referência sumária às regras que deveriam orientar a elaboração dos «diários» dos naturalistas parece mostrar que Joaquim José da Silva não se teria proposto adoptar um modelo tão rígido e exigente, o que contribui para confirmar alguns desfasamentos e simplificações metodológicas que teriam afectado o seu trabalho científico.

A apreciação da expedição angolana de Joaquim José da Silva, baseada na documentação referente à história natural que conseguiria reunir, vem condizer portanto com os comentários e conclusões que a análise das questões anteriormente apresentadas já havia suscitado.

De facto, a aniquilação da equipa, de que apenas sobreviveria o naturalista, a sobreposição de funções e posterior subordinação às actividades administrativas e o fraco enquadramento e apoio locais afectariam decisivamente o desenrolar desta «viagem filosófica», cujo termo efectivo parece mesmo impossível de determinar. Isto porque, conforme se procurou pôr em

---

71 V. Relatório de Joaquim José da Silva a Martinho de Melo e Castro, Luanda, 17 de Março de 1784, publ. in Simon, p. 158, doc. 3.

72 V. *O Patriota: Jornal Literário*, Rio de Janeiro, 1814, p. 97–100, publ. in Simon, 1983, figs. 19–20.

73 V. Carvalho, 1987, p. 84.

evidência, dificilmente se poderá admitir que, a partir do início da década de noventa, a situação profissional de Joaquim José da Silva possa ser considerada como correspondendo à de um naturalista em missão.

Mas é também evidente que a evolução do processo, que acabaria por alterar significativamente o próprio desenvolvimento do programa da viagem, só se tornaria possível dada a posição assumida pelo Governo lisboeta e, consequentemente, pelo Museu sede. É patente, com efeito, que a nível central, tanto no plano governativo como no científico e técnico não se viriam a concretizar nem o acompanhamento nem o apoio que seriam indispensáveis para que o projecto tivesse tido êxito.

De abordagem mais melindrosa será o problema da avaliação das qualidades de Joaquim José da Silva como naturalista e das suas capacidades para conduzir uma missão de enormes dificuldades, como aquela de que seria encarregado. Entende-se, no entanto, que essa é uma questão que deverá também ser colocada, inclusive por se saber que os responsáveis pelo conjunto de programas de exploração ultramarina não atribuíam igual mérito aos naturalistas seleccionados, o que se comprova pela intenção de nomear Alexandre Rodrigues Ferreira para a chefia da expedição conjunta inicialmente prevista e pelas diferenças dos respectivos percursos académicos e científicos.

A este propósito, terá todavia de se ter sempre também em atenção que, tal como se mostrou anteriormente, o trabalho de naturalista produzido por Joaquim José da Silva ao longo da sua permanência em Angola difere sensivelmente, dos pontos de vista qualitativo e quantitativo, o que poderá levar a crer que, no seu caso, factores como a falta de acompanhamento e apoio das entidades metropolitanas, a ausência de definição de funções, as continuadas carências económicas e a inexistência de meios humanos e técnicos auxiliares locais pudessem ter sido decisivos.

Afigurando-se evidente a complexidade que reveste a avaliação correcta de uma iniciativa como a que se procurou analisar, importará porventura terminar sublinhando que o que se pretendeu sobretudo foi apresentar e comentar, segundo uma perspectiva museológica, os seus aspectos mais significativos.

Documentação anexa:

1. Relações conhecidas das remessas de produtos naturais efectuadas por Joaquim José da Silva.

2. Instruções Gerais aos Capitães-Mores, sobre a colheita, e remessa das Produções Naturais, que hão-de ser dirigidas ao Real Gabinete de História Natural: 17 de Outubro de 1790.

3. De Dom Miguel António de Mello acerca do Breu, da Resina, do Enxofre e dos Usos Médicos que, por constantes e bem provadas experiências, têm determinados Simplices: 5 de Junho de 1798.

ANEXO 1

Relações conhecidas das remessas de produtos naturais efectuadas por Joaquim José da Silva:

1. Rellação das Peças que vão Na caixa pertencente a História Natural Remetida pello Naturalista de Angolla, S. Paulo da Assumpção, 20 de Março de 1784, Joaquim José da Silva (v. Pina, 193., p. 14-15 e Simon, 1983, p. 159, doc. 4)

2. Rol incluso na Carta a Martinho de Melo e Castro, Luanda, 9 de Julho de 1787, Joaquim José da Silva (v. Simon, 1983, 1983, p. 163, doc. 9)

3. Relação de productos Naturaes, que pela Secretaria de Estado da Repartição do Ultramar vão remetidos ao Real Gabinete, na Curveta Nossa Senhora da Conceição, e São Bento, de que é Mestre António da Silva Lisboa, 5 de Novembro de 1791, Joaquim José da Silva (v. Arquivos de Angola, vol. I, n.º 1, 1933, p. 35-36)

4. Relação das Produçoens Naturaes que pela Secretaria d'Estado dos Negócios do Ultramar vão remettidas ao Real Muzeu, S. Paulo d'Assumpção, 2 de Janeiro de 1792 (v. Simon, 1983, p. 165, doc. 11)

5. Relação dos Productos Naturaes que pela Secretaria de Estado da Repartição do Ultramar vão remettidos ao Real Gabinete da Ajuda, na Real Fragata Minerva, em Cumprimento das Reaes Ordens de Sua Magestade — Em 18 de Fevereiro de 1793, Joaquim José da Silva (v. Arquivos de Angola, vol. I, n.º 4, 1935, p. 205-206)

6. Cópia da Relação das Sementes que acompanharam a Carta de 3 de Fevereiro de 1802, por efeito do Real Aviso de 12 Novembro de 1801 (v. Pombo, 1935, p. 106-112 e p. 149-152)

ANEXO 2

Instruçoens gerais aos Capitaens Mores, sobre a colheita, e remessa das produçoens naturais, que hão-de ser dirigidas ao Real gabinete de História Natural

17 de Outubro de 1790

Sendo hum dos Artigos mais recommendados da Minha Comissaõ, a Colheita, e Remessa das Produçoens Naturais desta Conquista, e naõ sendo possivel acudir pessoalmente a execuçaõ das ordens consernentes, encarrego a todos os Capitaens Mores, e Cabos das diversas Jurisdiçoens, a que prezido, a observancia das Instrucçoens, segundo as quais devem

Primo: Conciderando todos os productos Naturais debaixo da grande divizaõ de Animaes, Vigitaes, e Mineraes; fazer por obter todas as especies dos primeiros, que sendo pocivel serem apanhados por meio de laços, ou outro qual quer, que evite a rotura das suas pelles, bastará, que se proceda a tirarem–se-lhe por huma pequena incisaõ feita na parte mais inferior do ventre, os intestinos, e sendo quadrupedes, os miolos; o que se consegue despindo–se a pelle, athé apparecer o casco, do qual se lhe tiraraõ os dittos miolos por hum pequeno buraco; feito isto, se meterá a pelle, em que devem ficar os ossos dos péz, maõns, e cabeça, em huma Vazilha, em que fique coberta com hum licor constante de duas partes de geribita, e huma de agoa, e bem tapada, se remeterá promptamente a esta Capital,

Se o Animal for hum pequeno Paçaro, bastará se lhe tirem os Intestinos, e se for Animal grande, deve só vir a Pelle com os ossos pegados dos pés, maons, e cabeça, como fica ditto.

Os Bichinhos, ou Insectos logo que forem colhidos se pregaraõ sobre hum pedaço de Cortiça ou outra madeira molle, pregados cada hum com hum alfinete, que se lhe cravará no alto das costas atraveçando–lhe o peito athé cravar–se na dita Cortiça, sem lhe despedaçar huma só aza ou perna.

Os Peixes podem vir em Barris dentro na Calda acima descripta, mas

sendo dos mayores, he melhor despir–se–lhe a pelle, e remette–la com todas as suas escamas, barbatanas do Corpo, e Cauda, e ossada da cabeça.

Naõ he taõ facil enviar os Animais, que habitaõ as Conchas do mar, e de outras Agoas, mas devem vir todas as conchas, que sendo de huma só péça, basta o cuidado de lhe naõ quebrar nenhum dos seus ornatos, e sendo de muitas, ou de duas, devem vir todas com os seus adornos, e nunca dezirmanadas, ou em huma só das ditas peças.

Com as Cobras, ou serpentes, e outros amphibios, como Tartarugas, &.ª se praticará o indicado a respeito dos outros animaes, nottando, que as primeiras hé mais seguro mandallas no ditto molho, tirando–lhe os intestinos, e das Tartarugas, quando se naõ consiga o corpo inteiro, venhaõ os seus cascos superiores, e inferiores.

2.º Deve a respeito dos Vegitaes, munirce previamente de huma porsaõ de Papel pardo, ou borrador, e de Papelaõ chamado de Cartucho, ou outro qual quer Papel de marca grande, e duro, em cujas qualidades se distingue aquelle, sendo ao mesmo tempo mais vulgar.

Colhida a Planta, ou Ramo de Arvore com as suas flores, e se for possível, com as sementes, se disporá em cima de huma taboa coberta de huma camada de tres, ou quatro folhas de Papel pardo primeiro, e coberta com outra igual camada, sobre a qual se lhe porá outra taboa, que basta seja do comprimento de tres palmos, e de dois de largura, sobre a qual assentaraõ algumas pedras; se a Planta for delicada, bastará hum pezo menor, e talvez só o da taboa, que deve ser rija, e inflexivel; e se a Planta for muito succoza, deixar–se–ha primeiro secar hum pouco, para passar–se depois á emprença descripta.

Nesta divizaõ entraõ, naõ só as Arvores, Ervas, e Plantas, mas taõbem o que chamaõ vulgarmente Muscos; os quais saõ huns inductos, ou capas que cobrem as Arvores velhas, e os penedos, distinguindo–se entre estas especíes a preciosa Urcella.

3.º Entendem–se por Mineraes, naõ só os Methães, mas taõbem os Sáes, os Botumes, como o Enxofre, &.ª as terras, e as pedras; qualquer individuo destas especíes, deve sem selecçaõ alguma ser remetido.

Os methaes colhidos nas suas Minas, devem vir acompanhados das pedras, em que estaõ engastados, das que habitaõ na sua vizinhança, e da terra que os cobre; e em que descançaõ.

Toda a terra salina, tem sabór, e esta hé a verdadeira notta para conheser os Sáes.

Os Botumes ardem, e sem cheiro apropriado.

Cada pedaço de pedra pertensente ao rochedo naõ deve ser menor que hum palmo quadrado, bastando–lhe a grossura de duas polgadas: se a pedra for hum qualquer seixo, virá tal, e do modo que for colhida sobre a terra.

Na pratica desta applicaçaõ, deve o encarregado della fazer, que a acompanhe a cada huma das especíes o nome do Paiz, e o uzo qualquer que nelle tem.

Toda a delicadeza nas remessas hé pouca, particularmente das conchas, que devem transportar–se envolvidas em estoupa, ou algodão.

4.º Recolherá com igual coriozidade as armas, instromentos de agricultura, atavios, e Idolos dos Naturaes, se os houverem, descreverá a mais insignificante manufactura da sua industria: e finalmente fará todas as observaçoens, que poder colher da Religiaõ, Rittos, e legislaçaõ dos Barbaros: observará os limites das diversas Provincias, Rios, por q. saõ cortadas, lagos que comprehendem, e qualidades destas agoas; cujos conhecimentos poderá adquirir, parte pela propria inspecçaõ, e parte por huma bem contestada noticia dos Habitantes, e antigos Colonos.

Quartel Geral de Angola, &.ª

Manoel de Almeida e Vasconcellos.

ANEXO 3

De Dom Miguel Antonio de Mello acerca do breu, da rezina, do enxofre e dos uzos médicos que, por constantes e bem provadas experiencias, têm determinados simplices

5 de Junho de 1798

Quando a seis de Janeiro do prezente ano me foi entregue o Aviso de Vossa Excellencia de vinte e nove de Julho do proximo passado pelo qual Sua Magestade me ordenou que informe sobre o Breu e Rezina de que o Governador Dom Antonio de Lencastre mandou amostras acompanhando–as de huma sua carta de trinta e hum de Março de mil sette centos settenta e tres, a qual por copia vinha ao dito Aviso junta, já eu andava indagando o que com certeza e clara informaçaõ poderia sobre estes e outros semelhantes objectos a Vossa Excellencia escrever.

Depois que recebi o citado Aviso dobráraõ minhas diligencias e creio poderei cumprir exacta e promptamente os Regios Mandados.

Tratarei portanto nesta carta: Primo, do Breu: Secundo, da Rezina de Motonge: Tercio, do Enxofre de Benguella: Quarto, finalmente dos uzos Medicos que por constantes e bem provadas experiencias tem o Páo Quicongo, a Casca de Encaça, os fructos da Ingariaria e a raiz de Muriassangi; declarando a onde se colhem e que prestimo se lhes conhece, o que entendo não será desagradavel a Sua Magestade saber para por peritos Professores, e nos Hospitaes dessa Corte se analisarem, experimentarem e fazerem uteis á Humanidade estes simplices, quando por si só, ou com ajuda de outros verdadeiramente se verefique que podem servir de socorro a suas miserias e enfermidades.

O BREU que se encontra entre o Districto do Dande e do Libongo nasce na Serra do Induhy em hum monte nas vesinhanças do qual habitaõ os Souvas Mueni–Lemba, e Mueni–Cutumbo, e da Foz do Rio Dande dista para Lez–nordeste pouco mais de legoa e meia.

Deste Breu vem para o Arsenal Real desta Cidade de quinze até vinte barris por anno contando cada barril arroba e meia com pouca differença para mais. Cada hum dos ditos barris chega aqui pelo valor de mil reis, os quaes se naõ pagaõ effectivamente aos Souvas, por quãto por esta prestaçaõ do Breu, que colhem, ficaõ dispensados de pagar o Dizimo na forma que o pagaõ os mais Povos e maneira estabelecida.

Com tudo do mesmo Breu pouca maior porçaõ se poderia ainda pagando–o obter, por que os Negros naõ o sabem aproveitar, nem seria util á Real Fazenda mandalo colher por sua conta, visto que os jornaes saõ aqui muito caros, e posto que os dos Negros daquelles Souvados importariaõ menos, sem elles nos ajudarem nada poderiamos fazer, e constrangelos aos trabalhos, ainda que suavemente seria o mesmo que ver para logo toda a terra deserta e elles fugidos, por que naõ há Negro que queira trabalhar por maiores lucros que lhe offereçaõ, donde vem que só sendo escravo e vigiado por seu Senhor mui de perto he que deixa de viver em ocio, ao qual se entrega por natureza, por influencia do clima e da educaçaõ e até por principios supersticiosos a que todos os Povos desta Africa Occidental saõ grande e geralmente affeiçoados.

O Breu de que a sima fallo e de que vou tractando parece ser o PIFSSASPHALTO que he de huma consistencia media entre o Petroleo e o Asphalto, ou Bitume de Judea.

Cozido o dito Breu ou Bitume em agoa dá hum oleo de que nesta cidade se servem para crenar as embarcações como se faz em outras partes com o Alcatraõ.

Se podessemos ter abundancia do dito Bitume e a pouco custo seria util, porem alem das dificuldades a sima appontadas, quem dá em Angola homens para hirem entre os Negros do Libongo romper pedras, fazer poços profundos até descubrirem agoa e extrahirem o Pissasphalto, que na superficie della se ajuntar?

Este he o metodo que se uza na Europa e sem elle nenhum proveito daõ Minas de tal natureza.

Como pois em Angola faltaõ os meios por que faltaõ homens peritos e á conservaçaõ da vida dos Europeus que ensinem os naturaes da terra (supponndo que alguns se poderiaõ doutrinar) obsta o Clima, naõ vejo modo de poder vir a ser nunca a extraçaõ do referido Bitume nem consideravelmente maior do que hé, nem digna de que se arrisquem despezas da Real Fazenda e sacrificios de vidas humanas a troco de lucros remotos e muito incertos.

A RAIZ DE MOTONGE que se acha no Sitio do Sequella (e naõ Quissequella como o denomina a Carta do Governador Dom Antonio de Lencastre) serve aqui como Bitume a sima para crenar as embarcações misturada a dita rezina e fervida em azeite de peixe, ou de Palma; e consta–me tambem que do Rio de Janeiro a tem mandado buscar Pintores para fazerem com ella Verniz.

A quantidade que se colhe he pouca e quando seja maior toda será necessaria para consummo deste reino, não podendo ao que creio sobejar

porçaõ para exportar constituindo mais hum ramo de Commercio.

O preço corrente e commum he de tres mil e duzentos reis o Exeque, medida que equivale a pouco menos de tres alqueires de Lisboa.

O Sitio do Sequella dista desta Cidade para Leste quatro legoas, e de Calumbo que he na margem Meridional do Quanza pouco asima da sua Foz, quinze para o Nordeste, o qual sitio he mui despovoado por ser mui arido e tanto que os Negros que d'aqui lá vaõ apanhar a rezina levaõ agoa em ancoretas, por que a naõ encontraraõ a menor distancia sendo que os moradores desta Capital nenhuma outra tem para beber se naõ a que lhe vem por fora da Barra dos Rios Bengo e Dande, visto que o único Poço que nella ha denominado da Mayanga he taõ pobre que escassamente surpre a hum mui pequeno numero de habitantes.

Remetto porem a Vossa Excellencia apezar de taõ más novas, que muito folgará poder com verdade dar melhores, duas barricas da dita rezina para Vossa Excellencia ver o que ella he, posto que para o fim dezejado se naõ possa aproveitar.

Em Benguella nas terras do Dombe grande pertencentes ao Souva Capembe se descobrio huma Mina de ENXOFRE entre os annos de mil setecentos sessenta e quatro e mil e sette centos settenta e dois, tempo em que o Pai de Vossa Excellencia governou este reino, o qual naõ só fez recolher todo o mineral que se ajuntou, mas tambem deo muitas providencias para florecer o commercio de hum taõ util como necessario genero. Com tudo em seus mesmos dias soube que a mina era pobre e que totalmente se achava exausta a vea que della se descobrio, como se pode ver na Informaçaõ que deixou a seu Successor escrita nesta cidade a vinte e seis de Novembro de mil sette centos settenta e dois.

Sem embargo porem destas noticias como quer que na dita Informaçaõ outras li mais favoráveis, posto que naõ dadas por certas, recommendei ao Governador de Benguella fizesse sobre este objecto algumas averiguações o qual me enviou acompanhadas de huma sua carta de trinta e hum de Março do corrente anno as que pode obter por via do Tenente de Infantaria Antonio Fernandes da Silva que foi ver o sitio e o que nelle se achava. O que o nomeado Tenente vio e notou saberá Vossa Excellencia pela copia inclusa da conta que elle deo ao Governador de Benguella, ainda que naõ creio possa continuar-se com proveito a descoberta da mina: Primo, por que naõ se encontra aqui pessoa alguma intelligente dos trabalhos que saõ necessarios fazer para extrahir o mineral: Secundo, por que os Negros saõ mui ciosos de tudo que naõ conhecem e vem practicar aos Brancos, attribuindo effeitos naturaes a Causas superiores à natureza, rebelando-se e matando com veneno todos aquelles de quem se temem: Tertio, porque manter à mão armada a escavaçaõ de huma mina cuja riqueza he incerta naõ pode ser util à real Fazenda nem conforme com a Justiça e Piedade de Sua Magestade: Quarto, porque ainda sendo-o naõ tem a Mesma Senhora aqui forças Militares sufficientes para taes empregos: Quinto, porque naõ havendo em toda esta Parte de Africa animais alguns domesticos, conduzindo-se todas as coisas de hu's lugares para outros ás costas dos Negros que nem tomaõ maior pezo que o de duas arrobas, nem caminhaõ mais por dia do que tres legoas, ou quando muito quatro, nem sendo possivel passarmo-nos da ajuda e socorro dos Souvados vesinhos á Mina, naõ

se sugeitando elles a carregar para Saõ Filippe o Enxofre, ou desamparando as terras como costumaõ todas as vezes que a morada em algumas lhes he ou penosa ou desagradavel deixariamos de ter em huns cazos os meios indispensaveis para dar sahida ao genero, e em outros quem nos servisse para o aproveitarmos colhendo-o: Sexto, finalmente, por que ainda dado que se consiga tirar Enxofre da Mina e em abundancia o seu preço que necessariamente hade ser relativo ao que custar vencer as difficuldades sobreditas e outras que por menores passo em silencio, nunca poderá entrar em concorrencia e muito menos exceder consideravelmente na barateza ao que compramos.

Se no Brasil algumas minas de Enxofre se acharem ahi sim poderaõ ser uteis e tanto maior será a utilidade quanto forem mais proximas aos Portos de Mar, porem as de Angola e a de que tenho tractado nem o he nem o será nunca excepto se totalmente se mudar o Clima, e o genio dos Negros, e se se augmentar infinito a Povoaçaõ de Brancos no Sertão de Africa.

Para satisfazer á curiosidade que nessa Corte haverá de ver o Enxofre de que tenho fallado remetto huma barrica com parte do que o Senhor Dom Francisco Innocencio ajuntou do qual ainda restaõ trinta e nove quintaes e dentro nella separada-mente fiz incluir huma pequena porçaõ que o Governador de Benguella me mandou com a sua carta asima citada.

Das virtudes medicas do PÁO QUICONGO, da CASCA DE ENCAÇA, dos FRUCTOS DE INGARIARIA, e da RAIZ DE MURIAFSANGI, (ou melhor segundo a lingoa Ambunda RELA-RIAFSAN-GI) creio naõ chegaraõ ainda noticias a Portugal e naõ saõ as que darei para se passarem em silencio, nem para ficarem os ditos Simplices sem prestar beneficio às enfermidades humanas.

O QUICONGUEIRO he huma arvore silvestre que se principia a encontrar na Provincia de Quilengues e na distancia de trinta legoas com pouca differença da cidade de Saõ Filippe de Benguella caminhando a rumo de Sudueste e a naõ ser a côr e solidez que caracteriza a dita madeira facilmente se pudera reputar por Sandalo Citrino, que nos vem da China e de Siam visto que em todas as outras qualidades se lhe assemelha.

O corpo da arvore iguala a huma Larangeira de mediana grandeza tendo as folhas a modo de lança com as margens dentadas miudamente e a côr verde escuro. Florece duas vezes no anno e as suas flores saõ pequenas, brancas, e em cachos diferindo pouco no cheiro do das Casias. O seu tronco e ramos principaes offerecem duas qualidades de Madeira a mais exterior de côr amarella deslavada e a interior escura tirando a vermelho como o Jacaronda do Brazil, posto que de fibra mais unida e esta he a parte do Quicongueiro que se procura para os uzos da Medicina.

Picada a arvore, ou quebrada pelos ventos, deita de si, principalmente dos ramos floridos, huma especie de leite venenoso e taõ corrusivo que cahindo nos olhos cega sem remedio, donde vem haver em Benguella e sobre tudo na Província de Quilengues infinitos cegos, e desviarem-se muito os pretos da sombra da dita arvore reputando-a de máo agoiro ainda que naõ deixaõ de conhecer e aproveitar o Páo no que he útil servindo-se delle por diversos modos: hum para por maneira de elegancia só a seus olhos grata se enfeitarem as mulheres pulverisando suas cáras e emaranhados cabelos com o pó subtil do dito Páo untando primeiramente aquellas e estes com Azeite de Palma:

Outro para cura de humas agudas febres próprias do Paiz bebendo do pó em tanta quantidade quanta se contem em huma colher de tamanho commum dissolvido em agoa, ou tomando-o por cristel com Cozimento de Vassourinha e huma clara de ovo para estancar disenterias de sangue: Outro finalmente applicando como topico o mesmo pó nas erisipélas e no curativo dos Anthrazes para o que cobrindo o Anthraz com o referido pó sobre elle applicaõ hum emplastro composto de farinha de milho e Azeite de Palma.

Desta forma se separaõ em breve tempo todas as raizes do Anthraz deixando cavidades medonhas, e continuando com o mesmo medicamento cicatrisa e sára a chaga sem outro algum benefício.

He porem necessario advertir que este salutifero remedio só produz effeito naõ se havendo curado o Anthraz com ferro e he isto taõ constante, certo e provado por experiencias repetidas que ninguem em Angola reputa os Anthrazes mortaes como acontece em Portugal, por mais malignos que elles sejaõ e se mostrem.

Como o melhor Azeite de Palma he o das Ilhas de Saõ Thome e Principe donde vai para a Bahia de todos os Sanctos ao Governador e Capitaõ General desta Capitania escrevo agora inviando-lhe as encommendas que declara a Relação inclusa e lhe peço mande com ellas a Vossa Excellencia ou em Barril, ou em Frasqueiras porçaõ sufficiente do dito Azeite.

Cada hum dos Páos de Quicongo da grossura e tamanho dos que remetto custa aqui trezentos reis e algumas vezes a cruzado, e em Saõ Filippe de Benguella pouco menos das ditas quantias.

Talvez que o Quicongueiro pertença á classe e ordem da PENTANDRIA MONOGYNIA de Linneo, porem naõ o ousarei affirmar.

A ENGAÇA não foi conhecida por Linneo, nem julgo que Europeo algum visse já mais a arvore.

A casca tem virtudes de emetico e de antidoto contra certos venenos de que abunda todo o Sertaõ de Africa Conhecido.

Deste remedio porem será necessario fazer as primeiras experiencias com grande cautella, porque tomado o pó em muita quantidade he certo que mata e que os Negros delle se servem para as suas enganozas provas Judiciaes por meio das quaes decidem os Pleitos á maneira que na Europa se decidiraõ por muitos annos pelos Duellos, e pelos chamados JUIZOS DE DEOS.

Os Muxicongos saõ os unicos que trazem a casca de Encaça a esta Capital. A quantidade que della invio a Vossa Excellencia custou aqui mil e seis centos reis que hé o preço ordinario de igual porçaõ.

Da INGARIARIA também naõ sei que os que até agora escreveraõ na Europa sobre Botanica alcançassem noticia. Parece ser huma especie de Noz Muscada assim pela inspecção da droga como pelo modo de fructificar e por suas Virtudes Medicinaes.

Della se aproveitaõ aqui para curar Colicas e para as Disenterias de Sangue (enfermidade taõ vulgar como quasi sempre calamitosa na Africa) tomando do pó huma colher das de que nos servimos para tomar o chá e dissolvendo-o em pouca agoa. Ordinariamente misturaõ-lhe igual porçaõ de pó de Quicongo, mas naõ acertaõ a dar a rasaõ por que assim obraõ.

He a Ingariaria tambem hum excellente amargo e della se poderá exportar em poucos annos a quantidade que se necessitar para provimento das Boticas de Portugal.

Os Negros Malicongos vendem trinta nozes por huma enchada velha das que outros, como elles, fabricaõ com o seu ferro e que saõ do feitio que Vossa Excellencia verá pela que mando para amostra, porque naõ tem modo nem meios para fazerem semelhantes enchadas e dellas necessitaõ para as suas lavoiras e uzos domesticos. Huma das ditas enchadas nova vale entre os Negros tanto quanto entre nós cem reis, porem sendo velho quasi nenhum valor lhe daõ, posto que sirva frequentemente para estes e iguaes escaimbos.

Pode ser que diregido este ramo de commercio com metodo e boa industria possamos obter a troco de taes enchadas maior quantidade de Nozes e até por equivalente de outros generos com que os Pretos folguem e de que façaõ apreço.

Nesta cidade achaõ se de venda os ditos fructos da Ingariaria e os que remetto vaõ importando dois mil e seis centos reis.

A Planta denominada MURIASSANGI, ou RELA–RIAFSANGI encontrando–se unicamente nas margens dos rios e naõ me consta se tenha descoberto se naõ no Quanza perto de Massangano. Tem nas folhas semelhança com a Salsaparrilha e cresce trepando pelas arvores que encontra com as quaes se abraça.

O seu prestimo iguala ao da Jalapa e supre aqui a falta della. Pode ser lhe descubraõ outras utilidades e se as tiver será facil colher abundancia e a pouco custo, por quanto as duas barricas que das suas raizes remetto importáraõ mil e duzento reis navegadas desde Massangano pelo Quanza ate chegarem a esta Capital.

As noticias sobreditas confesso a Vossa Excellencia me deveraõ grandes fadigas para as alcançar por maneira que as podesse participar a Vossa Excellencia como faço; porque ou pela impericia dos sugeitos a quem as tenho pedido, ou por minha rudeza e ignorancia nem elles me entendem, nem eu o que elles me referem. Por grande ventura achei ter visto humas coisas, de outras alcançado novas Joaquim Joze da Silva, Secretario que foi deste Governo e ao presente Capitão Mor de Ambaca.

A elle por tanto toca o louvor da maior parte destas informações e o merecimento dos proveitos que dellas resultarem ao Serviço de Sua Magestade a quem por todos os modos e por toda a minha vida procurarei fazer os maiores sem outra alguma ambiçaõ se naõ a da gloria de cumprir com o que devo como seu muito humilde e fiel vassallo.

Deos Guarde a Vossa Excellencia muitos annos.

São Paulo da Assumpção de Loanda vinte e seis de Junho de mil sette centos noventa e oito.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dom Rodrigo de Sousa Coutinho.

Dom Miguel António de Mello

Bibliografia

Arquivos de Angola, Lisboa, Imprensa Nacional, Vol. 1, n.º 1, Outubro de 1983 e n.º 4, Novembro de 1935.

Balbi, Adrien
Essai Statistique sur le Royaume du Portugal et l'Algarve comparé avec autres Etats de l'Europe, Paris, Chez Rey et Gravier, Libraires, 1822, Tomes I et II.

Botelho, J. J. Teixeira
O Naturalista Manuel Galvão da Silva e as suas excursões scientíficas em Moçambique nos fins do século XVIII, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927, 26 p. (Academia das Sciências de Lisboa. Separata do «Boletim da Segunda Classe», Vol. XVIII).

Bougainville, L. A. de
Voyage autour du Monde par la frégate La Boudeuse et la flûte L'Étoile, Paris, Editions La Découverte, 1989, 295 p.

Carvalho, Joaquim Augusto Simões de
Memória Histórica da Faculdade de Philosophia, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, 335 p.

Carvalho, Rómulo de
A história natural em Portugal no Século XVIII, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987, 123 p. (Biblioteca Breve n.º 112)

Coimbra, Carlos
«Museus: O Museu de Angola», *Museu de Angola: Boletim Cultural,* n.º 1, 1960, p. 16–27.

Corrêa, Elias Alexandre da Silva
História de Angola, ed. Manuel Múrias, Lisboa, 1937, Vols. I e II.

Daget, Jacques
Saldanha, Luiz
Histoires Naturelles Franco–Portugaises du XIXe Siècle, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação das Pescas, 1989 (Publicações Avulsas do INIP n.º 15), 252 p., il.

Divito, Juan Carlos Arias
Las Expediciones Cientificas Españolas durante el siglo XVIII, Madrid, Ediciones Cultura Hispanica, 1968.

Estatutos da Universidade de Coimbra (1772), Universidade de Coimbra, Livro III, 1972, 271 p.

La Expedicion Malaspina 1789–1794: Viaje a America y Oceania de las Corbetas «Descubierta» y «Atrevida», Madrid, Ministerio da Defesa, Ministerio da Cultura, Ayuntamento de Madrid, 1984, 182, p. ilus.

Felner, Alfredo de Albuquerque
Angola. Apontamentos sobre a Colonização dos Planaltos e Litoral do Sul de Angola, Lisboa, 1940, 3 vols.

Fernandes, Abílio
Fernandes, Rosette
«Les Voyages de Manuel Galvão da Silva en Mozambique», in *Comptes Rendus de la IVe Réunion de L'AETFAT,* Junta de Investigações do Ultramar, 1961, p. 153–159.

Fonseca, Quirino da
Um Drama no Sertão: Tentativa da travessia de África em 1798. Com documentos inéditos e um Prólogo do Almirante Gago Coutinho, Famalicão, 1936, 242 p., il.

Hartmann, Thekla
A Contribuição da Iconografia para o Conhecimento de Índios Brasileiros do Século XIX, São Paulo, 1975, Edição do Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da Universidade de São Paulo (Colecção Museu Paulista, Série Etnologia), 229 p. ilus.

Hedges, A. A. C.
The Voyages of Captain Cook, Norwich, Jarrold Colour Publications, 1983.

Jobim, Leopoldo Collor
«Os Jardins Botânicos no Brasil Colonial», in *Bibliotecas, Arquivos e Museus,* Lisboa, 1986, Tomo I, Vol. II, p. 53–120.

Lapérouse, Jean–François de
Voyage autor du monde sur L'Astrolobe et la Boussole, Paris, Editions La Découverte, 1987, 414 p.

Lima, Américo Pires de
«As boticas do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira (fim do século XVIII)», Anais da Faculdade de Farmácia do Porto, Vol. IX, 1949, p. 5–21.

Lima, Américo Pires de (col. e com. por)
Correspondência oficial de Welwitsch, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1949, 101 p.

Mendes, H. Gabriel
Catálogo de Cartas Antigas da Mapoteca do Instituto Geográfico e Cadastral, Lisboa, Instituto Geográfico e Cadastral, 1969, (Cadernos Técnicos e de Informação N.º 22) 242 p.

Moorehead, Alan
Darwin and the Beagle, London, Penguin Books, 1969, 424 p. il.

Oliveira, Mário António Fernandes de
Angolana. Documentação sobre Angola I: 1783–1883, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1968, Anotações de ...

Pina, Luís de
«Notas para a Medicina Indígena Angolense no Século XVIII», Boletim Geral das Colónias, Lisboa, 19 ..., n.º ...., p. 12–26.

Pina, Luís de
«Deontologia Científica», *Comércio do Porto,* 16 de Dezembro, 1937.

Pina, Luís de
«Os Portugueses e a Exploração Científica do Ultramar», Boletim Geral das Colónias, n.º 131, 1936, p. 124–196.

Pombo, Ruella
«Angola — Medicina Indígena», *Diogo Cão,* 3.ª série, 1935, N.º 31, p. 105–112 e N.º 5, p. 149–152.

«Relação da Viagem feita pelas Terras da Manica por Manuel Galvão da Silva em 1788«, *Annaes do Conselho Ultramarino: Parte não Oficial. Série* I, 1854–1858, p. 442–454.

Sacarrão, G. F.
«As origens dos Estudos Zoológicos Portugueses», *Naturália,* Lisboa, Vol. IV, 1953, N.os 1 e 2, p. 34–51 e 78–99.

Santos, Maria Emília Madeira
Viagens de Exploração Terrestre dos Portugueses em África, Lisboa, J. I. C. U./ I.C.P., 1978, (C.E.C.A.), 414 p., p., ils.

Silva, Manuel Galvão da
Observações sobre a História Natural de Goa feitas no Anno de 1784 por ... e agora publicadas por J. H. da Cunha Rivara, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1862.

Simon, William Joel
Scientific Expeditions in the Overseas Portuguese Territories (1783–1808) and the role of Lisbon in the Intellectual–Scientific Community of the late Eighteenth Century, Lisboa, 1983, Instituto de Investigação Científica Tropical, (Centro de Estudos de Cartografia Antiga, Série Memórias) 193 p. ilus.

Teixeira, J. B.
«Le Naturaliste Joaquim José da Silva et les Itinéraires des Expéditions qu'il a effectuées en Angola, de 1783 a 1804», Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1961, Extrait des *Comptes Rendus de la IVe Réunion Plénière de l'AETFAT,* Septembre 1960, p. 103–109, ill.

Vandelli, Domingos
«Sobre algumas produções naturais das conquistas, das quais ou são pouco conhecidas ou não se aproveitão», in *Memórias Económicas da Academia das Ciências,* Lisboa, 2.ª ed., Vol. I, Lisboa, 1885, p. 192–213.

BIBLIOGRAFIA ANALÍTICA DA MUSEOLOGIA ANGOLANA

Margarida Chorão de Carvalho
Técnica superior do Instituto Português de Museus

Introdução

As páginas que se seguem constituem a parte já concluída de uma bibliografia analítica referente à museologia angolana que se encontra em preparação. Esse trabalho comporta actualmente as referências sinaléticas de um pouco mais de cem títulos, tendo-se procedido já à análise dos cinquenta e oito que agora se apresentam. Permanecem no entanto por explorar algumas pistas, que se supõe poderem vir a ampliar ainda o trabalho.

A pesquisa e selecção bibliográfica efectuadas orientaram-se por um conceito de museologia tendo como objectivo o estudo das relações entre cultura e património, considerando-se este como o conjunto de valores que, nas sociedades contemporâneas, são objecto de inventariação, conservação, estudo, interpretação e divulgação, ou seja, de tratamento museológico[1].

É possível constatar que as referências já seleccionadas revelam uma acentuada incidência histórica, embora se tenham procurado contemplar todos os trabalhos relativos à evolução museológica angolana mais recente. Dada a perspectiva adoptada, foram também incluídos os trabalhos relativos ao património não abrangido pela esfera institucional dos museus, desde que elaborados na perspectiva da sua musealização ou do seu tratamento museológico.

A este respeito, importará ainda ter presente que, por razões de ordem histórica, o património angolano foi durante muito tempo considerado como fazendo parte de um todo mais vasto que englobava o património pertencente aos então territórios ultramarinos, incluindo o Brasil até à sua independência. Daí que a evolução museológica de Angola, tal como a dos outros países africanos de expressão oficial portuguesa, coincida em parte com a da museo-

---

[1] V. *Proposta de Criação de um Curso de Mestrado em Museologia e Património*, Departamento de Antropologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Maio de 1991.

logia portuguesa, constituindo estudos deste tipo como que contributos parcelares para um projecto de trabalho global mais vasto e ambicioso.

Procurando explicar agora, de modo mais aprofundado, o critério de pesquisa e selecção das referências que foi utilizado, dir-se-á que começaram por se excluir os artigos de jornal, adoptando-se idêntico critério para a generalidade das revistas noticiosas publicadas em Angola nas últimas décadas. Isto muito embora se tenha consciência de que nessas publicações se encontra incluído um número elevado de artigos referentes a esta temática. Mas a forma de integrar, num trabalho desta natureza, os resultados da pesquisa de fontes cuja periodicidade era diária ou semanal terá ainda que ser ponderada, parecendo de considerar a hipótese de os vir a divulgar separadamente, sob a forma de análises monográficas.

Excluiram-se igualmente as referências aos textos legislativos, excepto quando estes tenham sido objecto de comentário ou de análise e como tal tenham sido publicados.

Na versão final desta bibliografia, a par da publicação das análises ordenadas alfabeticamente por autores e títulos, apresentar-se-á uma sistematização dos trabalhos seleccionados baseada num critério museológico, utilizando-se então apenas as referências sinaléticas. Um número de ordem atribuído a cada uma das indicações bibliográficas permitirá a consulta remissiva de ambas as ordenações.

Afigura-se ainda conveniente fornecer uma explicação acerca do critério de sistematização museológica que se pretende adoptar. Assim, embora se tenham utilizado como elementos de consulta algumas bibliografias publicadas, nomeadamente as que foram elaboradas pelo Centro de Informação Museológica do Conselho Internacional de Museus, entendeu-se que seria necessário proceder a algumas adaptações impostas pelas características e âmbito deste trabalho, apresentando-se em seguida a listagem das rubricas que em princípio se irão utilizar:

1. Museologia geral
    1.1. Museologia histórica
    1.2. Artigos monográficos

2. Inventários e estudos de objectos e colecções
    2.1. De museus angolanos
    2.2. De museus portugueses
    2.3. Outros

3. Interpretação e exposição
    3.1. Catálogos de exposições temporárias
        3.1.1. De museus angolanos
        3.1.2. De museus portugueses
        3.1.3. Outros

4. Animação e serviço educativo

5. Património protegido e musealizado

A finalizar, refira-se que para cada citação bibliográfica se indica sempre uma biblioteca em que a sua consulta é possível, identificando-a por uma sigla cuja correspondência consta de um anexo.

BIBLIOGRAFIA ANALÍTICA

Algumas Actividades do Museu de Angola durante o primeiro semestre do ano, **«Boletim Cultural», Luanda, Museu de Angola, n.º 1, 1960, p. 122–123 (M. N. E.)**

Enunciado das principais actividades desenvolvidas pelo Museu de Angola durante o período referido, distribuindo–se pelas seguintes rubricas: «Edições do Museu», «Salas de exposição permanente», «Exposições temporárias» e «Visitantes do Semestre».

Algumas actividades do Museu de Angola no decurso do ano de 1960, **«Boletim Cultural», Luanda, Museu de Angola, n.º 2,. Dezembro, 1960, p. 144–150, 2 il.**

Enunciado das principais actividades desenvolvidas pelo Museu de Angola durante o período referido, distribuindo–se pelas seguintes rubricas: «Salas de exposição temporária», «Conferências e palestras», «Edições do Museu», «Catálogos», «Arquivo Histórico», «Diversos» e «Estatística de visitantes».
Inclui duas fotografias ilustrando aspectos das salas de etnografia do Museu na Fortaleza de S. Miguel.

Angola: Catálogo do Documentário coligido pela Comissão de Luanda para a Exposição Histórica da Ocupação a realizar em Lisboa, em 1937, **Luanda, Imprensa Nacional, 1937, 107 p.+ 57 il. (B. N.)**

O Governo de Angola colaborou na 1.ª Exposição Histórica da Ocupação enviando para Lisboa uma vasta documentação iconográfica, acompanhada de «notícias resumidas» sobre cada um dos documentos. Os duplicados das fotografias enviadas, bem como as respectivas legendas, foram posteriormente expostas nas salas do Arquivo Histórico de Angola, em Luanda, constituindo esta publicação o respectivo catálogo.
A obra divide–se em vinte e sete capítulos, que mostram a riqueza do património angolano em rubricas diversas como «Armas, canhões e retratos a óleo, estandartes, etc.», «Colecção de antigas moedas de Angola», «Fortalezas e igrejas dos antigos presídios», «Fábrica de ferro de Nova Oeiras», «Livros», «Manuscritos», etc. As legendas são bastante detalhadas e referem, quando é caso disso, o local onde se podem encontrar os objectos ilustrados.
No final do volume inclui–se ainda um índice onomástico com pequenos apontamentos históricos sobre as personagens mencionadas no catálogo.

***Angola: Exposition International d'Anvers. 1930,* Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1930, 40 p., il.**

Embora editada por ocasião da Exposição Internacional de Anvers, a obra, escrita em francês, não refere os objectos que nela terão figurado, constituindo apenas um breve estudo sobre Angola que foca aspectos como o da sua história, geografia, população, sistema administrativo, recursos, actividade económica, etc.
No final apresenta-se um resumo em inglês.

***Angola: Povos e Culturas: Exposição realizada pelo Museu de Etnologia do Instituto de Investigação Científica Tropical aquando da visita do Presidente da República de Angola a Portugal, Setembro, 1987,* Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, Museu de Etnologia, 1987, [38] p. (M. N. E.).**

Numa pequena introdução ao catálogo, da autoria de Adriano Parreira, sublinha-se a diversidade dos objectos expostos, que traduz a diversidade étnica presente na sociedade angolana não obstante o inter-relacionamento que sempre se estabeleceu entre as diferentes culturas.
As legendas das peças expostas — cento e cinco no total —, assinadas por Maria Celeste Costa Paiva, incluem a categoria do objecto em português e na língua de origem, a proveniência étnica e geográfica, as medidas, o n.º de registo de inventário e a função que desempenha.
Para além destas legendas, transcrevem-se ainda pequenos textos sobre os diversos povos representados, sendo uns da autoria de Marie Louise Bastin e outros baseados em *Escultura Africana,* Lisboa, J. I. U., 1968 e *Povos e Culturas,* Lisboa, J. I. U., 1972.

***Angola: un coup d'oeil sur les musées en 1988,* «Museum», n.º 161, Paris, UNESCO, 1989, p. 35-36, il (M. N. A. A.).**

Artigo publicado num número da revista que é especialmente dedicado aos países de língua portuguesa, sendo a sua autoria da responsabilidade da redacção que, para o elaborar, recorreu a informações facultadas pelo Centro de Documentação UNESCO-ICOM.
O texto inicia-se com uma referência muito sumária ao período decorrido entre 1975, ano da independência da Angola, e 1988, em que se põe em evidência o aumento do número dos museus regionais do país.
Mencionam-se depois genericamente os tipos de museus — nacionais, regionais e especializados — que se diz existirem à data, em Angola, seguindo-se um pequeno comentário individualizado ao Museu do Dundo. Sublinha-se ainda o empenho generalizado desses museus na área educativa,
Na última rubrica refere-se o facto de diversos museus do país se encontrarem instalados em edifícios com interesse histórico que, em certos casos, se relaciona com a temática que neles é apresentada. O artigo termina acentuando as enormes dificuldades experimentadas pelos museus angolanos, dada a situação de crise vivida no país.

AREIA, M. L. Rodrigues de — *As colecções angolanas,* in «Cem Anos de Antropologia em Coimbra: 1885–1985», Coimbra, Museu e Laboratório Antropológico, 1985, p. 149–194, 43 il. (M. N. E.)

Breve informação sobre as colecções angolanas do Museu e Laboratório Antropológico que, de acordo com o Autor, merecem uma referência particular de entre as colecções de outras origens pertencentes ao mesmo acervo, quer pela quantidade das peças quer, sobretudo, pela qualidade de um bom lote de exemplares excepcionais e raros.
Para os efeitos deste trabalho, os objectos foram agrupados nas categorias consideradas mais significativas — escultura, metalurgia, instrumentos musicais, cestaria e esteiraria, cerâmica, tecidos e tampas de panelas dos N'Goio (Cabinda) — dando–se, em relação a cada uma delas, uma informação mínima sobre as respectivas características e ilustrando–se quanto possível, com fotografias, cada um dos grupos constituídos.

***Armas, Insígnias e outros Objectos Nativos: Exposição promovida pelo Comando Chefe das Forças Armadas de Angola, com o alto patrocínio do Governo Geral de Angola e a colaboração do Instituto de Investigação Científica,* Museu de Angola, Luanda, 10 de Junho de 1970, [11] p.+23 il. (M. N. E.)**

O texto que introduz o catálogo refere o tipo de objectos que figuram na exposição — várias armas de caça e de guerra e que, em certos casos, se vieram a transformar em símbolos de poder, tambores de diversos modelos, cadeiras–trono e ainda algumas máscaras, esculturas, peças cerâmicas, etc. —, onde é patente a influência portuguesa, nomeadamente no que diz respeito aos costumes militares.
O catálogo propriamente dito descreve cento e catorze peças, fornecendo para cada uma delas a origem étnica e geográfica, não dando, no entanto, qualquer informação sobre a ou as colecções a que pertencem. Nas páginas ilustradas reproduzem–se fotografias de parte do acervo que esteve exposto.
No final inclui–se ainda a ficha técnica da exposição, da qual consta o nome de José Redinha como responsável pela recolha etnográfica.

***A Arte de um Povo de Angola: Quiocos da Lunda,* Julho, 1966, Porto. 1966, 16 p.+8 ilus. (M. N. E.)**

Brochura editada quando da apresentação da exposição com o mesmo título, no Porto, inicia–se com um pequeno texto caracterizando o povo quioco, que inclui uma «bibliografia fundamental».
Explica–se em seguida o critério que presidiu à selecção das peças que figuram na exposição, e que pertencem ao Museu do Dundo: poucas são as peças antigas presentes, tendo–se recorrido a reproduções fotográficas ou a «objectos modernos executados pelos artistas privativos do Museu do Dundo», dados os «riscos inerentes às grandes deslocações, muito acrescidos, sem dúvida, pela natureza dos materiais em que são confeccionadas».
Transcrevem–se ainda diversos depoimentos sobre o Museu e reproduzem–se as fotografias de «algumas obras de arte dos Quiocos».

BASTIN, Marie–Louise — *Art décoratif tshokwe,* Lisboa, Companhia de Diamantes de Angola, Serviços Culturais, 1961, 2 vols., 396 p. + 277 estampas (Publicações Culturais da Diamang: Subsídios para a história, arqueologia e etnografia dos povos da Lunda / Museu do Dundo; 55) (M. N. E.)

De acordo com o prefácio, a investigação que deu origem a esta obra teve o apoio do Museu do Dundo onde a Autora, de entre os milhares de peças que compunham o seu acervo, seleccionou oitocentas, que foram posteriormente descritas e fotografadas e que serviram de base ao seu trabalho.
A obra compõe–se de dois volumes. O primeiro, profusamente ilustrado com fotografias, desenhos e cartas, contém uma introdução em que se situa o povo Quioco do ponto de vista geográfico e histórico e se descrevem as suas características antropológicas, referindo–se igualmente a sua língua e os aspectos da sua vida material, espiritual e social. Segue–se a análise da arte decorativa deste povo, tratada nos capítulos «Técnicas de decoração», «Cores, matérias corantes, 'patine' e tintas», «Penteados», «Tatuagens e motivos geométricos, terminologia e desenhos» e «Motivos fisioplásticos», todos eles, por sua vez, divididos em diversos sub–títulos. Este volume inclui ainda uma extensa bibliografia.
O segundo volume é composto pelas estampas e as respectivas legendas. Cada estampa produz uma ou mais fotografias de peças do Museu, incluindo as legendas um comentário sobre a peça e sua decoração, o respectivo número de registo de inventário, dimensões e proveniência étnica e geográfica.

***Breve notícia sobre o Museu do Dundo = Quelques lignes sur le Musée du Dundo = A Short Note on the Dundo Museum = Kurze information über das Dundo–Museum,* 4.ª edição, Lisboa, Companhia dos Diamantes de Angola, Serviços Culturais, Dundo, Lunda, Angola, 1963, 14 p.+35 il. (M. N. E.)**

Publicada em quatro línguas, começa por situar geograficamente o Museu do Dundo e explicar a sua criação como «uma das iniciativas culturais» da Companhia dos Diamantes de Angola. Refere–se depois às instalações, em edifício expressamente construído para o efeito em 1947, e à «sanzala típica de modelo quioco» que lhe fica anexa. Descreve ainda sumariamente todas as secções que compõem o Museu — etnográfico, de folclore africano, de história, de geologia e pré–história e de fauna africana — e à actividade científica de investigação desenvolvida pelos seus colaboradores directos e por outros investigadores, incluindo diversos estrangeiros.
O Autor conclui tecendo algumas considerações sobre o facto de o Museu do Dundo se debruçar não só sobre o homem da região mas também sobre as características dessa mesma região, e ainda sobre o papel nele desempenhado pelo nativo, o que o leva a concluir ser este «um exemplo frisante do que pode ser 'um museu vivo'».
As fotografias mostram o exterior do edifício, alguns aspectos das salas de exposição e da aldeia típica e, sobretudo, objectos pertencentes à colecção do Museu.

Breves Instrucções aos Correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa sobre as remessas dos productos e notícias pertencentes à História da Natureza para formar um Museu Nacional, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1781, 45 p.

Formalizadas como elemento de apoio da missão naturalística que Joaquim José da Silva realizou em Angola, nos finais do século XVIII, tal como fora expressamente previso no documento de nomeação[2].
Constam de uma advertência inicial, em que se salienta a importância e utilidade das colecções referentes à história natural para o desenvolvimento das «artes, comércio e manufacturas» e restantes ramos de economia, o que justificaria o projecto de organização de um Museu Nacional em Lisboa. E daí a necessidade de instruir as pessoas que iriam organizar as remessas a enviar ao futuro Museu, garantindo uma boa conservação dos produtos que as integram.
Seguem-se três rubricas referentes às remessas de Animais, Vegetais e Minerais e uma quarta respeitante à elaboração das «notícias pertencentes à História Natural». Dada a maior dificuldade que revestia a organização das remessas de animais, visto os exemplares que as constituíam estarem sujeitos a uma degradação mais acentuada e ainda dada a necessidade de que a sua captura e preparação se processassem de modo a manterem as características que iriam permitir o seu estudo e classificação, esta rubrica adquire um maior desenvolvimento. Desdobra-se assim em subtítulos, que se ocupam minuciosamente do modo de preparar os quadrúpedes, as aves, os répteis, os peixes, os crustáceos e ainda outras produções referentes ao reino animal.
As instruções referentes à elaboração das notícias pertencentes à História Natural, com que a obra termina, dizem respeito tanto aos produtos que integram as remessas como ao meio em que se encontram e aos costumes dos povos que o habitam. Incluem assim não só orientação acerca do inventário das colecções organizadas como também quanto à redacção de notícias desenvolvidas relativas aos territórios explorados, abrangendo os domínios zoológico, botânico, mineralógico, geográfico e etnográfico.

Caixa Alta: para Dr. Mesquitela Lima, «A Cidade», Luanda, n.º 14, Fevereiro, 1973, pp. 26–28, il.

Trata-se de uma rubrica da revista em que é dada a palavra ao Dr. Mesquitela Lima, então director do Museu de Angola.
Começa por uma referência sumária à situação que se verifica na altura no Museu, concentrado num edifício que fora destinado apenas a alojar a secção de Ciências Naturais, e às principais dificuldades daí resultantes.
Segue-se a apresentação do projecto do futuro desdobramento desse Museu em três estabelecimentos autónomos, sendo um de Ciências Naturais, que se manteria no edifício existente, outro de Ciências Humanas, a instalar no Palácio de D. Ana Joaquina após conveniente adaptação, e um terceiro de Belas Artes, que ocuparia um edifício a adquirir ou a construir.
Por fim, uma pequena sinopse das realizações de concretização mais imediata, entre as quais o arranjo do salão de vertebrados, a instalação de ar condicionado no Salão de Pintura e sua modernização, a abertura de uma secção de vendas e de uma secção informativa e a criação de um pequeno espaço para exposições temporárias de carácter didáctico e informativo, sendo a inaugural sobre o quissanje, a que se seguiriam outras sobre cerâmica, pentes e cachimbos.

---

[2] V. Simon, William Joel, *Scientific Expeditions in the Portuguese Overseas Territories (1783–1808)...*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983 (Centro de Estudos de Cartografia Antiga — Memórias, 22). Appendix IV, Doc. 1, p. 157).

CARDOSO, Carlos Lopes — *Arte Funerária dos «Mbali» de Angola,* Coimbra, Museu e Laboratório Antropológico, Universidade de Coimbra, 1978, [4] p., policop. (M. L. A. U. C.)

Folheto de apresentação da exposição fotográfica que esteve patente ao público no Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra, em Fevereiro de 1978.
O texto evoca a origem dos «mbali», caracterizando-os como grupo aculturado da província angolana de Moçâmedes, o que explica as características dos monumentos funerários apresentados, esculpidos em grés.
Faz depois referência a Victor Gamba, dado como iniciador desta forma de arte, ao modo de interpretar as esculturas e à sua função.

***Cerâmica Lwena: Exposição em Comemoração do dia 18 de Maio «Dia Internacional da Museologia»*, s.l., Museu Nacional de Antropologia, Secretaria de Estado da Cultura, Direcção Nacional do Património Cultural, s.d., 11 p.,1 il.**

Depois de uma pequena introdução sobre a importância e o significado desta cerâmica, cuja técnica de fabrico se descreve mais adiante, apresentam-se alguns dados históricos acerca do povo Lwena.
Segue-se o catálogo propriamente dito, com uma pequena descrição de cada uma das peças expostas (em número de vinte e seis) e considerações sobre os respectivos motivos decorativos ou o seu uso, e a ficha técnica da exposição. Não se dá, contudo, qualquer informação sobre a ou as colecções a que pertencem estes objectos.
A finalizar, reproduz-se um desenho de uma das peças.

COIMBRA, Carlos Dias — *Museus: O Museu de Angola,* «Boletim Cultural», Luanda, Museu de Angola, n. 1, Agosto, 1960, p. 17-27, 4 il. (M. N. E.)

Versão portuguesa de um resumo do artigo em francês, incluído no final do volume: «Como preâmbulo à história do Museu de Angola, apresenta-se uma análise retrospectiva sucinta da evolução das iniciativas e do interesse pelas instituições culturais que precederiam os museus modernos, sublinhando-se a acção desenvolvida na Antiguidade em Alexandria, Pérgamo, Roma e, depois, nas abadias medievais.
Salienta-se em seguida o desenvolvimento museográfico derivado dos estudos humanistas da Renascença e acrescido pela descoberta da América e do caminho marítimo para a Índia. Cita-se como criações do século XVIII o Museu de História Natural (que se tornou depois no Jardim das Plantas) e o Museu do Louvre, em França, e o Museu Britânico em Inglaterra.
Analisa-se depois a situação que prevalecia em Portugal, onde as preocupações dominantes e circunstâncias pouco favoráveis — na opinião do Autor — não concorriam para a formação de um ambiente propício que conduzisse à criação das instituições museográficas.
Para terminar, aborda-se o caso particular de Angola onde, como reflexo da situação da Metrópole, não se encontra estímulo para actividades culturais notáveis, principalmente por causa das condições precárias e adversas que são consequência do clima e da vida social difícil que aqui prevalecem. Com vista ao fim proposto, descreve-se e analisa-se a evolução histórica de Angola desde o início da ocupação, em 1575, até ao fim do século XVIII.
Entrando verdadeiramente no assunto, citam-se as principais e primeiras ten-

tativas sérias e orientadas de investigação científica e de recolha, a uma grande escala, de exemplares destinados aos museus de carácter permanente. Relatam-se então as actividades do naturalista Joaquim José da Silva Guimarães, a partir de 1787, e a iniciativa do Governador Manuel de Almeida e Vasconcelos, em 1790, com vista à obtenção de materiais para o «Real Gabinete de História Natural», que se estendia à zoologia, à botânica, à geologia, à mineralogia e à etnografia.
Mencionam-se em seguida outras iniciativas importantes para a valorização cultural, especialmente as pesquisas geográficas portuguesas no continente africano, a fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa e os estudos cartográficos no século XIX».
De acordo com uma nota que acompanha o artigo, de referir que ele foi publicado a título póstumo, tendo ficado incompleto.

COSTA, Elmano da Cunha e — *Catálogo da Exposição de Etnografia Angolana Promovida pela Agência Geral das Colónias,* Lisboa, 1946, [36] p.+8 p. estampas (B. N.)

Exclusivamente fotográfica, esta exposição esteve patente ao público no Estúdio do S. N. I., em Lisboa.
Na introdução ao catálogo refere-se que as fotografias expostas foram extraídas de um «documentário completo, devidamente catalogado, com ficheiro próprio, [que] abrange muitos milhares de «clichés», que focam paisagens, habitações, tipos, penteados e adornos, vida doméstica, artes, indústrias, agricultura, ritos de passagem, cerimónias fúnebres, medicina e cirurgia, feitiçaria, etc., das várias dezenas de tribos indígenas...». Ainda segundo o Autor, que se considera um «não especialista», esta imensa documentação poderá ser utilizada com proveito em trabalhos científicos, bem como uma «Carta Etnográfica» elaborada na mesma altura e que figurou igualmente na exposição. O catálogo propriamente dito transcreve as legendas das fotografias ou dos conjuntos de fotografias expostas, classificadas de acordo com os grupos étnicos a que se referem.

ESTEVES, Emanuel — *Monumentos e Sítios Tombados na República Popular da Angola,* Luanda, Secretaria de Estado da Cultura, Direcção Nacional do Património Cultural, 1986, 13 p., il. (M. L. A. U. C.)

Pequena publicação editada por ocasião do Dia internacioal dos Monumentos e Sítios — 18 de Abril —, destinando-se a dar a conhecer ao público a relação dos monumentos e sítios classificados entre 1922 e 1981.
Na introdução é feita referência ao decreto n.º 80/76, de 8 de Outubro, consagrando a protecção do Património cultural de Angola e extensível a monumentos naturais, sítios e paisagens.
A relação dos monumentos, conjuntos, zonas e sítios classificados é apresentada por províncias, indicando-se, em cada caso, a localização do valor patrimonial a proteger e referenciando-se o diploma legislativo que o classificou.

***A Evolução dos Tronos Lunda-Cokwe,* Museu Nacional de Antropologia, Setembro de 1989 a Março de 1990, Luanda, Secretaria de Estado da Cultura, Instituto Nacional do património Cultural, 1989, 51 p., 35 il.**

Obra editada em português, francês, inglês e cokwe, constitui o catálogo da exposição com o mesmo título, que esteve patente ao público no Museu Nacional de Antropologia, em Luanda.

Para além de uma breve introdução, em que se tecem algumas considerações sobre a arte cokwe, apresentam-se nove peças, fotografadas de diversos ângulos de modo a mostrar um ou outro pormenor, ao mesmo tempo que se faz a respectiva descrição e a interpretação dos motivos decorativos. Não se faz, no entanto, qualquer referência à colecção ou colecções a que pertencem os objectos.
No final, reproduz-se um mapa parcial de Angola em que se destaca a zona de expansão do povo cokwe.
Inclui-se ainda a ficha técnica da exposição.

A Exposição comemorativa do IV centenário da chegada a Angola de Paulo Dias de Novais, «Boletim Cultural», Luanda, Museu de Angola, n.º 2, Dezembro, 1960, p. 77–80, 6 il.

Pequeno apontamento sobre a exposisão evocativa da chegada a Luanda de Paulo Dias de Novais, preparada pelo Museu de Angola que, para o efeito, se socorreu da reprodução de documentos coevos, de bibliografia e de numerosas fotografias, imagens, citações e peças arqueológicas ligadas à acção do fundador da cidade.
De acordo com um excerto do catálogo, que se trancreve no artigo, a documentação histórica foi obtida a partir de «microfilmes originários de onze arquivos nacionais metropolitanos e de cinquenta estrangeiros», dado que os arquivos da época, que existiam em Luanda, foram destruídos pelos holandeses.
As fotografias ilustram vários aspectos da exposição.

Exposição de Arte Gentílica: África Portuguesa: de 19 a 26 de Abril de 1936 na Sala Portugal da Sociedade de Geografia de Lisboa, 16 p. + 4 il. (M. N. E.)

O capítulo dedicado a Angola abre com um pequeno texto em que se refere a riqueza e variedade da arte dos seus diferentes povos. Segue-se a lista das peças expostas — da n.º 69 à n.º 280 —, com uma legenda sumária que menciona a respectiva proveniência geográfica, embora de uma forma vaga. Mais adiante apresenta-se uma lista de peças pertencentes a colecções particulares, com os nomes dos respectivos proprietários — da n.º 302 à n.º 559. As legendas são igualmente sumárias, embora delas se possa concluir que a maioria destes objectos provém igualmente de Angola.
De peças angolanas são também três das ilustrações incluídas.

Exposição de Cachimbos. Museu de Angola, Janeiro de 1975, Luanda, Museu de Angola, 1975, [6] p.

Folheto editado por ocasião da exposição temporária apresentada no Museu de Angola, compondo-se de vários pequenos textos.
No primeiro, assinado por Mesquitela Lima, justifica-se a apresentação desta exposição — a terceira de uma série que se iniciou em 1973 —, nas condições deficientes em que se verifica, pela importância do acervo em causa.
Seguem-se algumas considerações, da autoria de Henrique Coutinho Gouveia, sobre exposições temporárias e exposições itinerantes e o importante papel que podem desempenhar no plano didáctico e pedagógico, bem como sobre os problemas técnicos levantados por esse tipo de iniciativas.
Há depois um pequeno texto, não assinado, sobre um tipo de cachimbo de água denominado «tenga», e um outro, de Maria Huguette de Matos, que descreve o aparecimento do cachimbo e a sua evolução.

No final apresenta-se uma relação dos cachimbos expostos, em número de quarenta, com a respectiva designação e origem geográfica e étnica, bem como o genérico da exposição.

Exposição de Fotografias Relativas ao Folclore Musical Angolano: Região do Alto-Zambeze, Rio de Janeiro, 1952, [3] p. + 1 il. (M. N. E.)

Para além de informar sobre a proveniência da documentação fotográfica — obtida pela Missão de Recolha do Folclore Musical do Museu do Dundo —, apresenta a lista das fotografias mediante a respectiva legendagem, reproduzindo ainda a ilustração de uma paisagem da região.

Exposição Etnográfica de Instrumentos Musicais e Máscaras dos Povos de Angola. Março 1964, Luanda. Instituto de Investigação Científica de Angola, Museu de Angola, 1964, 34 p. + 12 il (M. N. E.)

O catálogo abre com uma apresentação, da autoria de Mesquitela Lima, em que se fala nas características da música tradicional angolana e respectivos instrumentos e em que se justifica a junção destes com as máscaras numa mesma exposição. Indica-se ainda a proveniência de alguns dos objectos expostos e que não pertencem ao acervo do Museu de Angola — Museu do Dundo e colecções particulares de Manuel Vinhas e A. Frade.
Num pequeno texto assinado por Maria Fernanda Rodrigues Feijão tecem-se algumas considerações acerca da música em geral, e da música africana em particular, salientando-se alguns aspectos particulares desta última.
Um outro texto, também da autoria de Mesquitela Lima, trata da máscara e do seu significado quer entre os «civilizados» quer entre os «primitivos».
No último texto, de Cruzeiro Seixas, este autor discorre sobre a qualidade artística dos instrumentos musicais africanos, como de resto de qualquer objecto de uso doméstico, e sobre a forma como esses objectos sempre foram olhados, não como «arte ou até pelo seu tão agudo lado humano», mas pelo seu lado exótico, desde o tempo dos soberanos renascentistas, cujas colecções os navegadores iam aumentando, e, mais tarde, em pleno século XVII, em que se acumulavam nos «gabinetes de curiosidades». Insurge-se ainda contra o uso da expressão «arte negra» que, segundo ele, constitui um «abuso», acrescentando que «se falássemos de arte branca, essa generalização indignaria a todos por falsa».
A «Relação dos Objectos Expostos», do n.º 1 ao 219, está ordenada de acordo com a respectiva classificação tipológica e inclui o «nome português», o «nome nativo», a «região» e a «etnia». Em apêndice acrescentam-se mais quatro peças, obedecendo aos mesmos items, e pertencentes ao Museu da Huíla.

Exposição Monumentos e Sítios: Uma Ponte entre o Passado e o Futuro. Abril de 1989, Luanda. Centro Nacional de Monumentos e Sítios. Instituto Nacional do Património Cultural, 1989, [17] p. + 7 il.

A um pequeno texto introdutório, em que se sublinha a importância dos bens patrimoniais e a necessidade da sua preservação, assim se justificando esta exposição fotográfica, segue-se uma relação dos monumentos e sítios, distribuídos geograficamente, bem como outra de mapas, plantas e maquetes, que estiveram patentes ao público.
Reproduzem-se ainda as fotografias de alguns monumentos e publica-se, no final, a ficha técnica da exposição.

FONTINHA, Mário e VIDEIRA, Acácio — *Cabaças gravadas da Lunda,* Lisboa, Companhia de Diamantes de Angola, Serviços Culturais. 1963 (Publicações Culturais da Diamang: Subsídios para a história, arqueologia e etnografia dos povos da Lunda / Museu do Dundo; 57) 184 p., 121 il. + 1 mapa (M. N. E.)

No texto introdutório fala-se sobre os tipos de cabaças utilizadas pelos quiocos, o modo como as obtêm e as preparam consoante os diferentes usos a que as destinam, e a técnica de gravura ou incisão. Refere-se ainda que a obra se baseia na colecção de cabaças pertencentes ao acervo do Museu do Dundo.
Seguem-se oitenta e duas fotografias de outros tantos exemplares de cabaças, todas elas identificadas com uma designação na língua nativa e em português, com a indicação do local de recolha e ainda com uma pequena legenda descritiva.
A estas ilustrações há ainda a acrescentar trinta e nove estampas reproduzindo decorações incisas, todas elas acompanhadas de uma legenda identificando a cabaça a que pertencem e de uma interpretação dos desenhos e das figuras representadas.
Quer o texto da introdução quer as legendas das fotografias e das estampas são escritos em português, inglês e francês.

GOUVEIA, Henrique Coutinho — *A Acção Educativa dos Museus,* Luanda, Departamento de Museologia, I. I. C. A., 1975, s. n., mimeogr. (M. A.)

Pequeno texto de divulgação destinado aos estabelecimentos de ensino, publicado com o objectivo de incrementer a acção educativa então iniciada pelo Museu de Angola, e que se pretendia que conduzisse à formação de um «serviço educativo» ou «de extensão escolar» dos museus angolanos, que se enquadraria no Serviço Nacional de Museologia cuja criação tinha sido então anunciada.
São apresentados os objectivos, características e modalidades de acção educativa dos museus em geral, sublinhando-se a necessidade de articulação entre a intervenção de museólogos e educadores e o reforço da função social do museu resultante deste tipo de actividade.
No caso angolano, é proposta a introdução de uma cadeira de museologia educativa nos programas escolares, a formação museológica dos professores e a futura criação de lugares de educadores de museu.
Em anexo, planifica-se a organização do Serviço de Extensão Escolar do Departamento de Museologia do I. I. C. A. e descrevem-se algumas das realizações do Museu de Angola neste domínio.

GOUVEIA, Henrique Coutinho — *Actividade Piscatória dos «Axiluanda»: Roteiro da Exposição,* Luanda, Departamento de Museologia do I. I. C. A., Divisão de Serviço Educativo, 1975, 9 p. mimeogr. (M. A.)

Folheto relativo a esta Exposição, publicado quando da sua apresentação no Bairro Operário a partir de 11 de Novembro de 1975, dia da independência angolana.
As rubricas introdutórias procuram explicar qual a importância dos museus e as suas preocupações actuais, seguindo-se-lhe aquela que constitui um pequeno roteiro da exposição e, por último, uma quarta chamando a atenção para a mudança cultural operada neste grupo étnico por influência europeia.
A terminar inclui algumas referências bibliográficas temáticas e o genérico da exposição.

Um folheto quase idêntico fora publicado, apenas sob o título *Roteiro da Exposição,* quando da sua apresentação inaugural no átrio do Museu de Angola.
Esse primeiro texto não inclui as duas rubricas iniciais, resumindo-se na introdução o programa de serviço educativo de que esta realização constituía o remate[3].

GOUVEIA, Henrique Coutinho — *Dois Programas de Serviço Educativo Escolar,* Luanda, I. I. C. A., Departamento de Museologia (Divisão de Serviço Educativo), 1975, 24 p. mimeogr. (M. A.)

Em nota prévia procura-se sublinhar a importância que poderá revestir a publicação de análises dos programas de serviço educativo realizados pelos museus.
Segue-se um resumo e comentário a dois dos programas organizados pela Divisão de Serviço Educativo do Departamento de Museologia do I. I. C. A. no Museu de Angola. O primeiro teve como tema a actividade piscatória entre os axiluanda e enquadrou-se na rubrica Exploração do meio local do programa do 1.º ano do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário. O segundo procurou articular-se com temas do programa da cadeira de História do 2.º ano desse Ciclo, tendo tido como tema a mudança cultural operada no reino do Congo devido às relações estabelecidas em Portugal a partir do início do séc. XVI.
A publicação inclui dois anexos, contendo um a indicação dos objectos museográficos e material de animação utilizados nestes programas e apresentando-se no outro uma planta da exposição com que foi encerrada a segunda destas iniciativas.
A terminar referencia-se a bibliografia temática e museológica.

GOUVEIA, Henrique Coutinho, ALARCÃO, Adília — *Museus e Património Cultural de Angola,* «Revista Internacional de Estudos Africanos», Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical. Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, n.º 12-13, 1990, p. 421-451 (M.N.E.)

Em nota prévia diz-se que o texto reproduz, com excepção da rubrica introdutória, que foi alterada, o do Relatório de uma Missão realizada a Angola tendo como objectivo analisar a situação dos museus e do património cultural do país. A deslocação correspondente teve lugar em Dezembro de 1989.
O trabalho inicia-se com a abordagem de algumas questões de ordem geral, nomeadamente a da concepção museológica orientadora, a que se segue uma apreciação sumária do panorama angolano da especialidade, indicando-se os organismos coordenadores, os museus principais e alguns dos mais importantes vectores de desenvolvimento do sector.
A análise prossegue depois de modo mais aprofundado, em função dos parâmetros anunciados, apreciando-se em primeiro lugar os estabelecimentos de âmbito nacional, ou sejam os Museus Nacionais de História Nacional e de Antropologia, o Depósito Central do Instituto Nacional do Património Cultural e a Fortaleza de S. Miguel — Museu Central das Forças Armadas.
Segue-se um comentário aos «museus temáticos, sítios e zonas históricas», individualizando-se então, como primeiro tema genérico, o do «aproveitamento dos bens culturais imóveis», em cujo âmbito se incluem os casos da Casa de Óscar Ribas, o dos museus de sítio e o da Casa e Museu do M.P.L.A. Relativamente à segunda sub-rubrica, «museus de sítio e sítios musealizados», tecem-se algu-

---

[3] V. *Roteiro da Exposição,* Departamento de Museologia, Divisão de Serviço Educativo, Museu de Angola, 1975, 8 p. mimeogr.

mas considerações acerca do Museu da Escravatura e dos projectos relativos à Molemba do «soberano da Samba» e aos fornos de cal do Cacuaco, abordando-se depois, neste contexto, as «zonas históricas» e os «monumentos religiosos». O texto compreende ainda títulos dedicados ao «panorama museológico regional» e à «formação profissional na área da museologia», a que se segue um «comentário final e propostas a desenvolver». Salienta-se, neste último âmbito, a urgência que revestem as intervenções relativas às instalações de alguns museus e aos edifícios de monumentos existentes e à importância que poderá adquirir futuramente a museologia relativa aos espaços exteriores, sendo ainda focada a necessidade de realização de projectos conjuntos no domínio da sensibilização e da formação profissional.

GOUVEIA, Henrique Coutinho — *Turismo e Museologia: esboço de uma análise de aspectos das suas interligações,* «A Cidade», Luanda, n.º 21, Setembro, 1973, p. 36–45, il.

Comunicação apresentada ao II Colóquio de Turismo de Luanda, na sequência de um convite endereçado ao Departamento de Museologia do Instituto de Investigação Científica de Angola, que procura debruçar-se sobre as linhas gerais da reforma projectada para o sector museológico angolano, tentando relacioná-las com alguns dos problemas centrais da museologia contemporânea.
Começa por referir-se neste âmbito, e numa perspectiva geral, a renovação do relacionamento dos museus com o público, a necessidade da sua maior «democratização» e o reconhecimento da sua condição de parte integrante do sistema educacional, passando, a partir desses pressupostos básicos, a analisar-se alguns dos aspectos das interligações entre turismo e museologia.
Considerando o problema da comunicação com o público e com os seus segmentos especiais como uma questão central da museologia actual, são referidos então temas como o do acompanhamento das visitas e consequente formação dos guias-intérpretes, a preparação de material informativo e de divulgação para os museus, a programação de realizações museológicas com evidente impacto turístico, como por exemplo grandes exposições temporárias, ou ainda uma maior diversificação do leque habitual de iniciativas deste tipo de organismos.
Defende-se depois que um dos contributos essenciais para uma maior articulação entre os sectores museológico e turístico angolanos seria a renovação do primeiro, tal como se encontrava então projectada e que deveria começar por incidir no seu organismo motor, que era o Departamento de Museologia do I.I.C.A., projectando-se depois também no leque dos museus do Estado, quer no plano central quer no regional.
As rubricas finais do artigo debruçam-se sobre as relações do museu com o meio ambiente, salientando algumas das suas possibilidades de actuação nesse domínio e sobre os condicionamentos que deverão ser impostos à exportação de objectos culturais e artísticos, dada a acuidade que esse problema reveste em continentes como o africano. Em Angola tornar-se-ia necessário reorganizar a legislação proteccionista existente, datada já de 1938, e orientar convenientemente as compras a efectuar pelos turistas.
Artigo ilustrado com fotografias de aspectos exteriores dos edifícios de museus luandenses e com vistas da exposição permanente do Museu de Angola.

HOLCIK, STEFAN — Muzea a pamiatkove v Angole, «Muzeum», Bratislava, 28–3, 1983, p. 32–35, ilus. (CIM–ICOM)

Texto apenas disponível em eslavo. Do ficheiro do CIM–ICOM consta apenas a tradução inglesa do título: *Museums and Monuments in Angola.*

Die Kunst der Vatchivokwe, eines Volksstammes in Angola, September–Oktober 1961, Köln, Rautenstrauch — Joest Museum für Völkerkunde, 1961, 18 p. (M.N.E.)

Brochura editada quando da apresentação em Colónia de uma exposição promovida pelo Museu do Dundo sobre a arte do povo Quioco, e que já tinha estado em Paris, em Marselha e em S. Salvador da Baía. Posteriormente, essa exposição viria ainda a ser apresentada em Barcelona e, por fim, no Porto, na «Casa do Infante», em 1966[4].

Depois de tecer algumas considerações acerca do estabelecimento dos portugueses na costa ocidental da Africa a partir do início do século XVI, o Autor refere as viagens de exploração ao interior do continente durante o século XIX destacando, de entre os exploradores, o nome de Henrique de Carvalho como pioneiro da investigação etnográfica.

O pioneirismo deste explorador é comparado ao da Diamang, que criou na Lunda um museu de arte popular africana — um museu de uma cultura, localizado no seio dessa cultura e não na Europa, como todos os museus congéneres.

Refere–se como objectivo da Diamang, ao criar o museu, o de estudar a cultura dos Quiocos e dá–la a conhecer a todos e, em primeiro lugar, aos próprios Quiocos, a quem faltava a consciência da sua identidade. Foi dada uma especial atenção à música — com recolha de canções e melodias e dos instrumentos musicais —, à escultura — estatuetas e máscaras — e à pintura mural.

Fala–se depois na exposição propriamente dita, e que incluía diversos objectos como esculturas, máscaras, fotografias e reproduções de pinturas murais. Todos estes materiais foram mandados vir expressamente do Dundo pela Administração da Diamang, pretendendo–se, através deles, dar uma imagem da arte dos quiocos.

Do ponto de vista etnográfico a exposição de todos os objectos terá ficado a dever–se ao escritor e crítico de arte negra José Osório de Oliveira e à colaboração do Rautenstrauch–Joest–Museum für Völkerkunde, em Colónia.

A finalizar, transcrevem–se os depoimentos de diversas personalidades que visitaram o Museu do Dundo.

Manual de Museologia, Departamento Nacional de Museus e Monumentos, [Luanda], Instituto Angolano do Livro, Tip. Neográfica, 1979, 39 p.

No Prefácio justifica–se a edição deste Manual pela necessidade de coligir «princípios e normas de trabalho para uso dos trabalhadores da Museologia em Angola», embora se reconheça que não foi possível fazer um trabalho exaustivo, ficando de fora áreas importantes como as da conservação, da segurança e do restauro.

No «Historial da Museologia Angolana», pequeno capítulo que se segue ao Prefácio, dão os Autores a sua visão particular do que foram — antes da independência — e do que são hoje os museus de Angola, estabelecendo como marco importante da sua evolução a criação, em 1975, do Serviço de Museologia, mais tarde transformado em Departamento Nacional de Sítios, Museus e Monumentos.

Os princípios e normas que compõem o Manual distribuem–se pelos restantes capítulos, cujos títulos são: «Objetivos e Actividades da Museologia Revolucioná-

---

[4] V. *Escultura Africana em Portugal,* Instituto de Investigação Científica Tropical, Museu de Etnologia, Lisboa, 1985.

ria Nacional», «Dinamização do Movimento Museológico», «O Museu Rural», «A Grandeza dum Museu», «Linguagem Museográfica», «O Guião do Museu», «A Distribuição», «A Planificação», «A Responsabilidade Museal», «Preservação do Património Cultural Contra Pragas Daninhas», «Conhecimentos Científicos», «Projecto para Utilização dos Museus como Instrumentos de Educação», «Programa de Acção Didático» e «Identificação, Registos e Inventários». Todos eles, escritos numa linguagem coloquial e usando quase sempre o estilo de pergunta e resposta, incluem exemplos concretos de problemas que se põem nos diversos tipos de museus e a respectiva solução. Assim, reproduzem-se, por exemplo, uma «Ficha de Inquérito Museológico» e uma outra respeitante ao «Inquérito de Deterioração de Peças do Acervo Nacional» — em que se especifica, inclusive, as penalidades em que podem incorrer os respectivos responsáveis —, vários desenhos explicando a melhor maneira de iluminar as peças em exposição ou um «Guia de Conservação para Vigilantes», de que constam as suas principais obrigações, o comportamento para com o público e os trabalhadores, as regras de higiene e apresentação pessoal a que devem obedecer, etc.

Museu de Etnologia do Ultramar: Povos e Culturas: Exposição na Galeria Nacional de Arte Moderna, Lisboa, Abril — Junho de 1972, Junta de Investigação do Ultramar, 1972, [239] p., 217 il. [M.N.E.)

Num primeiro texto, da autoria de Ernesto Veiga de Oliveira, fala-se dos antecedentes do Museu de Etnologia do Ultramar e tecem-se considerações acerca da elaboração do conceito de etnologia, do conceito de etnologia em Portugal e das sociedades «primitivas» e «civilizadas».
O texto seguinte, não assinado, debruça-se sobre a história do Museu e sobretudo do seu acervo, referindo-se às missões científicas que em grande parte lhe deram origem e aos coleccionadores particulares que para ele contribuiram com numerosas doações.
Segue-se uma referência a todos os que colaboraram quer na exposição quer na feitura do catálogo, bem como a explicação dos critérios que presidiram à elaboração das legendas.
O catálogo propriamente dito, que abrange diversos países, tem uma grande secção dedicada a Angola. Nela se incluem as legendas referentes a cento e oitenta e três peças nas quais figuram, para além do número de ordem na exposição, a categoria do objecto em português e na língua de origem, o grupo étnico, a localização toponímica, a descrição do objecto e respectivas medidas e a função que desempenha. Nalguns casos indicam-se ainda outros elementos respeitantes ao seu contexto histórico ou etnográfico.

O Museu de Mineralogia, «A Cidade», Luanda, n.º 26, Março a Junho, 1974, p. 48–53, il.

Neste artigo apresenta-se o Museu como estabelecimento auxiliar do ensino universitário no domínio das ciências naturais, facultando aos alunos dos cursos dessa áreaa colecções de minerais, rochas e fósseis.
Fundado em 1968, o Museu contava à data com um acervo de cinco mil exemplares proveniente do então espaço nacional e também do estrangeiro, com larga representação angolana.
Nascido de necessidades didácticas elementares, o Museu foi-se desenvolvendo com base em colheitas efectuadas por mestres e alunos, tendo passado a abrir também ao público alguns meses antes.
As suas instalações ocupam alguma salas do prédio da Avenida Marginal em que se encontram alguns departamentos da Universidade de Luanda, tendo sido

mobiladas expressamente para o efeito. Distribuem-se por dois pisos, sendo o inferior consagrado aos minerais de Angola e o superior especialmente dedicado à Petrologia, Paleontologia e Cristalografia.
As fotografias ilustram diversos aspectos da exposição permanente e de alguns exemplares mais significativos das colecções.

O Museu do Café, «A Cidade», Luanda, n.º 25, Jan/Fev, 1974, p. 28-37, il.

Fundado pelo Eng.º Eurico de Noronha e devendo considerar-se ainda sobretudo como uma colecção núcleo de um futuro organismo especializado, entende-se que este Museu passava então certamente despercebido à maioria dos luandenses.
As suas instalações distribuiam-se por duas salas e um terraço no n.º 107 da Avenida Marginal, expondo uma colecção relativa à evolução dos utensílios do café.
Referência sumária final à história da bebida, à introdução do cultivo do cafeeiro em Angola e a alguns dos tipos de peças com maior interesse que integram a colecção apresentada.
Artigo ilustrado com aspectos da exposição, fotografias de algumas das peças mais significativas e reproduções de gravuras antigas sobre o tema.

Museu do Congo (Arte Indígena): Catálogo, Carmona, 1958, [33] p., 3 ilus. (M.N.E.)

Numa pequena introdução refere-se primeiramente o diploma legislativo que criou o Museu, descrevendo-o depois sumariamente as três salas de exposição que o compõem. Menciona-se ainda a existência de uma biblioteca e de um gabinete de leitura, e comenta-se o facto de serem quase todos de produção recente os objectos do Museu.
O catálogo propriamente dito apresenta o «N.º de ordem», «Designação», «Material de que é feito», «Origem» e «Nome do artista», num total de 959 objectos, apresentando depois, numa segunda parte, os «Objectos utilizados pelos indígenas» onde se refere, para além do «N.º de ordem», a «Designação», a «Descrição» e a «Origem». Esta segunda parte inicia-se com o objecto n.º 1201 e termina com o n.º 1247, havendo um hiato na numeração entre esta e a primeira parte.

O Museu do Dundo ... [5] p., 8 iL. (B.P.M.P.)[5]

Num texto que se debruça sobre as actividades da Companhia de Diamantes de Angola, incluem-se três páginas dedicadas ao Museu do Dundo e fotografias de algumas das suas peças ou de aspectos gerais, como o da sua Sala de Zoologia ou do terreiro de exibições folclóricas.
O Autor realça a importância deste Museu não só pela sua qualidade e quantidade dos seus objectos — distribuídos pelas secções de Etnografia (a mais significativa), de Folclore, de História da Lunda e da «Diamang», de Geologia e Pré-História,

[5] Apresenta-se, por enquanto, uma ficha bibliográfica incompleta uma vez que apenas se teve acesso a umas folhas fotocopiadas, sem menção da obra de onde foram tiradas, e que existem na Biblioteca Pública Municipal do Porto sob o título «Sala de Museologia do Museu do Dundo». Espera-se localizar a obra de modo a poder incluir a ficha completa na versão final desta «Bibliografia Analítica».

de Fauna e Flora Africana e de Geografia — mas também pelo papel de motor que a instituição desempenha na investigação dos diversos temas relacionados com a sua área de implantação e cujos resultados são dados a lume nas «Publicações Culturais» da Companhia. Sublinha ainda o Autor a função relevante conferida pelo Museu aos próprios nativos, que nele trabalham «revivendo nele as suas tradições e dele tirando ensinamentos para a continuidade das suas artes.

No Tricentenário da Restauração: 1648–1948: Contribuição do Museu de Angola. Luanda, Imprensa Nacional, 1950, 194 p., 116 il. (Publicações do Museu de Angola) (M.N.E.)

Conforme se lê na introdução, a colaboração do Museu de Angola para as comemorações do tricentenário constou de diversas iniciativas, de que se destacam algumas obras de reparação e beneficiação da Fortaleza de S. Miguel; uma melhor e mais adequada arrumação do recheio do Museu, expondo–se separadamente as suas colecções de arte sacra, armaria e arqueologia; e a organização de duas exposições de ourivesaria sagrada e de bibliografia e iconografia. Este livro, para o qual contribuiu o então conservador–bibliotecário do Museu, Dr. Carlos Coimbra, constituiu a memória dessa colaboração, impossível de preparar na altura dada a escassez de tempo.

A umas brevíssimas notas sobre a história do Museu, segue–se o capítulo «Arqueologia» que constitui um catálogo de várias pedras de armas, inscrições e outros objectos em pedra, reunidos pela Comissão do Museu na casamata tradicionalmente conhecida por «Cova da Onça».

Vem depois o catálogo da exposição de «Arte Sacra», subdividida em «Ourivesaria Sacra», «Imaginária» e «Mobiliário», e que foi organizada quer com objectos pertencentes ao Museu ou nele depositados, quer com peças cedidas para o efeito. A secção de Armaria foi instalada na casamata central da Fortaleza e o capítulo que a ela se refere descreve os motivos de vários painéis de azulejos que revestem as paredes, alguns quadros a óleo e algumas das armas expostas.

A Exposição Documental e Biblio–Iconográfica compunha–se de quadros a óleo representando motivos ou assuntos relativos a Angola, manuscritos, livros, publicações periódicas e estampas.

Os objectos descritos ao longo destas diversas secções são numerados seguidamente de 1 a 191, fazendo–se nalguns casos, referência à numeração com que figurarem no catálogo de 1937[6]. Em relação a alguns objectos, para além de uma legenda sucinta com a designação, uma pequena descrição e as dimensões, há algumas notas mais detalhadas sobre um ou outro assunto com eles relacionados.

De notar que nenhum dos catálogos referentes às diversas secções é exaustivo, limitando–se a destacar alguns dos objectos expostos.

As fotografias, para além de reproduzirem objectos, mostram diversos aspectos da Fortaleza de S. Miguel, exteriores e interiores, bem como aspectos das diferentes salas de exposição e detalhes de algumas vitrines.

OLIVEIRA, Ana Maria de — *Angola e a expressão da sua cultura material,* Odebrecht, 1991, 168, p., il.

Obra profusamente ilustrada com fotografias de grande qualidade, cuja publicação em edição bilingue (português–inglês) se deveu ao patrocínio de uma empresa privada brasileira, a Construtora Norberto Odebrecht S.A.

Repartindo o território de Angola em sete grandes áreas sócio–culturais —

---

[6] V. *Angola: Catálogo do Documentário Coligido pela Comissão de Luanda ...*

Bakongo, Ambundu, Ovimbundu, Cokwe, Ovigangela, Ociwambo e Khoisan —, a autora faz uma pequena introdução em cada um dos sete capítulos correspondentes, em que as caracteriza sumariamente e nos dá a sua localização geográfica, passando depois à apresentação de objectos da sua cultura material. Essa apresentação é feita por meio de fotografias e de uma descrição bastante detalhada de cada uma das peças, que inclui a designação, a origem, a função, as dimensões ou os materiais utilizados.
Muito embora não seja fornecido o respectivo número de registo de inventário, as peças pertencem todas, de acordo com a introdução geral, ao acervo do Museu Nacional de Antropologia de Angola.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de — *Museus e colecções de etnografia de Angola,* «Garcia da Horta», Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, Vol. 19, n.os 1–4, 1971, p. 25–36 + X estampas (M.N.E.).

«Mostrando que os museus etnográficos de Angola — de Luanda, Sá da Bandeira e, noutro plano, os de Carmona, Cabinda, Nova Lisboa, Oncócoa e Viana —, embora modestos quantitativa e qualitativamente, contêm um recheio muito apreciável, que merece ser conhecido e divulgado, o autor observa que lhes falta, porém, o carácter da universalidade e a produção de peças de grande qualidade que se vêem nos grande museus de etnologia geral da Europa e América e entende que, ao mesmo tempo que se deve procurar desenvolvê–los o mais possível, seria hoje em dia infrutífero pretender dar–lhes essa categoria.
Existe, porém, em Portugal um museu com aquelas características: o Museu de Etnologia do Ultramar. E o autor preconiza que se estabeleça um esquema em que o museu de Lisboa, como museu nacional central de etnologia geral, se articule no topo da pirâmide do sistema dos próprios museus provinciais (tendo à frente, por seu turno, o Museu de Luanda, como o grande museu angolano de etnologia regional), preenchendo assim a falta que nele existe, com o máximo de economia de recursos de toda a espécie. A dificuldade de execução deste plano é evidente: para ele se instaurar impõe–se a revisão de uma série de conceitos particularistas e a tomada de consciência de que os museus não são padrões de glória pessoais ou locais, mas instituições científicas, chamadas a desempenhar importantes funções culturais. E, de entrada, recomenda–se o estabelecimento de relações de intercâmbio entre o Museu de Etnologia do Ultramar e os museus angolanos, dentro desse mesmo espírito unitário de cooperação e solidariedade.
Numa rubrica à parte é analisado o Museu do Dundo, da Companhia de Diamantes de Angola. Trata–se de um museu particular e com características especiais que, embora também estritamente regional — ele respeita apenas à área da Lunda —, se pode considerar um dos grandes museus mundiais de arte e etnologia africanas, pela abundância e qualidade da sua representação dos Quiocos — o grupo que ele especialmente documenta, e cuja cultura e arte são certamente das mais ricas e importantes de toda a África.»
Este é o resumo de autor que antecede o artigo. Acrescente–se que nas páginas de estampas que o ilustram incluem–se trinta fotografias mostrando aspectos de exposições ou peças dos diversos museus referidos.

OLIVEIRA, José Osório de — *Da necessidade dos Museus Africanos,* in «Actas do 1.º Congresso de Etnografia e Folclore Promovido pela Câmara Municipal de Braga», de 22 a 25 de Junho de 1956, vol. III, «Biblioteca Social e Corporativa», Lisboa, Junta da Acção Social, 1963, p. 439–444 (M.N.E.).

Primeiramente e citando opiniões alheias, o Autor defende a importância do papel que podem e devem desempenhar os museus de etnografia no que diz respeito

ao estudo e à preservação das culturas tradicionais africanas, em vias de extinção por influência das culturas europeias. E, mais ainda, esses museus deveriam situar-se em África, não só porque, para o estudo de uma determinada cultura, não basta observar os objectos que ela produziu mas o contexto em que isso se deu, como também porque, se se quer preservar essa cultura, é necessário despertar nos nativos a consciência do seu valor, de modo a que eles próprios se sintam motivados a manterem-na, pelo menos em certos aspectos.

Refere depois que em Portugal não existe nenhum museu de etnografia africana, excepção feita para o da Sociedade de Geografia de Lisboa cujas colecções, no entanto, «não satisfazem as necessidades dos estudiosos da Arte Negra». Pelo contrário, há vários museus estrangeiros com riquíssimas colecções, dentre os quais o Autor destaca o Museu Real do Congo Belga, em Tervuren. A propósito deste, aliás, o Autor interroga-se se a riqueza das suas colecções não terá sido a causa da relativa pobreza do Museu da Vida Indígena, em Léopoldville.

Um caso à parte neste panorama é o do Museu do Dundo, criado em 1942 pela Companhia de Diamantes de Angola e definitivamente instalado na sede administrativa dessa empresa em 1948.

O Autor enaltece a ideia que presidiu à sua criação — a de conservar em África os objectos pertencentes a uma cultura africana, a dos Lunda-Quiocos — tendo chegado os seus responsáveis ao ponto de virem a Portugal adquirir esculturas dessa proveniência, por cá aparecidas, para as restituir a África. Descreve ainda várias acções desenvolvidas pelo Museu no sentido de recolher e preservar o folclore musical, as danças, a escultura, a habitação tradicional, etc. O papel do Museu é tão importante na região que já acontece aparecerem Quiocos e outros indígenas do Congo Belga que nele vêm estudar a sua própria cultura.

Por fim, e tratando-se de uma comunicação a um congresso de etnografia e folclore, o Autor propõe que seja aprovado um voto no sentido de serem criados outros museus semelhantes em Angola e nas outras províncias ultramarinas portuguesas, onde quer que haja culturas indígenas a preservar.

OLIVEIRA, José Osório de — *Descrição e exame do Museu do Dundo,* in «Uma Acção Cultural em África», Lisboa, Impr. Oficina Gráfica, 1954, p. 37–50, ilust. (CIM–ICOM).

Antes de entrar no assunto, o Autor, socorrendo-se de opiniões de vários especialistas, disserta sobre a existência ou não de uma unidade da cultura africana, acabando por concluir que essa unidade é só aparente, à semelhança, aliás, do que se passa com a cultura europeia.

De qualquer modo, poderá falar-se em «sub-áreas culturais»: é o caso da região da Lunda, onde se situa o Museu do Dundo, particularmente dedicado à cultura dos Quiocos, embora nele estejam representados igualmente todos os outros povos que nela habitam ou trabalham.

Justificando a localização deste Museu no centro de África, num sítio pouco acessível para os estudiosos ou mesmo para os simples curiosos, o Autor, retomando a teoria que tinha já defendido numa comunicação ao Congresso Internacional de Folclore, de São Paulo[7], afirma que este é um «museu funcional», «um museu que não pretende ser um mero repositório de elementos etnográficos para uso dos Brancos, mas, muito em especial, um agente activo de conservação, pelos povos de Lunda, da sua cultura própria ...»

Para ajudar a situar geográfica e administrativamente a zona de localização do Museu, transcreve depois um trecho do Dr. A. de Barros Machado sobre a Lunda, falando depois sobre a povoação do Dundo e o edifício onde está instalada a

---

[7] OLIVEIRA, José Osório de, *Um Museu do Homem no Coração da África Negra* ...

instituição, bem como os diversos anexos de que dispõe: Jardim de Aclimatação e Reserva Florestal, Zoo e Laboratório de Biologia, Aldeia do Museu e Terreiro do Folclore, para além de «instrumentos de trabalho» como uma «biblioteca, constituída por obras de etnografia africana ou de estética (sobre a Arte Negra), e de um depósito onde se guardam à roda de mil peças de vários géneros». Refere ainda as campanhas levadas a cabo pela Missão de Recolha de Folclore, que serão objecto de um trabalho posterior.
Descreve por fim, com algum pormenor, as diferentes secções do Museu: «Sala de Honra», «Sala da Vida Doméstica», «Sala de Caça e da Pesca», «Sala das Indústrias», «Sala da História da Lunda e da Diamang», «Primeira e Segunda Sala da Crença Animista» e «Sala da Arte Indígena».

OLIVEIRA, José Osório de — *Um Museu do Homem no Coração da África Negra: Comunicação ao Congresso Internacional de Folclore, de São Paulo,* in «Uma Acção Cultural em África», Lisboa, Imprensa Oficina Gráfica, 1954, p. 27–33 (CIM–ICOM)

O Autor comenta, em primeiro lugar, a recolha desenfreada de objectos na África Ocidental e no Congo, levada a cabo por diversos exploradores europeus, no início do século, e com os quais se enriqueceram as colecções de alguns museus europeus. A intenção teria sido a de preservar esses objectos da destruição mas o que aconteceu, em muitos casos, foi que eles foram recolhidos sem o devido estudo, que se tornou depois de difícil ou mesmo impossível concretização, dado que ficaram desligados do seu contexto.
Exemplar terá sido, a esse respeito, a acção da Companhia de Diamantes de Angola ao começar a constituir, a partir de 1936, uma colecção etnográfica que viria a ser a base do Museu do Dundo, criado na Lunda seis anos depois. Com essa obra estaria a Diamang a contribuir, segundo o Autor, para que o nativo dessa região se não descaracterize, não perca bruscamente a consciência da sua cultura social e não venha a ressentir–se, psicologicamente, do choque provocado pela adopção de um estilo de vida inteiramente distinto e até contrário à sua maneira de ser». Com efeito, o Museu do Dundo caracteriza–se por ser um «museu vivo, funcional, museu do Homem de uma região, fundado no centro de uma região, para o Homem dessa região ...»
Sendo a Lunda uma região predominantemente Quioca, as colecções do Museu reflectem sobretudo a cultura dos Quiocos, embora tenha havido a preocupação de representar igualmente outros povos habitando a zona de exploração mineira da Companhia ou nela trabalhando.
Não podendo fazer uma descrição das doze salas que compõem o Museu, o Autor termina afirmando que os nativos demonstraram compreender bem os seus objectivos e se orgunham de verem nele representada a sua cultura, colaborando com os seus conhecimentos e oferecendo mesmo algumas peças bastante significativas.

OLIVEIRA, José Osório de — *Novas Considerações sobre o Museu do Dundo,* «4 Ventos», Braga, 1956, 11 p. (M.N.E.)

Nas considerações iniciais refere–se o total ou quase total desconhecimento da África autêntica por parte da maioria das pessoas que, nela, se limitam a visitar as «cidades de estilo europeu, as regiões percorridas de automóvel ou sobrevoadas num quadrimotor».
Para o Autor, «funcionário colonial» durante vários anos, a «única profunda experiência africana» da sua vida foi–lhe finalmente proporcionada por uma visita

ao Museu do Dundo, na Lunda, durante a qual observou as «colecções desse conservatório das artes e da cultura social dos povos da Lunda», ouviu repetidamente as gravações efectuadas pela Missão de Recolha de Folclore, visitou as «aldeias indígenas» e assistiu a um festival de danças no Terreiro de Folclore.
E a propósito dessa visita o Autor tece várias considerações elogiosas sobre o Museu, «o melhor, sem dúvida, dos museus etnográficos do Continente Africano; único no mundo pelo seu carácter funcional, de museu do Homem de uma região, fundado no centro dessa região e para o Homem dessa região». Um museu que constitui a «mansão tribal» dos povos da Lunda, para que, beneficiando, embora de todas as vantagens do progresso, os nativos da zona de concessão da Companhia e os indígenas de outros pontos da Lunda, que ali vão trabalhar nas minas, não se «destribalizem» precipitadamente, não percam o carácter, não se afastem das fontes vivas da sua cultura própria ...»
O Autor conclui dizendo que «o que se pretendeu e se conseguiu na Lunda ...» «... foi evitar a repetição do que se deu na Libéria», dissertando a propósito sobre o fenómeno liberiano.

Overseas Museum of Ethnology Lisbon: Peoples and Cultures: Exhibition: National Gallery of Modern Art. April–June 1972, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1972, [240] p., 217 il. (M.N.E.)

Versão inglesa do catálogo da exposição *Museu de Etnologia do Ultramar. Povos e Culturas.*

REDINHA, José — *Campanha Etnográfica ao Tchiboco: Alto-Tchicapa: Notas de Viagem.* Lisboa, Companhia de Diamantes de Angola, Serviços Culturais, 1953 (Publicações Culturais da Diamang: Subsídios para a história, arqueologia e etnografia dos povos da Lunda / Museu do Dundo; 19), 172 p., 92 + [5] il. + 1 mapa (M.N.E.)

A obra é baseada no diário e nas notas de viagem de uma expedição etnográfica à chamada região do Tchiboco (distrito da Lunda, Angola), realizada em 1946 pelos serviços do Museu do Dundo, da Companhia de Diamantes de Angola.
A expedição compreendia o Autor, Conservador do referido Museu; auxiliares nativos, instruídos na etnografia, no folclore, nas línguas e dialectos; o chefe Sanjinje, colaborador e amigo do Museu; e, finalmente, o pessoal suplementar, guias, caçadores profissionais e carregadores.
Os percursos da missão através do território do Tchiboko foram efectuados a pé, à maneira dos antigos exploradores do continente africano, tendo durado os trabalhos cerca de cinco meses.
O volume é profusamente ilustrado, por meio de fotografias, desenhos e aguarelas, da autoria de José Redinha, mostrando cenas da vida dos habitantes, os seus ofícios, os seus ritos, bem como algumas paisagens da região.
Dois anos depois foi publicado um segundo volume desta obra (ver adiante), que constitui o catálogo das peças recolhidas durante esta expedição.

REDINHA, José — *Campanha Etnográfica ao Tchiboco: Alto-Tchicapa: Anotações e Documentação Gráfica,* Lisboa, Companhia de Diamantes de Angola, Serviços Culturais, 1955 (Publicações Culturais da Diamang: Subsídios para a história, arqueologia e etnografia dos povos da Lunda / Museu do Dundo; 19), 214 p. + 227 il. + 50 esquemas (M.N.E.)

Constituindo o 2.º volume da obra com o mesmo título, inclui, na «Relação Anotada», o registo da totalidade de objectos adquiridos no decurso da Campanha. Compreende a descrição sumária de cada uma das peças recolhidas e foi instruída com fotografias e figuras coloridas de boa parte daqueles objectos, suficiente para permitir uma impressão de conjunto e uma ideia geral das culturas materiais dos povos quiocos da região percorrida.

Os objectos descritos, que perfazem um total de 680, foram ordenados de acordo com um plano cujas rubricas principais — «vida material» e «vida espiritual» — se subdividem depois em diversas sub-rubricas. A relação inclui ainda o n.º de ordem», o «nome [na língua de origem] e descrição dos objectos» e o «local de recolha dos objectos».

Segundo o Autor, dado que o âmbito da «relação Anotada» não permite descrições pormenorizadas, esta é precedida de umas «Notas à Margem» que permitem uma melhor compreensão dos elementos apresentados.

O volume inclui ainda cinquenta páginas de desenhos de esquemas e plantas de algumas aldeias e cubatas, de exemplos de vários modelos de flechas, de um arco e de um machado, de exemplos de motivos ornamentais em madeiras entalhadas, de exemplos de ornamentação da cerâmica incisa e de exemplos de tatuagens, todos eles referentes aos povos do Tchiboco.

Atendendo a que a expedição ao Tchiboko foi realizada sob os auspícios do Museu do Dundo e chefiada pelo seu Conservador, poderá concluir-se, sem grande risco de errar, que esta obra constitui um catálogo e um estudo de uma colecção de peças quiocas incluídas, na época, no acervo do referido Museu.

REDINHA, José — *Colecção Etnográfica do Museu de Angola: Alguns elementos de Arte Indígena,* «Boletim Cultural», Luanda, Museu de Angola, n.º 1, Agosto, 1960, p. 61-66, 10 il. (B.N.)

Pequeno apontamento, ilustrado com várias fotografias, sobre alguns dos objectos de arte indígena pertencentes à colecção de peças etnográficas do Museu de Angola. São comentados um cabo de lança esculpido, ornatos entalhados em madeira, uma máscara, algumas esculturas e uma cabeça de bastão entalhada, todos dos lunda-quiocos, e ainda uma escultura dos maiacas.

REDINHA, José — *Máscaras de madeira da Lunda e Alto Zambeze.* Lisboa, 1956 (Publicações Culturais da Diamang: Subsídios para a história, arqueologia e etnografia dos povos da Lunda / Museu do Dundo; 31), 72 p. il. + 28 estampas (S.G.L.)

Reprodução, «pelo processo da quadricromia», de aguarelas do autor, então conservador do Museu do Dundo, representando graficamente vinte e oito máscaras provenientes de várias zonas dos distritos da Lunda e do Alto Zambeze e pertencentes ao acervo daquele Museu. Segundo uma nota ao texto introdutório, o número total de máscaras nesse acervo ascenderia a perto de duas centenas, anunciando-se a posterior publicação de um estudo completo sobre elas.

Na introdução começa por se falar nos dois materiais de base empregados no seu

fabrico — resina e madeira —, salientando-se que este trabalho se vai limitar às máscaras da segunda categoria.
Em relação às máscaras de madeira, distinguem-se depois diversos tipos, descrevendo-se ainda sumariamente o respectivo processo de fabrico, o seu uso e algumas crenças com elas relacionadas, num texto ilustrado com várias fotografias de máscaras e mascarados.
As estampas, numeradas de 1 a 28, são acompanhadas de uma descrição pormenorizada que contempla ainda as respectivas dimensões, os materiais empregados e a origem étnica e geográfica.
Quer a introdução quer as descrições são escritas em português, francês e inglês.

SANTOS, Ana de Sousa — *Catálogo da Exposição de Miniaturas Angolanas.* Luanda, 1963, 84 p. + 8 il. (M.N.E.)

No prefácio e na introdução ao catálogo, a Autora fala das dificuldades sentidas no trabalho prévio de recolha de elementos e na escolha de materiais para a confecção de miniaturas que retratassem, no que diz respeito ao trajo, a feição peculiar de cada etnia angolana. Essas miniaturas — que não ultrapassavam os 26 centrímetros de altura — constituíriam assim, segundo a Autora, uma espécie de arquivo que se tornava importante e urgente constituir, dado o processo de aculturação rápida a que se assistia. A terminar a Introdução descreve-se e comenta-se, ainda que brevemente, os principais materiais usados por cada grupo étnico.
Segue-se um roteiro, onde se transcrevem as legendas das miniaturas expostas, distribuídas segundo uma classificação de grandes grupos étnicos e respectivos sub-grupos, e um extra-programa contendo mais dois conjuntos de legendas.
Num extenso capítulo intitulado Notas Explicativas analisa-se pormenorizadamente o trajo e os adornos femininos e masculinos de todos os povos angolanos, com exclusão dos não-Bantos. Dos povos Bantos diz a Autora que «se exclui o grupo Conguês», acrescentando que «dos restantes grupos apenas apresentamos alguma tribos ...»
Publica-se ainda uma bibliografia de cerca de quarenta títulos e, em anexo, fotografias de algumas miniaturas que figuraram na exposição.

SANTOS, José António dos — *Museus de Angola,* in «ICOM: II Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa». 11 a 14 de Setembro de 1989, Palácio Nacional de Mafra, Conselho Internacional dos Museus, Comissão Nacional Portuguesa, Lisboa, 1989, p. 115-120.

Distinguindo dois períodos na história museológica de Angola, o Autor faz primeiro uma breve referência aos museus criados antes da independência do país: começando pelo «Museu de Luanda», de existência efémera, criado por Sá da Bandeira em 1858, cita o Museu do Dundo, o Museu de Angola, o Museu da Huíla, o Museu Etnográfico de Arte Indígena do Congo Português e o Museu do Café.
No período após a independência, refere-se à criação da Direcção dos Serviços de Museologia, organismo «responsável pela inventariação, classificação, tombo, conservação, deslocação, restauração» assim como pela determinação das «condições de uso de todos os elementos do Património histórico-cultural do povo Angolano», e ainda às transformações operadas no panorama museológico — a extinção, nuns casos, e a reformulação, noutros, dos museus existentes à data e a criação de novos museus.
No final apresenta uma lista dos museus angolanos — onze, no total —, em que figura o número de peças que constituem os respectivos acervos.

SANTOS, Martins dos — *Museus e Arquivos*, in «História do Ensino em Angola», s.l., Serviços de Educação, 1970, pp. 267–273 (M.N.E.)

Citando primeiro algumas notícias sobre o envio de objectos de valor etnográfico e histórico, bem como de exemplares da flora e da fauna angolana, para diversos museus da metrópole, refere–se depois sumariamente a vários museus em Angola. Essa referência, feita por ordem cronológica, é por vezes pouco explícita, não se percebendo, nalguns casos, se o museu referido chegou a ser efectivamente criado e quando ou se não passou de projecto.

***A Secção de Artes Plásticas do Museu de Angola e os pintores ali representados*, por M.B., «Boletim Cultural», Luanda, Museu de Angola, n.º 2, Dezembro, 1960, 34–39, 10 il.**

Considerações acerca do Salão de Pintura do Museu de Angola, organizado provisoriamente com todos os quadros pertencentes à instituição e que se achavam espalhados em dependência da Fortaleza de S. Miguel e em arrecadações. Breves notas sobre os artistas representados e sobre o modo pelo qual, segundo o Autor, se poderá conferir uma maior homogeneidade à colecção.
Inclui uma fotografia mostrando um aspecto parcial do Salão, e várias outras reproduzindo pinturas que nele figuram.

SILVA, Ruy Burity da — *Significado do Museu do Dundo entre os povos da Lunda*, «Ocidente», Lisboa, Vol. LXXVIII, 1970, 19 p., 6 ilus. (M.N.E.)

Na primeira parte tecem–se algumas considerações sobre a arte negro–africana e sua influência em certas correntes de arte europeia, nos fins do século XIX e princípios do actual. Refere–se depois à existência de algumas colecções africanas em museus de Lisboa e Porto onde as peças, no entanto, seriam encaradas apenas do ponto de vista etnológico e histórico, e não do ponto de vista estético.
Neste contexto se situa, segundo o Autor, o interesse do Comandante Ernesto de Vilhena ao dar início, em 1936, a uma «Colecção Etnográfica» de «artes populares da Lunda», que viria a dar origem, por sua vez, ao Museu do Dundo. Referência elogiosa ao funcionamento do Museu, com a sua «Aldeia Típica» e a sua equipa de investigadores, e a integração no seu quadro de pessoal de indígenas de várias raças da Lunda contribuindo com os seus conhecimentos para o êxito dos trabalhos.
Na segunda parte fala–se sobretudo do inter–relacionamento do Museu com os povos nele representados: sublinha–se por um lado, o papel positivo desempenhado pelo Museu ao estudar e valorizar a cultura daqueles enquanto que, por outro, se ilustra o bom acolhimento que o Museu teve na zona com a citação de algumas canções populares dedicadas ao Dundo ou ao próprio Comandante Ernesto de Vilhena.

***Simbolismo e Expressão Artística: Instrumentos Musicais de Angola: Exposição temporária no Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra.* Agosto a Outubro de 1990, Coimbra, Instituto de Antropologia, Universidade de Coimbra, 1990, 35 p. (M.L.A.U.C.)**

O texto introdutório, assinado por Maria do Rosário R. Martins, desenvolve diversos temas subordinados às rubricas seguintes: I. A Música como Divertimento; II. A Música como Símbolo do Poder; III. A Música na Linguagem Ritual e

Mágico–Religiosa; IV. A Música como Meio de Comunicação; V. A Música como Valor Social; VI. Elementos Esculturais e Decorativos dos Instrumentos de Música. Das legendas dos objectos, ordenados de acordo com as rubricas referidas — e que totalizam setenta e cinco — constam a respectiva designação em português e, nalguns casos, na língua de origem, a proveniência étnica e geográfica, uma breve descrição, a colecção a que pertencem, o número de inventário e, por fim, as dimensões.

Unita Wildlife Conservation: A sound beginning, a sincere commitment. União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), Londres, 1989, [5] p., il.

Pequena brochura sobre a política de conservação da vida selvagem no território angolano então controlado pela Unita, que começa por transcrever um decreto assinado pelo seu Presidente, em 1980, proibindo a caça de várias espécies animais ameaçadas. Refere–se ainda a legislação publicada posteriormente, consistindo a última, datada de 1989, numa nova proibição de caça, desta vez abrangendo todos os animais selvagens.
Esta política é justificada por razões de equilíbrio ecológico, já que o desaparecimento de qualquer espécie animal acarreta sempre consequências negativas para todo o ambiente, dado o complexo ciclo de interdependência existente entre todos os organismos vivos. Daí que a defesa da vida animal se venha a reflectir no bem estar do homem.
Preconiza–se ainda, entre outras medidas, o estudo da zoo–geografia de Angola, o inventário exaustivo das suas espécies selvagens e o estabelecimento de relações com organismos internacionais que possam apoiar Angola neste esforço de protecção da vida selvagem, não esquecendo, no entanto, que tudo deverá ser feito tendo sempre em conta, igualmente, as populações locais vivendo num regime de economia de subsistência.

VASCONCELLOS, Manoel de Almeida — *Instruçoens Gerais aos Capitaens Mores, sobre a colheita e remessa das Produçoens Naturais, que hão–de ser dirigidas ao Real Gabinete de História Natural — 17 de Outubro de 1790,* «Arquivos de Angola», [Luanda], Imprensa Nacional, vol. I, n.º 4, Novembro de 1935, [3] p. (S.G.L.)

Estas instruções parecem constituir uma versão simplificada e resumida daquelas que tinham sido publicadas, em 1871, pela Academia das Ciências de Lisboa.
No parágrafo introdutório o Autor começa por sublinhar a importância que reveste «a colheita e remessa das produções naturais» no contexto das atribuições do governo local, seguindo–se três números com explicações sumárias acerca da forma de obter e preparar os diferentes tipos de animais, vegetais e minerais e acentuando–se ainda a necessidade de identificar e relacionar os diversos itens que compõem as remessas e de acautelar devidamente o seu transporte. Num quarto e último número diz–se que devem integrar também as colecções os objectos utilizados pelos povos nativos, descrevendo–se igualmente as suas técnicas, religião, organização política e meio ambiente, não só com base na observação directa como também a partir de informações obtidas junto de naturais e antigos colonos.

BIBLIOTECAS MENCIONADAS

B. N.	Biblioteca Nacional
B. P. M. P.	Biblioteca Pública Municipal do Porto
CIM–ICOM	Centro de Informação Museológica do ICOM (Paris)
M. A.	Museu de Angola
M .L. A. U. C.	Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra
M. N. A. A.	Museu Nacional de Arte Antiga
M. N. E.	Museu Nacional de Etnologia
S. G. L.	Sociedade de Geografia de Lisboa

RECOLHA E CLASSIFICAÇÃO DE MATERIAIS ETNOGRÁFICOS EM PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

José Medeiros
Responsável pelos projectos de apoio
ao artesanato da Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe
(Ministério do Emprego e Segurança Social de Portugal)

Entre o Gabinete de Cooperação com África, do Ministério do Emprego e Segurança Social de Portugal e os Ministérios do Trabalho das Repúblicas da Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe foram assinados protocolos tendo em vista o Apoio ao Desenvolvimento do Artesanato nestes dois países africanos. Como responsável pelos projectos, desloquei-me a S. Tomé e Príncipe em 1987 e 1990 e à Guiné-Bissau em 1987 e 1988, tendo como objectivos:

1 — Contacto com a realidade do artesanato e identificação de artesãos e produções mais características.
2 — Estudo sobre origem e abastecimento de matérias-primas.
3 — Possibilidades e condições de desenvolvimento das indústrias tradicionais. Criação de novos centros de produção e conversão de alguns já existentes.
4 — Criação de estruturas para o integral aproveitamento das indústrias tradicionais, tendo em vista a fixação das populações nas regiões características da produção.
5 — Redes de comercialização local e possibilidades de comercialização no mercado externo.

Como metodologia, e após contactos com os organismos oficiais que poderiam ser úteis para o trabalho em vista, foi feita a recolha de informações sobre fontes de produção e produtos mais característicos, bem como a identificação dos produtos existentes nos mercados locais e a elaboração de ficheiros de produtos, matérias primas, locais de produção e principalmente, artesãos.

Tendo percorrido a maior parte do território dos dois países, foram contactados, na Guiné-Bissau, 157 artesãos em 37 povoações, e em S. Tomé 146 artesãos em 30 povoações, não estando neste número incluídos os indivíduos que trabalham em centros de produção de «artesanato para turistas».

Este inventário permitiu-nos a elaboração de mapas dos dois territórios com a distribuição de actividades e artesãos, fontes de matéria-prima, mercados, etc.

Tendo em conta que poderemos definir como artesanato a manufactura de objectos utilitários ou decorativos, produzidos por processos tradicionais, com o fim de os utilizar, trocar ou vender, e que esses objectos, fruto de um saber popular, adquirido na vivência de gerações, utilizando os materiais existentes na região, e produzidos em função das necessidades da comunidade a que se destinam, são uma das características das sociedades agrárias, poderemos considerar estes dois países, como duas grandes oficinas de artesanato. Se nas sociedades industrializadas as indústrias tradicionais só sobrevivem em algumas comunidades rurais, nas sociedades agrárias são parte integrante da vivência das populações. Com uma produção muitas vezes ocasional ou sazonal, cada objecto, com a forma ideal para desempenhar a função a que se destina, aperfeiçoado por gerações, poderá ser fabricado com materiais diversos, dependentes das matérias-primas disponíveis na região.

São objectos de uso diário ou ocasional, mas que sempre cumprem a função para que foram criados. E embora muitos deles comecem a ser substituídos por utensílios importados, principalmente nos grandes centros populacionais, com facilidade continuam a ser encontrados nas comunidades rurais.

Uma das obras que consultámos quando da elaboração do nosso projecto foi o «Catálogo-Inventário da Secção de Etnografia do Museu da Guiné Portuguesa», de José D. Lampreia, com base nessa obra elaborámos um projecto de recolha de elementos que nos foi muito útil. No entanto, quando na nossa primeira deslocação à Guiné, fomos informados de que a maior parte (quase totalidade) dos materiais referidos no catálogo, tinham desaparecido, sendo a actual colecção do Museu Etnográfico de Bissau composta por um número reduzido de peças.

O número de peças de interesse etnográfico expostas no museu da cidade de S. Tomé é igualmente diminuto, e de pouco valor documental.

No entanto, em qualquer dos dois países visitados, é enorme a quantidade de material que, abandonado ou pouco utilizado, e sempre com possibilidade de ser trocado ou adquirido por baixo custo, figuraria em lugar de destaque em muitas colecções de museus da Europa.

Seria fácil, com uma política de cooperação entre os Ministérios da Cultura e os Gabinetes de Apoio ao Artesanato, pôr em prática uma política de inventariação, recolha e manutenção das técnicas tradicionais de produção. E não podemos esquecer que, por vezes, mais importante que o objecto em si, é o registo da preparação de uma matéria-prima, de uma técnica de produção ou da utilização de artefacto, que mais importância tem.

Na Guiné-Bissau é relativamente fácil reconstituir todas as técnicas tradicionais de produção, na sua maioria ainda hoje utilizadas. E a recolha de objectos cuja produção acabou ou foi reduzida, ainda é perfeitamente possível.

Em S. Tomé, no entanto, a situação é bem diferente. Determinado tipo de objectos, porque foram substituídos por artigos importados ou caíram em desuso, foram quase esquecidos. Neste momento, em toda a ilha de S. Tomé, só três mulheres se dedicam ao fabrico de peças de cerâmica pelos processos

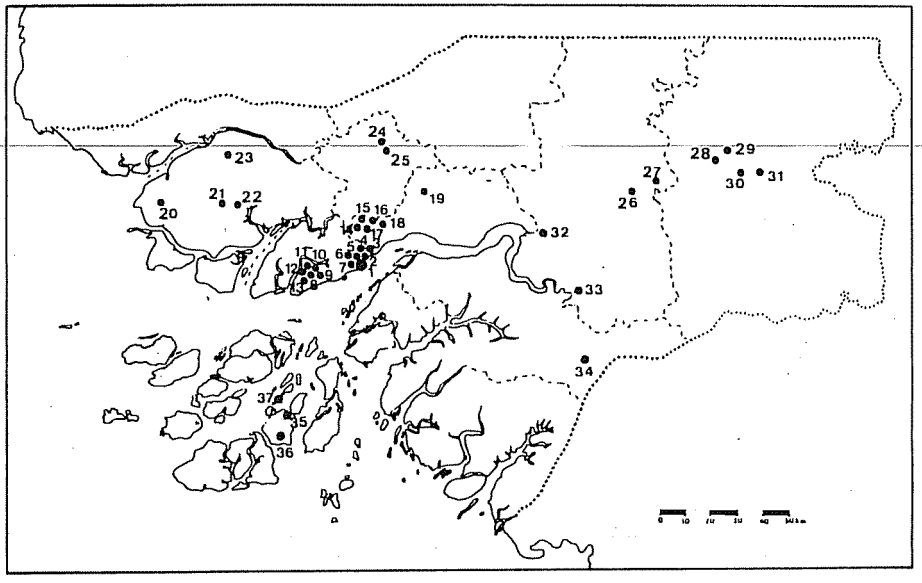
tradicionais. O fabrico de imagens rituais, utilizadas em cerimónias mágico-religiosas (os Jambis), feitas em madeira de ocá, a árvore sagrada, depende de três velhos artesãos. Segundo nos diziam nunca tinha havido tecelagem em S. Tomé. Descobrimos um velho tecelão, que conservava o seu tear e que, a troco do fornecimento de fio recomeçou a sua actividade. No entanto, as cintas para grávidas que outrora fabricava, já não têm utilidade. As mulheres preferem cintas elásticas. A sua actividade é meramente simbólica.

Na Guiné, a falta de ouro e prata reduziu a produção dos ourives fulas, a importação de plásticos limitou o fabrico de cerâmicas dos manjacos e balantas, a importação de fibras acrílicas alterou os panos manjacos e papéis, a cristianisação e islamização das etnias animistas reduziu o uso de imagens rituais, a introdução da sociedade de consumo alterou os hábitos sociais e alimentares.

No entanto, num país com menos de um milhão de habitantes, em que 52% da população só fala os dialectos próprios das 14 principais etnias que o compõem, ainda é possível registar técnicas e recolher objectos que para muitos outros países pertencem a um passado longínquo. E se considerarmos que, para qualquer objecto recolhido, porque não vai ser exposto a diferentes condições climatéricas, será fácil a sua conservação, julgamos ser fácil a organização de colecções e a sua manutenção.

Para a elaboração do nosso ficheiro de artesãos, elaborámos um inquérito que começou a ser preenchido com o auxílio de vendedores nos mercados populares e alunos de escolas.

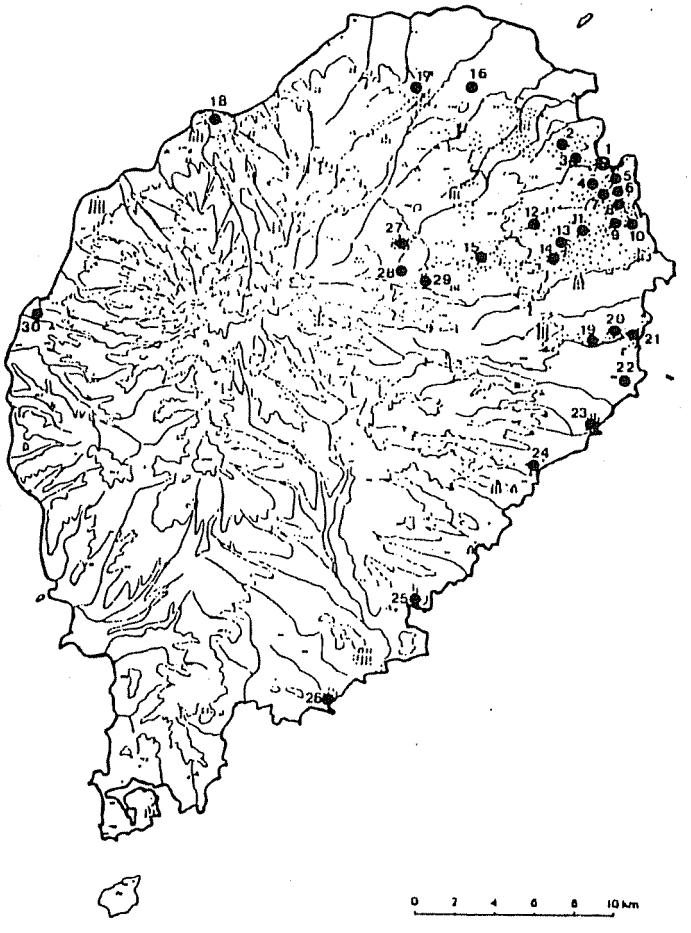
Pensamos que um projecto conjunto dos ministérios da Educação, Cultura e Gabinetes de Artesanato, permitirão, num curto espaço de tempo, fazer um levantamento integral das indústrias e actividades tradicionais destes países, bem como, através da sensibilização das populações, a organização de colecções ou a conservação do património tradicional, muitas vezes ameaçado pela falta de interesse ou motivação das comunidades a que pertence.



GUINÉ–BISSAU

Locais visitados

1 — Bissau
2 — Plubá
3 — Sta. Luzia
4 — Cupelom
5 — Pilum
6 — Bandim
7 — Ajuda
8 — Quinhamel
9 — Blão
10 — Andami
11 — Quidjá
12 — Plac–Reno
13 — Putum–Gós
14 — Amã
15 — Sumo
16 — Kubari
17 — Nhoma
18 — Nhacra
19 — Mansôa
20 — Calaquisse
21 — Pandim Bloti
22 — Canchungo
23 — Bachil
24 — Bissorã
25 — Dançocunda
26 — Bafatá
27 — Sindjam — Carimo
28 — Tonhataba
29 — Dembelur
30 — Braima Suré
31 — Gabu
32 — Bambadinca
33 — Xitoli
34 — Quebo
35 — Bijante (Bubaque)
36 — Bruce (Bubaque)
37 — Eticoba (Soga)



S. TOMÉ

1 — Cidade de S. Tomé
2 — Oque-Del-Rei
3 — Riboque
4 — Chácara
5 — Água Arroz
6 — Sto. António
7 — S. Marsal
8 — Fruta Fruta
9 — Bom Bom
10 — Péte Péte
11 — Uba Queime
12 — Lemos
13 — Caxoeira
14 — Margarida Manuel
15 — Uba Flôr
16 — Boa Entrada
17 — Guadalupe
18 — Neves
19 — Zandrigo
20 — Água Bó Bó
21 — Santana
22 — Picão Flôr
23 — Água Izé
24 — Ribeira Afonso
25 — Sta. Cruz dos Angolares
26 — Ribeira Peixe
27 — Monte Café
28 — Nova Moca
29 — S. Nicolau
30 — Sta. Catarina

ACTIVIDADE .....

NOME .....
IDADE..... ETNIA .....
NATURALIDADE .....
RESIDÊNCIA .....

TRABALHO:
COM QUEM APRENDEU .....
A QUEM ENSINOU .....

LOCAL .....
PERIODICIDADE .....

FERRAMENTAS .....
.....
ORIGEM .....
CUSTO .....

MATÉRIAS–PRIMAS .....
.....
ORIGEM .....
CUSTO .....

PRODUÇÃO .....
.....
.....
CAPACIDADE .....
TÉCNICAS .....
FINALIDADE (RELIGIOSO.....UTILITÁRIO.....DECORATIVO.....)
.....
COMERCIALIZAÇÃO .....
.....

OLARIA

Localidade .....
Nome .....
Idade.....Natural de .....

1 — Conheceu ou conhece alguma olaria? .....
2 — Onde fica (ficava) situada? .....
3 — Quando começou a trabalhar? .....
4 — A quem pertence (pertencia)? .....
5 — Que tipo de louça fabrica (fabricava)? .....
Chacota .....
Vidrada: .....
Tipo de vidro .....
Cor .....
Decorada: .....
C/
Gravada .....
Pintada .....
C/ decorações relevadas .....
Utilitária..... Tipo de peças .....
.....
Decorativa .....Tipo de peças .....
.....
Barro vermelho .....
Barro branco .....
Mistura .....
6 — Que tipo de forno tem (tinha)? .....
7 — Quem o construiu? .....
8 — Como enforma (enformava)? .....
.....
9 — Que madeira utiliza (utilizava)? .....
.....
10 — Para que mercados vende (vendia)? .....
.....
11 — Quando deixou de trabalhar? .....
12 — Porquê? .....
.....
13 — Quem trabalha (trabalhava) nela? .....
Oleiros rodistas .....
Acabadores .....
Amassadores .....
Pintores e decoradores .....
Forneiros .....
14 — Sabe onde se podem encontrar peças dessa olaria? .....
.....

TECELAGEM E TINTURARIA

Localidade .....
Nome .....
Idade.....Natural de .....

1 — Conheceu ou conhece alguma oficina de tecelagem e tinturaria?.....
.....
2 — Onde fica (ficava) situada?.....
3 — Quando começou a trabalhar? .....
4 — A quem pertence (pertencia)?.....
5 — Que tipo de tecidos fabrica (fabricava) ou decora (decorava)? .....
.....
6 — Que tipo de matérias-primas utiliza? .....
7 — Que tipo de máquinas ou utensílios utiliza (utilizava)? .....
.....
8 — Quais as técnicas utilizadas? .....
9 — Os produtos são decorados? .....
10 — Qual o tipo de decoração? .....
11 — A que fins se destinam? .....
12 — Para que mercados vende (vendia)? .....
13 — Para quem trabalha (trabalhava) nela?.....
14 — Que funções desempenha (desempenhava)? .....
.....
15 — Sabe onde se podem encontrar peças dessa oficina? .....
.....
16 — Qual a capacidade de produção? .....

A SITUAÇÃO DO MUSEU NACIONAL DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Armindo Aguiar
Director Nacional da Cultura de S. Tomé e Príncipe

Há sensivelmente dois anos tomei conhecimento de que através do ICOM Português, os responsáveis dos Museus de países e comunidades de língua portuguesa participam bienalmente num forum onde em diálogo apreciam a evolução das actividades museológicas que realizam.

Apesar do melhor esforço desenvolvido em 1989, pela Excelentíssima Presidente da Direcção da Comissão Nacional Portuguesa do ICOM a Sr.ª Dr.ª Maria Natália Correia Guedes não pude ter a honra de estar presente ao Encontro, o segundo que se iria realizar. Lamentei sinceramente essa impossibilidade e prometi a mim mesmo que se houvesse nova oportunidade, S. Tomé e Príncipe teria de estar presente.

O prometido é devido e, quero confessar-vos, não é mensurável a satisfação que sinto em poder ser o portador a Vossas Excelências do abraço singelo dos trabalhadores do Museu Nacional de S. Tomé e Príncipe.

Gostaria de aproveitar esta ocasião para saudar os organizadores deste III Encontro e manifestar-lhes todo o meu apreço pelo empenho e dedicação que reconheço terem feito para que todos nós, não obstante os afazeres que nos ocupam nas nossas lides quotidianas, nos tenhamos deslocado, a Bissau para, como diria um amigo meu, em conjunto, darmos tempero e sabor ao diálogo que este Encontro requer.

E, de facto, ele tem sido salutar tanto na forma como na expressão das participações que até agora se registaram. Posso concluir sem excesso de modéstia ou de exacerbada humildade que, afinal, é insignificante o meu conhecimento face ao manancial de sabedoria que aqui uns e outros têm veiculado. Ainda bem que assim é!

Minhas senhoras e meus senhores

Enquanto me preparava para me deslocar a Bissau, ocorreu-me reflectir sobre esse universo de culturas que é o mundo, resultante de contribuição de cada homem, de cada mulher, de cada sociedade, de cada povo, pelas mil e uma partículas das mais diferenciadas, caracterizadora das identidades cultu-

rais, e é, sobretudo, instrumento previligiado de comunicação entre os povos. Se os povos estão capacitados para, de acordo com o seu grau de evolução técnica e científica, fazer progredir as respectivas sociedades é–lhes naturalmente cometida a obrigação de trocar as suas experiências com outras culturas, para que nesse sentido se possa estabelecer uma maior compreensão, um diálogo mais amplo e uma solidariedade mais efectiva.

Sendo o museu um espaço de guarda, conservação, estudo e exposição de elementos de valor multifacetado, nomeadamente, histórico, artístico, arqueológico e outros, ele não é, senão, um instrumento ao serviço da cultura. Deste modo temos de concluir, que, mais do que num encontro de pessoas ligadas aos museus, estamos numa tertúlia de homens da cultura.

E esta tertúlia é tanto mais importante quanto cada um de nós aqui presente, tem vindo a transmitir, sem leis ou formalismos de qualquer espécie, a sua vivência, os sucessos e os constrangimentos deparados no percurso, os progressos alcançados e os processos utilizados, em resumo, a troca de experiência franca e aberta só possível entre os homens que assumiram perante o mundo a missão de salvaguardar o património cultural. De facto o museu desempenha um papel a todos os títulos relevante na sociedade. Nele se padroniza a cultura e através dele é transmitida a educação colectiva. Ali se garante a sobrevivência e o conhecimento da cultura para que ela não dependa exclusivamente do modo de transmissão de cada geração, mas, também, da riqueza que possuir em objectos e da forma de exposição destes. Só assim ele se assumirá verdadeiramente como um mestre mudo e testemunho da vida e da história que pretender contar.

É nessa esteira que organizamos o nosso único Museu em S. Tomé e Príncipe que se encontra instalado numa antiga fortaleza construída no século XVI.

Nas primeiras linhas introdutórias ao guião diz–se: se esta fortaleza fosse uma obra em miniatura, seria à partida uma preciosa peça de museu. E isso é importante porque tem uma história para contar. Com efeito, a Fortaleza de S. Sebasteão onde se instala o Museu Nacional, foi erigida para proteger a Baía de Ana de Chaves do ataque dos piratas e corsários que com persistência a assaltavam.

Durante séculos funcionou como prisão local e, em 1953, aquando do massacre que vitimou mais de um milhar de santomenses ainda tal se verificava.

Posteriormente foi quartel da Marinha, situação que perdurou até à proclamação da independência.

Congregando em si uma longa história de interesse colonial, alberga hoje muitos elementos da história do povo santomense.

A metodologia da exposição visa trazer aos que não conhecem o Museu Nacional de S. Tomé e Príncipe uma imagem possível do que é a sua estrutura expositiva.

Tratando–se de um único museu do país, nele se encontra um número significativo de peças–informação, que muito prezamos seja um veículo de transmissão de conhecimentos, particularmente da nossa cultura, do nosso ser, da nossa existência.

Vejamos!

Onze anos após a chegada dos Portugueses que se iriam de facto

promover o povoamento das ilhas (estou a tomar como referência o ano de 1493 quando chegou o capitão donatário Álvaro Caminha acompanhado de degregados, de filhos de judeus e dos frades Agostinhos Descalços), erigia-se a igreja de Misericórdia na Povoação então fundada (1504). Três décadas mais tarde, era já a Sé de S. Tomé elevada à categoria da sede do bispado. Desde muito cedo o cristianismo foi religião/força em S. Tomé e Príncipe. Assim se compreende a razão porque proliferam vilas com nomes religiosos que se identificam com os dos santos que lhes são padroeiros.

Esta é, também, a razão por que na ala direita, ocupando duas vastas salas, se expõe a arte sacra. Intencionalmente a ideia é chamar a atenção dos visitantes para a presença assaz intensa da igreja católica e estimular um pouco a reflexão sobre o seu papel na história das ilhas.

Nessas salas, ambas abobadadas e pavimentadas de tijoleira, estão em exposição lâmpadas que remontam aos séculos XVII e XVIII, com relevância para as âmbulas e bâculos de prata dourada, paramentos, mitra e selos dos bispos com inscrições diferentes. Imagens várias, coroas, custodias, crucifíxos, todos de prata e alguns outros objectos, constituem um recheio que só por si justifica um museu de especialidade.

A presença colonial, acentuadamente marcante, como estão expostos não podia deixar de ser, é representada numa ampla sala onde se expõe bustos do Infante D. Henrique e do Governador Silva Sebastião, três retratos de óleo dos Presidentes da República Portuguesa respectivamente Marechal Carmona, Craveiro Lopes e Américo Tomás. Complementam-se objectos recolhidos da extinta Câmara Municipal, uma colecção de condecorações portuguesas oferecidas ao país já depois da independência e a salva de prata oferecida pelos comerciantes de S. Tomé ao então Governador Gorgulho no final do seu primeiro mandato. (Convém registar que Gorgulho é reconduzido e em 1953 perpetra o massacre a que me referi).

Se o visitante segue a rigor a orientação do guião, passa a sala onde estão expostos objectos e fotografias representativas da nossa principal actividade, que é a agricultura, seguindo-se-lhe duma sala dedicada à independência. Nesta, o objectivo foi recolher e expôr todo o material que se relaciona com esse acto solene. Assim todo o mobiliário do governo de transição, discurso de proclamação, termo de transição do poder, as canetas com que as partes assinaram o protocolo de transmissão do poder, o original manuscrito do hino nacional, a última bandeira portuguesa e a primeira bandeira nacional, tudo isso pode ser apreciado pelo visitante.

Numa sala dedicada à etnografia exibem-se desenhos nacionais em esteira e outros esculpidos em madeira, alguns dos quais representando manifestações culturais, trajes típicos de senhoras, instrumentos musicais e até uma cena de quimbandismo e objectos artesanais.

No compartimento que se segue reproduz-se o horror que foi o que atrás me referi, o massacre de Batepa. Também um espaço que se reorganizou o que foi o quarto de uma casa grande das roças de cacau e café, com toda a sua imponência, sendo que, no mais pujante, contíguo a este, se localiza uma espécie de casebre, em amostra do que foram os quartos dos contratados.

No rés-do-chão, mesmo defronte ao espaço reservado à arte sacra se situam os ultimos espaços a serem visitados. Loiças modernas, marcadas,

representativas do fausto dos roças (algumas das quais até possuiam talheres de prata pura) objectos de cristal e de chumbo, podem de igual modo ali ser vistos.

Esta orientação dada ao museu nacional tem em vista o que consideramos a função maior deste, ou seja, a educação que em nosso entender tem de assentar no conhecimento do passado e do presente, na perspectiva da abordagem do futuro.

Nessa base, temos estimulado a visita ao nosso museu a todas as camadas da população, dando, contudo, essencial ênfase à camada estudantil.

A nível da escolaridade primária temos vindo a ser bem sucedidos.

Tal como nos anos que se seguiram à sua criação conferimos as maiores facilidades a quem quer que seja que pretenda visitar o Museu Nacional, não cobrando qualquer taxa e dando as maiores explicações possíveis.

Entre os adultos não há o hábito de se visitar o Museu e cada vez se nos apresenta mais difícil convencer as populações. Estamos convictos de que a ausência que se regista é resultante do conceito que se tem de que a cultura é algo de somenos importância na vida de cada um.

Apesar da organização de que atrás ficou referida, o Museu Nacional de S. Tomé e Príncipe confronta-se com alguns problemas, três dos quais assumem dimensão maior.

Em primeiro lugar, já começa a ser pequeno o espaço de que dispomos. É propósito nosso transferir as peças de arte sacra para um outro local e ali, instalar um museu da especialidade. Face à ausência de recursos humanos locais capazes de projectar tal estrutura, teremos inevitavelmente de recorrer a curto prazo à assistência técnica estrangeira; em segundo lugar a falta de meios financeiros que possam permitir ao museu contratar técnicos para fazerem os estudos que foram julgados pertinentes. Face à situação hodierna, é de convir que sem meios financeiros autónomos não é possível realizar investigações, pesquisas, nem tão pouco produzir material literário sobre o próprio museu e o seu funcionamento.

Uma terceira questão que se levanta e que em nossa modesta opinião poderá pôr em causa qualquer que seja o nosso plano, é a ausência absoluta de quadros. Não temos ao nosso serviço um único conservador, nem tão pouco técnicos experientes. O museu funciona com um cicerone, uma auxiliar e pessoal de limpeza. O Director que também desempenha outras funções pouco mais faz além de assumir a parte administrativa, que está mais do que reconhecido é meramente insignificante, apesar de esforçar por dar o melhor de si.

Os cidadãos que enviamos ao exterior do país, já que este não possui escola especializada, não regressam após a sua formação o que complica ainda mais.

Em perspectiva, a criação do museu de arte sacra, para o que nos foi já cedida uma antiga capela no centro da capital e o museu de história natural. Este, mais complexo que aquele, na opinião dos entendidos, carece de intervenção especializada. Diga-se que se trata de um desafio que aceitamos. Como fazer? Um assunto a estudar!...

Fico na esperança de não vos ter cansado com o texto que a mim próprio

pareceu longo. Contudo, ele era indispensável para aqui deixar uma panorâmica do que é o museu em S. Tomé e Príncipe.

Pretendia com esta intervenção contribuir para enriquecer mais este III Encontro e muito me rejubilaria se tal se tiver verificado.

Permitam senhoras e senhores que expresse uma vez mais as minhas congratulações à organização e agradecer muito em particular o País que nos acolheu com o calor sempre ímpar da fraternidade e da amizade, tornando-nos a vida tão amena a ponto de nos sentirmos como se estivéssemos na nossa própria casa.

A todos muito obrigado pela atenção.

AS COLECÇÕES AFRICANAS NO MUSEU MUNICIPAL DO DR. SANTOS ROCHA

Isabel Sousa Pereira
Directora do Museu Dr. Santos Rocha
Figueira da Foz

SUMÁRIO

II — Introdução
III — 1.º período: 1894–1899
IIII — 2.º período: 1899–1941
V — 3.º período: 1945–1975
V — 4.º período: desde 1975 até à actualidade

1 — Transferência
2 — Arrumação das colecções
3 — Exposição permanente
4 — Comunicação

COLECÇÕES AFRICANAS NO MUSEU MUNICIPAL DO DR. SANTOS ROCHA — FIGUEIRA DA FOZ

I — Introdução

A história do Museu Municipal está ligada às colecções africanas, desde a sua Fundação. em 1894.

O primeiro período, de 1894 a 1899, foi o período de entusiasmo que se seguiu às grandes descobertas arqueológicas de Santos Rocha, na Figueira da Foz, e que motivou a formação e instalação provisória do Museu, na Casa do Paço.

O segundo, de 1899 a 1941, coincide com a reinstalação e organização das colecções no andar nobre da Câmara Municipal. Neste período, e sensivelmente até 1910, o Museu conheceu e viveu uma fase áurea, estendendo a sua fama além fronteiras. A acção de Santos Rocha, falecido em Março de 1910, os trabalhos da Sociedade Arqueológica e as publicações inseridas no Boletim

levaram a que, sem favor, se possa colocar o Museu da Figueira da Foz a par das melhores instituições nacionais.

A terceira fase decorreu de 1945 a 1975. Por falta de espaço, a transferência tornou-se inevitável, pois as colecções de arte — especialmente pintura e escultura — tinham aumentado substancialmente. Nesse período, a acção do Museu, orientada pelo Prof. António Vítor Guerra, pautou-se por um enriquecimento das colecções. A reinstalação destas, no piso superior do edifício camarário, beneficiou museologicamente as colecções, embora se tivesse procurado manter o espírito do fundador.

A quarta fase, a actual, desenrolou-se a partir de 1975. Está a ser preenchida com a reinstalação, inventário e comunicação.

Tentaremos, pois, integrar e enquadrar as colecções africanas no evoluir do Museu e nas fases acima enunciadas.

II — 1.º período: 1894–1899

A documentação conhecida para o estudo desta fase é, no essencial, da autoria de Santos Rocha. Merece atenção o livro, manuscrito, das «Actas da Comissão Administrativa 1893–1895». Por ele sabemos do empenhamento de Santos Rocha, junto da Câmara Municipal, no sentido de fundar o Museu o que efectivamente foi aprovado a 8 de Janeiro de 1893.

A 18 do mesmo mês Santos Rocha propôs à Câmara a formação da Comissão Organizadora. Santos Rocha foi, então, indigitado para dirigir o Museu. O arqueólogo figueirense depositou toda a sua colecção arqueológica. Paralelamente organizou e intensificou uma campanha junto da população no sentido de aumentar o espólio da nova instituição nomeadamente recorreu ao envio de circulares, a artigos nos jornais e a contactos pessoais.

A 6 de Maio de 1894 foi, então, inaugurado o Museu na Casa do Paço. Sabemos que este, era constituído por 4 salas e jardins, estando as colecções distribuídas por 4 secções:

1 — Arqueologia Pré-histórica
2 — Sala de comparação
3 — Arqueologia Histórica
4 — Arqueologia Industrial

e, finalmente, o jardim que foi utilizado para a reconstituição do dolmen da Cabecinha, exumado por Santos Rocha, na freguesia das Alhadas, e transposto para o Jardim do paço.

Seguindo o artigo de A. Julio do Valle Sousa em «Branco e Negro» é possível reconstituir com facilidade a primeira instalação do Museu e a acção didáctica atribuída às colecções africanas.

A secção de Arqueologia pré-histórica expunha peças do paleolítico, Neolítico e Primeira Idade dos Metais, Época Luso-Fenícia e Época Pré-Romana e princípios da Época Luso-Romana. Na Sala de Comparação, que se lhe seguia, estavam expostas as peças do «mobiliário do selvagem» dos nossos tempos e as do mobiliário do homem neolitico.

«Contém diversos artefactos dos povos selvagens actuaes da África, da América e da Oceania, artefactos grosseiros fabricados em países civilizados, assim como exemplares anatómicos e de conchiologia para o estudo do selvagem da idade da pedra, sendo digno de particular exame um machado de pedra, ainda hoje usado por certos índios do Brasil, alguns exemplares de cerâmica, proveniente da célebre necropole de Pacoval, lago Arari, ilha de Marajó (Amazonas) e outros provenientes da África Ocidental Portuguesa e fragmentos de louça romana, muito grosseira, que tem certos caracteres das louças primitivas. Notáveis esculturas e gravuras em madeira e marfim, como por exemplo, um grupo de manipansos, que representa uma audiência no Congo; objectos em ferro, avultando um muito interessante com a legenda «instrumentos para fallar com a alma», provenientes de diversas regiões de África Occidental; diversos teares e uma curiosíssima bengala de feitiço com ornatos de prata e uma bolsa de tabaco que pertenceram a um rei africano».

Mencionaremos, a título de curiosidade, a simpatia que Santos Rocha dava à secção industrial e a percepção do papel importante que essas colecções poderiam vir a ter no desenvolvimento local.

Santos Rocha no catálogo do Museu, publicado em 1905, explica-nos a ideia e a função da sala de comparação: «Entre as secções de Pre-história e Proto-história está intercalada a Sala de Comparação. Esta secção serve para auxiliar os estudos das civilizações pre-históricas ou proto-históricas, principalmente pela comparação dos seus monumentos e restos d'indústrias com os dos selvagens dos tempos modernos. O catálogo regista as suas collecções logo de seguida às da Pre-história; e depois é que passa às da Proto-história, não só por ser a ordem estabelecida na organização do Museu, mas porque é principalmente ao estudo da idade da pedra que elles interessam».

III — 2.º período: 1899-1941

Em Março de 1899, terminaram os trabalhos de construção do edifício dos Paços do Concelho. Nele, fora destinado, no andar nobre, área para realojar as colecções do Museu.

A 1 de Junho de 1899 o Museu foi reaberto.

Os princípios museológicos orientadores desta nova montagem não diferem dos utilizados no período anterior. Na «sala de comparação» estavam expostas essencialmente as peças referentes às civilizações modernas das então denominadas «selvagens».

A estrutura da exposição não diferia da utilizada no período anterior. Todo o cuidado foi, todavia, posto na etiquetagem do material e na sua relação com o catálogo, que estava organizado de modo a servir de roteiro ao visitante. Poderemos afirmar, contudo, que dado as áreas disponíveis a exposição beneficiou esteticamente.

Este período foi dos mais importantes na história do Museu. Fundou-se a «Sociedade Arqueológica» que, com um «Boletim» próprio, trouxe a lume a maior produção científica conhecida. A equipa de Santos Rocha publicava noutras revistas portuguesas nomeadamente na «Portugalia», em «O Ar-

cheologo Portugês» e na «Revista de Ciências Naturaes e Sociaes» editada no Porto.

Não ficou o fundador do Museu, aliás, jurista por profissão, indiferente à orgânica e à gerência da instituição que criou. Provam-no o «Regulamento do Museu» por ele elaborado. Adquiriu livros de registos destinados a depósitos e donativos, esclareceu obrigações e responsabilidades dos visitantes e da própria Câmara e vinculou esta à realização de um seguro para os objectos «descriminando na respectiva apólice o valor dos próprios e dos depositados, e pela parte das indemnisações correspondentes a estes se fará o rateio, entre os depositantes na proporção do valor dos objectos depositados, o qual se deve fixar no acto do depósito».

Grande preocupação demonstrou Santos Rocha na conservaação dos materiais, em especial, dos arqueológicos.

Neste período, reestruturou o processo de catalogação e o registo de peças do Museu. Possuímos, hoje, uma tabela de correspondência numérica que elucida o cuidado, a precisão e a seriedade postos nestes trabalhos.

Com a morte de Santos Rocha em 29 de Março de 1910, o Museu entrou lentamente em decadência. A 30 de Março de 1910 a Câmara deliberou que o Museu passaria a chamar-se «Museu Municipal Dr. Santos Rocha».

IV — 3.º período: 1945–1975

Os serviços administrativos da Câmara Municipal foram crescendo e ocupando o primeiro andar do edifício camarário onde se encontrava o Museu. Este teve, pois, de encerrar ao público e de iniciar as obras de readaptação no 2.º andar do mesmo edifício, obedecendo às directrizes sugeridas pelo Prof. António Vitor Guerra, então director do Museu.

O plano de exposição, nas secções antigas, não foi alterado. Procurou, antes, seguir as directrizes do fundador. Somente por razões de espaço a ordem das secções foi alterada.

A visita iniciava-se pela Secção de Armaria, mal protegida e completamente vulnerável às condições climatéricas. Era, depois, dirigida à Sala de Etnologia, anteriormente Sala de Comparação, e, daí, passava-se à Sala de Arqueologia, seguindo-se a Sala de Cerâmica, para passar, finalmente à Sala de Curiosidades. Novas secções — Escultura e Pintura — foram, então criadas. É de notar que a instalação da Sala de Curiosidades foi baseada em princípios museológicos já em desuso e ultrapassados nos anos 40 e que chocaram com ideias e soluções experimentadas na montagem da Sala de Pintura.

Para as antigas colecções o mobiliário utilizado foi o antigo, vindo das instalações anteriores, com ligeiras adaptações aos espaços agora criados.

Saliente-se que no programa museológico apresentado por Santos Rocha, em 1902, no Regulamento do Museu Municipal, este é classificado de «arqueológico e etnográfico». Neste período, 1945–1975, as técnicas de exposição das colecções antigas foram mantidas mas o programa do museu foi modificado com a introdução de novas colecções nomeadamente Escultura e Pintura.

V — De 1975 até à actualidade

Desde 1945 que se fazia sentir a necessidade da existência de um novo edifício. Todavia, só em 1962–1963 se iniciaram os preparativos para a sua construção.

As obras iniciaram–se em 1966 e a assinatura da recepção definitiva foi a 20 de Junho de 1973. O projecto foi do Arq.º Isaías Cardoso, com o apoio técnico da Fundação Calouste Gulbenkian que teve papel importante no financiamento da construção do imóvel.

Quando em fins de 1974 tomámos a responsabilidade de dirigir o Museu, herdámos problemas resultantes dos impasses criados pela demorada construção do edifício que se arrastava desde 1966.

Questões importantes como a transferência das colecções, a sua arrumação e estudo, conservação e restauro dos objectos a expor, estudo da montagem do Museu, formação de pessoal e, finalmente, dinamização das colecções, constituíam problemas complexos para serem resolvidos utilizando soluções fáceis.

1 — *Transferência*

Salvo as colecções arqueológicas, já seleccionadas por Veiga Ferreira, todas as outras permaneciam nos Paços do Concelho. A sua transferência processou–se durante os meses de Fevereiro e Março de 1975, utilizando transportes e trabalhadores camarários. Não havia inventário actualizado e, consequentemente, as peças não puderam ser conferidas.

Elaborado o plano de transferência, optámos por processar a transferência secção por secção. As peças mais valiosas e que poderiam despertar cobiça foram embaladas em malas fechadas, com etiquetas identificadoras do conteúdo, no exterior. o restante material foi transportado em caixas, acompanhado de listas de existências, realizadas na ocasião da embalagem. dado o curto espaço de tempo de que dispúnhamos e a falta de disponibilidades financeiras para construirmos embalagens adequadas, a operação não se processou exemplarmente. Todavia, não se extraviaram peças nem se fracturaram cerâmicas. Diremos, mesmo, que a última secção a ser transferida — Etnologia Africana — foi aquela em que em piores condições se efectuou. As caixas eram inadequadas e frágeis e o material, no geral, não foi convenientemente acondicionado. Todavia, como a distância a percorrer foi curta e os trabalhadores que acompanhavam as colecções conheciam os problemas, não houve desastres.

2 — *Arrumação das colecções*

Antes do início da transferência, tornou–se necessário, no novo edifício, estudar as condições de humidade, temperatura e luz nas zonas destinadas à arrumação.

O equipamento antigo foi utilizado e o critério de arrumação escolhido foi meramente geográfico. A Inventariação foi iniciada mas não terminada.

Hoje, o processo de apresentação das colecções ao público está terminado o que permite que se reinicie um estudo de montagem das reservas tornando-as visitáveis.

No que respeita às colecções africanas, o mobiliário e a documentação existente no Museu do século XIX, serão novamente utilizados. Tentaremos apresentar uma reserva visitável, utilizando critérios de arrumação étnicos e geográficos, mas mantendo o mobiliário e toda a documentação existente anteriormente.

Paralelamente, o estudo e inventariação das colecções foram reiniciadas.

3 — *Exposição permanente*

O núcleo exposto é constituído, no seu essencial, por peças coligidas por Santos Rocha, quando da formação do Museu, na sala então denominada de Comparação.

Ao núcleo inicial, coligido por Santos Rocha juntaram-se objectos provenientes de legados e doações, nomeadamente o legado de Mesquita de Figueiredo em 1954 e o de Cristina Torres em 1976.

Albano Gil, aquando a cumprir serviço militar na Guiné, enriqueceu a colecção com objectos de tecelagem artesanal usadas naquela ex-colónia portuguesa.

Dado o modo pouco sistemático como a colecção se formou é evidente um desequilíbrio de qualidade superiores aos de Moçambique. Acontece que, na exposição, pelo facto de existirem lacunas na colecção, não nos foi possível documentar aspectos importantes da vida dos povos.

A exposição é rotativa. No presente estão expostos objectos provenientes de Angola, Moçambique e do Golfo da Guiné. No futuro, outras exposições seguir-se-ão.

A exposição. dentro de cada área geográfica, é temática.

Dentro da vitrine, ao fundo. uma grande fotografia documenta aspectos parciais do tema tratado.

4 — *Comunicação*

A comunicação, utilizando as colecções, integra-se num programa mais vasto que visa a formação cultural e artística do utente do Museu. As colecções africanas não são, pois, isoláveis, na programação geral do Museu. Quando, em fins de 1974, assumimos a direcção do Museu possuíamos um edifício e uma colecção. A nossa missão específica era instalá-la e expô-la. As consequências imediatas e, diremos mesmo, nefastas, tornaram-se, pois, evidentes — sequência de secções sem aparente ligação interna, fruto de uma concepção de Museu que datava da sua fundação, nos finais do século XIX. Todas as colecções — salvo a arqueológica que fora recolhida na Figueira da Foz e a de Escultura Religiosa, proveniente de depósitos realizados pelas corporações de culto das várias freguesias — estão divorciadas do meio em que se insere a

instituição. Diremos pois, que estas não reflectem os costumes e a cultura da localidade. Tornava-se assim difícil dinamizar as colecções.

Começámos por organizar exposições itinerantes que percorreram as treze freguesias do concelho e que foram montadas com a colaboração e ajuda das Colectividades e da Biblioteca. Os temas escolhidos incidiram sobre assuntos de interesse regional — artesanato, música, folclore, teatro e desporto. A adesão foi notável. O número de visitantes por exposição ascendeu os 12 000.

As digressões foram ainda aproveitadas para se proceder ao levantamento do artesanato e recolha de outros elementos de interesse. Os contactos e amizade com as colectividades do concelho aumentaram. Hoje, o mútuo apoio e colaboração são frequentes.

Depois de conhecermos os anseios da população e as possibilidades das diversas localidades, iniciámos um processo de recolha de objectos relacionados com temas locais. Foi pois, aberta ao público, no posto de Turismo de Buarcos, uma pequena exposição que versava temas de História Natural — aspectos geológicos do Cabo Mondego —, de Arqueologia e de Artesanato. Em Vila Verde, na sala da Junta de Freguesia, está em curso a montagem de uma outra exposição que versará as várias técnicas e materiais utilizados no fabrico de cestos. Em Lavos e Maiorca está em curso a recolha de peças relacionadas com o trabalho de exploração de sal e cultura de arroz, respectivamente. Pensamos que, deste modo, poderemos suprir uma lacuna existente nas colecções do Museu — ausência de núcleos relacionados com a região.

A acção do Museu fez-se ainda sentir junto das escolas, em especial, secundárias e ciclo preparatório. As mostras são organizadas conjuntamente com os grupos de professores interessados e versam temas relacionados com os programas escolares.

Colabora, finalmente, com os serviços de Turismo, sempre que solicitado, e organiza, com aquele e com outras entidades ligadas ao sector, o Festival de Música da Figueira da Foz que se realiza anualmente, nos meses de Julho e Agosto.

A par desta acção exterior, monta o Museu exposições, uma anualmente, relacionada com temas e figuras ligadas à vida da cidade.

Recebe exposições organizadas por outras entidades culturais, consideradas de interesse artístico ou documental.

O auditório municipal, anexo ao Museu, tem papel importante na divulgação deste. Aqui, organizam-se sessões de cinema semanalmente e funciona, em Setembro, uma secção do festival de Cinema da Figueira da Foz. Sessões culturais e reuniões cívicas, abertas a todo o cidadão, são ainda frequentes.

Depois de organizadas as colecções do Museu, anualmente, e com a colaboração do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, organizaram-se exposições cujos temas versavam temáticas ultramarinas.

Assim, em 1987, esteve patente ao público uma exposição intitulada «Moçambique — aspectos da cultura material»; em 1988, foi organizada uma outra subordinada ao tema «Cestaria» e, em 1989, aquando da realização do

Dia Mundial da Música, na Figueira da Foz, dedicámos uma secção aos instrumentos musicais africanos.

O público adere a estas realizações. Em primeiro lugar as escolas, pois é uma oportunidade de tomarem contacto com instrumentos e técnicas desconhecidas. Além do mais, em toda a zona litoral, há uma grande densidade de população vinda das ex–colónias que, sentimentalmente, adere a estas realizações e se torna num público muito participativo que, em alguns casos, nos elucida sobre a utilização e técnica das peças expostas. Não têm sido raras as doações recentes provenientes deste público.

BIBLIOGRAFIA

A (J. C.). — O Hospital da Misericórdia da Figueira da Foz do Mondego, in O Ocidente, IX, 11 de Novembro de 1886, p. 253.

AZEVEDO (ÀLVARO DE). — Bibliografia, II Resenha das notícias arqueológicas em jornais portugueses, in *O Archeologo Português,* XII, 1907, pp. 380–383.

AZEVEDO (PEDRO A. DE). — O Castelo de Santa Eulalia, in *O Archeologo Português,* XIII, 1908, pp. 67–75.

BASTOS (J. T. DA SILVA). — Dr. António dos Santos Rocha, in *Perfis de intelectuais (visitas e passeios),* Lisboa, 1908, pp. 199–209.

BELLINO (ALBANO). Cidades mortas (estudo póstumo). Relatório das minhas explorações nas estações suburbanas de Braga, e nomeadamente no Monte Redondo, in *O Archeologo Português,* XIV, 1909, pp. 1–28.

BOULE (MARCELIN). — Santos Rocha, Necrópole phé–histórica da Campina, nas vizinhanças de Faro, in *Revista das Ciências Naturaes e Sociaes,* IV n.º 14, Porto, 1896, pp. 57–72.

— A. dos Santos Rocha. Alguns vestígios da época do cobre, coligidos no Museu Municipal da Figueira, in *Revista das Ciências Naturaes e Sociaes,* V
n.º 17, Porto 1898, pp. 14–25.

CRUZ (P. BELCHIOR DA). — Notícias várias: 4. Aquisições do museu Municipal da Figueira da Foz. S. Novas aquisições do Museu Municipal da Figueira da Foz, in *O Archeologo Português,* II 1896, pp. 292–293.

— O Museu Municipal da Figueira da Foz, in *O Archeologo Português,* III, 1897, pp. 118–1119.

— Notícias várias: 2. Museu do Instituto de Coimbra, in *O Archeologo Português,* III. 1897, pp. 142–144.

— O Museu Municipal da Figueira da Foz, in *O Archeologo Português,* III, 1897, p. 191.

— O Museu Municipal da Figueira da Foz, in *O Archeologo Português,* III, 1897, pp. 299–301.

— Notícias várias: 4. Descobrimento arqueológico. 5. Excursão arqueológica, in *O Archeologo Português,* IV. 1898, pp. 253–256.

— Sociedade Arqueológica da Figueira, in *O Archeologo Português,* IV, 1898, pp. 267–270.

— Notícias várias: 1. Explorações da Sociedade Arqueológica da Figueira, in *O Archeologo Português,* IV, 1898, pp. 274–276.

— Arqueologia do Concelho da Figueira, in *O Archeologo Português,* V, 1899–-1900, pp. 122–123.

— Museu Municipal da Figueira da Foz, in *O Archeologo Português,* V, 1899–-1900, pp. 177–184.

— A arqueologia na Figueira da Foz, in *O Archeologo Português,* V, 1899–199, pp. 202–205.
— Sociedade Arqueológica da Figueira (5.ª sessão), in *O Archeologo Português,* VI, 1901, pp. 59–61.
— Explorações da Sociedade Arqueológica da Figueira, in *O Archeologo Português,* VI, 1901, pp. 99–103.
— Dr. Santos Rocha e Homenagem, in *Gazeta da Figueira,* 30 de Abril de 1902 (jornal).
— Sociedade Arqueológica da Figueira (sessão plenária), in *O Archeologo Português,* VII, 1908, pp. 98–100.
— Sociedade Arqueológica da Figueira (7.ª sessão plenária), in *O Archeologo Português,* VII, 1903, pp. 84–85.
— O Museu Municipal da Figueira da Foz, in *Serões,* III, Lisboa, 1903, pp. 293–-297.

C. (J.). — Dr. Santos Rocha, in *Anuário Figueirense,* 1.º ano, Figueira da Foz, 1918, p. 210–211.
CALADO (RAFAEL SALINAS). — O monumento ao dr. Santos Rocha, Uma ideia que frutifica..., in *Album Figueirense,* n.º 1–2, Junho–Julho, 1936, pp. 2–3.
CARDOSO (FONSECA). — António dos Santos Rocha, Antiguidades pré–históricas do Concelho da Figueira, in *Revista das Ciências Naturaes e Sociaes,* III, Porto, 1895, pp. 89–94.
CARTAILHAC(ÉM). — Protohistorique portugais, in *L'Anthropologie,* Paris, XIV, 1903, p. 731.

— J. Leite de Vasconcelos, «O Archeologo Português», in *L'Anthropologie,* Paris, XVI, 1905, p. 196.
— A. dos Santos Rocha, Le musée municipal de Figueira da Foz, Catalogue Géneral, in *L'Anthropologie,* Paris, XVII, 1906, p. 693.
— Boletim da Sociedade Arqueológica «Santos Rocha», in *L'Anthropologie,* Paris, XVIII, 1907, p. 182.

CASTILLO (D. MANUEL). — O Museu da Figueira, in *Anuário Figueirense,* 1.º ano, Figueira, 1918, pp. 212–215.
CORREIA (VERGÍLIO). — Santos Rocha Fundador dum Museu, Figueira da Foz, 1941.
FERREIRA (A. AURÉLIO DA COSTA). — Noutros Tempos, Coimbra, 1914, pp. 44–48.
FIGUEIREDO (A. MESQUITA DE). — Contribuição para a história da pesca em Portugal na época luso–romana, in *O Archeologo Português,* IV, 1898, pp. 53–58.

— António dos Santos Rocha, Notice nécrologique, in *Revue Arqueologique,* Paris, XV, 1910, p. 414.

FONTES (JOAQUIM). — O dr. Santos Rocha e a Arqueologia Portuguesa, Lisboa, 1955.
FORTES (JOSÉ). — As fíbulas do noroeste da Península, in *Portugalia,* II, 1905, pp. 15–33.

— Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha, in *Portugalia,* II, 1907, pp. 401–402.

G. (V). — O Museu Municipal Dr. Santos Rocha, in *Boletim da Comissão Municipal de Turismo,* n.º 12, Junho, 1944.

GUERRA (ANTÓNIO VÍTOR). — Um modelo e uma data, in *Album Figueirense,* n.º 12, Maio de 1936, pp. 382–384.

— Cartas inéditas do Dr. Santos Rocha ao Prof. Augusto Goltz de Carvalho, in *Album Figueirense,* III, n.º 3, Janeiro de 1937, pp. 88–91; III, n.º 4, Fevereiro de 1937, pp. 125–128; III, n.º 5, Março de 1937, pp. 151–-155; III, n.º 8, Junho, 1937, pp. 241–243 ; III, n.º 12, Setembro–Outubro, 1937, pp. 373–377.

— O Museu Municipal do dr. Santos Rocha, in *Guia de Portugal,* III, Lisboa, 1945, pp. 84–89.

— A Figueira e o dr. Santos Rocha, in *Boletim da Comissão Municipal de Turismo,* n.º 17, Junho, 1947.

JARDIM (JOSÉ). Notas de um figueirense. Novos elementos para a história da Figueira, in *Figueira,* 2.º ano, III e IV série, Figueira 1912, pp. 10–12.

— Notas de um figueirense, in *Figueira,* 2.º ano, III e IV série, Figueira, 1912, pp. 106–110.

LOUREIRO (ADOLFO FERREIRA). — O dr. Santos Rocha, in *Boletim da Associação dos Arqueólogos Portugueses,* 5.ª série, XII, n.º 2, Abril a Junho de 1910, pp. 73–86.

P. (F). — Crónica, in *Instituto* XXXIV, 2.ª série, Junho de 1886 a Junho de 1887, Coimbra, 1887, pp. 205–208, 424.

PASSOS (CARLOS DE). — O Museu Santos Rocha, in *Civilização,* 4.º ano, 39, Setembro, 1931, pp. 38–41.

PEIXOTO (ROCHA). — A Sociedade Carlos Ribeiro, in *Revista de Ciências Naturaes e Sociaes,* I, Porto. 1890, pp. 188–192.

— A iniciativa individual na arqueologia, in *Revista de Portugal,* 1892, pp. 350–-370.

— António dos Santos Rocha, Antigüidades prèhistóricas do Concelho da Figueira, in *Revista de Ciências Naturaes e Sociaes,* IV, Porto, 1896, pp. 159–160.

— O Museu Municipal da Figueira, in *Revista de Ciências Naturaes e Sociaes,* IV, Porto, 1896, pp. 206–209.

— A Terra portuguesa, Porto, 1897, cap. VI, pp. 59, 68 e 69.

— Escavações arqueológicas, in *Portugalia,* II, 1905, pp. 122–123.

PEREIRA (F. ALVES). — Dr. António dos Santos Rocha, in *O Archeologo Português,* XV, 1911, pp. 174–177.

ROCHA (ANTÓNIO DOS SANTOS). — Cartas de Andaluzia, Coimbra, 1886.

— Código das posturas municipais do concelho da Figueira da Foz, Figueira da Foz, 1877.

— Apontamentos para a topografia da Figueira no século XVIII, in *Correspondência da Figueira,* n.º 65, 1888.
— A Figueira nos princípios deste século, in *Correspondência da Figueira,* n.º 82, 1889.
— Topografia da Figueira nos fins do século XVIII, in *Guia Anunciador da Figueira,* Figueira, 1890.
— A questão da antropologia nas estações neolíticas da serra do cabo Mondego, in *Revista de Ciências Naturaes e Sociaes,* I, Porto, 1890, pp. 18–25.
— Uma obra de Arte Primitiva, in *Revista de Ciências Naturaes e Sociaes,* I, Porto, 1890, pp. 145–151.
— Feiras sujeitas à alfândega da Figueira no século XVII, in *Album Figueirense,* n.º 11, Abril, 1935, pp. 329–330.
— Materiais para a história da Figueira nos séculos XVII e XVIII, Figueira, 1893.
— Megalito da Mama do Furo, in *Revista de Ciências Naturaes e Sociaes,* I, Porto, 1893, pp. 85–86.
— Ruínas da Espadaneira, in *Revista de Ciências Naturaes e Sociaes,* II, Porto, 1893, pp. 86–87.
— Pequenas achas de pedra nas estações neolíticas do concelho da Figueira, in *Revista de Ciências Naturaes e Sociaes,* II, Porto, 1893, pp. 112–113.
— Notícia de algumas estações romanas e árabes do Algarve, in *O Archeologo Português,* I, 1895, pp. 113–116, 193–202, 291–296, 327–333; II, 1896, pp. 65–79.
— Elementos para o estudo comparativo de alguns objectos recolhidos no Castro de S. Miguel, in *O Archeologo Português,* I, 1895, pp. 202–264.
— A profanação das antas na época Romana, in *Revista de Ciências Naturaes e Sociaes,* III, Porto, 1895, pp. 5–9.
— Alguns vestígios da época do cobre coligidas no Museu Municipal da Figueira, in *Revista de Ciências Naturaes e Sociaes,* V, 1895, pp. 14–25.
— Descobertas arqueológicas em Bensafrim, concelho de Lagos, *in Boletim da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses,* 3.ª série, VIII, 1894–1897, pp. 38–39.
— Estudo sobre um machado de pedra proveniente do Algarve, in *O Archeologo Português,* II, 1896, pp. 106–112.
— Vestígios romanos no Vale do Mondego e imediações, in *O Archeologo Português,* II, 1896, pp. 154–158.
— As louças pintadas no castro de Santa Olaia, in *O Archeologo Português,* II, 1896, pp. 226–228.
— A arte nas estações neolíticas do concelho da Figueira, in *Revista de Ciências Naturaes e Sociaes,* IV, Porto, 1896, pp. 1.22.
— Notas arqueológicas, in *Revista de Ciências Naturaes e Sociaes,* IV, Porto, 1896, pp. 53–54.
— Necrópole prèhistorica de Campina nas vizinhanças de Faro; in *Revista de Ciências Naturaes e Sociaes,* Porto, 1896, pp. 57–72.
— A necrópole protohistórica de Fonte Velha em Bensafrim, in *Revista de Ciências Naturaes e Sociaes,* IV, Porto, 1896, pp. 129–149.
— O Rito de inumação nos dolmens da Serra do cabo Mondego, in *Revista de Ciências Naturaes e Sociaes,* IV, Porto, 1896, pp. 169–180.

— Memórias sôbre a antigüidade Paleoetnológica e arqueologia histórica, Figueira, 1897.
— Antiguidades romanas nas vizinhanças de Nelas, in *O Archeologo Português,* III, 1897, pp. 81–86.
— A Arqueologia de Monte Amarelo, in *O Archeologo Português,* III, 1897, pp. 298–299.
— Relatório acerca do Museu Municipal da Figueira, in *O Archeologo Português,* III, 1897, pp. 252–255.
O cemitério da Igreja Velha (Alvaiázere), in *O Archeologo Português,* IV, 1898, pp. 81–84.
— As arcainhas de Seixo e Sobreda, in *Portugália,* I, 1898, pp. 13–22.
— Mobiliário neolítico disperso no vale inferior do Mondego e imediações, a E. do Concelho da Figueira, in *Portugalia,* I, 1899, pp. 131–132.
— Primeiros vestígios da época do cobre nas cercanias da Figueira, in *Portugalia,* I, 1899, pp. 132–135.
— Vestígios da época do bronze em Alvaiázere, in *Portugalia,* I, 1899, pp. 135–-136.
— Estação luso–romana da Caverna do Bacelinho, na Serra de Alvaiázere, in *Portugalia,* I. 1899, pp. 137–139.
— Novos vestígios romanos no vale inferior do Mondego e imediações, in *Portugalia,* I, 1899, pp. 139–140.
— A goiva de pedra nas estações neolíticas das cercanias da Figueira, in *O Archeologo Português,* V, 1900, pp. 205–206.
— A caverna dos Alqueves, in *Portugalia,* I, 1900, pp. 333–338.
— Estação neolítica da Ereira, in *Portugalia,* I, 1900, pp. 340–341.
— Novos vestígios da época do cobre nas vizinhanças da Figueira, in *Portugalia,* I, 1900, p. 341.
— Primeiras épocas dos metais, in *Portugalia,* I, 1900, pp. 342–343.
— Estação romana de Formoselha, in *Portugalia,* I, 1900, p. 344.
— In *Revista de Guimarães,* vol. XVII, Porto, 1900, pp. 40–42.
— Mobiliário disperso no distrito de Leiria, in *Portugalia,* I, 1901, pp. 591–592.
— Nota sobre um adorno metálico existente no Museu da Figueira, in *Portugalia,* I, 1901, pp. 592–593.
— Estação luso–romana de Pedrulha, in *Portugalia,* I, 1901, pp. 593–595.
— Dado romano proveniente das ruínas de Condeixa–a–Velha, in *Portugalia,* I, 1901, pp. 595–596.
— Necrópole luso–romana da Senhora do Desterro, em Montemor–o–Velho, in *Portugalia,* I, 1901, pp. 596–598.
— Lápide sepulcral de Zalamea de la Serena, in *Portugalia,* I, 1901, pp. 600–601.
— Sepulturas abertas em rocha viva, in *O Archeologo Português,* VI, 1901, pp. 79–80.
— Projecto de um novo código de posturas para o concelho da Figueira, Figueira, 1902.
— Mobiliário neolítico disperso no concelho de Nellas (Beira Alta) in *Portugalia,* I, 1909, pp. 810–812.
— Ruínas romanas de Ançã, in *Portugalia,* 1903, pp. 814–816.
— A necrópole luso–romana nos arredores de Lagos, in *Portugalia,* I, 1903, pp. 816–817.
— Câmara Municipal da Figueira da Foz, Principais actos da gerência de 1902, Figueira, 1903.

— Necrópole neolítica da Moita, no concelho de Cantanhede, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 1, 1904, pp. 7–9.
— Materiais para o estudo da idade do bronze em Portugal, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 1, 1904, pp. 13–14.
— Estação luso–romana da Pedrulha, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 1904, pp. 15–16.
— Notícia de alguns silos e louças árabes do Algarve, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 1, 1904, pp. 20–21.
— Dolmens de Alcalar, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 2, 1904, pp. 39–50.
— Materiais para o estudo da época do cobre em Portugal. As necrópoles algarvias de Baralho e do Cêrro de Bartolomeu Dias, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 2, 1904, pp. 56–63.
— Estudos sobre um artefacto pré-romano de ouro descoberto no Algarve, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* nº 2,. 1904, pp. 64-67.
— Câmara Municipal da Figueira da Foz. Regulamento dos serviços de extinção de incêndios na cidade da Figueira da Foz, Figueira, 1904.
— O Museu Municipal da Figueira da Foz, Catálogo Geral, Figueira, 1905; Aditamento n.º 1, Figueira, 1907; Aditamento n.º 2, Figueira, 1909.
— Estação neolítica de Santa Olaia, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 3, 1906, pp. 84–86.
— Velho bronze dos arredores de Brenha, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 3, 1906, pp. 99–100.
— A necrópole da Moirama, nas vizinhanças de Celorico, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 3, 1906, pp. 100–102.
— A necrópole luso–romana de Molião, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 3, 1906, pp. 103–105.
— Relatório da gerência de 1902–1903, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 4, 1907, pp. 115–117.
— As grutas da Columbeira. in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 4, 1907, pp. 118–122.
— Restos de dolmens em Santa Olaia, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 4, 1907, pp. 123–124.
— Material para o estudo da idade do cobre em Portugal, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 4, 1907, pp. 125–126.
— Os pequenos moinhos circulares de pedra nas estações pré–romanas do vale do Mondego, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 4, 1907, pp. 127–129.
— Relatório da gerência 1903–1904, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* 1907, pp. 143–145.
— A caverna de Fornêa, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 5, 1907, pp. 146–149.
— Novas explorações na gruta de Lapa do Suão, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 5, 1907, pp. 150–153.
— Criptas megalíticas em Antequera (Espanha), in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 5, 1907, pp. 154–156.
— Material para o estudo da idade do cobre, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 5, 1907, p. 157.

— Estações pré–romanas da idade do ferro nas vizinhanças da Figueira, in *Portugalia,* II, 1907, pp. 301–356; II, 1908, pp. 493–513.
— Duas peças neolíticas de Cortiçô, concelho de Celorico, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 6, 1908, pp. 171–173.
— Placas de suspensão neolítica, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 6, 1908, pp. 174–175.
— Artefactos púnicos encontrados no Algarve, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 6, 1908, pp. 176–177.
— Relatório da gerência de 1904–1906, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 7, 1908, pp. 193–195.
— Silo pré–histórico de Redinha, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 7, 1908, pp. 196–198.
— O «tumulus» do monte de Farrestelo, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 7, 1908, pp. 199–201.
— Alguns objectos luso–romanos das ruínas de «Conimbriga», in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 7, 1908, pp. 202–205.
— Mobiliário neolítico esparso na freguesia de Redinha, concelho de Pombal, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 8, 1908, pp. 215–216.
— Ara romana de Póvoa da Atalaia, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 8, 1909, pp. 217–218.
— Lugar luso–romano do Vidigal, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 8, 1908, pp. 217–220.
— Necrópole visigótica da Serra do Algarve, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 8, 1908, pp. 221–225.
— Cemitério do século XV no Lírio, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 8, 1908, pp. 226–227.
— Nota sobre um artefacto medieval, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 9, 1909, pp. 249–250.
— Fases do neolítico em Portugal, in *O Archeologo Português,* XIII, 1908, pp. 193–201.
— Relatório da gerência de 1906–1908, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 9, 1909, pp. 235–237.
— Estação cupro–lítica de Loriga, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 9, 1909, pp. 238–240.
— Nova estação pré–romana da idade do ferro nas vizinhanças da Figueira, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 9, 1909, pp. 241–244.
— O castro de Bizorreiro de Castela, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 9, 1909, pp. 245–246.
— Estação luso–romana da Roda, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 9, 1909, pp. 247–248.
— Nota sobre alguns objectos neolíticos recentemente arquivados no Museu da Figueira, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 10, 1909, pp. 287–288.
— Ara luso–romana consagrada ao deus Arêncio, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 10, 1909, pp. 289–296.
— Tesouro funerário da Lameira Larga, Época luso–romana, in *O Archeologo Português,* XIV, 1909, pp. 44–49.
— A proto–história em Portugal, in *O Archeologo Português,* XIV, 1909, pp. 257–259.

— Abrigo sob rocha na Serra das Picotas, in *O Archeologo Português,* XIV, 1909, pp. 317–320.
— Arqueologia pré–histórica, Materiais para o estudo da idade do cobre em Portugal, Figueira, 1911.
— Notas auto–bibliográficas, in *Album Figueirense,* n.os 11–12, Setembro–-Outubro de 1937, pp. 356–357.
— Memórias e Explorações Arqueológicas, I, Coimbra, 1949.
— Memórias e Explorações Arqueológicas, II, Coimbra, 1971.
— Memórias e Explorações Arqueológicas, III, Coimbra, 1975.

ROCHA (ANTÓNIO DOS SANTOS) e CARRISSO (LUÍS W.). — Pedras lascadas da Serra do Bouro, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 10, 1909, pp. 277–280.

— O dolmen do Casal do Mato, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 10, 1909, pp. 281–284.

ROCHA (ANTÓNIO DOS SANTOS) e HENRIQUES (A. SALLES). — Vestígios neolíticos na Foz do Arelho, in *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha,* n.º 10, 1909, pp. 285–286.
SAINZ (L. DE HOYOS). — L'Anthropologie en Espagne et en Portugal pendant l'année 1986, in *L'Anthropologie,* Paris, VIII, 1896, p. 737.

— L'Anthropologie et la Préhistoire en Espagne et en Portugal en 1897, in *L'Anthropologie,* Paris, IX, 1898, pp. 37–51.

SEQUEIRA (GUSTAVO DE MATOS). — Acta da Sessão da Assembleia Geral de 16 de Abril de 1910 da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, in *Boletim da Associação dos Arq. Civis e dos Arqueólogos Portugueses,* 5.ª série, XII, n.º 2, 1910, pp. 111–115.

— Acta da Sessão da Assembleia Geral de 17 de Maio de 1910 da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, in *Boletim da Associação dos Arq. Civis e Arqueólogos Portugueses,* 5.ª série, XII, n.º 3, 1910, pp. 152–158.

SEVERO (RICARDO). — António dos Santos Rocha. Antiguidades pré–históricas do concelho da Figueira, in *Revista de Ciências Naturaes e Sociaes,* I, Porto, 1890, pp. 42–47.

— António dos Santos Rocha, Paloetnologia histórica, Memórias sobre a antigüidade, in *Revista de Ciências Naturaes e Sociaes,* V, Porto, 1898, pp. 142–143.
— António dos Santos Rocha. Antiguidades pré–históricas do concelho da Figueira, in *Portugalia,* I, 1901, pp. 657–659.
— António dos Santos Rocha, O Museu Municipal da Figueira da Foz. Catálogo geral, in *Portugalia,* II, 1906, p. 300.
— Publicações avulsas, Boletim da Sociedade Arqueológica «Santos Rocha» da Figueira da Foz, in *Portugalia,* II, 1906, p. 300.
SOUSA (A. JÚLIO DO VALLE). — O Museu Municipal da Figueira da Foz, in *Branco e Negro,* 18 de Outubro de 1896, pp. 43–47.

TOMÁS (PEDRO FERNANDES). — A Sociedade Arqueológica da Figueira, in *Album Figueirense,* n.º 3, Agosto de 1934, pp. 76–80.

V. (A. DE). — Dr. António dos Santos Rocha, in *Maria Rita,* Porto 7 de Outubro de 1886.

VASCONCELOS (J. L. DE). — Antigüidades pré–históricas do concelho da Figueira, por António dos Santos Rocha, in *O Archeologo Português,* I, 1895, pp. 352–354.

— Acêrca das antas, in *O Archeologo Português,* II, 1896, pp. 92–95.

— Necrópole de Campina (Faro), a propósito da Recvista de Ciências Naturaes e Sociaes, IV, n.º 14, in *O Archeologo Português,* II, 1896, pp. 60–61.

— Notícias várias, Sepulturas antigas, in *O Archeologo Português,* II, 1896, pp. 174–175.

— Bibliografia, Revista de Ciências Naturaes e Sociaes, V, n.º 17, in *O Archeologo Português,* III, 1897, p. 112.

— Nova inscrição ibérica do Sul de Portugal, in *O Archeologo Português,* III, 1897, pp. 85–190.

— Publicações recentes: Memórias sobre a antiguidade, por António dos Santos Rocha, in *O Archeologo Português,* III, 1897, pp. 190–191.

— Notícias várias: 1. Descobrimento arqueológico, in *O Archeologo Português,* III, 1897, pp. 293–297.

— Inscrição romana da Pedrulha, in *O Archeologo Português,* V, 1899–1900, pp. 253–254; VI, 1901, pp. 78–79.

— Bibliografia, Boletim da Sociedade Arqueológica de Santos Rocha, in *O Archeologo Português,* IX, 1904, pp. 142–144.

— Estudos sobre a época do bronze em Portugal, in *O Archeologo Português,* XI, 1906, pp. 179–189.

— Bibliografia, Portugalia, materiais para o estudo do povo português, in *O Archeologo Português,* XI, 1906, pp. 321–381.

— Estudos sobre a época do bronze em Portugal, in *O Archeologo Português,* XIII, 1908, pp. 303–313.

— Notas lexicológico–arqueológicas, in *O Archeologo Português,* XIX, 1914, pp. 176–180.

— Coisas velhas, 48. Museu da Figueira em 1894, in *O Archeologo Português,* XXII, 1917, pp. 131–132; 49. Antiguidades do Casal do Mato, (Figueira da Foz), in *O Archeologo Português,* XXII, 1917, pp. 132–133. 100. O Museu da Figueira da Foz em 1896, in *O Archeologo Português,* XXIII, 1918, pp. 361–363. 101. Antiguidades dos arredores da Figueira, in *O Archeologo Português,* XXIII, 1918, pp. 363–365.

— Estudos sobre a época do ferro em Portugal, in *O Archeologo Português,* XXIV, 1919–1920, pp. 99–107.

VILHENA (HENRIQUE DE). — O dr. António dos Santos Rocha (elogio, notas, bibliografia de S. R.; Notas de Bibliografia sobre S. R.), Lisboa, 1937.

— In *Memoriam de reabertura do Museu Nacional dr. Santos Rocha,* Figueira, 1945.

— O Museu Municipal dr. Santos Rocha reabriu ao público, in *Boletim da Comissão Municipal de Turismo,* n.º 14, Figueira da Foz, Junho de 1945.

UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA COM A COMUNIDADE AFRICANA EM SETÚBAL

Ana Maria Duarte
Chefe de Divisão da Cultura
da Câmara Municipal de Setúbal

Introdução

No concelho de Setúbal, a Câmara Municipal tem feito um esforço de musealizar vários espaços, abrindo assim maiores perspectivas à população de um trabalho conjunto sobre a preservação e animação do património, ao mesmo tempo que a história local é estudada tendo em conta os multiculturalismos existentes na região e a heterogeneidade dos vários grupos profissionais. Desde 1982, o Museu de Setúbal Convento de Jesus, dada a inexistência de Institutos Politécnicos ou Escolas Superiores de Educação, Universidades ou delegações do Ministério da Educação, assumiu-se enquanto instituição cultural, como um espaço polivalente de animação permitindo aos alunos de todos os graus de ensino e professores, ateliers diversificados dentro das áreas das expressões, da história local e da educação patrimonial. Procurando constantemente a descentralização, em breve foram nascendo polos de animação nas escolas que se foram multiplicando até aos dias de hoje. Contribuiu também para esse desenvolvimento, o rejuvenescimento económico que se operou no concelho, chamando para a região, novas empresas, equipamentos hoteleiros, o Ensino Universitário e a oficialização da formação contínua de professores.

Através de maletas pedagógicas, fichas guias, peças de fantoches e apoio à investigação sobre o estudo da história artística e social do concelho, conseguimos captar a atenção de uma grande parte dos alunos das 72 escolas existentes, inseridas numa população de cento e vinte mil habitantes.

Foi necessário então, tendo em conta as características da região, musealizar outros espaços; assim a Câmara comprou a antiga Fábrica de Indústria de Conservas Perianes, situada num dos bairros mais antigos de pescadores da cidade de Setúbal, onde irá instalar o Museu do Trabalho, que embora já possua uma considerável colecção, o trabalho desenvolvido desde 1987, tem sido nas instalações do Museu de Setúbal, situado no Centro da Cidade, enquanto se aguardam as obras do edifício. Entretanto na periferia foi

criado um Centro de documentação sobre as grandes metas da indústria na região, uma pequena biblioteca, e a reserva da colecção Jacometi, dedicada aos alunos da periferia, abordando nesse local a outra componente do concelho: o património marítimo e rural. Numa capela barroca e num antigo hospital medieval iremos abordar estas Épocas da História, intimamente ligadas aos edifícios. Tendo em conta de que hoje em todo o mundo se discute a função social do Museu, nós fizemos vários projectos conjuntos com pescadores, operárias da indústria conserveira, barbeiros, lugares de lazer, «as tabernas» e comerciantes de lojas antigas, tendo em conta que a história local de uma região, não pode ser estudada em particularismos artísticos ou factuais mas sim de uma forma integrada em que o estudo do mundo do trabalho quotidiano deve estar presente na vida das populações, de modo que elas possam «gerir» o seu património, tendo em conta o binómio passado / presente.

Foi nesta perspectiva que programamos um projecto ao qual chamamos «Projecto África — ao encontro das minorias», tendo em conta a inexistência de um levantamento sobre o número e modos de vida dos africanos residentes no Concelho de Setúbal. É este projecto que trazemos para vos dar a conhecer, como um contributo para a discussão deste encontro. «Que Museus para a África?» Além de toda a discussão que se tiver com as populações residentes na área onde se instalar o Museu, ele deverá corresponder à existência viva da memória colectiva e não ao seu túmulo.

As características da região, as actividades que lhe dão vida, as pessoas e o território deverão ser componentes fundamentais do Museu. Não entendemos o Museu para os novos museus da África de expressão portuguesa, unicamente um edifício cheio de ricas e exóticas colecções, mesmo que elas existissem em reserva, mas sim um museu que se relacione com a comunidade e ultrapasse as barreiras da comunicação entre o que se pretende transmitir e como é recebida a mensagem.

Que escala para estes Museus? Dependem dos objectivos. Museus nacionais, locais, regionais? Pensemos que cada vez mais é o museu local o melhor recurso para resolver problemas diversos se na área não houver outra instituição cultural. Além de tudo ele tem que criar empatia com as populações e para isso tem que se encontrar uma linguagem verbal e não verbal que conte uma história local clara, em que todos se sintam parte integrante dela.

Portanto, deverão ser focadas além das componentes etnográficas:

1 — As origens naturais da região (geologia, botânica, etc.).
2 — A ocupação do território.
3 — As actividades económicas e produtivas dos primeiros tempos.
4 — A relação com os portugueses por toda a costa africana ao longo do tempo.
5 — A troca de culturas.
6 — A escravatura.
7 — Não podemos esconder, tapar, apagar, amenizar ou mitificar a história. Vejamos exemplos como a Suécia, a Holanda e a Alemanha entre outros países, não escondem os bons e os maus momentos, mostrando por vezes com crueza as «nódoas» da sua memória colectiva, como no caso da

Alemanha, os campos de concentração de Bucherwald e Dachau por exemplo.

Os portugueses colonizaram África, com os benefícios e malefícios que enfermam uma colonização. Não podemos deixar de falar dela, pois as marcas são profundas: a língua, a cultura cristã, a arquitectura, etc.

8 — A organização das populações pela independência nacional, na Guiné–Bissau e o seu Líder carismático Amílcar Cabral, a guerra do Ultramar e o 25 de Abril com todo o processo que daí decorreu.

A África portuguesa está marcada na sua história, por todos estes acontecimentos que ligados ao quotidiano actual saberão realizar a síntese.

Mas como esquecer as populações que procuraram Portugal para uma nova morada? Como vivem? O que desejam? Onde e como trabalham? Quais os seus problemas de integração? Os novos museus não podem esquecer esses «pedaços» de África espalhados pela Nação portuguesa, por isso aqui deixo o meu contributo através da acção do Museu do Trabalho, conjuntamente com as escolas do Concelho e cursos de alfabetização com elementos da comunidade africana de diversos países de expressão portuguesa nos bairros de periferia, a comunidade S. tomense / cabo–verdiana nos baldios municipais, jovens moçambicanos de classe média e um quadro superior caboverdiano de uma grande empresa industrial — Portucel.

— As conclusões prévias a que chegamos são as seguintes:

1.º Quando as comunidades vivem em conjunto, mantendo uma estrutura familiar, de interajuda resolvem os problemas comunitariamente de forma equilibrada.
2.º Quando as famílas se desarticulam e são colocadas na periferia, sem planeamento nem acompanhamento, há distúrbios vários como o alcoolismo, a violência, etc.
3.º As famílias portuguesas com carências, comunicam e estabelecem relações de amizade com as famílias africanas do mesmo nível, vivendo como vizinhos, e aprendendo os deliciosos pratos da cozinha africana e apurando o ouvido para a sua música.
4.º Os maiores problemas existem na escola.

A relação da criança africana com a portuguesa está dependente da acção da professora e do contexto social escolar.

Existem também problemas, quando as jovens desejam seguir carreiras ainda consideradas de um certo elitismo: o estilismo, a decoração de ambientes, etc.

Projectos de futuro para esta comunidade dos baldios:

A nível de Câmara. (componente social)

1 — Criação de um curso de alfabetização para as mulheres e homens entre os 12 e 50 anos.
2 — Integração gratuita das crianças do grupo etário (dos 2 aos 5 anos) no Parque Infantil Municipal, onde estão os filhos dos trabalhadores da Câmara.
3 — Integração nas escolas do 1.º ciclo básico das crianças do grupo etário a partir dos 6 anos.
4 — Integração das famílias em moradias de bairro social que tenham um pequeno quintal de cultivo, e de modo que a estrutura social não se desagrege.

— *A nível de património*

1.º momento — Projecto conjunto com o Fundo Social de emprego, no sentido de criar cursos de formação rentáveis, ligados as suas solicitações, e à sua identidade cultural, de modo a criar postos de trabalho.

Sugestões da comunidade:

— Corte de costura
— Carpintaria tradicional
— Tecelagem
— Cestaria
— Olaria

2.º momento — Criação de um espaço da comunidade africana, onde se desenrolarão estes cursos, a fabricação dos produtos e a sua venda. Estes cursos serão ministrados pelos próprios africanos através da sua prática e experiência.

3.º momento — Colaboração com instituições culturais e universitárias, nomeadamente a Escola Superior de Educação de Setúbal, a Universidade Moderna de Setúbal com os alunos do curso de Cooperação, com o apoio do Centro de Estudos Africanos da Faculdade de Letras, investigadores na área da Antropologia, professores das áreas das artes visuais e manuais, e membros dos grupos nacionais e internacionais ligados aos Museus: APOM, ICOM e MINOM., de interpretação da recolha oral junto da comunidade, e na análise dos objectos oferecidos ao Museu.

4.º momento — Continuação do trabalho com professores e alunos numa perspectiva interdisciplinar, com escolas de vários níveis de

ensino, e com os cursos de alfabetização, com a maleta pedagógica e com exposições itinerantes individuais subordinadas aos temas «Queres conhecer Cabo Verde»? «Queres conhecer S. Tomé e Príncipe»? etc., e assim abordaremos por todas as 72 escolas e 26 postos de alfabetização a existência de uma comunidade africana representativa no Concelho de Setúbal.

5.º momento — mais tarde
Integração no Museu do Trabalho de uma sala dedicada à actividade dos africanos em Setúbal e não à história de África. As razões da sua vinda, a sua integração, os seus problemas, o seu contributo para o desenvolvimento do Concelho de Setúbal.

6.º momento — Exposições temporárias sobre os países de África e Ásia de expressão portuguesa porque também trabalhamos com indianos e timorenses. Aí poderemos abordar a sua história com o apoio dos técnicos dos museus portugueses e colegas dos museus de África.

7.º momento — Integração no restaurante do Museu de uma semana de gastronomia africana e asiática, tal como manifestações artísticas diversas dessa comunidade.

8.º momento — Elaboração de projectos comunitários com a comunidade africana ligada ao Museu tal como fazemos com outros grupos profissionais portugueses tendo em vista o património da região setubalense e da História Nacional.

Resta acrescentar que a avaliação será contínua, tal como temos feito com todos os projectos realizados desde finais de 1982/83 em várias áreas e com vários públicos.

UTENSÍLIOS DE PREPARAÇÃO DE ALIMENTOS DO SUL DE MOÇAMBIQUE EXISTENTES NO MUSEU NACIONAL DE ARTE, MAPUTO

Boaventura Massiette
Técnico do Departamento
de Museus da Direcção Nacional
do Património Cultural de Moçambique

1. Introdução

Nesta comunicação procuraremos falar de alguns aspectos do consumo alimentar do sul de Moçambique, sintetizando alguns dados pesquisados ao longo dos trabalhos de inventariação da colecção etnográfica existente no Museu Nacional de Arte em Maputo.

Esta colecção foi constituída depois da Independência, e a maioria dos materiais proveniente de ofertas e acções realizadas no âmbito da Campanha Nacional de Preservação e Valorização do Património Cultural, que decorreu entre 1978 e 1982.

Ao aprofundar um pouco o estudo sobre os utensílios de preparação de alimentos encontramos dificuldades, porque cada região, cada comunidade, tem por vezes a sua especialidade e a bibliografia que dispomos é escassa. Assim, gostaríamos aqui de expressar a minha gratidão às senhoras Regina Francisco e Felizardo Guitofo Marengula, bem como ao sr. Constantino Nhala, que me apoiaram na descrição de muitos pormenores.

Apresentaremos assim o estudo sobre cada instrumento na sua relação com a utilidade[s] para a qual foi concebido, o tipo de material e como é produzido consoante quem vai manejá-lo. Neste caso, em que o objectivo do trabalho são os instrumentos de uso doméstico, procura-se destacar a função de cada um, a relação entre o instrumento e o alimento e a relação entre o instrumento e o seu utilizador.

Serão objecto de estudo neste trabalho, os utensílios seguintes: O COADOR, O RALADOR, O ALMOFARIZ / PILÃO.

2. Descrição dos utensílios domésticos

2.1. O coador

NOMES LOCAIS:

CHOPE: TXISSURUTETO
TSONGA: SÉFO
GITONGA: GUIHUTO

O instrumento de cozinha vulgarmente conhecido por coador, é uma peça indispensável para qualquer família. No sul de Moçambique encontramos coadores para bebidas como vinho e a cerveja, para coar o amendoim e o côco. Estes coadores tem diferentes formas e tamanhos e são feitos de material diverso.

Na região de Ihambane, utiliza-se com muita frequência a rede de coqueiro para filtrar as impurezas da cerveja e do vinho, assim como para separar o leite do côco ou do amendoim para a confecção dos alimentos. Este tipo de coador é utilizado sem adressos e jogado fora após o trabalho.

Na reserva etnográfica do Museu Nacional de Arte tem coadores em forma de cesto — MNA-645 — feitos de folha de palmeira, para coar óleo de mafura, amendoim, etc. No fabrico deste tipo de coadores, usando a técnica entrecruzada oblíqua, o artífice parte dos pontos mais estreitos das tiras de folhas da palmeira que ao longo do entrecruzamento vai crescendo de forma circular, até atingir o tamanho desejado com a forma de um funil.

Com a introdução das embalagens industrializadas, como as latas de conservas e as de certos medicamentos, os habitantes das zonas suburbanas das cidades do sul, em especial da cidade de Lourenço Marques, aproveitavam-nas para fazer coadores, para coar o amendoim e o côco. Durante a limpeza nocturna, os trabalhadores seleccionavam as latas de forma circular e elipsoidal, as quais, depois de bem recortado o bordo, se picotava a base com um instrumento pontiagudo feito de arame de boa qualidade ou com prego bem aguçado.

Estes coadores de certa maneira competiam com os manufacturados industrialmente. A perfeição destes coadores fazia com que fossem preferidos pelas donas de casa da área suburbana e até pelos residentes da cidade de cimento.

Para se fazer caril de amendoim ou de côco, o coador ocupa um lugar de destaque por ser um instrumento fundamental para a obtenção do leite.

Para se obter o leite de côco, primeiro rala-se o côco e na pasta que se obtém, deita-se água quente para melhor extraí-lo e, depois com o coador, separa-se o leite do farelo.

Este modelo é praticamente o mesmo na preparação do caril de amendoim, quando se precisa de coar. Primeiro pila-se o amendoim e utilizando o cesto de joeirar, separa-se a parte mais fina da farinha obtida, repetindo o processo até que se reúna a quantidade necessária para a

preparação do caril. Depois deste processo, a farinha de amendoim é diluída em água fria e, como na preparação do leite de côco, o coador ocupa o seu lugar. O caril é preparado desta maneira quando é de amendoim com carne ou peixe, enquanto que se fôr de côco deve–se proceder da mesma maneira independentemente dos outros ingredientes. O amendoim nas hortaliças não precisa de ser coado.

2.2. **O ralador (coco ou mandioca)**

NOMES LOCAIS:	P/COCO	P/MANDIOCA
CHOPE:	TXIRAL	TXITSINDO
GITONGA:	GUITSINDO-NYA MUFARINHA	GUITSINDO NYA MUFARINHA
XITSUA:	XIRALO XA MAKHOKHO	XITSINDO XA MITSUMBULA
RONGA:	XIZARO	

O ralador é um instrumento constituído por uma parte metálica e outra de madeira. Entre os chopes, os gitongas, os matsuas podemos encontrar dois tipos de raladores: o ralador de côco e o ralador de mandioca.

O côco introduzido pelos asiáticos na costa oriental de África, foi considerado na região sul de Moçambique, no período anterior à Independência como alimento exclusivo dos naturais de Inhambane, embora pessoas de outras regiões apreciassem alimentos confeccionados com o côco.

Esta atitude, que era mais comum entre os residentes da cidade de Lourenço Marques, estendia–se também à farinha de mandioca, mais conhecida por Rhali. Tanto a mandioca como o côco são produzidos em quantidades excedentárias na província de Inhambane, sendo os gitongas considerados os maiores produtores e consumidores destes produtos.

Após a Independência nacional, o ralador de côco passou a ocupar um lugar nobre em qualquer casa. O amendoim, que outrora eram um produto muito consumido, foi substituído pelo côco e criaram–se novos hábitos alimentares. A partir dos anos 80, certo tipo de produtos, entre eles o amendoim, deixaram de existir no mercado e, as pessoas tiveram de passar a confecionar as refeições com o que lhes aparecia.

O ralador de côco é um instrumento feito por um artesão/ferreiro ou por serralheiro. Para o fabrico do ralador de côco, recorta–se uma pequena chapa metálica de dimensões variáveis entre 15 cm de comprimento e 5 cm de largura. Em seguida faz–se um novo recorte para dar forma ao futuro ralador geralmente de forma semicircular na extremidade superior e a restante como suporte (faz recordar a forma da palmatória). Depois do recorte através de uma lima fazem–-se os dentes do ralador na parte semicircular.

Portanto a parte principal do ralador e a parte metálica, de forma semi–circular com os dentes bem aguçados, que é fixada num banquinho. Os dentes do ralador assemelham–se um pouco aos do serrote, mas não são mais estreitos, finos e bem aguçados, de modo a penetrar na amêndoa do côco e,

60 a 80% do perímetro da parte circular. Este ralador como acima referi é fixado num banquinho e devido à sua versatilidade pode ser pregado numa tábua, tronco de madeira, etc.

Contudo, a utilização do banquinho é o mais comum, pois permite melhor posicionamento do recipiente colector do côco ralado. Alem disso as donas de casa que cozinham no fogareiro a carvão ou a lenha e outros cuja altura média não ultrapassam os 50 cm de altura, aproveitam o banquinho para se sentarem enquanto estão a mexer no caril (ku hunguela mhusu), para esta não verter e também para não estarem sempre inclinados ao mexer nas panelas.

A pasta de côco, vulgarmente conhecida por côco ralado, obtém-se ralando num constante vaivém sobre os dentes do ralador a amêndoa do coco.

O ralador de mandioca, comum entre os chopes, matsuas e gitongas, é feito numa chapa metálica de formato e tamanho variável conforme os gostos e o material disponível.

Com a mandioca — introduzida pelos portugueses a partir do sec. XVI — preparam-se muitos pratos assim como se fabrica a farinha de mandioca conhecida por Rhali (a.e.).

A farinha de mandioca, Rhali, preparada pelo gitongas é branca e às vezes um pouco azeda, enquanto a dos chopes é de tonalidade creme escura e não azeda como veremos adiante.

Enquanto o ralador de côco é feito por artesãos especializado, o ralador de côco pode ser feito por qualquer pessoa, desde que disponha de material para o fazer.

Nas comunidades rurais, aproveitam-se tambores vazios de petróleo ou de outros produtos, para o efeito. Recorta-se o fundo e a borda do recipiente depois faz-se um corte vertical.

Após esta operação, com o martelo, endireita-se o tambor, até se obter a chapa mais ou menos plana. Em seguida, com um prego ou outro objecto metálico pontiagudo, fazem-se furos mais ou menos do mesmo tamanho, próximos uns dos outros. Depois de concluída a picotagem, prepara-se uma armação de madeira na qual se fixa a chapa que se acabou de picotar.

Os furos criaram muitas rebarbas e são estas que servem de ralador por serem cortantes, porque a mandioca é tenra e ao deslizar nelas transforma-se em pasta.

A preparação da farinha de mandioca é um processo longo e moroso e pode depender dos objectivos a que se destina, além disso é feita por fases.

Primeiro, prepara-se a «Magaka», em chope/swiguema, termo que também em changana designa a mandioca seca cortada em bocados (pedaços) Esta mandioca pode ser tirada dos campos com esta finalidade ou pode também ser mandioca rejeitada ou que sobrou da preparação dos alimentos e que para não ser deitada fora se põe a secar durante semanas ou meses.

Chegado o período da abundância da mandioca, próprio para a preparação do Rhali (a.e.), a magaka é pilada até se obter farinha fina. Este trabalho leva um ou mais dias, dependendo do tempo disponível, do número de pessoas envolvidas e a quantidade de mandioca seca. Concluído o trabalho da preparação de farinha da mandioca seca, vai-se aos campos tirar a mandioca fresca em quantidade suficiente para uma ou mais torrefações. Esta mandioca fresca, depois de descascada é ralada.

Entre os chopes, após este trabalho, mistura-se a pasta de mandioca com a farinha de mandioca seca para diminuir a quantidade de água que a pasta de mandioca contém, de modo a facilitar a torrefação. Enquanto que entre os gitongas, depois de ralada a mandioca, a pasta obtida é mantida num saco para escorrer água, durante dois ou três dias, e só depois desse período é que é torrada, sem precisar de ser misturada com a farinha de mandioca seca. Deste modo, a primeira devido a ter conservado mais humidade é escura e a segunda é clara. Em todos os casos a Rhali é torrada numa panela de barro achatada, que parece tigela grande, ou em cacos dos grande potes que servem para reserva de água, cereais, ou para preparação de aguardente.

Para que a farinha de mandioca não fique com grãos grandes a pessoa que estiver a prepará-la deve prestar sempre atenção e estar constantemente a mexer. Depois da cozedura, a farinha é posta a secar durante alguns dias dependendo do calor da época, e finalmente, é guardada num recipiente para a conservação.

A Rhali é um alimento que pode ser consumido ao pequeno almoço, em substituição do pão de trigo, pode socorrer as pessoas em épocas de fome. É um produto que diluído em água ou molho aumenta o volume.

O ALMOFARIZ/PILÃO

NOMES LOCAIS:	ALMOFARIZ	PILÃO
CHOPE:	DITHUDI	INISI
XANGANA:	TXURI	MUSSI
XITSUA:	TXURI LA KUKANDZA	MUSSI
GITONGA:	LUKUNO	MUSSI

ALMOFARIZ DE BARRO

CHOPE:	DITCHELO
XANGANA:	LIHISSO
XITSUA:	XISILELO
GITONGA:	MBENGA

A agricultura foi a maior actividade descoberta pelo homem depois da caça/pesca e da recolecção. A população pré-colonial em Moçambique dedicava-se à pastorícia e à agricultura de cereais. Por isso necessitavam de dispor de instrumentos para moer o grão tirado dos seus campos.

Assim surgiram os grandes moinhos de pedra exemplo da Índia e da China — cuja forma de tracção à do homem, foi aos poucos substituída pelos animais de tracção, como sucedeu na agricultura e nos transportes, entre os egípcios da era faraónica do vale do rio Nilo.

As comunidades que se fixaram em regiões longínquas das zonas montanhosas ou rochosas tiveram que se servir do material local para fabricar os seus moinhos como sucedeu em Moçambique. Deste modo, surgiram os almofarizes e os pilões de madeira ou de outro material, como o barro.

Na região sul de Moçambique, podemos distinguir facilmente estes instrumentos de fabrico tsonga (MNA–752/1) e chope (MNA–751/1). O pilão tsonga é mais grosso e na extremidade superior apresenta uma protuberância de 10 a 20 cm que o distingue do pilão chope, de cumprimento aproximado de 100 a 150 cm.

Além disso, é feito de madeira branca (canhoeiro) de qualidade inferior que a dos pilões chopes que são de madeira de boa qualidade, e de difícil talhe, quando secos.

O almofariz é um utensílio importante para as comunidades aldeãs, porque serve para o processamento dos cereais na fabricação de farinha. No sul de Moçambique, concretamente entre os chopes e tsongas, podemos distinguir dois tipos de almofarizes e vários modelos: os almofarizes de barro e os de madeira.

Os almofarizes de barro são de forma hemisférica, com uma cavidade análoga e lisa para permitir o deslize do pilão no esmagamento dos cereais. É geralmente utilizado para esmagar cereais frescos ou amolecidos em água, exceptuando o amendoim que, mesmo seco, não é rijo.

Neste tipo de almofarizes utiliza–se um pilão mais curto e grosso, entre os tsongas, porque é utilizado (sentado), por uma pessoa de cada vez, de maneira a permitir que uma mão segure a extremidade superior e a outra um pouco a meio da extremidade inferior, para não tocar nos cereais. Mas a maneira de segurar pode variar.

Para o uso deste almofariz, abre–se uma pequena cova para servir de suporte visto ter forma hemisférica. Os que não têm espaço para fazer uma cova, como os habitantes da cidade, recorrem às latas usadas geralmente para acarretar água.

O almofariz de barro não transforma os cereias em farinha mas em pasta, a ser utilizada após a moagem. Entre os chopes existe um modelo em madeira a que chamam «txikhuru» para os mesmos fins, mas de formato um pouco diferente.

Nos anos que se seguiram à independência, devido ao aumento do consumo de milho nas cidades, alguns pedreiros fabricaram modelos semelhantes em cimento, como alternativa, embora fossem má qualidade. Têm o inconveniente de libertar partículas, durante a fricção, que se misturam com cereais.

O almofariz de madeira faz–nos lembrar dois cones, um maior e outro menor, unidos pelo vértice até a meio (da geratriz). O menor serve de base por estar na posição inversa e tem menos altura. O maior possui uma cavidade que termina aproximadamente no ponto de convergência dos dois cones. Esta cavidade acompanha a forma exterior do almofariz.

Este tipo de almofariz é mais versátil: serve para tirar o farelo do grão; serve para empastar verduras, por exemplo, folhas de mandioqueira, etc.

Como é mais difícil moer os cereais, juntam–se duas ou mais pessoas para pilar. Para tornar mais rápido o trabalho é possível, nos almofarizes de madeira, duas a três pessoas munidas de pilões, pilar no mesmo almofariz, cadenciadamente, de maneira a evitar choques.

O almofariz e seu pilão é um instrumento indispensável na preparação

de alimentos sem o qual, em muitas regiões de Moçambique, não seria possível preparar cereais tirados dos campos, que são a base de alimentação da população.

É também com este instrumento que se preparam os condimentos básicos do caril nas comunidades rurais e de muitos residentes das cidades, como o amendoim, etc.

É de notar que o trabalho de pilar é exclusivamente feminino, embora os jovens do sexo masculino possam ser chamados a fazê–lo. Contudo não contamos com os solteiros que vivem sozinhos e que muitas vezes são obrigados a realizar trabalhos que se considera «serem de mulher».

Existe ainda um almofariz pequeno, de altura compreendida entre 15 a 25 cm, usado para moer condimentos, pouco utilizado nas comunidades rurais, devido à sua dieta alimentar que não é muito diversificada. A carne e o peixe raramente são consumidos, a não ser em zonas à beira mar ou dos rios ou ainda em regiões onde a caça é abundante.

Durante aquele período em que a mulher se encontra a pilar, geralmente entoa canções que relatam acontecimentos quotidianos da sua vida ou dissabores do seu lar, assim como canções aprendidadas em pequena na sua comunidade de origem.

Na tradição chope, os homens não se devem sentar em cima do almofariz, senão contrairão uma doença chamada «inkubua» ou xikhukhu, em changana, que se caracteriza pelo aumento ou dilatação do escotro, que atinge proporções anormais. A minha opinião sobre este tabu teria a sua origem no facto de o almofariz ser um instrumento de cozinha que merece respeito, de uso exclusivo da mulher e as pessoas do sexo masculino não devem servir–se dele como assento.

Há um aspecto particular na preparação da farinha de milho entre os tsongas e chopes.

Os tsongas depois de tirar o farelo do milho, deixam–no um ou mais dias em água, para amolecer e azedar. Depois, servindo–se do almofariz de barro faz–se uma pasta que é cozida e posta em recipientes preparados para o efeito. Com uma colher de pau e água, alisa–se a parte visível. Enquanto que entre os chopes, o milho deixado em água durante aquele período, depois de retirado, é posto a secar por um período de tempo não superior a 30 minutos. Em seguida é pilado no almofariz de madeira, joeirando sempre até todos os grãos ficarem reduzidos a farinha. Esta farinha, contrariamente à farinha preparada no almofariz de barro, pode ser conservada durante algum tempo, desde que seja deixada ao sol para desumedecer. Além disso, os chopes e os gitongas consomem mais a massa feita de farinha grossa, a que chamam de «titchota», que actualmente é preparada nos moinhos mecânicos movidos por duas pessoas.

Para terminar o almofariz/pilão é um instrumento dispensável para qualquer família e, nas comunidades que praticam o lobolo é um dos instrumentos que acompanham a noiva para o seu novo lar, na tradicional cerimónia de «xiguiana».

BIBLIOGRAFIA

DIAS, Margot. Moçambique. Aspectos da Cultura Material. Coimbra. Instituto de Antropologia — Universidade de Coimbra. 1986.

DIAS, Jorge; DIAS, Margot. A Arte Popular em Portugal. Edições Verbo, 1975.

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE. História de Moçambique, vol. I, 1981.

INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA ed. Cestaria Tradicional em África. Universidade de Coimbra, 1988.

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE. Relatório sobre a padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas, 1989.

QUE MUSEUS PARA OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA PORTUGUESA?

Maria Natália Correia Guedes,
Presidente da Comissão Portuguesa do ICOM

A resposta à difícil interrogação «Que Museus para África?» não será possivelmente encontrada nas conclusões deste Encontro: A recolha e a análise de experiências europeias, asiáticas e americanas são, em si, um frutuoso trabalho e a este juntar-se-á a observação atenta da vivência africana na sua singularidade para nós tão enriquecedora.

Da experiência europeia, que vos podemos transmitir?

Convencionámos chamar «Museu» ao local onde se conservam e divulgam os testemunhos materiais de épocas passadas; da colecção clássica ou do «Gabinete» quinhentista onde se aferrolhavam avidamente «curiosidades», evoluimos para Museus Nacionais ou Regionais de portas abertas para o grande público e recentemente baptizámos de eco-Museus os que proporcionam a visão dos objectos no local original, com a melhor integração possível no ambiente para que foram concebidos, embora sem utilização prática. Foram estas as várias fases extremas que acompanharam a evolução de mentalidades, de formações, de exigências.

Identificamo-nos com o gigantesco Louvre, como com um pequeno Museu local de Umea, por exemplo; revemo-nos na contemplação de um objecto que pertenceu à nossa comunidade e agora se expõe, como parte essencial da herança que nos coube. Se o quadro foi retirado do seu contexto inicial ou o cálice deixou de ser utilizado, porque anexado ao convento, pouco nos importa, porque os meios mais sofisticados, sonoros e visuais, nos ajudam a reconstituir ambientes, técnicas e rituais; cortamos facilmente a ligação afectiva com os objectos, se a existiu, aparentemente sem deixar marcas. Admitimos numa palavra, a perenidade artificial.

Convirá este tipo de recolha museológica a África? Por certo que sim, nas zonas urbanas — nestas, o modelo europeu é útil, diria até urgente. Julgo que é de toda a conveniência o estabelecimento de uma rede de Museus Nacionais e regionais, reformulando colecções já existentes, completando as que são embrionárias. Ela servirá não só à população urbana mas de igual modo ao turista a quem se pretende transmitir imagens do país em reduzidos tempo e espaço.

No que se refere especialmente aos Museus Nacionais importará estabelecer um diálogo profundo e isento com os Países que exerceram

soberania nesses territórios de modo a que a respectiva representação esteja assegurada na devida proporção temporal e sobretudo na identificação e conservação dos objectos.

Passar em claro a referência a estratos culturais de, por vezes, seis a sete gerações de colonos em África é injusto e grave erro histórico, como o será, em sentido contrário, a ausência de referências nos Museus da Europa à escravatura negra, ao exotismo de sons, formas e cores africanas que influenciaram decididamente pintores e escultores e a tantos outros aspectos em que se caldeou a nossa civilização.

Em conjunto, devemos disponibilizar técnicos e meios para identificar estes testemunhos materiais de interpenetração cultural.

O levantamento do património cultural móvel de proveniência africana tem vindo a ser feito ultimamente em Portugal com todo o rigor, por vezes integrados na preparação de exposições temporárias de que destaco as organizadas pelo Museu Nacional de Etnologia e pela Universidade de Coimbra, mas muito há ainda por referenciar neste domínio, justificando até, a meu ver, a criação de um programa idêntico ao que decorre através da UNESCO intitulado «Fontes arquivísticas para a história da África».

Em sentido inverso a identificação de testemunhos materiais relacionados com a colonização africana é imprescindível, revelando tantas vezes a persistência de artes e técnicas desaparecidas na própria origem e que permaneceram am África; é o caso, entre tantos, de execução de mobiliário indo-português no século XIX e até meados do século XX, em Moçambique.

Com este levantamento ou inventariação não se trata de querer alienar objectos ou desertificar presenças, pretende-se sim, conservá-los, enquadrá-los convenientemente no programa de Museu a que hoje pertencem, por direito próprio.

Analizando a relação de acções de apoio nas áreas da cultura que Portugal tem vindo a disponibilizar aos Países africanos de língua oficial portuguesa verifica-se que à área museológica têm sido atribuídas muito menores verbas e programado diminuto volume de acções comparativamente a áreas congéneres — os arquivos e as bibliotecas. A língua aproxima-nos sobremaneira, é veículo fundamental numa cooperação que se pretende cada vez de maior amplitude, mas a preservação e divulgação dos testemunhos materiais de um País são objectivos que devem decorrer paralelamente; à conservação e ao restauro das colecções, tal como à formação de técnicos urge darmos a maior atenção.

Nas zonas rurais o caso africano, pela sua originalidade e manifesta diferenciação de qualquer outro continente, deve ser singular.

Venho pela primeira vez a África, desconheço em absoluto casos concretos «in sito» mas a experiência que nos transmitem historiadores e antropólogos africanos, deixa-nos a dúvida de ser aconselhável proceder a uma recolha museológica imediata para constituir espólio de eventuais Museus locais.

Interessará provocar o aparecimento de Museus locais ou será mais sensato aproveitar a experiência e infraestruturas de um Museu regional mais próximo para fazer acções de sensibilização, de inventário, de registo gráfico e sonoro, mantendo os objectos no local de origem em plena utilização, sem a preocupação de constituir oficialmente antenas?

Não terá implicações negativas de carácter antropológico e cultural pretender «musealizar» tudo e todos?

A própria comunidade local africana encontrará o caminho certo na conservação do seu património se o Museu Regional a elucidar devidamente sem a pretensão de impôr nenhum modelo pré–estabelecido.

A mensagem que o Conservador europeu leva ao aldeão é: «ofereça o alforge, a enchada, o tear em desuso porque são significativos de uma época, degradam–se em sua casa, podendo no Museu conservar–se devidamente e através dele mostar–se ao público o evoluir das técnicas».

E o aldeão oferece, vaidoso o seu objecto.

Será conveniente este processo, em África? Não irá privar vivências quase biológicas com os objectos, quebrando laços sentimentais de poética ancestralidade?

Convém de igual modo reflectir no que implica esse gesto benemérito — o prolongamento desses objectos, no Museu, implica verbas para conservação, pessoal, obras no edifício; nem sempre à recolha entusiástica se sucedem aquelas garantias, gerando por vezes situações contraditórias entre a realidade e o sonho, entre uma rasoável conservação no local original, esclarecendo devidamente os proprietários e os inúmeros problemas num Museu sem meios. Esta é a experiência resultante da proliferação de pequenos Museus locais em Portugal, que nasceram como cogumelos, desde os anos 70, hoje em plena crise financeira, exigindo uma revisão integral do planeamento museológico.

Na Europa, ao fim de um século de revolução industrial, tentamos agora, desesperadamente e artificialmente recuperar o artesanato; a aceitação fácil e vertiginosa de materiais plásticos afastou o europeu da autenticidade das matérias–primas que ele próprio podia modelar e pintar. Que o nosso desenraizamento actual, com todas as nefastas consequências, aproveite como achega negativa as civilizações rurais africanas que agora dão os primeiros passos na preservação do seu património. A iniciação destas passa indiscutivelmente pela Escola onde a inclusão destas matérias deveria ser obrigatória ao mesmo nível da língua e da história pátrias.

Numa fase posterior, naturalmente, no seu tempo próprio, o museu nascerá.

IV

CONCLUSÕES

CONCLUSÕES DO III ENCONTRO DE MUSEUS DE PAÍSES E COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Os participantes no III Encontro de Países e Comunidades de Língua Portuguesa, que decorreu em Bissau, de 26 a 30 de Novembro de 1991, congratulando-se vivamente pela rara oportunidade que lhes foi proporcionada de pôr em comum os seus projectos e experiências, em função do tema «Que Museus para os Países Africanos de Língua Portuguesa?», consideram fundamentais as seguintes conclusões:

1 — Existe um grande empenhamento, quer das entidades oficiais dos referidos países, quer de vários países europeus cooperantes, na criação ou recuperação de Museus africanos; no entanto, devem estes, numa óptica mundial, contribuir, não só para a formação artística e estética do Homem, mas, especificamente em África, para o seu desenvolvimento integral (incluindo exposições sobre temática relacionadas com saúde pública, educação, comunicações, transportes, etc.).

No que se refere ao Museu Nacional da Guiné-Bissau, duas sugestões foram apresentadas:

— tentar recuperar as peças desaparecidas do antigo Museu, durante o período pós-independência, apresentando nas instâncias competentes — UNESCO e ICOM — toda a documentação que sobre aquelas dispõem;
— intensificar a inventariação e recolha de materiais etnográficos, acompanhada do registo de tradições orais, por todo o País, para complemento do actual Museu.

O trabalho que está em curso com este objectivo, o qual conta com a colaboração de entidades oficiais portuguesas e do MINOM, foi elogiado por todos, sentindo-se, no entanto, a conveniência em que seja reformulado o esquema de cooperação oficial, de modo a estabelecer critérios de actuação uniformes e conjuntos.

2 — Tendo em atenção que a formação prolongada na Europa nem sempre se tem mostrado conveniente, pela dificuldade de reinserção no contexto inicial dos formados, propõe-se que a formação no País de origem seja articulada com estágios em instituições portu-

guesas e se estude, com o ICOM, a possibilidade de formação nos Centros de Jos ou Niamey, em cursos de longa duração em língua portuguesa.

Esta conclusão vem ao encontro do desejo manifestado na Sessão Plenária do Lomé, cujo «Relatório de Síntese» foi distribuído a todos os participantes, merecendo apoio unânime.

3 — Foi sublinhado o grande interesse que houve na presença, neste Encontro, dos Directores Regionais da Cultura da Guiné–Bissau, assim como de um Arquitecto, de Professores dos Ensinos Secundário e Universitário, que completaram, com as suas comunicações, o enquadramento comunitário, pedagógico, histórico e arquitectónico do Museu.

4 — Foi deliberado enviar as actas do Encontro aos participantes inscritos de Angola e à Direcção do ICOM/Brasil, que não puderam estar presentes, por motivos alheios à organização do Encontro, sendo muito sentida a sua ausência.

5 — Candidataram–se para receber o IV Encontro os representantes de Macau e Cabo Verde. Foi decidido iniciar os contactos oficiais para concretizar a primeira candidatura, em 1993 e oportunamente se estudará a possibilidade de realização de um Encontro em Cabo Verde.

Os participantes agradecem às seguintes entidades todo o apoio concedido:

GUINÉ–BISSAU:
— Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desportos
— Direcção Geral da Cultura
— Museu Etnográfico Nacional

PORTUGAL:
— Ministério dos Negócios Estrangeiros — Direcção Geral da Cooperação
— Secretaria de Estado da Cultura — Gabinete de Relações Culturais Internacionais
— Instituto do Emprego e Formação Profissional
— Comissão Nacional da Unesco
— Fundação Calouste Gulbenkian
— Fundação Oriente
— Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses

V

PALAVRAS PROFERIDAS PELO DIRECTOR GERAL DA CULTURA DA GUINÉ–BISSAU DR. WILSON BARBOSA, NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO DO III ENCONTRO

Exm.ª Sr.ª Dr.ª Natália Correia Guedes, Presidente da Comissão Portuguesa do ICOM, caro Dr. Leonardo Cardoso, Director do Museu Etnográfico Nacional, estimados participantes e convidados,

Foi com satisfação que me inteirei dos resultados alcançados ao longo destes quatro dias de reflexão à volta dos problemas que se prendem com a organização e desenvolvimento dos Museus dos nossos Países. Os resultados obtidos, as conclusões a que se chegaram contribuirão, seguramente, para o reforço e estreitamento dos laços de amizade existentes entre as nossas instituições e povos:

Caríssimos,

Não obstante a diferença de experiências, muito bem expressas ao longo destes dias de debate, convenço–me cada vez mais de que, só na base de uma cooperação sã, baseada numa reciprocidade de vantagens, podemos chegar a uma verdadeira colaboração.

O encontro de Bissau revelou mais uma vez que, os nossos museus têm algo a dar uns aos outros e, neste sentido, o maior tesouro é a experiência que cada um conseguiu acumular e vai acumulando ao longo dos anos da sua existência.

Minhas senhoras e meus senhores,

Julgo que ao longo da vossa permanência entre nós, conseguiram, embora de uma forma bastante breve, lançar olhos às limitações próprias do nosso contexto socio-económico e cultural.

Pois bem, faço votos que a imagem que levam da Guiné–Bissau sirva de estímulo e razão de continuidade da nobre e árdua tarefa nesta caminhada comum de salvaguarda e preservação dos valores culturais.

Também vos foi dado a conhecer um pouco da nossa realidade regional para melhor interiorizarem a imagem referida.

Como se costuma dizer, a caminhada é dura, mas há que caminhar!

As contribuições prestadas pelos vários oradores que intervieram neste encontro de pouco servirão se, efectivamente, os seus aspectos mais pertinen-

tes retidos no corpo da acta final, não merecerem um tratamento prático e consequente. Pois, no fundo, o importante não é a realização do encontro em si, mas sim, aquilo que se irá passar no domínio da cooperação cultural e museológica no período que medeia esses Encontros.

Estimados,

Permitam-me em nome da Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desportos da República da Guiné-Bissau e da Direcção Geral da Cultura, reiterar o nosso interesse e disponibilidade em desenvolver relações privilegiadas de cooperação no domínio da museologia e disciplinas afins com todos os países presentes:

Congratulo-me com os resultados alcançados pelo III Encontro e faço votos que o eco de Bissau chegue aos vossos países de origem e não só.

Ilustres Delegados,

Caríssimos,

Chegámos ao fim dos trabalhos mas, iniciamos uma nova amizade cimentada por um objectivo comum, que é a melhoria das condições técnicas, científicas e infra-estruturas dos nossos museus.

Antes de terminar, gostaria de agradecer o esforço e empenho concedidos pela Comissão Portuguesa do ICOM através da sua ilustre Presidente, ao MINOM pelos apoios dispensados e a todos que, de uma maneira ou doutra, contribuiram para que este Encontro se tornasse realidade;

Aos delegados nacionais e trabalhadores da cultura, gostaria de dizer que, contra ventos e marés saberemos dignificar e preservar o nosso património histórico e cultural.

Desejo aos representantes estrangeiros um bom regresso e votos de sucesso no cumprimento das suas missões.

VI

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

RELATÓRIO DE SÍNTESE DA SESSÃO PLENÁRIA DO I ENCONTRO DE MUSEUS AFRICANOS (Togo, Novembro 1991) ORGANIZADO PELO ICOM E SUBORDINADO AO TEMA «QUE MUSEUS PARA ÁFRICA» – PATRIMÓNIO EM EVOLUÇÃO

Os participantes na Conferência «Que Museus para África? Património em Evolução», organizado pelo Conselho Internacional dos Museus (ICOM), reuniram-se em «ateliers» separados no Benim, no Gana e no Togo, consagrados aos seguintes temas:

Benim — Gestão e financiamento dos Museus. Pessoal e formação;
Togo — Património e cultura contemporânea no Museu, instrumento de desenvolvimento;
Ghana — Conservação, estatuto de intercâmbio de património em África e fora de África. Museus e Investigação.

Cada «atelier» apresentou um relatório sobre os seus trabalhos e sobre as propostas que foram feitas de modo a contribuir para o desenvolvimento futuro dos Museus africanos.

Destes relatórios destacam-se quatro grandes temas:

1 — Autonomia dos Museus africanos.
2 — Colaboração regional entre os Museus, através de actividades comuns.
3 — Formação especializada para os Conservadores, Técnicos e educadores.
4 — Orientações para o futuro.

Autonomia dos museus africanos

Obteve-se um consenso claro quanto à necessidade de uma maior autonomia para os Museus, de modo a proporcionar melhores iniciativas no domínio do financiamento, da obtenção de fundos, do controle financeiro, da gestão e da programação dos Museus.

O apoio necessário das actividades dos Museus pelos Governos não

deve excluir o financiamento proveniente dos subsídios privados ou de empresas. Por outro lado, sempre que os Museus consigam obter receitas através das entradas, serviços ou actividades comerciais, devem ser autorizados a utilizar esses fundos para as suas próprias actividades, evitando que esse dinheiro seja utilizado genericamente no Orçamento do Estado.

Uma maior autonomia dos Museus proporcionará igualmente maior liberdade, facilidade de actuação e possibilidade de adaptação as iniciativas necessárias para que os Museus evoluam.

Tendo em conta estas preocupações, foram adoptadas, pelos participantes reunidos em Assembleia, as seguintes recomendações:

1. Para poder cumprir correctamente as suas funções, os Museus têm necessidade de garantir uma autoridade real que os proteja das exigências da vida política, da instabilidade governamental e do peso da burocracia. Esta garantia só pode ser obtida com a iniciativa dos concelhos de supervisão. correcta mente constituídos, que irão estabelecer-se firmemente nos Museus como instituições politicamente controláveis.
2. A actual legislação deverá ser estudada, país por país, de modo a possibilitar a introdução de novas estruturas administrativas e fiscais, de tal modo que permitam inciativas mais importantes referentes a recolha de financiamento e a criação de fundos e uma maior possibilidade de controle financeiro.

Cooperação regional

O tema comum destes três grupos foi estabelecer laços de cooperação regional entre os profissionais de Museus. Para tal, são necessárias comissões regionais que facilitem a troca de informações, experiências apropriadas de programação, de pessoal para estágios; por outro lado, a essas Comissões, incumbirá, genericamente, a realização de acções que conduzam à protecção do património cultural e natural.

Foram aceites as seguintes recomendações:

1. É vital organizar regularmente Encontros como o presente.
2. É urgente estabelecer um reportório dos profissionais de Museus africanos para identificar as pessoas que têm capaci dades especiais, assim como as experiências profissionais, de modo a que possam supervisionar estágios e responder a consultas de outros Museus.
3. Tendo como base as redes existentes, tanto formais como informais, deverão ser criadas comissões regionais de profissionais de Museus para facilitar a colaboração com o ICOM.
4. É necessário encorajar essas comissões regionais a criar grupos de trabalho, de programação «ad hoc», para tratar problemas comuns de investigação, exposições, educação pelo Museu, etc

Formação especializada

Nos três grupos foi dada uma atenção particular à necessidade essencial de formação especializada dos profissionais dos Museus africanos, em três áreas distintas: a formação dos conservadores, a formação dos técnicos e a formação dos educadores.

Para que os Museus de África evoluam, os participantes concluiram que é indispensável encarar estes diferentes aspectos numa perspectiva continental, ultrapassando as fronteiras artificiais, sejam elas linguísticas, geográficas ou políticas.

Ficou claramente estabelecido que os programas de formação deverão evitar toda a duplicação de esforços, de modo a não desperdiçar recursos.

A ideia de experimentar novas formas de formação e de estágios a nível regional foi igualmente recomendada,

Reconhecida a importância da qualificação do pessoal para o desenvolvimento dos Museus e sabendo que as necessidades de formação podem ser diferentes conforme as várias zonas do continente, foram feitas as seguintes recomendações, referentes a formação especializada:

1. Os centros existentes de Jos e Niamey devem ser mantidos e reforçados, mas reorientados de tal modo que:

   a) o Centro de Jos se torne, de novo, num estabelecimento bilingue de formação para os técnicos de Museus de todo o Continente.
   b) o Centro de Niamey seja transformado num centro bilingue de formação de conservadores de Museus e de gestores.

2. O ICCROM deve ser encorajado a transferir o seu curso PREMA (Preservação nos Museus de África), de Itália para África.

3. Deve ser experimentado um novo programa de formação no domínio da gestão de Museu para Conservadores, Directores e outros com capacidade de decisão. Esse programa poderia iniciar-se nos países do Magreb e do Sahel.

4. Um novo programa de formação no domínio da educação através do Museu deve ser igualmente experimentado. Este poderia ter início nos países da SADCC.

5. A formação especializada deverá desenvolver-se através da cooperação regional entre Museus como, por exemplo, com a elaboração de novos programas ou de estágios escolhidos em função das competências específicas de cada um.

RELAÇÃO DE PARTICIPANTES

1 — Cabo Verde — Nélida Maria Lima Rodrigues, Chefe de Divisão de Museus do Instituto Nacional da Cultura C. P. 76, — Praia Telef. 61 34 84; Fax 61 22 25

2 — Guiné–Bissau — Leonardo Cardoso, Director do Museu Etnográfico Nacional, C. P. 338 — Bissau

3 — João Cornélio Gomes Correia, Director do Centro de Documentação de Música e Dança Guineense, Instituto Nacional das Artes. C. P. 104 — Bissau
Tel. 21 39 28

4 — Vicente Correia, Técnico da Direcção Geral da Cultura da Guiné–-Bissau, C. P. 338 — Bissau

5 — António Gomes Embaça, Director Provincial de C. J. Desportos. Oio, Sul, Buba

6 — Orlando Domingos Gomes, R. da Liberdade V.ª José Francisco, Casal Novo, 2675 — Caneças, Portugal

7 — Raimundo Rolas Gomes, Delegado Provincial da C. J. Desportos, Região de Biombo

8 — Baca r Injai, Director Provincial da C. J. Desportos, Província do Norte

9 — Albano Mendes, Técnico do Gabinete de Estudos do Museu Etnográfico Nacional, C. P. 338 — Bissau

10 — Armando Tchoba, técnico do Museu Etnográfico Nacional, C. P. 338 — Bissau

11 — António Vieira, Director Provincial da C. J. Desportos, Província Leste em Bafatá, Guiné Bissau

12 — Moçambique — Boaventura Massiete, Técnico de Museografia do Departamento de Museus da Direcção Nacional do Património Cultural, Av. Samora Machel, C. P. 1702 — Maputo

13 — Paulo Soares, Director do Programa do Museu Nacional de Etnologia, Direcção Nacional do Património Cultural, C. P. 2702 — Maputo

14 — Portugal — Ana Machado Brandão, Directora do Museu Nacional de Arte Antiga, Rua das Janelas Verdes, 1293 — Lisboa

15 — Matilde Tomás do Couto, Conservadora do Museu José Malhoa 2500 — Caldas da Rainha

16 — Ana Maria Duarte, Chefe de Divisão da Cultura da Câmara Municipal de Setúbal, 2900 — Setúbal

17 — Henrique Coutinho Gouveia, Professor no Departamento de Antropologia da Universidade Nova de Lisboa, Av.ª de Berna 1000 — Lisboa

18 — Margarida Chorão de Carvalho, Técnica Superior do Instituto Português de Museus, Palácio Nacional da Ajuda, 1300 — Lisboa

19 — Maria Natália Correia Guedes, Presidente da Comissão Portuguesa do ICOM, Museu Nacional dos Coches, 1300 — Lisboa

20 — Flávio Lopes, Director do Departamento de Arquitectura do Instituto Português do Património Cultural, Palácio Nacional da Ajuda, 1300 — Lisboa
21 — José Eduardo Medeiros, Chefe dos projectos de apoio ao artesanato da Guiné e de S. Tomé e Príncipe (Ministério do Emprego e Segurança Social), R. José da Costa, 3, 2640 — Mafra
22 — Lobélia Figueiredo Medeiros, (acompanhante) R. José da Costa, 3, 2640 — Mafra
23 — António Maia Nabais, Técnico Superior do Instituto Português de Museus, Palácio Nacional da Ajuda, 1300 — Lisboa
24 — Manuel Bairrão Oleiro, Director Interino do Museu Marítimo de Macau, Largo do Pagode da Barra, 4 — Macau
25 — Leonor d'Orey, Conservadora do Museu Nacional de Arte Antiga, R. das Janelas Verdes, 1293 — Lisboa
26 — Maria Celeste Paiva, Assistente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
27 — Maria Isabel Sousa Pereira, Directora do Museu Santos Rocha, 3080 — Figueira da Foz
28 — Maria Isabel Roque, R. do Triângulo Vermelho, 28, 3.º E. 1100 — Lisboa
29 — Maria da Conceição Veloso Salgado, Prof.ª da Escola António Arroio, R. Comandante Ferreira do Amaral, Lisboa
30 — S. Tomé e Príncipe — Armindo Aguiar, Director Nacional da Cultura C. P. 278

Secretariado do III Encontro

PORTUGAL:

Comissão Nacional Portuguesa do ICOM
Museu Nacional dos Coches
Praça Afonso de Albuquerque 1300 — Lisboa
Fax (Secretaria de Estado da Cultura) — (01) 364 98 72

GUINÉ:

Direcção Geral da Cultura
Av. 14 de Novembro
CP 338
215 600 GUINÉ-BISSAU
Fax (Ministério da Educação) — (245) 20 14 00

ÍNDICE

Pag.

I — Sessão solene de abertura:
Palavras proferidas por Sua Excelência o Secretário de Estado dos Assuntos Sociais da Guiné Bissau 7
Palavras proferidas pela Presidente da Comissão Nacional Portuguesa do ICOM (Conselho Internacional dos Museus) 9

II — Reportagem fotográfica do III Encontro 11

III — Comunicações
- *Museu e identidade nacional*
Leonardo Cardoso, Director do Museu Etnográfico Nacional da Guiné–Bissau 27

- *Contribuição para o estudo da Museologia na Guiné-Bissau*
Armando Tchoba, Técnico do Museu Etnográfico Nacional da Guiné–Bissau 31

- *Missões de cooperação com a República da Guiné–Bissau nas áreas do Património cultural e da Museologia*
Mário Moutinho, Professor na Universidade Autónoma Luís de Camões e António Nabais, Técnico Superior do Departamento de Museus do Instituto Português de Museus, membros do «Movimento para uma Nova Museologia» 37

- *A política de implantação de um Museu de luta de libertação Nacional na Guiné–Bissau*
Vicente Correia, Técnico da Direcção Geral da Cultura da Guiné-Bissau 41

- *A Arquitectura de Museus ou que Museu para a Guiné–Bissau*
Flávio Lopes, Director do Departamento de Arquitectura do Instituto Português do Património Cultural 43

- *A Guiné–Bissau nas colecções do Museu Nacional de Etnologia*
Maria Celeste Paiva, Assistente no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas 47

- *Os Museus em Cabo Verde*
  Nélida Maria Rodrigues, Chefe de Divisão de Museus do Instituto Nacional de Cultura de Cabo Verde 61

- *A protecção do Património Cultural em Moçambique e o programa do Museu Nacional de Etnologia*
  Paulo Soares, Director do programa do Museu Nacional de Etnologia, Nampula, Moçambique 65

- *Museu Marítimo de Macau, realidade e perspectivas*
  Manuel Bairrão Oleiro, Director interino do Museu Marítimo de Macau 73

- *Aspectos das relações entre Portugal e Angola no domínio Museológico — As viagens de exploração científica setecentistas*
  Henrique Coutinho Gouveia, Professor Auxiliar do Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa 77

- *Bibliografia analítica da Museologia angolana*
  Margarida Chorão de Carvalho, Técnica Superior do Instituto Português de Museus 119

- *Recolha e classificação de materiais etnográficos em países africanos de língua portuguesa*
  José Medeiros, responsável pelos projectos de apoio ao artesanato da Guiné–Bissau e S. Tomé e Príncipe (Ministério do Emprego e Segurança Social de Portugal) 147

- *A situação do Museu Nacional de S. Tomé e Príncipe*
  Armindo Aguiar, Director Nacional da Cultura de S. Tomé e Príncipe 155

- *Colecções africanas do Museu Dr. Santos Rocha*
  Isabel Sousa Pereira, Directora do Museu Dr. Santos Rocha, Figueira da Foz 161

- *Uma experiência pedagógica com a comunidade africana de Setúbal*
  Ana Maria Duarte, Chefe de Divisão de Cultura da Câmara Municipal de Setúbal 179

- *Utensílios de preparação de alimentos, do Sul de Moçambique, existentes no Museu Nacional de Arte de Maputo*
  Boaventura Massiette, Técnico do Departamento de Museus da Direcção Nacional do Património Cultural de Moçambique 185

• *Que Museus para os países africanos de língua portuguesa?* Maria Natália Correia Guedes, Presidente da Comissão Portuguesa do ICOM (Conselho Internacional dos Museus) 193

IV — *Conclusões* do III Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa..... 197

V — *Encerramento oficial* do III Encontro. Palavras proferidas pelo Director Geral da Cultura da Guiné–Bissau, Dr. Wilson Barbosa 201

VI — *Documentação complementar*

• Relatório de síntese dos «Ateliers» do Gana, Benim e Togo, organizados em Novembro de 1991 pelo Conselho Internacional dos Museus, sob a presidência do Prof. Alpha Oumar Konare . 203